

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAIUBI MARTINS DYSARZ

OS SUÍÇOS DE SUPERAGUI:
COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO NO PARANÁ DO SÉCULO XIX

CURITIBA
2013

CAIUBI MARTINS DYSARZ

OS SUÍÇOS DE SUPERAGUI:
COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO NO PARANÁ DO SÉCULO XIX

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin

CURITIBA
2013

Catálogo na publicação
Fernanda Emmanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Dysarz, Caiubi Martins

Os suíços de Superagui : colonização e imigração no Paraná do século XIX / . – Curitiba, 2013.
206 f.

Orientador: Profº. Drº. Sergio Odilon Nadalin
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Superagui, Ilha do (PR) - Colonização 2. Imigrantes suíços - Paraná. 3. Imigração – História - Paraná. I.Título.

CDD 325.343098162



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

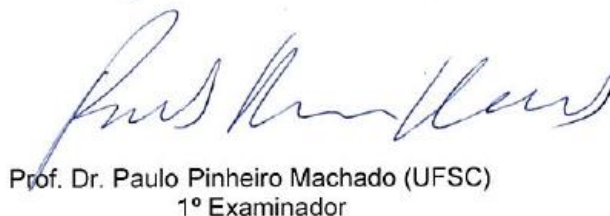
PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Caiubi Martins Dysarz, intitulada: **Os suíços de Superagui. Colonização e imigração no Paraná do século XIX**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

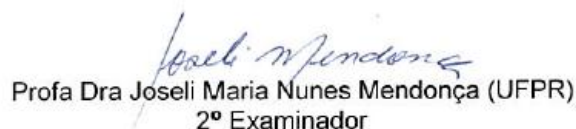
Curitiba, vinte e dois de fevereiro de dois mil e treze.



Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalin (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
1º Examinador



Profa Dra Joseli Maria Nunes Mendonça (UFPR)
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao professor Sergio Odilon Nadalin, por todo apoio dado durante a graduação e no mestrado para a elaboração do presente projeto de pesquisa, bem como pelo incentivo e pelas orientações dadas no decorrer da minha trajetória acadêmica.

Agradeço também aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História que confiaram no presente projeto desde o processo seletivo e durante o decorrer do curso de mestrado. Destes destaco a professora Joseli Mendonça, cujo interesse na colonização ocorrida às margens da Baía de Paranaguá despertou-se antes mesmo da minha entrada na pós-graduação. Agradeço também à professora Maria Luiza Andreazza, em função da assistência prestada durante os seminários da linha de pesquisa “Espaço e Sociabilidades”, demonstrando igual interesse na minha pesquisa e contribuindo para o desenvolvimento da presente dissertação. Ambas as professoras participaram da minha banca de qualificação e espero ter contemplado neste trabalho final grande parte de suas observações.

Não deixo de mencionar outros professores que participaram de maneira menos intensa no decorrer da produção deste trabalho, como os professores Magnus Roberto de Mello Pereira e Martha Daisson Hameister, com os quais tive contato apenas como aluno. Agradeço à professora Roseli Boschilia por me permitir participar de sua disciplina de graduação, por ocasião do estágio obrigatório em docência. Aproveito para agradecer também aos demais professores do Programa de Pós-Graduação, embora não tenham participado diretamente da presente pesquisa.

Não poderia deixar de mencionar também todos aqueles que auxiliaram no decorrer da trajetória do mestrado, embora não tivessem envolvidos de alguma forma na produção da pesquisa. Em especial, agradeço a Maria Cristina, secretária do PGHIS, extremamente atenciosa em todos os momentos em que precisei do auxílio. Os funcionários do Arquivo Público do Paraná, embora me tenham escapados seus nomes, aproveito este momento para lembrar deles e lhes agradecer.

Por fim, agradeço a Capes pelo auxílio durante todo o período do mestrado.

RESUMO

Este estudo tem como temática principal o desenvolvimento de um determinado projeto de colonização no litoral paranaense em face das diretrizes da política imigratória então encampada na região do Paraná. O projeto de colonização refere-se à Colônia de Superagui, fundada em 1851, pelo Cônsul Geral da Suíça no Brasil, Carlos Perret Gentil, apologista da imigração dirigida às fazendas cafeicultoras do Oeste Paulista. A política imigratória regional diz respeito, num primeiro momento, às diferentes tentativas de colonização ocorridas no território do Paraná anteriores a sua emancipação. Posteriormente, tal política traduziu-se nos reclames para necessidade de colonização como medida para o desenvolvimento agrícola da região no decorrer do decênio de 1850. Finalmente, destacamos as modificações nos empreendimentos de colonização durante os decênios de 1860 e 1870, marcados pelo abandono das tentativas de constituição de colônias remotas – característica presente na colonização de Superagui – em detrimento do estabelecimento de colonos europeus nas cercanias de centros urbanos, em especial Curitiba. Da análise pretende-se identificar alguns pontos de tangência entre o projeto colonial de Carlos Perret Gentil e as iniciativas de âmbito regional, destacando-se algumas inflexões no empreendimento de Superagui.

Palavras-chave: Colônia de Superagui, colonização no Paraná, Carlos Perret Gentil, sistema de parceria, imigração.

ABSTRACT

This study has as its main subject the development of a specific colonization project in the Paraná's coast in comparison with the migratory policy guidelines implemented in the region of Paraná. The project itself refers to the Colony of Superagui, founded in 1851 by the General Swiss Consul in Brazil, Carlos Perret Gentil, apologist of the immigration directed to the coffee States in the São Paulo's West. The migratory policy refers, in a first moment, to the different attempts of colonization occurred in the Paraná territory before its emancipation from the Province of São Paulo ; afterwards, that policy presented itself in the advertisements to the necessity of colonization as a measure to the farming development of the region during the 1850's decade. Finally, we emphasized the changes in the colonization enterprises during the 1860's and the 1870's decades, marked by the abandonment of the establishment attempts of remote colonies – a feature present in the colonization of Superagui – to the detriment of the establishment of European colonists near great cities, specially Curitiba. From the analyses, we intend to identify some points regarding the colonial project of Carlos Perret Gentil and the similar initiatives in the regional scope, emphasizing some inflections in the Superagui enterprise.

Key-words: Colony of Superagui, colonization in Paraná, Carlos Perret Gentil, *parceria* system, immigration.

RESUMÉ

Cette étude a comme thématique principale le développement d'un déterminé projet de colonisation dans le littoral de la Province du Paraná en face des directrices de la politique d'immigration mise en place à l'époque dans la même région. Le projet de colonisation concerne la Colonie du Superagui, qui a été fondée en 1851, par le Consul General de la Suisse au Brésil, Carlos Perret Gentil, apologiste de l'immigration destinée aux exploitations agricoles du Oest Paulista. La politique d'immigration fait un lien, dans le premier moment, aux différentes tentatives de colonisation qui ont lieu dans le territoire du Paraná avant son émancipation de la Province de São Paulo. Subséquemment, cette politique s'est traduite en publicités par le besoin de colonisation comme mesure pour le développement agricole de la région pendant la décennie de 1850. Finalement, nous soulignons les changements dans les entreprises de colonisation pendant les décennies de 1860 et 1870 qui ont été remarqués par l'abandonne des tentatives de constitution de colonies lointaines – caractéristique présent dans la colonisation de Superagui – en détriment d'établissement de colons européens autour de grandes villes, notamment de Curitiba. En ayant l'appui de cette analyse nous avons l'intention d'identifier quelques points de proximité entre le projet colonial de Carlos Perret Gentil et les initiatives similaires dans le cadre régional, soulignement quelques inflexions dans l'entreprise du Superagui.

Mots-clé : Colonie du Superagui, colonisation au Paraná, Carlos Perret Gentil, immigration, système de 'parceria'

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1: De Ibicaba a Superagui: uma ‘parceria’ em prol da colonização.....	10
1.1. Os usos e abusos dos colonos europeus no recém-criado Império do Brasil.....	10
1.2. Um certo cônsul suíço.....	16
1.3. Uma nova colônia, em uma região perdida pela Província de São Paulo.....	23
1.4. E Superagui não corresponde à fazenda modelo.....	31
Capítulo 2: Superagui e a política de abastecimento com base no trabalho imigrante.....	41
2.1. Um Paraná Diferente: a proposta de introdução de colonos de Carlos Perret Gentil.....	41
2.1.1. A resposta de Zacarias.....	52
2.2. Finalmente, uma política regional de introdução de colonos europeus.....	54
2.3. A crise regional também é uma crise nacional: novamente a carestia de gêneros alimentícios.....	64
Capítulo 3: Superagui e a Grande Lavoura: imbricação de algumas propostas para introdução de europeus.....	79
3.1. O registro paroquial de terras em Paranaguá.....	79
3.2. Um episódio da grande lavoura.....	90
3.3. As propostas de auxílio para a Colônia de Superagui.....	101
3.4. E o fundador de Superagui abandona os seus colonos.....	111
Capítulo 4: O desenvolvimento de Superagui de forma independente em comparação a outras tentativas de introdução de imigrantes no Paraná.....	118
4.1. A colônia sem seu fundador: novos rumos para Superagui.....	118
4.2. Uma colônia esquecida? Colonizações paralelas na Província do Paraná.....	129
4.3. Instituições em núcleos coloniais: igrejas e escolas.....	138
4.4. Uma colonização centrípeta: o cinturão verde de Curitiba.....	149
4.5. À guisa da conclusão.....	156
Considerações finais.....	166
FONTES.....	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	184

Introdução

A Colônia de Superagui e a Política Imigratória no Paraná Provincial

A vista do que se achava patente debaixo dos meus proprios olhos, persuadi-me sem restricção que o Sr. Vergueiro traçava a verdadeira vereda de attingir o resultado real da colonisação, e formei então o projecto de dedicar-me a agricultura sobre as bases do seu systema quando por ventura occorresse circumstancias imprevistas me obrigassem a deixar o meu estabelecimento para em votar a outra empresa. Acho-me portanto agora n'este caso em consequencia de uma grave e longa enfermidade, que me não permittindo mais de velar no andamento e progresso da minha fabrica, me tem forçado a deixa la. Impellido pois n'esta nova carreira pela necessidade que tem o Brazil de chamar a si muitos emigrantes, por cauza da perseguição acerrima que o seu governo actualmente faz ao contrabando dos negros, tenho querido dedicar-me inteiramente a agricultura e colonisação no firme proposito de poder ser util ao Brasil aonde residido d'esde 16 annos, e aos mesmos colonos fazendo-lhe aproveitar das experiencias que tenho obtido das minhas lucubrações, dos meus trabalhos e das minhas viagens.

Carlos Perret Gentil

Je ne veux influencer personne à venir au Brésil, tu penses bien que si c'était à refaire, je ne quitterais certainement pas la Suisse pour aucun pays du monde (...) Que de bonnes années perdues en venant ici au Brésil, et que nous aurons passer ensemble; mais la jeunesse est bête comme tout, et n'accepte pas de conseils...

William Michaud

Ao final da graduação, por ocasião da escolha do tema a ser desenvolvido no trabalho de conclusão de curso, encontrava-me sem qualquer ideia sobre que assunto escolher, quando me sugeriram fazer algo sobre a região de Guaraqueçaba, no litoral do Paraná, cuja história ainda está por ser escrita. Dos acontecimentos da região, todos muito pouco explorados, o que mais me chamou atenção foi a fundação da Colônia de Superagui, em 1851, pelo cônsul da Suíça no Brasil, Carlos Perret Gentil. Pensava que o assunto era de alcance limitado e tacanho, reduzido a pequenas proporções, chegando meu orientador inclusive a sugerir o abandono do tema, uma vez que tão pouco se escrevera e se falara no empreendimento que parecia quase impossível pesquisar algo a respeito. Contudo, eu não sabia, e aqueles que me precederam no estudo da colônia não o perceberam, que a fundação e o desenvolvimento Colônia de Superagui ultrapassavam, em muito, as dimensões modestas que lhe foram atribuídas.

Superagui foi criada por Carlos Perret Gentil sob inspiração da primeira tentativa de substituição da mão de obra escrava por imigrantes europeus no decorrer dos oitocentos: o sistema de parceria da fazenda paulista de Ibicaba, no ano de 1847. Por mais que o núcleo fundado no litoral paranaense não correspondesse de todo à experiência paulista, tal indicação nos mostra que, ao contrário do que eu havia pensado, pro-

blemas de grande amplitude cerceavam a constituição do núcleo, cativando-me mais sobre o assunto. Em função de Superagui ter sido fundada por Perret Gentil, acompanharemos em boa parte sua trajetória de vida e sua participação em diferentes empreendimentos de colonização, afinal, ele era o principal representante de Superagui, era quem intercedia entre o núcleo e o aparato governamental de então. Outras pessoas, da mesma forma, representaram outras características da colônia do litoral paranaense, como o colono William Michaud, pelo qual conseguimos capturar algumas impressões sobre a experiência de ter imigrado e da vida no litoral paranaense.

Por ocasião da elaboração do projeto de pesquisa, a problemática por mim escolhida foi “a Colônia de Superagui e a Política Imigratória no Paraná Provincial”, pressuposto pelo qual eu pretendia verificar como esta colônia seguiu determinados parâmetros do projeto de colonização em voga, bem como os possíveis retornos provinciais ao núcleo, geralmente na forma de investimento pecuniário. Nesse sentido, meu ponto de partida foi um pequeno trabalho de Altiva Pilatti Balhana, intitulado “Política Imigratória do Paraná”¹, do qual me apropriei para a criação da problemática deste trabalho, em especial o tópico “imigração para criar agricultura de abastecimento”. Para os objetivos da pesquisa, foi-me necessário discriminar o termo ‘política imigratória’, embora a autora à qual me reporto não o tivesse feito. Para os leitores, penso que há poucas dúvidas sobre a acepção de ‘imigratória’ que utilizamos, porém, sobre a palavra ‘política’ deveremos nos deter um pouco mais para justificar a problemática por nós apresentada.

A política aqui definida – de imigração – supõe o poder de decisão e, na circunscrição provincial, tal prerrogativa recaía, de um lado, aos burocratas oriundos do poder imperial, os Presidentes de Província e, do outro, à Assembleia Legislativa Provincial, dominada no Paraná por representantes dos grandes proprietários e pecuaristas dos Campos Gerais. A incumbência de decidir sobre uma política de colonização cabia aos poderes instituídos por nós discriminados, exercendo, assim, o Estado não apenas sua atribuição do monopólio da coerção e da tributação², mas sua face produtiva, voltada justamente para o benefício e a preocupação da população³. Entretanto, a política de colonização seria apenas uma imposição de alto a baixo ou haveria alguma correlação

¹ BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

² PERES, Wilma Costa. A Economia Mercantil Escravista Nacional e o Processo de Construção do Estado no Brasil (1808-1850). SZMRECSANYI, Tamas; LAPA, Jose Roberto do Amaral (org.) *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo; Hucitec, 2002, p. 148.

³ FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p. 289.

de forças entre a elite política e os agentes *da* colonização, neste caso os próprios colonos e empreendedores imigrantistas? Pressupomos que sim, na hierarquia da política imigratória não nos podia ser concebível, no caso do Paraná, mas também no Império como um todo, que não houvesse uma contraparte dos maiores interessados, enfim, um condicionamento recíproco entre o ápice da hierarquia e os objetos de sua intervenção para a consecução dos objetivos da política desenvolvida, seja na ocupação de territórios, seja na produtividade agrícola⁴.

Tal contraparte reflete-se, em nossa pesquisa, nas inúmeras objeções feitas por Perret Gentil com relação às diretrizes de colonização, intrometendo-se muitas vezes em assuntos que não lhe competiam, tal como no projeto que apresentara ao Governo Provincial (capítulo 2) ou quando reclamara por diversas vezes a necessidade de auxílio aos projetos de colonização (capítulo 3). Por vezes, a própria resposta dos colonos determinou alguns padrões a serem seguidos pela Província do Paraná, como no estímulo para estabelecer imigrantes nas cercanias de Curitiba, iniciado em parte de forma espontânea pelos alemães oriundos de Santa Catarina (capítulos 2 e 4). Da mesma forma, os péssimos resultados obtidos pelas colônias fundadas à custa do erário público determinaram o encerramento de tais empreendimentos (capítulo 4). Por outro lado, não deixamos de observar a interferência das autoridades provinciais nos projetos de colonização, especificamente para Superagui, como na fundação da escola do núcleo colonial (capítulo 4) ou nos diversos momentos em que os pedidos para auxílio são negados (capítulos 2 e 3).

Por ocasião do projeto de mestrado, elenquei diversos referenciais e tendências historiográficas com as quais pretendia analisar meu objeto de pesquisa. As abordagens por mim selecionadas na época referiam-se aos conceitos de ‘imigração’ e ‘colonização’; a economia como objeto de estudo; a história comparada como aporte para a resolução de determinadas questões; e, por fim, problemáticas oriundas da história agrária. Penso que, por mais amplo que fosse o filtro pelo qual analisaria nosso objeto de estudo, a Colônia de Superagui, consegui contemplar minimamente as propostas metodológicas do projeto de pesquisa.

⁴ _____. O olho do poder. Op. Cit., p. 221.

Os conceitos de imigração e colonização referem-se principalmente às divergências com relação à utilização da mão de obra imigrante durante o Império do Brasil e nos alvares da República. De um lado, promoveu-se um vasto programa de colonização de terras desocupadas ou esparsamente ocupadas – os supostos “vazios demográficos” – com a concessão de terras a colonos europeus, quer por iniciativas diretas da administração imperial, quer por empresas particulares, com intuitos de renovar a produção agrícola e defender o território. Se tais medidas de colonização foram incentivadas, por outro lado, parte da elite imperial não deixou de reprovar os investimentos em tais projetos, defendendo a utilização do colono europeu preferencialmente nas grandes propriedades – em especial da Província de São Paulo – com o intuito de minorar a suposta falta de braços enfrentada pela agricultura em função da extinção do tráfico de escravos e da escravatura. Os conceitos por nós aventados acima são convenções historiográficas que definem duas tendências diferentes do emprego da mão de obra imigrante; por imigração, entenderíamos a mobilização de colonos europeus para os trabalhos na cafeicultura, enquanto colonização abarcaria os diferentes empreendimentos de cessão de terras a colonos imigrantes⁵. No fundo, a distinção – mais historiográfica que coetânea, uma vez que a introdução de imigrantes na lavoura paulista foi denominada colonização – diz respeito à maneira como o colono exerceria seu trabalho: de um lado, proletariado e desprovido de seus meios de produção; do outro, produtor independente e pequeno proprietário. As discussões sobre as formas de aproveitamento do contingente imigrado atravessam a problemática desenvolvida no decorrer deste trabalho.

No que tange à economia como objeto de estudo, procurei muito mais evidenciar alguns campos de estudo ditos ‘econômicos’, como a produção, o consumo, as relações de trabalho⁶ e o conceito de “empresa agrícola”⁷ – que abarca questões sobre mão de obra rural e comercialização dos produtos da terra. De fato, não há nenhuma teoria econômica subjacente pela qual se observem as questões levantadas no correr da disser-

⁵ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns Aspectos Relativos Aos Estudos de Colonização e Imigração. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 266. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Colonizar para Atrair: A Montagem da Estrutura Imperial de Colonização no Rio Grande do Sul (1845-1880)*. 165 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1996, p.3; PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 24; SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1990, p. 14.

⁶ FRAGOSO, João; MANOLO, Florentino. História Econômica In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 39.

⁷ CARDOSO, Ciro F; BRIGNOLI, Hector P. Conceitos, Métodos e Técnicas de História Econômica In: *Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 341.

tação⁸, mas as ilações são feitas a partir de referenciais historiográficos, alicerçados muitas vezes na descrição da economia paranaense de então, como a realizada pelos professores Pedro Calil Padis, Cecília Westphalen e Carlos Roberto Antunes dos Santos, entre outros (capítulo 2). Outras vezes, utilizo-me de exemplos distantes no tempo e no espaço para responder a determinadas questões, como o custo de vida em Paranaguá (capítulo 2), com base em Giovanni Levi e Witold Kula, ou ainda para descrever a comercialização dos gêneros dos colonos de Superagui a partir de Edward Thompson (capítulo 4).

Os problemas oriundos da história agrária não deixam, a nosso ver, de estar relacionados com os da história econômica, uma vez que seu principal objeto de pesquisa são justamente as formas de apropriação da terra e a organização do trabalho rural⁹. De fato, se Thompson e Levi são arrolados para responder nossas questões sobre a economia paranaense, também contribuem para delinear certos aspectos da aquisição e legitimação de propriedades na região de Superagui (capítulos 3 e 4). Em função das circunstâncias da época aqui trabalhada, resgatamos algumas inferências historiográficas sobre a Lei de Terras (capítulo 3).

Por fim, pretendi não fazer uma história comparada, mas sim usar o método comparativo para responder determinados problemas levantados no correr da dissertação; em suma, encontrar as explicações dos acontecimentos por nós coligidos, evidenciando seus padrões ou mesmo destacando suas singularidades¹⁰. Procuramos fazer isso principalmente quando nos deparamos com os pedidos de auxílio para Superagui, momento no qual fomos obrigados a coligir exemplos coetâneos para elaborar nossa explicação para a recusa de investimentos ao núcleo (capítulo 3 e 4). Por conseguinte, elaboramos padrões a partir da observação empírica, como nas respostas das Câmaras Municipais do Paraná a respeito do encarecimento de gêneros (capítulo 2) e na constatação de que todos os núcleos do Paraná fundados até a década de 1860 utilizaram-se grandemente de mão de obra nacional, bem como fracassaram em função de sua localização geográfica (capítulo 4).

⁸ CIPOLLA, Carlo M. *Entre la Historia y la Economía – Introducción a la historia económica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 51.

⁹ LINHARES, Maria Yedda. História Agrária, In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 168.

¹⁰ A esse respeito, Cf. CARDOSO, Ciro F; BRIGNOLI, Hector. O Método Comparativo na História In: *Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 411; FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo; Editora 34, 2004, p. 25.

Tantos quadros interpretativos talvez possam parecer excessivos – como de fato o são; contudo, os assuntos relativos à temática principal são igualmente variados, como escolas em núcleos coloniais ou o abandono de imigrantes dos empreendimentos aos quais foram engajados, redundando em sua coerção. Entretanto, não deixei de coligar novas metodologias que estavam no bojo das minhas considerações, embora quase nunca nos dêssemos conta de sua presença. A primeira delas diz respeito à constituição de uma história narrativa, tal como a defendida por Jacques Le Goff: toda história seria narrativa e seu desenvolvimento desembocaria em questões pertinentes a uma história problema ou história estrutural¹¹. A opção pela história narrativa segue um padrão cronológico e não temático dos acontecimentos, entendendo que os próprios agentes históricos, por sua vez, encadeiam sua própria história numa coerência lógica¹². Em consequência disso, a narrativa é pontuada com algumas trajetórias individuais para respondermos às indagações provenientes de nosso projeto original – Superagui e a política imigratória no Paraná; em outras palavras, incluímos diversos dados biográficos dos personagens que figuraram em nossa narrativa¹³.

Um último aspecto que havia nos escapado completamente, mas que jazia nos princípios de nosso projeto de pesquisa, diz respeito à abordagem micro-histórica do nosso estudo. A micro-história não se resumiria apenas à redução da escala de observação, mas partiria do pressuposto de que essa redução de escala, o estudo do detalhe, responda questões de maior amplitude, fornecendo um panorama novo sobre objetos de estudo maiores que o original¹⁴. E, de fato, a Colônia de Superagui fornece-nos respostas para questões maiores da colonização e imigração de europeus no Paraná, que, no fundo, estiveram sempre acessíveis ao pesquisador disposto a pesquisá-las, mas que só foram relevadas para responder às “singularidades” do núcleo colonial no litoral paranaense. Nessa perspectiva, a história por nós escrita – um fragmento de uma história

¹¹ LE GOFF, Jacques. *São Luís – biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 23.

¹² SCHAMA, Simon. *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo: Cia das Letras 2000, p. 15.

¹³ A respeito das utilizações da biografia na história, Cf. LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 227-228.

¹⁴ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História : Novas Perspectivas*. São Paulo : Unesp, 2000, p. 141; REVEL, Jacques. A história ao rés do chão In: LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial – Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 17-18.

regional – é atravessada pelos mesmos problemas de uma história dedicada a objetos mais dilatados, fornecendo, talvez, explicações mais seguras¹⁵.

O ponto de partida para o estudo da imigração europeia no Paraná talvez seja o livro de Romário Martins “Quantos Somos e Quem Somos”, publicado em 1941, cujo interesse principal foi quantificar a população do território paranaense, tanto a de origem luso-brasileira quanto aquela proveniente da imigração realizada a partir dos oitocentos. É da autoria de Martins a proposta da cifra de aproximadamente cem mil colonos europeus entrados na região até 1934¹⁶. Contudo, em função do contexto do Estado Novo, caracterizado pela restrição à imigração estrangeira e pela política de nacionalização, o livro carrega consigo alguns estereótipos, como a observação de enquistamentos étnicos e isolamento por parte dos imigrantes europeus, afirmando seu autor que não pretendia fazer uma “crítica da colonização européia”¹⁷. O livro em questão foi lançado numa época de tendência crescente de estudos demográficos, penetrando o meio acadêmico e determinando as orientações para os estudos de grupos imigrantes no Paraná.

Outro estudo tangencial à academia é “Um Brasil Diferente”, de Wilson Martins, publicado em 1955 e já devidamente criticado por diversos historiadores pela insistência de Martins em superestimar o papel dos imigrantes europeus na formação da população do Paraná. Na definição que apresenta do ‘homem paranaense’, o autor o considera formado prioritariamente pelo caldeamento das diferentes populações imigrantes e com mínima participação de negros e índios¹⁸. Wilson Martins afirmou em todas as letras que “não houve escravidão no Paraná”; todavia, sua afirmação dizia respeito apenas ao tipo de escravidão do latifúndio monocultor, não deixando de utilizar dados e

¹⁵ WESTPHALEN, Cecília Maria. História Nacional, História Regional. *Estudos Brasileiros*. Curitiba, v.2, n.3, 1977, p. 27-29.

¹⁶ NADALIN, Sergio Odilon. *Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2002. , p. 79; BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. In: BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 371.

¹⁷ MARTINS, Romário. *Quanto somos e quem Somos, dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná*. Curitiba: Empresa Grafica Paranaense, 1941, p. 55 *apud*: BALHANA, Altiva Pilatti. Comentários à obra de Romário Martins “Quantos Somos e Quem Somos” Dados para a História e a Estatística do povoamento do Paraná. In: BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 408-409.

¹⁸ MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989, p. 108.

estatísticas da época sobre a população de cor e escrava¹⁹. No fundo, a predominância dos imigrantes europeus no Paraná não era ressaltada por seu número absoluto, mas sim pelo seu predomínio cultural, perpassando gerações e sobrepujando a porcentagem pequena do contingente de outrora²⁰.

Todavia, na academia a tendência vencedora foi a dedicada à quantificação da população, tal como no trabalho de Romário Martins, encontrando sua correspondência na história demográfica, cujo método parte de análise de dados proto-estatísticos para reconstituir os comportamentos demográficos da população, elencando para isso uma série de assuntos correlatos, como família, casamento e sexualidade²¹. A história demográfica refletia a tendência historiográfica dos anos de 1960, pautada pela quantificação e seriação da documentação, procedimento adotado para os registros paroquiais no caso dos estudos histórico-demográficos. A precursora de pesquisas sobre imigrantes e seu comportamento demográfico foi a professora Altiva Pilatti Balhana e seus diversos trabalhos sobre a paróquia de Santa Felicidade²². Tais trabalhos, justamente por lidar com uma documentação religiosa e referente a matrimônios, fizeram alguma menção às concepções religiosas dos imigrantes e sobre núcleos familiares, assuntos correlatos à cultura dos grupos imigrados. Nesse sentido, outros profissionais procederam de maneira análoga aos estudos da professora Altiva Balhana, tais como Sergio Odilon Nadalin e Ruy Christovam Wachowicz. Um analisara a documentação da paróquia evangélica luterana de Curitiba, constituída por colonos alemães, outro se deteve sobre a paróquia do Abranches, formada por poloneses. Estudo mais recente nessa abordagem foi o de Maria Luiza Andreazza a respeito dos ucranianos estabelecidos na região dos Campos Gerais²³.

¹⁹ Ibidem, p. 128-129.

²⁰ Ibidem, p. 124.

²¹ NADALIN, Sergio Odilon. História da população, história social. In: *História e Demografia; elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004, p. 75-76.

²² BALHANA, Altiva Pilatti. *Santa Felicidade: Uma Paróquia Vêneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1978. _____. A Vida Familiar em Santa Felicidade In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.II / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 347-353;

²³ Cf. NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de Origem Germânica no Brasil: Ciclos Matrimoniais e Etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001; _____. *A respeito de uma demografia histórica dos contatos culturais* In: trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP, Caxambu, 2006; WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Abranches: paróquia da imigração polonesa – Um estudo de História Demográfica*. 107 p. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1974; ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das Delícias: estudo de um grupo imigrante ucraniano 1895-1995*. 392 f. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 1996.

Em tais trabalhos, objetivou-se analisar os impactos culturais em decorrência do traslado para o Brasil sobre o grupo imigrante, bem como suas estruturas familiares, sendo o contexto imigratório muitas vezes acessório ao objetivo principal de uma história das famílias ou dos contatos culturais. Em nosso presente estudo, pretendemos deter-nos no contexto imigratório ou de colonização para a análise de nosso objeto de pesqui-sa. No primeiro capítulo, discorreremos sobre as motivações para a fundação da Colônia de Superagui e seu estabelecimento no litoral do Paraná, bem como as circunstâncias que determinaram as modificações no modo de recrutamento de trabalhadores. No se-gundo, observaremos a posição de seu fundador, Carlos Perret Gentil, em relação à su-posta crise de gêneros alimentícios na Província do Paraná. No terceiro capítulo, Supe-ragui será analisada sob a ótica de contingências pouco favoráveis, no entanto pertinen-tes à estrutura fundiária e aos projetos de colonização desenvolvidos na Província de São Paulo e no restante do Brasil. No quarto e último capítulo, observaremos a deca-dência de Superagui a partir da ausência de seu fundador e a quase ignorância de sua existência pelas autoridades provinciais.

Capítulo 1:

De Ibicaba a Superagui: uma ‘parceria’ em prol da colonização

A colonização levada a cabo em Superagui não é apenas fruto do afã de seu fundador, Carlos Perret Gentil, em obter dividendos para si – embora esse fosse seu principal objetivo. Antes de tudo, o empreendimento iniciado às margens da Baía de Paranaguá continha em si as indagações sobre a colonização europeia levada a cabo nos oitocentos, absorvendo muito das discussões acerca da utilização da mão de obra dos imigrantes e das críticas ao seu emprego. O desenvolvimento posterior de Superagui, a partir de sua fundação em 1851, demonstra-nos a absorção dessas tendências, inclinadas, de um lado, a fornecer lotes de terra a estrangeiros e, de outro, em transformá-los em força de trabalho substituta dos escravos.

1.1. Os usos e abusos dos colonos europeus no recém-criado Império do Brasil

Enquanto a América Portuguesa esteve sob a administração colonial metropolitana, a entrada de elementos de origem europeia fora restringida pela coroa²⁴. Todavia, dois movimentos migratórios oriundos do continente europeu foram bastante significativos. O primeiro deles foi devido à descoberta de veios auríferos na região de Minas Gerais, cuja atividade atraiu entre 300 e 500 mil portugueses para a América Portuguesa²⁵. O segundo movimento populacional significativo ocorrido na segunda metade do século XVIII foi a ‘colonização por casais’, com ilhéus portugueses provenientes de Açores e Madeira. Entre os anos de 1748 a 1756, ingressaram nas regiões de Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande 4.928 açorianos, aos quais, após trinta anos de delongas, foram fornecidos 250 hectares de terras²⁶. A introdução desses casais, além de objetivos defensivos contra as pretensões da coroa espanhola sobre a região sulina, tinha

²⁴ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns Aspectos Relativos Aos Estudos de Colonização e Imigração. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 245.

²⁵ KLEIN, Herbert. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 19.; NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2002, p. 56. Klein escreve que foram 400 mil portugueses, enquanto outros autores chegam a falar em 800 mil apenas na primeira metade do século XVIII.

²⁶ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Colonizar para Atrair: A Montagem da Estrutura Imperial de Colonização no Rio Grande do Sul (1845-1880)*. 165 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1996, p. 10; BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória no Brasil Meridional. In: Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.III / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 131.

como meta modificar a concepção reinante sobre o aspecto degradante do trabalho manual e da faina agrícola, sendo desestimulado o uso do trabalho escravo. Entretanto, tais providências não surtiram efeito e os casais açorianos teriam dedicado poucos esforços nos trabalhos agrícolas ou utilizado cativos²⁷.

Em 1808, as restrições ao movimento populacional caducam e, em compasso com as reformas introduzidas por ocasião da transferência da corte portuguesa ao Brasil, o então príncipe regente D. João autorizava o fornecimento de terras em forma de sesmaria aos estrangeiros, da mesma maneira que eram concedidas aos súditos da coroa portuguesa, com o fito de aumentar a produção agrícola e a população²⁸. Nesse sentido, foi incentivada a vinda de portugueses ilhéus, tal como no século XVIII, além da concessão de terras na Bahia a alemães e suíços²⁹. Porém, o maior projeto de colonização do período joanino ocorreria apenas dez anos depois da publicação do referido decreto. Em 1818, contratou-se Sebastião Gachet para o transporte de 100 famílias do cantão suíço de Friburgo, com destino à região conhecida como Morro Queimado, em Cantagalo, na Província do Rio de Janeiro.

A iniciativa redundou num fracasso completo. O Governo Português fez diversas promessas aos colonos, cumpridas parcialmente e que não conseguiram elevar do estado de indigência a população instalada em Cantagalo. A alimentação para a viagem, providenciada por Gachet e realizada com meses de atraso, contribuiu para a morte de aproximadamente ¼ dos 2 mil indivíduos encaminhados a região de Morro Queimado. A constatação do fracasso da colônia de Nova Friburgo fez com que iniciativas nesse sentido fossem desestimuladas durante os anos que antecederiam a Independência³⁰. Entretanto, nos esforços de consolidar a emancipação do Brasil, a imigração de pessoas oriundas do norte da Europa seria novamente estimulada, dessa vez com objetivo de recrutamento de mercenários e defesa contra as tropas portuguesas ainda instaladas na antiga colônia.

²⁷ OBERACKER JR., Carlos. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004, p.221.

²⁸ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns Aspectos Relativos Aos Estudos de Colonização e Imigração. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Um Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 245; LAZZARI, Beatriz Maria. *Ideologia e Imigração: reação do parlamento brasileiro à política de imigração e colonização (1850-1875)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1980, p. 31.

²⁹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: Identidade Nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002, p. 153.

³⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. Op. Cit., p. 11-12; LAZZARI, Beatriz Maria. Op. Cit., p. 32.

O casamento por procuração entre D. Pedro I e D. Leopoldina, de origem austríaca, garantiu ao Império nascente o mínimo de articulação política com os estados alemães e com a Santa Aliança. Por intermédio do major Jorge Antonio Von Schaeffer, secretário da Imperatriz, o Império do Brasil conseguiria o apoio político necessário nos Estados Germânicos para a sua independência e recrutamento de soldados e colonos. Schaeffer conseguiu aliciar 2 mil soldados e entre 6 e 7 mil colonos³¹. Desse contingente, alguns acabaram por pelejar contra as tropas lusas estacionadas em províncias setentrionais, como Bahia e Ceará, mas a grande maioria acabou por ser encaminhada ao Sul do Império. A fundação de diversas colônias na parte meridional do Brasil, como Rio Negro, Torres, São Pedro de Alcântara e – principalmente – São Leopoldo tinha finalidade estratégico-militar. José Bonifácio fora convencido por Schaeffer a criar ao Sul, uma região de litígio com os países platinos, colônias agromilitares, nas quais os colonos eram em primeira instância lavradores, mas, por ocasião de uma emergência, tomariam em armas contra os inimigos³². O engajamento dos colonos alemães nos conflitos de independência da Província Cisplatina e sua localização nas imediações do caminho do sul – do Viamão – comprovariam suas atribuições estratégico-militares³³. São Leopoldo, pelo seu sucesso e pela quantidade de pessoas engajadas, se tornaria a colônia modelo para outros projetos de colonização e, de todas as colônias formadas na década de 1820, a única que de fato conseguiu prosperar, não só servindo de reserva militar às regiões sulinas, mas também abastecendo Porto Alegre com gêneros de subsistência³⁴.

Tais projetos foram levados a cabo pelos funcionários do Império. Porém, como os fazendeiros monocultores e escravagistas, que tentavam controlar o Estado Imperial por meio do legislativo, observavam tais empreendimentos? No fundo, a política colonizadora levada a efeito nos primórdios da Independência colocava novos atores no mundo agrário brasileiro dos oitocentos, no qual o ápice da hierarquia era constituído de fazendeiros latifundiários e escravagistas. A introdução de colonos europeus para serem pequenos proprietários apenas enfraquecia o domínio de terras e de homens desta elite

³¹ OBERACKER JR, Carlos H. *A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1985, p. 172.

³² Ibidem, p. 177-179.

³³ Ibidem, p. 181;183. O contrato apresentado por Von Schaeffer aos colonos engajados evidencia a tendência militar desses empreendimentos, em especial seu artigo 5º, que prescreve: “Os Colonistas serão obrigados a pegar em armas por q jurão fidelidade a S. Mj^{de} o Imperador do Brazil, mas só q^{do} a Nação estiver em perigo; seus f^{os} nascidos no Brazil serão sujeitos ao recrutamento (conscription)” SCHÄFER, George Anton de. *Tradução dos artigos do contracto dos colonistas passado em Bremen a 20 de Agosto de 1827 por George Anton de Schäfer Enviado Imperial do Brazil*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7213.

³⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. Op. Cit., p. 14; OBERACKER JR., Carlos H. Op. Cit., p. 181.

agrária, uma vez que poderiam adquirir escravos e terras – objetos de poder de tais indivíduos – como de fato o fizeram. Tornava-se, assim, uma política nociva aos interesses dos grandes proprietários, que condenaram por diversas vezes a execução dos projetos de colonização promovidos pela burocracia imperial, considerados extremamente caros e de resultados inócuos³⁵.

Entre os críticos dos projetos de colonização estava o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, representante da Província de São Paulo, bacharel e grande fazendeiro escravocrata. Sua oposição aos gastos com a introdução de imigrantes europeus como pequenos proprietários reverberou principalmente no Conselho da Presidência da Província de São Paulo, no ano de 1828, em razão da alocação de colonos alemães na referida Província. Nessa oportunidade, Vergueiro redigiu um longo parecer contra os investimentos feitos com tal gente, uma vez que: “chamar colonos para fazê-los proprietários a custas de grandes despesas, é uma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apuro de nossas finanças (...) que se acabe o quanto antes com a enorme despesa que se está fazendo com eles”³⁶. O contingente de alemães, após as críticas com o seu dispêndio, seria dirigido para as colônias de Santo Amaro e Rio Negro, na Província de São Paulo, nas quais obtiveram poucos resultados.

Entretanto, a visão de homens como Nicolau Vergueiro tornou-se vitoriosa: a lei do orçamento imperial para os anos de 1831-1832, de 15 de dezembro de 1830, proibia quaisquer gastos com a colonização de europeus, bem como o engajamento de regimentos estrangeiros³⁷. O investimento em colonização só seria retomado com o Ato Adicional de 1834, que previa a participação das províncias nesses empreendimentos³⁸. As iniciativas em prol da imigração que surgiram no correr da década de 1830, como a citada acima, a lei de naturalização de estrangeiros e a formação de Sociedades Patrióticas para incentivar a imigração, teriam tornado a medida de 1830, segundo alguns autores, sem significado prático³⁹. Entretanto, tendo em vista que durante os anos de 1829 e 1846, a entrada de europeus no Império foi bastante diminuta e durante alguns anos

³⁵ LAZZARI, Beatriz Maria. Op. Cit., p. 33;49. Sobre as cisões no interior da elite imperial e o papel dos fazendeiros no Império Cf. ALENCASTRO, Luís Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil – volume 2*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 295-299.

³⁶ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 22.

³⁷ LAZZARI, Beatriz Maria. Op. Cit., p.49; MACHADO, Paulo Pinheiro. Op. Cit., p. 15.

³⁸ BALHANA, Altiva Pilatti *et al.* Op. Cit., p. 246.

³⁹ RIBEIRO, Gladys Sabina. Op.Cit., p. 163.

praticamente nula⁴⁰, os incentivos à imigração na década de 1830 nos parece terem obtido resultados inócuos.

Contudo, no decênio de 1840, esforços efetivos para a introdução de estrangeiros seriam realizados e, num primeiro momento, de forma independente do Governo Imperial, pelo mesmo senador Vergueiro citado acima. A partir de 1807, Vergueiro começou a adquirir propriedades rurais no interior de São Paulo, entre as quais estava a sesmaria de Morro Azul, na qual construiu o engenho de Ibicaba – que posteriormente denominaria a fazenda do senador – dedicado à produção de açúcar⁴¹. Em 1828, introduziu-se a cultura do café no empreendimento rural, dificultada em função do pouco interesse dos administradores e pelas dificuldades do recrutamento de mão de obra⁴².

Em 1840, Vergueiro introduziu em sua propriedade um contingente significativo de portugueses oriundos da região do Minho, para trabalhar no cultivo de gêneros ao lado do braço escravo. A quantidade de pessoas que afluíram em função dessa experiência varia, de acordo com alguns autores, de 80 a 70 famílias⁴³, mas o número era de fato muito inferior, perfazendo o contingente de 90 pessoas⁴⁴. As relações de trabalho a que estavam submetidos os colonos também são pouco claras. Warren Dean escreveu que os trabalhadores portugueses lavravam por pagamento de salário e como rendeiros de um lote no interior da propriedade, trabalhando ao lado dos escravos⁴⁵. Temos razões para crer que os portugueses engajados por essa época já trabalhavam com base no sistema de parceria, que marcaria as fazendas paulistas que se utilizaram da imigração na década de 1850.

A parceria, introduzida nos acordos de trabalho praticados com os imigrantes, tinha como cerne a divisão do valor obtido com a venda das sacas de café colhidas pelo colono europeu com o fazendeiro, que o contratava à razão de 50%. No caso do regime de trabalho imposto aos imigrantes, a comercialização da produção era realizada pelo cafeicultor, sendo vedada a apropriação por parte do colono do fruto de seu trabalho. Outra característica importante em relação à produtividade agrícola dizia respeito à cessão de um terreno no interior da propriedade para que o colono cultivasse mantimentos

⁴⁰ NADALIN, Sergio Odilon. Op. Cit., p. 66.

⁴¹ WITTER, José Sebastião. *A revolta dos parceiros*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 23-24.

⁴² Ibidem, p. 25.

⁴³ WITTER, José Sebastião, Op. Cit., p. 26; DEAN, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 97.

⁴⁴ VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *Correspondência enviada ao Presidente da Província de São Paulo, Jose Thomaz Nabuco D'Araujo. Ibicaba, 6 de janeiro de 1852*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7213.

⁴⁵ DEAN, Warren. Op. Cit., p. 96.

e, caso estes fossem comercializados, o fazendeiro teria direito à metade do produto da venda, tal como na produção cafeeira. Por fim, pelo contrato de parceria, os colonos europeus deveriam saldar os débitos contraídos com sua passagem para o Brasil e com os adiantamentos fornecidos pelo fazendeiro, reservando, para tal, metade de seu rendimento obtido com a comercialização de café⁴⁶.

Entretanto, menos de dois anos após a introdução dos colonos portugueses, os esforços de Vergueiro no sentido de preservar a agricultura da decadência em função “da abolição do comercio dos escravos”⁴⁷, são todos perdidos e, novamente, em circunstâncias pouco esclarecidas. Durante a revolta liberal de 1842, Nicolau Vergueiro envolveu-se e foi preso; nesse ínterim, a maior parte dos portugueses abandonou o empreendimento, acabando o senador por culpar a repressão governamental pelo fato⁴⁸. O senador, após o fracasso da experiência, retomou a ideia de complementar ou substituir a mão de obra escrava apenas a convite do Governo Imperial. O orçamento de 1846 estabelecia o crédito de 200 contos de réis às empresas de colonização, devendo tal quantia ser restituída aos cofres do Império por aqueles que a utilizassem com tal fim⁴⁹. O Império fez o convite para diversos fazendeiros que estivessem dispostos a aceitar a empreitada. Entretanto, só Nicolau Vergueiro se disponibilizou para tal.

Achando-se Vergueiro debilitado pela sua idade, convidou seus três filhos homens para fundar uma companhia de colonização com o fim de trazer colonos para o trabalho na lavoura de café a partir dos subsídios ofertados pelo Governo Imperial. Em 1846, Nicolau Vergueiro, em associação com seus três filhos – José, Luís e Nicolau – e com a Casa de Comércio em Santos, estabeleceu a Vergueiro e Cia, com sede na referida cidade e liderada por José Vergueiro⁵⁰. É por essa época que o primogênito do senador Nicolau Vergueiro iria entrar em contato com aquele que talvez fosse o maior propagandista e defensor das empresas da família paulista: o Cônsul Geral da Confederação Suíça no Brasil, Carlos Perret Gentil.

⁴⁶ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. As colônia de parceria. In: *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004, p. 246-247; HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1984, p. 112.

⁴⁷ VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. Op. Cit.

⁴⁸ WITTER, José Sebastião, Op. Cit., p. 26; DEAN, Warren. Op. Cit., p. 97.

⁴⁹ BRASIL. Lei N°369, de 18 de setembro de 1845, fixando a despesa e orçando a receita para o exercício de 1845-1846. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1845*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-369-18-setembro-1845-560471-publicacaooriginal-83297-pl.html>. Acesso em: 11/01/2011

⁵⁰ VERGUEIRO, Nicolau. *Correspondência ao Presidente da Província de São Paulo, Manoel Fonseca de Lima e Silva*. Santos, 1° de agosto de 1846. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7213.

1.2. Um certo cônsul suíço...

Carlos Perret Gentil nasceu em 19 de outubro de 1814, na cidade de Fleurier, no Cantão de Neuchatel, na Suíça, filho de Charles Louis Perret Gentil e Sofia Paulet, tendo emigrado para o Brasil por volta dos anos de 1835 e 1836, com aproximadamente vinte anos⁵¹, talvez acompanhado de seu irmão seis anos mais novo, Augusto. Com o intuito de elaborar hipóteses sobre os motivos de sua emigração para o Brasil, foi necessário um exercício especulativo que tomamos de empréstimo de Giovanni Levi: o contexto histórico usado para compreender as trajetórias individuais⁵². E esse contexto histórico reporta diretamente ao país de origem de Gentil, a Suíça.

Após as guerras napoleônicas, a Suíça teve necessidade de cobrir déficits contráídos com a totalidade do continente europeu, e uma das fontes de renda estava no comércio transatlântico, e entre os possíveis mercados encontrava-se o Brasil. Para tal, foram formadas diversas *casas de comissão*, companhias de exportação e importação de mercadorias a atacado, que, ao contrário de mercadores, não retiravam seu lucro da compra e revenda de mercadorias, mas sim do agenciamento entre compradores e vendedores nas duas partes do globo, recebendo para tal um pequeno pagamento regular e uma comissão sobre as vendas – daí seu nome. Essas casas de comissão geralmente tinham duas sedes – uma numa cidade europeia, outra no além-mar – e possuíam um forte caráter familiar, estando ambas as representações a cargo de parentes ou de suíços correligionários, isto é, protestantes huguenotes. É a partir de 1830 que tais comissionários suíços começam a afluir em maior número para o Brasil, compondo-se geralmente de homens jovens com o intuito de fazer fortuna⁵³. Tal esquema de negócios seguia o padrão dos comerciantes importadores do Império, cuja atuação era pautada pela representação das mercadorias consignadas de casas exportadoras europeias⁵⁴.

Apesar de não encontrarmos qualquer relato de próprio punho deixado por Perret Gentil no qual informasse quais foram seus propósitos em emigrar para o Brasil,

⁵¹ SILVA, Joaquim Félix da. *Certidão de naturalização do suíço Carlos Perret Gentil*. Paranaguá, 16 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 54, p. 79-83.

⁵² LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 175.

⁵³ VEYRASSAT, Béatrice. Les Suisses et la Suisse au Brésil (1817-1930). Le renouvellement des communautés d'affaires ou le recul de l'influence économique de la Suisse française. *Etudes et Sources*, 1995, n° 21, p. 12-13. Disponível em: “<http://www.amtsdruckschriften.bar.admin.ch/viewOrigDoc.do?id=80000185>”. Acesso em 08/02/2012.

⁵⁴ ALENCASTRO, Luís Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Op. Cit., p. 306.

podemos supor que sua viagem estivesse relacionada com a expansão dessas casas de comissão e que emigrara na condição de comerciante. Sua emigração individual segue a tendência geral dos imigrantes europeus que desembarcavam no Rio de Janeiro na época. A título de exemplo, os portugueses imigrados na década de 1820 no Rio de Janeiro, por exemplo, intitulavam-se em sua maioria ‘caixeiros’ ou que vinham ‘a negócio’, algo pontuado por outros imigrantes, voltados igualmente às atividades comerciais⁵⁵. De fato, Perret Gentil fora sócio da Terrisse & Cie, companhia fundada por três irmãos genebrinos que se instalaram no Brasil em 1815 e iniciaram suas atividades em 1820, com operação no Rio de Janeiro e em Paris⁵⁶. Que tipo de mercadorias a companhia fazia consignação, não sabemos precisar, mas cremos que pudesse estar relacionada com a importação de tecidos provenientes da Suíça ou exportação de gêneros tropicais⁵⁷. Entretanto, em 1844, a companhia encerraria suas atividades no Rio de Janeiro, ficando sua liquidação a cargo do suíço proveniente de Saint-Gaul e emigrado em 1830, Jakob Thoman, proprietário da Thomman, Weber & Cie, e os irmãos Terrisse concentrariam suas atividades apenas em Paris⁵⁸. Nove anos depois de ter emigrado para o Brasil, Perret Gentil foi obrigado a dedicar seus capitais em outros empreendimentos.

Enquanto esteve a cargo da Terrisse & Cie, Perret Gentil fora nomeado cônsul da Confederação Suíça em 1838, com apenas 23 anos. Gentil atendia na Rua das Violas, 78, no centro do Rio de Janeiro, onde também mantinha seus negócios⁵⁹, conferindo despachos a alguns imigrantes suíços⁶⁰ ou cuidando dos assuntos referentes ao comércio, como liquidação de empresas suíças. Acabaria por persuadir a Confederação Suíça em transformar a representação existente no Rio de Janeiro em consulado geral, elevando-se assim à frente das representações existentes em Pernambuco e na Bahia, no ano de 1840. O enviado extraordinário da Suíça, Johann Jakob Von Tschudi, em viagem ao Brasil para averiguar o estado dos imigrantes helvéticos no Império no ano de 1860, fez algumas observações sobre as atividades consulares suíças em terras brasileiras, sendo

⁵⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. Op. Cit., p. 186.

⁵⁶ VEYRASSAT, Béatrice. Op. Cit., p. 14.

⁵⁷ Ibidem, p. 20-21.

⁵⁸ Ibidem, p. 14.

⁵⁹ Indústria, Artes, Ofícios, Etc. *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro para o ano de 1851 organizado e redigido por Eduardo Laemmert*. Rio de Janeiro, Oitavo ano, 1851, p. 398.

⁶⁰ Em 1839, por exemplo, pedia para as autoridades brasileiras concederem passaporte ao suíço Francisco Monge, que tinha como destino Filadélfia, nos Estados Unidos, responsabilizando-se Gentil pela situação do mesmo. GENTIL, Charles Perret, cônsul da Suíça no Brasil. *Certidão do cônsul da Suíça, Charles Perrez Gentis, de como Francisco Monge seguia para Filadélfia*. Rio de Janeiro, 22 mar. 1839. Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos. Localização: I – 48, 21, 22.

Perret Gentil bastante criticado. Na investigação que fez nos livros do consulado estabelecido no Rio de Janeiro, encontrara os da administração de Perret Gentil repletos de lacunas⁶¹. Fez uma acusação grave aos cônsules em geral, relativa à criação de cargos de vice-cônsul sem a autorização de seu país de origem. O cargo em si era venal, e os cônsules geralmente o atribuíam a terceiros em troca de alguma retribuição, chegando a ser vendido por alguns sacos de feijão!⁶² E Perret Gentil teria sido o cônsul geral que mais se utilizara deste expediente, atribuindo vice-consulados inutilmente e a pessoas pouco ciosas das responsabilidades de seus cargos. A título de exemplo, o vice-cônsul indicado para a representação do Pará foi obrigado a pagar 400 francos para Perret Gentil. Para o Rio Grande do Sul, o nosso cônsul geral criara dois cargos de vice-cônsul, atribuídos a brasileiros, e até mesmo um dos filhos de Nicolau Vergueiro se tornou vice-cônsul em Santos, por ordem de nosso personagem⁶³.

Entretanto, a atividade consular em si não gerava qualquer rendimento aos seus ocupantes, muitas vezes selecionados entre os negociantes suíços locais. Portanto, com a extinção da companhia Terrisse & Cie, da qual Perret Gentil fora sócio, o cônsul procurou outras fontes de rendimento. Para tal, teve a ideia de criar um estabelecimento voltado à iluminação com base no gás hidrogênio, pedindo uma série de favores ao Imperador para tal empreitada. No começo de 1845, o cônsul apresentara a D. Pedro II as vantagens da iluminação feita com gás hidrogênio líquido, cuja apresentação foi feita na França em 1843 e recebera diversos comentários dos políticos do país. Confessava que suplicava alguns favores, uma vez que tinha a intenção de fundar uma fábrica na cidade fluminense de Campos, voltada à produção de garrafas e lâmpadas com o dito gás, que se iluminariam apenas com o simples contato da chama e apagariam com um único sopro, não deixando odor e produzindo uma luz mais clara que a iluminação feita com azeite ou óleo de baleia. Perret Gentil pedia como favores o monopólio da produção das lâmpadas de gás hidrogênio líquido e a isenção de direitos sobre os produtos brasileiros que utilizasse em sua produção, embora tais auxílios fossem recusados⁶⁴.

Mesmo sem o subsídio, as atividades do estabelecimento campista iniciam-se, produzindo garrafas e lampiões para a iluminação privada. Em documento posterior,

⁶¹ TSCHUDI, Johann Jakob Von. Rapport de Mr. de Tschudi, Envoyé extraordinaire de la Confédération suisse au Brésil, sur les Consulats suisses dans le dit pays. *Feuille Fédérale Suisse*. Ano 13, Volume 3, N° 63, 31 de dezembro de 1861, p. 277.

⁶² Ibidem, p. 279.

⁶³ Ibidem, p. 281; Veyrassat, Béatrice. Op. Cit., p. 36.

⁶⁴ GENTIL, Carlos Perret. *Requerimento a S.M.I., solicitando privilégio exclusivo para fabricar gás hidrogênio líquido para iluminação*. Rio de Janeiro. 1845. Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos – documentos biográficos. Localização: C – 0777, 069.

Perret Gentil afirmou que o próprio Imperador visitou a sua fábrica⁶⁵. De fato, na visita que D. Pedro II fez a Campos, em 1847, assistiu a uma peça no teatro São Salvador, iluminado pelas lâmpadas da fábrica de Perret Gentil, e até mesmo a cidade fluminense veio a ser inteiramente iluminada de lampiões equipados com o seu produto no ano seguinte⁶⁶. Durante os anos finais da década de 1840, conseguiu consolidar sua produção e destiná-la não só a Campos e Rio de Janeiro, mas a São Paulo e Santos, usando como depósito das garrafas destinadas à iluminação o mesmo número da Rua das Violas onde atendia aqueles que vinham procurar os serviços do consulado suíço. E numa dessas viagens para expandir seus negócios, o encontro com uma personalidade paulista faria com que mudasse seus negócios no futuro.

No ano de 1846, em viagem num vapor em direção a Santos, Perret Gentil encontrara José Vergueiro, nessa época presidente da Vergueiro e Cia. Foram apresentados um ao outro e discutiram diversos assuntos relativos à colonização, bem como as formas de utilizar o trabalho livre na lavoura de café em oposição ao escravo. Após a conversa, Gentil acompanhou José Vergueiro até a propriedade da família paulista em Ibicaba, distante 40 léguas de Santos, na qual encontrara 215 escravos e sete famílias de portugueses remanescentes da empreitada de 1840, estes trabalhando na lavoura sob as bases do sistema de parceria. O estado em que os encontrou agradou bastante Perret Gentil, que fora informado por José Vergueiro que a introdução de trabalhadores europeus não ficaria limitada a essa tentativa. No ano seguinte, várias famílias viriam financiadas pelo fazendeiro, cujo reembolso do investimento seria feito pelos próprios colonos⁶⁷.

Tal é a história contada por Carlos Perret Gentil de como passou a se interessar pelos assuntos de colonização em seu livro “A Colônia Senador Vergueiro: Considerações”, opúsculo dedicado ao seu anfitrião em Ibicaba⁶⁸. O livro trata de dois temas principais: primeiro, as observações de Perret Gentil a respeito da colonização, nas quais o cônsul conclui que o sistema praticado por Vergueiro seria o único passível de sucesso, uma vez que todos os demais fracassaram; e, segundo, o estabelecimento dos alemães introduzidos em 1847 e sua situação alguns anos depois. Com os auxílios provenientes dos cofres imperiais, a Vergueiro e Cia conseguiu angariar 423 colonos hamburgueses,

⁶⁵ SILVA, Joaquim Félix da. *Certidão de naturalização do suíço Carlos Perret Gentil*. Paranaguá, 16 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 54, p. 79-83.

⁶⁶ RODRIGUES, Herve Salgado. *Na taba dos goytacazes*. Niterói: imprensa oficial, 1988, p. 56;60.

⁶⁷ GENTIL, Carlos Perret. *A Colônia Senador Vergueiro – Considerações*. Santos : Typographia Imparcial de F. M. R. de Almeida , 1851, p. 31-33.

⁶⁸ Ibidem, p. 3; 31.

contando com 32 contos de réis fornecidos pelo Governo Imperial, iniciando em julho do mesmo ano as atividades da colônia Senador Vergueiro, na circunscrição da propriedade de Ibicaba⁶⁹. Em 1851, ano da publicação do livro, Gentil verificou o estado em que se encontravam os colonos introduzidos, fornecendo-nos impressões quase nababescas da vida dos alemães no empreendimento.

Primeiro, descrevera a opulência das habitações dos colonos, que teriam muitos itens que não se encontrariam nas casas de “aldeões ricos” europeus, denunciando o “grão de abastança” a que chegaram essas famílias⁷⁰. Encontrara famílias contentíssimas e felizes, que tinham víveres em fartura, não sofriam frio e nem miséria⁷¹. Durante sua estada em Ibicaba, Perret Gentil encontrara um lavrador que possuía treze escravos pedindo para ser admitido na colônia, uma vez que “no seu sítio nunca tinha podido chegar a ganhar tanto quanto um colono bem trabalhador”⁷². O elemento principal que atrelava os imigrantes à administração colonial – as dívidas em função da passagem transatlântica e dos adiantamentos feitos na fazenda – seria um ponto facilmente contornável pelos colonos europeus; em apenas três anos, não só teriam saldado todas as dívidas como teriam crédito com a companhia⁷³. Tais anúncios de uma vida fantástica sob o sistema de parceria tinham o objetivo claro de atrair colonos europeus, e a obra de Perret Gentil e suas derivações em línguas europeias foram utilizadas com esse intuito. Os relatos de Thomas Davatz e Johann Jakob Von Tschudi apontam para esta conclusão. O primeiro tinha conhecimento dos escritos do cônsul suíço, e esteve decidido a questioná-lo sobre as maravilhas que vira. Tschudi afirmara que Gentil apresentou o sistema de maneira muito favorável, conseguindo assim atrair numerosos europeus atingidos pelo pauperismo⁷⁴.

Entretanto, não bastava apenas convencer os imigrantes do sucesso da empreitada – era necessário convencer os potenciais clientes da firma Vergueiro: os diversos fazendeiros paulistas, escravocratas empedernidos que ainda estavam pouco dispostos a aceitar o trabalho de colonos europeus. Perret Gentil argumentava que os fazendeiros

⁶⁹ VERGUEIRO, Nicolau. *Correspondência ao Presidente da Província de São Paulo, Manoel Fonseca de Lima e Silva*. Santos, 1º de agosto de 1846. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7213.

⁷⁰ GENTIL, Carlos Perret. Op. Cit., p. 60.

⁷¹ Ibidem, p. 63-64.

⁷² Ibidem, p. 66.

⁷³ Ibidem, p. 90.

⁷⁴ DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono de Brasil (1850)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 149; TSCHUDI, Johann Jakob Von Tschudi. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1953, p. 140.

poderiam lucrar muito mais com o trabalho livre na base da divisão da venda do café do que com a utilização de trabalhadores escravos. José Vergueiro tinha por fim convencer outros proprietários, uma vez que mediante seu exemplo daria “uma prova incontestável contra a opinião geral, de que introduzindo uma população branca que trabalhasse a meias com o proprietário, [...] este ganhava no aumento de valor das terras e obtinha safras muito maiores...”⁷⁵.

Nesse sentido, acusações são dirigidas aos grandes proprietários, que são considerados em parte responsáveis pelo insucesso da colonização no Brasil, por seu tratamento rude com os colonos⁷⁶. O fim do tráfico de escravos e da escravidão, já vislumbrado por Perret Gentil, tornava-se mais uma justificativa para a introdução de imigrantes europeus; entretanto, esbarrava na convicção dos grandes fazendeiros, de que “os colonos não podem prestar os mesmos serviços dos escravos, e que a introdução d’aquelles tende a mudar totalmente seus hábitos, porque de necessidade deve ser todo diverso o regimen a seguir com elles”⁷⁷. Perret Gentil argumenta que, com o interesse direto dos colonos no cultivo de café, a produção dos cafeeiros poderia aumentar; se o fazendeiro decidisse continuar com o regime escravocrata, seriam necessários maiores capitais para adquirir mais escravos para lide da terra, enquanto para a introdução do sistema dos Vergueiro seriam necessários capitais menores. Por fim, argumentava que a produção decorrente da divisão da venda do café poderia ser vantajosa aos fazendeiros, uma vez que, com o trabalho escravo, a produção ficaria estacionária, ao passo que com a introdução de colonos e compra de novas terras, sua safra deveria apenas aumentar:

(...) quando se falla á maior parte dos fazendeiros na partilha dos productos com os colonos, parece que isto equivaleria a arrancar-lhes a alma [...] Calculam sómente que tem – tantos negros os quaes lhe dão um rendimento de – tantas arrobas – ; e por conseguinte substituindo-os por colonos, e dividindo os productos, apenas teriam metade d’aquelle redito⁷⁸

A insistência nos ganhos que os cafeicultores poderiam obter com a utilização dos colonos europeus, bem como nas qualidades desses trabalhadores (brancos, estáveis, industriais...), tinha o intuito claro de convencer outros proprietários não só a adotar o sistema proposto por Vergueiro, como também a contratá-lo para a remessa de tais colonos, como ocorre na década de 1850⁷⁹. De fato, são criadas durante o período

⁷⁵ Ibidem, p. 33.

⁷⁶ Ibidem, p. 6.

⁷⁷ Ibidem, p. 19.

⁷⁸ Ibidem, p.27-28.

⁷⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.125

42 colônias no interior de fazendas particulares em São Paulo⁸⁰. Entretanto, a resistência dos fazendeiros em substituir os trabalhadores escravos por colonos, mesmo europeus, persistiria por décadas a fio, mesmo que talvez fosse mais caro obter um escravo do que trazer uma família oriunda da Europa⁸¹.

O sistema de colonização posto em prática pelos Vergueiros seria tão passível de sucesso que o próprio apologista da empresa tornar-se-ia agricultor, fazendo uso das experiências obtidas pela família paulista. É o que nos afirma o próprio Perret Gentil, que, encontrando-se enfermo para dar andamento a sua fábrica de gás hidrogênio em Campos, pretendia dedicar-se “a agricultura sobre as bases do seu systema”⁸², atraindo trabalhadores novos, sendo assim útil a sua nova pátria. Garantia que seu projeto não tinha natureza especulativa, pelo contrário, era motivado pela esperança de que os colonos pudessem enriquecer com seu trabalho nas grandes propriedades. Depois de ter averiguado as causas do fracasso de todas as empresas de colonização, teve por plano estabelecer uma companhia para tal, cujo capital proviria da venda de ações. Tal companhia deveria comprar uma grande extensão de terra, com escravos ou não, para receber um grande número de colonos; cada família receberia um terreno para explorar de dimensões em correspondência com suas forças, devendo dividir seus produtos com a administração colonial; por fim, as famílias seriam responsáveis pelos custos de seu transporte e não poderiam deixar a empresa sem antes quitar suas dívidas⁸³.

Perret Gentil tinha por objetivo iniciar um empreendimento imigrantista que fizesse uso do esquema de trabalho livre posto em prática na grande lavoura, aproximando-se, dessa forma, dos desígnios e projetos de tais empreendimentos. Em função de os fazendeiros do Oeste Paulista empregarem colonos europeus como simples trabalhadores, atacavam no legislativo do Império os fornecimentos de terras a tal contingente, uma vez que se deveria atender às necessidades prementes do setor mais produtivo da economia nacional, abalado em função do fim do tráfico de escravos⁸⁴. As tentativas de colonização de áreas inexploradas ou parcialmente exploradas por colonos europeus como pequenos proprietários⁸⁵ eram empreendimentos dispendiosos com resultados de pouca monta, cujos capitais seriam melhor empregados na imigração destinada aos

⁸⁰ OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Relação das colônias existentes em 1860*. Repartição das Terras Públicas e Colonização na Província de São Paulo. São Paulo, 13 de dezembro de 1861. Arquivo Nacional – Série Agricultura: *IA⁶ 87 (código).

⁸¹ COSTA, Emília Viotti. Op. Cit., p. 84

⁸² GENTIL, Carlos Perret. Op. Cit., p. 33.

⁸³ Ibidem, p. 21-23.

⁸⁴ BALHANA, Altiva Pilatti et al., p. 240; LAZZARI, Beatriz Maria. Op. Cit., p. 69.

⁸⁵ BALHANA, Altiva Pilatti et al., Op. Cit., p. 266

grandes latifúndios. Mesmo quando o emprego da mão de obra europeia se restringia à lavoura, ainda havia discordâncias no financiamento de sua vinda pelo Governo Imperial. Os grandes potentados das províncias do Norte do Império, por exemplo, não só eram contrários à vinda de imigrantes como reprovavam o emprego do dinheiro imperial nesta atividade⁸⁶. Entretanto, por mais próximo que fosse o projeto de Perret Gentil dos empreendimentos da grande lavoura, sofreria transformações que, no fundo, distanciavam-se de grande parte dos ideais defendidos pelos cafeicultores do Oeste Paulista, aproximando-se muito da colonização que considerava inócua ou improdutiva.

1.3. Uma nova colônia, em uma região perdida pela Província de São Paulo

Vimos acima o afã de Perret Gentil em tornar-se agricultor sob “as bases do sistema Vergueiro”, como o próprio disse, bem como seu plano de formar uma companhia para tratar dos assuntos de colonização. No mesmo ano em que publicara suas opiniões a respeito da fazenda de Ibicaba, lançou-se em seu próprio projeto de colonização, no litoral da 5ª Comarca da Província de São Paulo. Por volta do mês de outubro de 1851, o cônsul desembarcou em Paranaguá acompanhado de 12 colonos suíços, que se dirigiram para a península do Superagui, distante algumas léguas da cidade portuária. O núcleo pioneiro da futura Colônia de Superagui estabeleceu-se na região em 19 de outubro de 1851⁸⁷.

Entrementes, a 5ª Comarca de São Paulo estava há algumas décadas pedindo a emancipação da referida província e sua elevação a tal categoria. As diversas manifestações defendendo a separação desde os tempos de D. João VI não surtiram efeito. Apenas quando estourou a Revolta Liberal de 1842, em função dos desagrvos dos liberais paulistas e mineiros com o Governo Imperial, medidas nesse sentido foram empreendidas. João da Silva Machado, tropeiro da região que recebera o título de Barão de Antonina, mobilizara as lideranças liberais da região em favor do Império, com a promessa de que isso acarretaria na transformação da Comarca de Curitiba em uma nova província. A proposta contou na época com a defesa do próprio Presidente de Província de São Paulo; entretanto, arrastou-se por onze anos até ser efetivada, contando com a resistên-

⁸⁶ LAZZARI, Beatriz Maria. Op. Cit., p. 54;59;65

⁸⁷ GENTIL, Carlos Perret. Mappa da Colonia de Superaguy no ano de 1858. Superagui, 3 de junho de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 59, p. 20-24. A data da criação do empreendimento de Perret Gentil, coincidentemente, cairia no mesmo dia de seu aniversário, quando completara 37 anos.

cia de parlamentares como o próprio Nicolau Vergueiro. A antiga 5ª Comarca de São Paulo passaria a ser a nova Província do Paraná, criada em 29 de agosto de 1853⁸⁸.

De fato, a nova circunscrição imperial sofreu algumas tentativas de colonização, que se distinguiam do que ocorrera na província da qual se separara. No ano de 1816, a região da 5ª Comarca recebeu 50 casais açorianos a pedido de João da Silva Machado, para se estabelecerem na região da Capela da Mata, um dos ramais do Viação, constantemente atacada por índios. Uma vez que o Barão de Antonina era tropeiro, podemos entender seu pedido. Já em 1828, com alemães remanescentes da colônia de Santo Amaro, localizada na Província de São Paulo, Machado iria instalá-los novamente na mesma região, com os mesmos objetivos⁸⁹.

Outro projeto de colonização recebido pela região, quase coetâneo ao de Carlos Perret Gentil, foi o de iniciativa do médico francês João Maurício Faivre, a Colônia Thereza, às margens do Rio Ivaí, no interior da 5ª Comarca. Argumentando que a agricultura seria a fonte de riquezas de um país e que as tentativas de colonização no Brasil tinham fracassado nesse objetivo, Faivre foi animado pela Imperatriz Thereza Cristina a constituir um núcleo que lograsse ter sucesso nessas atividades por meio de um novo sistema de colonização. Para isso, engajou 64 franceses do departamento de Jura por volta de maio de 1846, partindo em dezembro do mesmo ano com destino a Paranaguá, onde chegara em 18 de fevereiro de 1847. O projeto de Faivre, ao menos em tese, era dotado de certo idealismo⁹⁰, uma vez que a localização remota tinha como objetivo deixar os colonos afastados da venda mercantil e dos grandes centros de comércio, considerados como incompatíveis com uma colônia agrícola. O contato com vendedores e com proprietários de escravos deveria ser evitado a todo custo⁹¹.

⁸⁸ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001, p.139-147; BELOTO, Divonzir Lopes. *A criação da Província do Paraná: a emancipação conservadora*. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990, p. 55-68.

⁸⁹ BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. In: BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 363.

⁹⁰ A afirmação de que Faivre pudesse ter se inspirado em ideias socialistas utópicas parece pouco confiável. Mesmo os argumentos mostrados por Josué Correa Fernandes, de que a constituição da Colônia Thereza, pelo fato de ser afastada, agrícola e valorizar o trabalho executado com as próprias mãos, tivesse sofrido influência das ideias socialistas, carece de comprovação, uma vez que os ideais referidos eram a base de todas as colônias formadas no Império. FERNANDES, Josué Corrêa. *Saga da Esperança: socialismo utópico à beira do Ivaí*. Curitiba, Imprensa Oficial 2006, p. 100-107.

⁹¹ FAIVRE, João Maurício. *Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando uma ajuda ate a primeira colheita, os 64 colonos agricultores que formam a colonia Tereza, fundada por ele, as margens do rio Ivaly, Sao Paulo, proximo ao porto de Paranagua*. Biblioteca Nacional - Documentos Biográficos, C – 0090, 022 nº 005.

Faivre tinha recebido por empréstimo 6 contos de réis da Imperatriz e despendido 4 contos do próprio patrimônio, tornando a pedir em novembro de 1847 mais alguns adiantamentos tendo em vista o pagamento de dívidas e auxílio enquanto a primeira colheita não vicejasse, uma vez que poderiam “os actuaes habitantes da Colonia Thereza desesperando de sua sorte, abandona[r] a recém nascida povoação”⁹². É exatamente isso o que aconteceria meses depois, restando apenas seis dos franceses trazidos por Faivre. O diretor da colônia iria indicar que seu erro foi não ter procedido de uma escolha criteriosa dos indivíduos que o acompanharam, lamentando a ingratidão dos “infelizes” que trouxe, uma vez que lhes dera auxílios e terrenos gratuitos, recomendando-lhes que em 10 ou 20 anos dessem a mesma ajuda para outros necessitados. Ainda no seu propósito ‘filantrópico’, angariou brasileiros das cidades de Castro e Guarapuava, que eram “muitos mais próprios para trabalhar e viver nos sertões do que os estrangeiros”. As terras teriam sido concedidas gratuitamente a tais colonos, com a obrigação de que as lavrassem. Faivre lembrava ao Presidente de Província que sua empresa era, “motivada por hum espirito de caridade e como bem longe d’hum especulação financeira”⁹³.

Conforme pudemos ver, as tentativas de colonização na região da futura Província do Paraná pautavam-se pela introdução de colonos europeus como pequenos proprietários e em regiões ermas, e não pela imigração destinada ao Oeste Paulista, cujo fim era suprir de mão de obra a agricultura de exportação. A iniciativa de Perret Gentil, ligado à família Vergueiro e afirmando que tinha a intenção de reproduzir a experiência que vira na propriedade da família paulista, não deixa de ser, aos olhos contemporâneos, paradoxal. O ainda cônsul suíço se instalara numa região com ocupação regular há dois séculos – ao contrário de Rio Negro e Thereza – e tinha por fito uma empresa semelhante a que vira na grande lavoura. Entretanto, por diversos fatores, os planos de Perret Gentil não seguiriam a trajetória que havia delineado primeiramente.

O primeiro desafio aos desígnios do empreendedor suíço seria a aquisição da localidade em que instalou seu núcleo pioneiro, a península de Superagui, propriedade particular do inglês David Stevenson. No ano de 1815, Stevenson, associado ao também inglês Robert Ruxton, adquiriu as terras de Superagui, então pertencentes à região de São Paulo. Ambos os compradores tornaram-se senhores absenteístas, transformando a região adquirida numa fazenda de café relegada a diferentes administradores, cuja es-

⁹² Idem.

⁹³ FAIVRE, João Mauricio. *Correspondência enviada ao Presidente de Província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos*. Colônia Thereza, 4 de março de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP, p. 99-102.

cravaria montava em sua época mais produtiva a 48 indivíduos, empregados no trato de 28 mil cafeeiros⁹⁴. Entretanto, na década de 1830, a fazenda interromperia suas atividades. Stevenson, negociante em Londres, fora obrigado pela coroa inglesa a emancipar os escravos que lhe pertenciam, inviabilizando o arroteamento das terras de sua propriedade⁹⁵. A partir desse momento, podemos supor que Stevenson tencionasse vendê-la, uma vez que não lhes trazia dividendos. A oferta de vasta extensão de terras interessou Perret Gentil, que decidira verificar pessoalmente se a propriedade poderia atender aos seus planos de constituir um empreendimento de colonização e, caso atendesse, a compraria do proprietário inglês.

Diante disso, Perret Gentil, por ocasião de seu desembarque no litoral paranaense, apresentou ao comendador Manoel Antonio Guimarães, o maior exportador de erva-mate do Paraná e um dos potentados locais⁹⁶, uma autorização de David Stevenson para estabelecer-se na península de Superagui em conjunto com o grupo de colonos que engajara. O comendador elogiara a escolha da região pelo cônsul suíço para a fundação do estabelecimento, tendo em vista sua extensão – cinco léguas defronte ao mar, três de fundo – e pela abundância de madeiras. Entretanto, a região ainda não estava sob seu nome, obrigando Perret Gentil ir ao Rio de Janeiro para entrar em acordo com Stevenson para comprá-la, logo após ter deixado seus colonos para dar início aos trabalhos. Para Manoel Antônio Guimarães, esse talvez fosse o maior empecilho na formação do núcleo colonial pretendido, sugerindo o comendador outras regiões ao norte da Baía de Paranaguá, como ao leito dos rios de Guaraqueçaba, Grogossu ou Tagaçaba: “Não será pois pela falta de terrenos adequados em posição e qualidade, que o ensaio colonial do Snr^o Perret Gentil deixará de prosperar”⁹⁷.

Apesar dos temores do comendador parnanguara, o cônsul suíço obteve a região pretendida, em 14 de janeiro de 1852. No Rio de Janeiro, arrematou de David Stevenson a propriedade por 6:500\$000 réis, pagáveis em duas prestações no decorrer de três anos⁹⁸. A partir desse momento, o ainda cônsul suíço poderia se dedicar à agricultura, como escreveu na obra dedicada aos Vergueiros. Em Superagui, Perret Gentil decidiu

⁹⁴ LOPES, José Carlos Veiga. *Superagui: Informações Históricas*. Curitiba: Instituto Memória, 2009, p. 85-92.

⁹⁵ PLATZMANN, Julius. *Da Baía de Paranaguá*. Curitiba: Edição do tradutor, 2010, p. 80.

⁹⁶ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Op. Cit, p. 150.

⁹⁷ GUIMARÃES, Manoel Antonio. *Correspondência enviada ao Presidente da Província de São Paulo*. Paranaguá, 26 de janeiro de 1852. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Ofícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.

⁹⁸ 2^o TABELIONATO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Auto de Arrematação da Fazenda do Superagui*. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1852. Arquivo Nacional – Livro 169, p. 68v-69.

por instalar-se no limite setentrional de sua propriedade, próximo à Baía dos Pinheiros e à Ilha das Peças, às margens do Rio Segredo. Lá instalou seu engenho de beneficiamento de diversos produtos coloniais. Parece-nos que a totalidade dos colonos e moradores brasileiros de Superagui se instalou às margens do referido canal, uma vez que proporcionava comunicação com a Baía de Paranaguá, e também pelo fato de a agricultura ser obstada pela extensa praia deserta às margens do Atlântico.

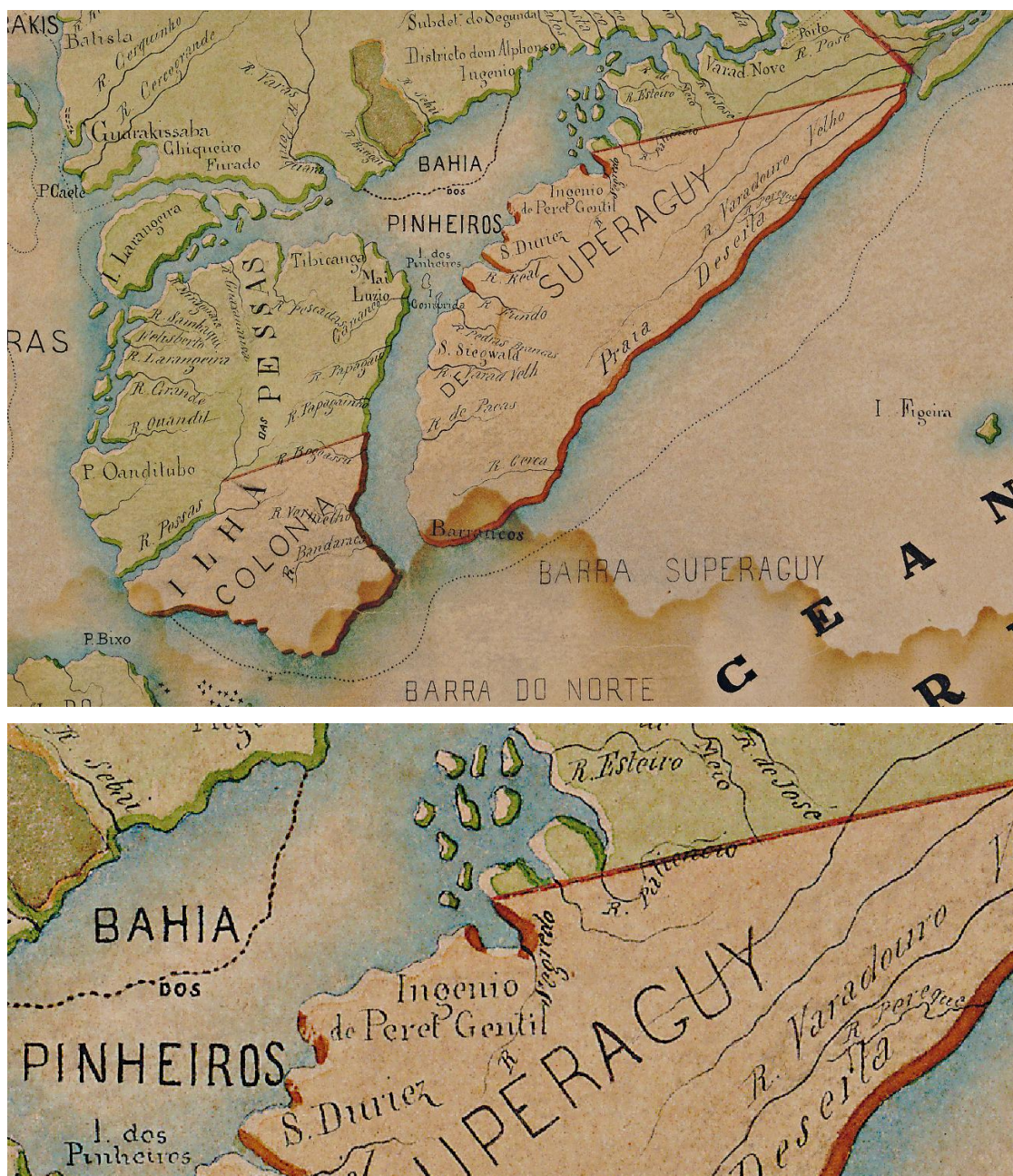
Desvencilhando-se das ocupações que podiam obstar sua nova empresa⁹⁹, Perret Gentil procedeu ao aliciamento de novos colonos estrangeiros. Começara seu estabelecimento com apenas cinco famílias, quando chegara em outubro de 1851. No decorrer do ano de 1852, recebera poucos colonos solteiros e algumas famílias, em sua maioria de origem suíça, embora houvesse alguns franceses e um dinamarquês. Por fim, um dos habitantes brasileiros da região tornou-se colono na mesma época: era Antonio Rosa, admitido como colono em 1852, e que acabaria por se tornar o primeiro proprietário definitivo entre os colonos de Superagui.

É difícil precisar os meios de recrutamento lançados à mão por Perret Gentil para angariar colonos, mas podemos supor que tais indivíduos não imigraram com sua passagem financiada pelo empreendimento de Superagui, mas sim espontaneamente. Os registros do colono suíço Guillaume Henri Michaud, mais conhecido como William Michaud, esclarecendo suas motivações em emigrar para o Brasil, são os únicos conhecidos e preservados, fornecendo-nos embasamento suficiente para tais ilações. Michaud era originário da cidade de Vevey, na Suíça francófona, e desembarcou no Rio de Janeiro em 1 de fevereiro de 1849, em companhia de seu amigo Henri Doge. Ambos imigraram em função de uma proposta de trabalho numa grande propriedade fluminense, com o intuito de cultivar o bicho da seda, indicados por comerciantes suíços já estabelecidos na cidade carioca. Porém, após um ano e meio, Michaud abandonou o seu emprego, uma vez que houve problemas no cultivo e os pagamentos efetuados eram frequentemente obliterados. Charlez Pradez, o comerciante suíço responsável pela sua vinda ao

⁹⁹ A fábrica que possuía em Campos acabou sendo transferida para o inglês Samuel Henshel, encontrando-se em atividade no ano de 1856. O cargo de cônsul geral que possuía transferiu apenas em 1853 a Jean François Emery, também negociante suíço no Rio de Janeiro, partícipe de casas de comissão e bancos. Durante os anos de 1851 e 1852, servira interinamente, sendo efetivado cônsul em 1853. Em 1855, falira o banco a seu cargo e fora afastado do consulado pela acusação de roubo de caixa. Cf. RIO DE JANEIRO. *Relatório apresentado ao Excellentissimo Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro o senhor conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino pelo presidente o conselheiro Luiz Antonio Barbosa sobre o estado da administração da mesma Província*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1856, p. 59. Veyrassat, Béatrice. Op. Cit., p. 15; TSCHUDI, Johann Jakob Von. Op. Cit., p. 277.

Brasil, sugeriu-lhe que procurasse ocupação em outras empresas suíças¹⁰⁰. Pelo exemplo de Michaud podemos supor um padrão de aliciamento de colonos para Superagui: indivíduos vindos às próprias expensas engajados em função das ligações de Perret Gentil com seus compatriotas negociantes.

FIGURAS 1 E 2 – Mapa da colônia de Superagui. Conforme podemos ver nas imagens abaixo, o núcleo colonial ocupava a maior parte da península de Superagui e a parte sul da Ilha das Peças. O Rio Segredo localizava-se pouco abaixo da linha vermelha que dividia as possessões de Perret Gentil com o resto da região.



¹⁰⁰MICHAUD, William; LAMBERT, Françoise. Chère soeur [Emma] Vevey, le 28 octobre 1848; Cher père, Rio de Janeiro, le 24 août 1850. William Michaud [(1829-1902)]: lettres, dessins et aquarelles d'un émigrant vaudois au Brésil. Vevey: Musée historique, 2002, p. 39;53.

Fonte: BRASIL. *Mappa das Bahias de Paranaguá comprehendendo a Colônia de Superagui Entrada do Mar Pequeno de Iguape*. Rio de Janeiro: Archivo da S. de Desenho, 1870.
Arquivo Nacional: 4M.0.MAP.163.

Ao mesmo tempo em que Perret Gentil recebia novos indivíduos, outros abandonavam o empreendimento. No primeiro ano de instalação de Superagui, o núcleo recebeu 20 colonos, somando-se aos vinte já existentes em junho de 1852. Entretanto, abandonaram a região nove deles, o que fez Manoel Antonio Guimarães suspeitar do sucesso da empresa e que ela pudesse estar em decadência. Em 1853, reitera as mesmas considerações que fizera anteriormente sobre a localidade escolhida para o núcleo: afirmava que era magnífica, possuindo vasta extensão de terrenos, profundidade suficiente para a construção de um porto, profusão de pescado, terras férteis próprias para todos os gêneros, madeiras em abundância etc. Entretanto, seu desenvolvimento não correspondia às expectativas. Os colonos ainda não haviam exportado nada para os mercados mais próximos, com exceção de três navios carregados de madeira. Guimarães afirmava, inclusive, que desconhecia os “contractos que tem os Collonos com o proprietario, com que condição são admitidos na Collonia, que sistema de trabalho é ahi admitido, e se esse trabalho é proprio do Collono ou do empresario para haver o interesse da terra ou vantagem do Capital que entregou”¹⁰¹.

Por mais que reiterasse que o núcleo poderia se tornar uma gigantesca povoação, introduzir novas máquinas, técnicas desconhecidas pelos caboclos da terra, Manoel Antonio Guimarães afirmara que, se a colônia prometia um desenvolvimento futuro, poderia “extinguir-se se não houver interesse e muita intelligencia na sua direcção que deve ter como movel unicamente plantar a Collonização fazer felises aquelles que procurarem esse nucleo de dar-lhes protecção e meios de subsistencia”¹⁰². As informações que Guimarães fornece são repetidas pela Presidência da Província de São Paulo, sublinhando que a colônia não prosperava, havendo seus colonos plantado unicamente para a subsistência¹⁰³. Estaria nos primeiros anos de Superagui já bem estabelecida a impressão sobre o núcleo colonial: uma empresa que não prosperava e dificilmente lograria

¹⁰¹ GUIMARÃES, Manoel Antonio. *Correspondência enviada ao Presidente da Província de São Paulo*. Paranaguá, 3 de janeiro de 1853. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Offícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ SÃO PAULO. *Relatorio com o que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Josino do Nascimento da Silva Presidente da Provincia de S. Paulo abriu a Assembléa Legislativa Provincial No dia 16 de fevereiro de 1853*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853, p. 11.

algum resultado. O relatório da Repartição Geral das Terras Públicas repetiria a mesma ideia poucos anos depois, afirmando laconicamente que o núcleo: “pouco promete”¹⁰⁴.

Entrementes, outros acontecimentos iriam marcar a nascente colônia de Superagui. Em 3 de fevereiro de 1853, encalhava na praia deserta da região o navio inglês Seine, carregado com vários tecidos para serem vendidos em Paranaguá. As preocupações com a salvação da carga ocuparam Carlos Perret Gentil e o português Domingos Affonso Coelho. Este último tinha uma propriedade defronte à colônia de Superagui, era tenente-coronel da Guarda Nacional e possuía um engenho para preparo de arroz e uma serraria. O episódio que por nós será narrado evidencia a articulação de Perret Gentil com os potentados locais e como estes poderiam lhe auxiliar em seu empreendimento, coisa que Affonso Coelho viria de fato a fazer. Decorridos três dias após o naufrágio do navio, no intuito de averiguar a situação, Gentil e Coelho se dirigiram ao ponto designado e, no meio de caminho, encontram alguns moradores das proximidades furtando as mercadorias. Ambos reagiram e obrigaram os moradores a colocar a carga em um depósito providenciado por eles, tornando-se assim Perret Gentil e Affonso Coelho os salvadores da carga da escuna e auxiliando a Alfândega de Paranaguá na retirada dos tecidos, para que estas peças fossem postas em leilão.

Para a recuperação das mercadorias, contou também a alfândega com os serviços do segundo subdelegado de Guaraqueçaba, José Alexandre Cardozo, que apreendeu alguns tecidos oriundos do navio em posse dos moradores das cercanias, procedendo a buscas para encontrar outras fazendas furtadas¹⁰⁵. O Juiz municipal, em cumprimento de uma portaria da Província de São Paulo, teria louvado publicamente os salvadores das mercadorias, Domingos Affonso Coelho e Carlos Perret Gentil¹⁰⁶; entretanto, mudaria de opinião após alguns meses. Já no início de julho do mesmo ano, todas as mercadorias foram vendidas pela alfândega, gerando uma receita de 36:434\$225 réis, dos quais os salvadores dos panos requisitaram 40% do valor, algo em torno de 14 contos de réis, amparados por árbitros nomeados pelos requisitores para lhes atribuir o ‘resgate’ de sua

¹⁰⁴ BRASIL. *Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Seção da Nona Legislatu-
ra pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Couto Ferraz*. Rio de
Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855. N.1 Mappa Estatistico das Colonias Existentes no
Império.

¹⁰⁵ FRANÇA, Tristão Martins D’Araujo. *Informações sobre a carga do navio Seine*. Paranaguá, 7 de
março de 1853. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Offícios
(1852-1872) Paranaguá, CO1144.

¹⁰⁶ FRANÇA, Tristão Martins D’Araujo. *Cumprimento da portaria de 23 de fevereiro de 1853*. Paranguá,
22 de março de 1853. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889),
Offícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.

ação benévola. Só nessa ação, Perret Gentil conseguiria obter mais de 7 contos da própria cidade de Paranaguá. O juiz municipal protestou à própria Província de São Paulo contra o valor do resgate atribuído aos salvadores, perguntando se devia cumprir o proposto ou não. Mesmo considerando aviltante o valor destinado a Perret Gentil e a Afonso Coelho, concordava que eles deveriam ter algum tipo de recompensa pecuniária, na medida do bom senso e dos serviços prestados por ambos¹⁰⁷. A aliança entre os dois proprietários rurais não ficaria restrita a esse episódio, conforme veremos nos capítulos seguintes.

Outra ocorrência digna de nota é o falecimento de um dos colonos estrangeiros engajados por Perret Gentil. Era o francês Timoteo Catenat, que tinha 21 anos quando teria sido atacado pela febre tifoide, em decorrência de uma epidemia que grassava em Paranaguá. Catenat teria dado entrada no hospital provisório de Paranaguá, aos cuidados do médico Carlos Rechsteiner, em 7 de fevereiro de 1853, sendo medicado dois dias após e perecendo no dia 23 do mesmo mês¹⁰⁸. Rechsteiner notara que o enfermo possuía uma cirurgia no pé direito, o que talvez explicasse a afirmação de Perret Gentil sobre o seu falecimento, atribuindo-o a uma doença de longa data. De qualquer modo, a morte de um dos colonos de Superagui exemplifica as afirmações de alguns autores sobre um dos elementos que pontuaram o fracasso tanto da colônia parnanguara quanto o empreendimento de João Maurício Faivre no Ivaí: o caráter insalubre das regiões nas quais os colonos foram alocados¹⁰⁹.

1.4. E Superagui não corresponde à fazenda modelo...

Observamos no item 1.2 a defesa de Perret Gentil ao sistema de parceria tal como era praticado em Ibicaba, e a confissão de nosso interlocutor em adotar tal acordo de trabalho no empreendimento de colonização que viria a formar. Entretanto, a totalidade dos empreendimentos imigrantistas realizados na parte meridional do Brasil não se pautava pelo emprego de mão de obra europeia em grandes propriedades para o cultivo de gêneros de exportação, tal como na parceria, mas sim pela venda de terrenos aos ad-

¹⁰⁷ FRANÇA, Tristão Martins d'Araújo. *Correspondência enviada a Presidência da Província de São Paulo pelo Juiz Municipal Suplente de Paranaguá*. Paranaguá, 4 de julho de 1853. Arquivo Público do Estado de São Paulo – Coleção Império. Ofícios (1852-1872) Paranaguá – CO1144.

¹⁰⁸ RECHSTEINER, Carlos. *Lista dos enfermos acometidos e tratados como indigentes da febre amarilla*. Paranaguá, 14 de março de 1853. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Ofícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.

¹⁰⁹ BALHANA, Altiva Pilatti. Aspectos da Geografia Humana do Paraná. In: BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 35.

ventícios¹¹⁰. Procederia a Colônia de Superagui de forma diferente das empresas congêneres localizadas ao sul do Brasil? Em síntese, não, embora reminiscências da experiência paulista marcassem o empreendimento às margens da Baía de Paranaguá.

Mesmo após a fundação de Superagui, Perret Gentil teria defendido que sim, seu empreendimento seguia as bases do que vira na fazenda da família Vergueiro. As afirmações nesse sentido não saíram de seu próprio punho, mas de outrem. Uma obra panfletária é publicada na Europa, promovendo a colonização para o Brasil, principalmente para o empreendimento de Ibicaba e, com menos ênfase, para a colônia de Superagui: é o opúsculo “Le Brésil en 1852 et sa Colonisation Future”, de autoria de Jean-Louis Moré. Seu autor fez diversas descrições do país aos possíveis habitantes europeus interessados em emigrar, como a formação de seu povo, sua história e, sobretudo, as informações necessárias para que prováveis emigrantes se sentissem impelidos em vir ao Brasil. Na parte que trata de Ibicaba, Moré fez questão de copiar integralmente boa parte das informações descritas por Perret Gentil em seu livro “A Colonia Senador Vergueiro: Considerações”, que, afinal, foram fornecidas pelo próprio antigo cônsul ao autor. O capítulo que se destina a Superagui é o único que recebe o nome da colônia e de seu diretor no título, chegando Moré inclusive a afirmar que Perret Gentil era seu “estimável amigo”¹¹¹.

De acordo com “Le Brésil en 1852...”, os princípios que norteavam Superagui seriam os mesmo praticados em Ibicaba. Moré chegava a ser enfático nesse sentido quando afirmava, nestas palavras: “tudo isto que relatamos com a mais exata fidelidade da colônia Vergueiro, bem como de outras Fazendas, existe realmente na colonização de Superagui”¹¹². De acordo com o opúsculo, posterior a fundação do núcleo parnanguara:

Após ter estudado com cuidado e a fundo os diversos sistemas de colonização em uso no Brasil, após ter dado uma larga preferência àquele do Vergueiro, é em pleno conhecimento de causa que o proprietário de Superagui agiu, outrossim introduziu, assim como dissemos em outra parte, todas as modificações e melhorias as quais este sistema pode ser suscetível¹¹³.

¹¹⁰ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns Aspectos Relativos Aos Estudos de Colonização e Imigração. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 245. SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1990, p. 14.

¹¹¹ MORÉ, Jean-Louis. *Le Bresil en 1852 et sa Colonisation Future*. Geneve: Chez les Principaux Libraries, 1852, p. 222.

¹¹² “tout ce que nous avons rapporté avec la plus exacte fidelité de la colonie Vergueiro, ainsi que d’autres Fazendas, existe reellement dans la colonisation de Superaguy”. Ibidem, p. 225.

¹¹³ “Après avoir étudié avec soin et à fond les divers systêmes de colonisation en usage au Brésil, après avoir accordé une large préférence à celui Vergueiro, c’est en pleine connaissance de cause que le propriétaire de Superaguihy agira, outre qu’il introduira, ainsi que nous l’avons dit ailleurs, toutes les modifications et les améliorations dont ce système peut être suscetible”. Ibidem, p. 230-231.

O trecho em referência denota – bem como a fonte por nós utilizada – que, por mais que a iniciativa colonial de Paranaguá fosse planejada em função dos arranjos de trabalho adotado nas propriedades dos Vergueiro, haveria modificações que, afinal, tornaram os acordos praticados em Superagui muito diferentes daqueles firmados em Ibicaba. A principal modificação, um verdadeiro anátema para os cafeicultores paulistas, consistia na venda de lotes de terra aos colonos, tornando-se tal prática o cerne das formas de engajamento para o núcleo colonial. Perret Gentil pretendia comercializar na Europa parcelas de sua propriedade para que os colonos viessem a se instalar nela. O terreno a ser vendido seria de quinze hectares, tamanho pequeno para os padrões de colonização ao sul do Brasil¹¹⁴, pelo valor de mil francos (algo entre 333\$000 e 360\$000 réis). Outra oferta aos possíveis postulantes à colônia seria o aforamento dos terrenos, devendo os colonos pagar uma taxa entre 60 e 30 francos (algo entre 21\$600 e 9\$900 réis), de acordo com as medidas do lote colonial, também diminutos para os padrões da colonização europeia dos oitocentos¹¹⁵. Tais acordos de concessão de terras não pressupunham a divisão do produto da venda dos gêneros coloniais, tal como na parceria, pertencendo ao colono toda a produção decorrente de seu trabalho. Acordo semelhante à parceria restringiu-se apenas a uma oferta de trabalho em Superagui veiculada na referida fonte, ainda assim, sem grande alarde.

Não havia nada mais distante da mentalidade dos proprietários do Oeste Paulista que a concessão ou venda de lotes de terra aos colonos europeus, sendo o próprio senador Vergueiro contrário à iniciativa. Devia-se antes solucionar a falta de braços para a lavoura em expansão, e não desviar um contingente propício à faina nas grandes propriedades fornecendo-lhes lotes de terra¹¹⁶. Entretanto, a família Vergueiro, por mais que fosse contrária à colonização oficial, não deixaria de estimular em parte alguns de seus princípios, pois, conforme vimos, fornecia aos imigrantes engajados uma pequena extensão de terra em suas propriedades para cultivo de gêneros. Em função desse elemento, a parceria constituía-se na amalgama da introdução de colonos europeus nos núcleos ao sul do Império e seu emprego como trabalhadores livres na grande lavoura¹¹⁷. A perspectiva de que o parceiro não apenas seria um lavrador proletarizado, mas teria acesso a um pedaço de terra que poderia cultivar como bem lhe aprouvesse, tal

¹¹⁴ SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 279.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 232.

¹¹⁶ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. As colônias de parceria. In: *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004, p. 245.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 249.

como nas colônias de pequenos proprietários, é um dos pontos de tangência entre a experiência de Ibicaba e a de Superagui, e talvez o elemento dos acordos de parceria que estimulou Perret Gentil no desenvolvimento de seu núcleo e uma das poucas características correlatas à experiência da lavoura paulista.

Tendo por base um elemento secundário dos acordos de parceria – assim presumimos – Carlos Perret Gentil daria um passo à frente nos acordos existentes na lavoura paulista, não apenas cedendo para uso parcelas de sua propriedade, mas vendendo-as aos imigrantes engajados – e, dessa forma, alterando completamente a essência do empreendimento ao qual até então se reportava. Na obra de sua autoria, analisada nas páginas acima, o antigo agente consular suíço apontara que a grande maioria dos trabalhadores parceiros tinha a pretensão de adquirir um terreno próprio para o cultivo, algo que, nas circunstâncias de então, era reprovado por Gentil. Em função das dificuldades na instalação destes pequenos sítios, os colonos acabariam retornando ao trabalho nas colônias de parceria, nas quais conseguiam prosperar¹¹⁸. Portanto, a transformação proposta para os arranjos de trabalho de Superagui tinha por fim satisfazer a principal “ambição” e o “desideratum” dos adventícios, transformando-os em proprietários de seu quinhão de terras, perspectiva partilhada por diversos empreendedores imigrantistas¹¹⁹. E, para proceder à venda de lotes de terras a colonos europeus, Perret Gentil contou com diversos apoiadores, como José Vergueiro e Jean-Louis Moré, além de outra figura importante para os negócios imigrantistas de nossos personagens, Robert Melly, sócio da casa bancária suíça George & Robert Melly Cie.

Cabia a Jean-Louis Moré o papel de divulgar aos possíveis emigrantes ofertas de trabalho para o país sul-americano, concentradas, num caso, em obter possíveis trabalhadores parceiros e, no outro, em comercializar lotes de terra. Entre as ofertas veiculadas por Moré, uma partia de uma companhia estabelecida no Rio de Janeiro por José Vergueiro e Carlos Perret Gentil, cujo principal intuito seria atrair imigrantes para trabalhar nas grandes propriedades, mas cujas atividades estariam voltadas, de maneira menos acentuada, à comercialização de terrenos da Colônia de Superagui. Nesse sentido, oferecia-se aos emigrados o emprego “em uma colônia situada sobre a costa do mar, a 75 léguas do Rio de Janeiro”, onde poderiam trabalhar à ‘metade do fruto’, e num prazo

¹¹⁸ GENTIL, Carlos Perret *A Colônia Senador Vergueiro – Considerações*. Santos: Typographia Imparcial de F. M. R. D’Almeida, 1851, p. 65.

¹¹⁹ HALL, Michael McDonald. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Columbia University, 1969, p. 61; PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.47.

de cinco anos, receberiam um lote de terras comunais de dez hectares ou, caso preferissem pagar pelo lote, “todo o produto de seu trabalho será sua propriedade exclusiva”¹²⁰. O contrato da tal companhia com os colonos engajados também previa a venda de lotes para aqueles que já possuísem recursos suficientes. Esse acordo, como a grande parte dos anúncios relativos a Superagui veiculados na Suíça, obteve êxito nulo.

Com o fim de atrair colonos, não só Perret Gentil como José Vergueiro passariam a contar com um indivíduo que viria a morar na Ilha dos Pinheiros, defronte a Superagui: o suíço Robert Melly, sócio com seu irmão George Charles Melly na casa bancária George & Robert Melly Cie. A casa bancária em questão seria sócia de Gentil no empreendimento instalado às margens da baía de Paranaguá, e os irmãos Melly forneceriam fundos ao núcleo e intermediariam as vendas de suas terras na Europa. Com relação a essa última atividade, Robert Melly defenderia a emigração e o fornecimento de terras alhures a preços módicos para combater o pauperismo no continente europeu. A emigração das classes mais desfavorecidas deveria ter como objetivo, além de ‘melhorar’ a vida dessas pessoas, afastá-las da influência do comunismo, “a mais indigna teoria, o mais reprovável dos sistemas”¹²¹, em função do qual os países europeus eram forçados a “derramar ao longe seu excedente de população e de forças, a fim de evitar toda perturbação nas relações do próprio país”¹²². Para isso, era necessário que tal população excedente emigrasse para o Brasil e não para os Estados Unidos, uma vez que aí “permanecem desde seu desembarque, isolados e reduzidos aos seus próprios recursos, tudo oposto, quando chegam ao Brasil, eles se instalarão em propriedades em plena produtividade”¹²³.

O fenômeno do pauperismo devia-se principalmente às transformações no mercado de trabalho decorrentes do avanço da Revolução Industrial, trazendo grande instabilidade aos trabalhadores industriais e aos artesãos, ameaçados pelo desemprego. A crítica oitocentista ao pauperismo não deixou de ter em si uma conotação moralizante, uma vez que se denotava a degradação completa das famílias atingidas pelo problema social que viviam em subúrbios nos quais imperavam a promiscuidade e a falta de

¹²⁰ “tout le produit de son travail sera sa propriété exclusive”. MORE, Jean-Louis. Op. Cit., p. 314-315.

¹²¹ “la plus indigne théorie, le plus réprouvé des systèmes”, Ibidem, p.282.

¹²² “à répandre au loin leur excédent de population et de forces, afin d’éviter toute perturbation dans les relations du pays lui-même”, Ibidem, p. 283.

¹²³ “demereunt dès leur débarquement, isolés et réduits à leurs propres ressources, tout au contraire, en arrivant au Brésil, ils s’installeront dans des propriétés en plein rapport”, Ibidem, p. 285.

higiene¹²⁴. De fato, a situação dos trabalhadores europeus era desesperadora e as péssimas colheitas traziam fome às classes pauperizadas¹²⁵. Todavia, a burguesia europeia de então não deixava de enxergar benefícios na emigração de populações pobres para além do Atlântico, uma vez que estas poderiam representar certo perigo, ao mesmo tempo em que aliviariam a situação dos trabalhadores que permaneciam. Com base nessas premissas, diversas instituições se engajaram em angariar recursos para o ‘único’ meio que poderia salvar os trabalhadores do pauperismo¹²⁶.

Robert Melly não intermediaria apenas a venda de terras em Superagui, atividade estofada com um verniz filantrópico, tratando de angariar capitais no próprio continente europeu para expedir os possíveis colonos engajados. Para isso, o banqueiro suíço expediu uma circular de sua autoria com o intuito de conseguir investidores que pudessem fazer adiantamentos à expedição com vistas ao Brasil. Tais investimentos seriam retornados ao final de quatro anos, a juros anuais de 4%, restituindo-se a quarta parte dos adiantamentos ao final de cada ano do acordo. Robert Melly seria o responsável pelas finanças, depositando-as no Banco de Comércio de Genebra; todavia, o resgate da soma fornecida pelos investidores seria feito apenas em Paris. No caso específico dos arranjos de parceria, eram necessários capitais europeus para o custeio das passagens dos imigrantes, fornecidos em primeira instância pelas municipalidades europeias, expediente ao qual recorreriam outras empresas de colonização¹²⁷.

¹²⁴ CASTEL, Robert. Uma Política sem Estado. In: *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 284-287.

¹²⁵ HOBSEBAWN, Eric. Os Trabalhadores Pobres. In: *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 226.

¹²⁶ HOBSEBAWN, Eric. Os Homens se Põem a Caminho. In: *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 212-213.

¹²⁷ Cf. RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização no interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986, p. 23-24.

GENÈVE.

hernies incurables :
le contraire.
(aux Annonces.)

ES.

ne avis que, dans le
prochain, il mettra en
les terrains qui ser-
l'exercice que l'Etat

suivant la division
ence du cahier des
e des guerres, hôtel
nois.
e le jour, l'heure et

le départ. militaire,
VEILLARD.

palais.

l.

la Mairie, aujourd-
à 3 h., et demain,
(982)

de la Carabine.

de l'Arquebuse et
Coulouvrenière, les
savoir :

mbres ;

représentant qu'une

heures du matin ;

es bonnes cibles, le

Commission :
ER, secrét. général.

ères publiques.

heures du matin,

TERRAIN A VENDRE.

Quatre lots, chacun de 5,000 poses à 400 toises
(1 pose = 27 ares), à 1 1/2 centime la brasse
de 6 2/3 pieds carrés.

Ces terres vierges, d'une excellente qualité, sont
sises dans la colonie de Superagui, à 8 lieues du
port de Paranaguá, dans la province de Saint-Paul,
au Brésil, qu'habite M. Charles Perret-Gentil, ex-
consul général suisse. Il nous autorise de passer acte
de vente, et s'engage de diriger par ses conseils l'éta-
blissement des colons.

Le premier lot occupe la partie sud de l'île des
Peças, à l'entrée du golfe de Paranaguá, qui est sé-
parée par le canal de Superagui ; il y a pâturage du
côté de la mer, et les élévations vers l'intérieur de
l'île sont propres à toute culture, y compris cafiers,
cane à sucre, vigne, etc. ; il y a de l'eau courante
et un étang, ainsi que suffisamment de bois.

Le second lot est sis à l'est, sur la presqu'île de
Superagui, et fait face à la mer ; il y a aboutit une
rivière navigable, en canot, jusqu'au milieu de la
presqu'île ; il y a pâturage, culture pour la cane à
sucre, riz, maïs, manioc (farine de sa racine), et d'au-
tres plantations à introduire. Une route se dirige le
long de la plage, vers Paranaguá, tandis qu'il y a
vers Cananea, au nord, communication par eau ; il y
a suffisamment de bois.

Le troisième lot fait face au canal de Superagui,
et se compose de plaines et de monts fertiles et bois-
sés, propres à toute culture : cafiers, cane à sucre,
vigne, etc. ; il y a de l'eau courante et pâturage.

Le quatrième lot occupe l'extrémité ouest de la
presqu'île ; il communique à la mer par le canal de
Superagui, qui a 14 pieds d'eau. C'est une vallée
bordée de monts boisés, et arrosée de deux rivières ;
son sol est propre à toute culture : cafiers, cane à
sucre, vigne, etc.

La position mercantile et indépendante sont les
avantages que les spéculateurs retireront de l'achat
de ces quatre lots, que nous pourrions céder séparé-
ment ; leur prix aura triple dans quatre ou cinq ans
avec une bonne gestion. (Affranchir.)
(949) ROBERT-MELLY & C^e.

Vente volontaire d'Immeubles aux Enchères.

Le lundi 5 septembre prochain, à 3 heures après
midi, en l'auberge de M. Méral, à la Belotte, les
héritiers de M. Muchada feront vendre, au plus of-
frent et dernière enchère, les terrains ci-dessus

Após o panfleto de Moré, Robert Melly renovaria mais uma vez as tentativas de comercialização dos terrenos de Superagui na Suíça, utilizando-se para tal de anúncios em jornais. Em 1853, intercedia Perret Gentil na venda de quatro lotes de terra na colônia de Paranaguá, aludindo as suas vantagens naturais, como seus terrenos férteis e abundância de água e madeira, bem como as possibilidades de valorização no decorrer dos anos.

FIGURA 3: Anúncio de venda de terras em Superagui no *Journal de Genève*.

FONTE: Terrain a Vendre. *Journal de Genève*. Genebra, 21 ago. 1853, p. 4. Disponível em: <http://www.letempsarchives.ch/Default/Skins/LeTempsFr/Client.asp?Skin=LeTempsFr&enter=true&AppName=2&AW=1343222359111>. Acesso em: 25/07/2012.

Os diversos anúncios de venda das terras na península de Superagui são indicativos das transformações sofridas no projeto inicial de Perret Gentil. Não mais o contrato de trabalhadores parceiros proletarizados, mas o emprego do contingente europeu como pequeno agricultor e dono de seu próprio quinhão de terra. Nesse sentido, o antigo cônsul suíço definiria o 'sistema' de trabalho introduzido em sua propriedade, cujo teor consistia em "aforar ou vender os lotes de terra [aos colonos], os productos são em totalidade para elles, a unica obrigação que os liga comigo alem da divida e dar me a preferencia para me vender ou fazer preparar o producto a igualdade de preço"¹²⁸. Por essa época, não são mais feitas referência ao "sistema Vergueiro" e nem mesmo críticas as formas de emprego do contingente imigrante em outras colônias diferentes daquelas praticadas na lavoura paulista, mas a defesa do procedimento adotado por Perret Gentil

¹²⁸ GENTIL, Carlos Perret. *Ofício para o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Superagui, 22 fev. 1854. Arquivo Público do Paraná, AP – 3, folhas 207-213.

para seu empreendimento. A experiência de Superagui, no fundo, tornava-se semelhante a outros empreendimentos congêneres no tempo e no espaço, como as colônias Dona Francisca e Blumenau, ou mesmo a colônia Thereza: o fornecimento de lotes de terra a colonos europeus para que fossem pequenos “proprietários”.

Indicamos acima que a venda de terrenos em Superagui poderia provir de uma característica dos acordos praticados nas grandes fazendas de São Paulo, que era a cessão de um pedaço de terra para uso pessoal do colono – posto então à venda ou aforado em Superagui. Outra característica do arranjo de trabalho paulista colocada em prática na colônia parnanguara com leve reminiscência do sistema de parceria diz respeito ao pertencimento ao próprio colono do fruto de seu trabalho. Conforme Perret Gentil escrevera, pelo sistema Vergueiro ao fazendeiro e ao imigrante caberia a ‘metade do fruto’ da venda do café, não podendo este ser comercializado de forma independente pelo colono. Em Superagui, os colonos engajados poderiam comercializar os gêneros que produziam, pertencendo-lhes assim todo o fruto de seu trabalho, interferindo Perret Gentil de maneira menos acentuada na produção dos trabalhadores engajados, sendo apenas um comprador privilegiado de tais mercadorias. Como se processaria a aquisição da produção dos imigrantes pela administração colonial nos parece obtuso, talvez por uma compra consignada do diretor da colônia, mas é demonstrativo do pouco controle da produtividade e da preferência em auferir ganhos principalmente com a venda de terras.

Chama-nos a atenção a insistência na denominação dos acordos de trabalho como ‘sistema’. A Colônia Thereza seguia por linhas parecidas. O Dr. Faivre alegava que o sistema pelo qual os trabalhos eram encaminhados no núcleo consistia em fornecer gratuitamente aos colonos um terreno por volta de 500 braças quadradas para erguer sua moradia e mais 30 mil braças quadradas de terrenos lavrados. A administração colonial fazia os adiantamentos em víveres para os primeiros anos de moradia, devendo os colonos saldar os avanços em quatro anos. A adesão a tal projeto implicava obrigações como gramar os terrenos dos pastos comuns ou manter uma produção constante de mantimentos¹²⁹. O regulamento de terras do Paraná, produzido em 1893, ainda se referiria ao engajamento de trabalhadores para as propriedades rurais como ‘sistema’, arranjos tais como salário, empreitada e parceria¹³⁰.

¹²⁹ FAIVRE, João Mauricio. *Correspondência enviada ao Presidente de Província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos*. Colônia Thereza, 4 de março de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP, p. 99-102.

¹³⁰ PARANÁ. Secretaria D’Estado dos Negocios das Obras Publicas e Colonização. *Decreto N.1, de 8 de abril de 1893*. Curitiba; Typographia D’A Republica, 1893. Anexo: Modelo de um processo de discrimi-

As cadeias de endividamento, seja pela aquisição de lotes ou adiantamento de gêneros, eram elementos correlatos ao sistema de parceria, embora fossem presentes em diversos empreendimentos de colonização – a “dívida colonial”, cuja cobrança dos colonos foi muitas vezes protelada¹³¹. Um último elemento no qual constatamos a influência da grande lavoura é a cultura que seria a principal fonte de dividendos de Superagui: o café. Perret Gentil declarara certa vez que era necessário manter os possíveis imigrantes próximos aos centros de riqueza, cultivando os gêneros que dão maiores rendimentos ao Império do Brasil. E o cultivo do café em si não chegava a ser uma grande novidade na região. Vimos acima que os ingleses de Superagui mobilizaram sua escravaria com vistas à cafeicultura. O relatório de polícia apresentado na ocasião da emancipação da Província já indicava que um dos produtos agrícolas mais cultivados na região de Guaraqueçaba era justamente o café¹³².

Enquanto tais acontecimentos marcavam Superagui, Zacarias de Góes e Vasconcellos, com a incumbência de instalar a nova Província, recebia uma série de instruções do então Ministro do Império, Marquês de Olinda, para que cumprisse em seu exercício na Presidência. Entre as diversas instruções, que tratavam sobre a construção de estradas e o fomento da economia, uma delas ordenava ao Presidente nomeado:

Deverá tratar com maior empenho dos meios de promover o aumento da população livre, indicando os que lhe parecerem mais acertados, ou consistam de núcleos de colonização estrangeira e na fundação de presídios e colônias militares, para o que apontará as localidades mais apropriadas para seus recursos ou condições de salubridade, ou que tenham por fim a catequese e civilização de indígenas¹³³.

É com os intuitos enunciados acima que Carlos Perret Gentil dirigiu-se a Zacarias para apresentar um projeto de colonização europeia para a nascente Província do Paraná.

nação de terras em conformidade com o Regulamento a que se refere o decreto N.1 de 8 de abril de 1893, p. 12.

¹³¹ BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória no Brasil Meridional. In: Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.III / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 141-142; LAMB, Robert Edgar. *Uma Jornada Civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994, p. 67.

¹³² Polícia. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, N° 34, 18 de Novembro de 1854, p. 3

¹³³ MOREIRA, Julio Estella. Conselheiro Zacarias e a instalação e organização do governo da província do Paraná. Curitiba: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, vol. XXII, 1974. Apud: MARTINS, Wilson. *A invenção do Paraná – Estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcello*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999, p. 30.

Acompanhamos acima o desenvolvimento de um determinado empreendimento de colonização partindo de uma perspectiva ‘macro’, viés pelo qual nos detivemos em alguns projetos coloniais de ordem nacional, e encerramos nossa análise em uma abrangência ‘micro’, com a instalação de uma pequena colônia e seus arranjos de trabalho. Tal abordagem permite-nos vislumbrar o quanto um projeto de dimensões modestas como a Colônia de Superagui absorveu os pressupostos de algumas iniciativas para a introdução de colonos europeus de âmbito nacional, mas desenvolveu-se de maneira contraditória com as suas intenções iniciais. O projeto de Carlos Perret Gentil imiscuía-se numa região na qual os empreendimentos coloniais até então eram de pouquíssima monta e fracassados, sendo estimulados apenas com a ascensão da região à categoria de Província. A partir da nova conjuntura política, Perret Gentil não seria apenas um simples empreendedor colonial, mas passaria a propor e tentaria influenciar as diretrizes em torno do projeto colonizador provincial.

Capítulo 2:

Superagui e a política de abastecimento com base no trabalho imigrante

Nas páginas acima acompanhamos o início de um projeto colonial cujos resultados foram diferentes dos anseios originais de seu fundador. Por mais que a constituição de Superagui tivesse raízes na imigração incentivada na lavoura paulista, seguiu seus próprios desígnios e distanciou-se significativamente das experiências que tentara imitar, guardando destas apenas alguns resquícios. No primeiro capítulo observamos a fundação da colônia de Superagui sobre a pressão de dois modelos concorrentes de colonização europeia. Seus desdobramentos posteriores seguiram algumas tendências desses projetos discordantes de âmbito nacional. Nesta parte trataremos especificamente da colônia de Superagui em face das demandas por colonização no âmbito regional da província do Paraná, cuja justificativa econômica repousava no estado decadente da agricultura e na escassez de gêneros de consumo. E justamente Carlos Perret Gentil foi um dos maiores entusiastas da colonização europeia para atender a tal fim.

2.1. Um Paraná Diferente: a proposta de introdução de colonos de Carlos Perret Gentil

No que tange à região do Paraná, Carlos Perret Gentil foi pioneiro em vários ramos de atividade: o primeiro a fundar uma colônia sem amparo governamental e de iniciativa totalmente particular, a inspirar-se na grande lavoura para fazer sua experiência, a fazer com que colonos cultivassem café para a venda nas paragens mais próximas, bem como atrelá-los a cadeias de endividamento. Seria Perret Gentil também o primeiro a propor um plano de colonização para a nascente Província do Paraná, pouco mais de dois meses após a sua emancipação de São Paulo. Embora o plano ficasse apenas no papel, logrou conquistar seu espaço na historiografia paranaense, evidenciando os objetivos da atividade imigratória na região. Em suma, apresentou o ‘sentido da colonização’ europeia para a nova circunscrição política.

O antigo cônsul remeteu uma série de considerações sobre o assunto de colonização ao então Presidente de Província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, com o intuito de renovar a produtividade agrícola da região. Argumentara que seria a colonização a chave fundamental para o progresso dos países despovoados, que tirariam dela o desenvolvimento, e o Paraná teria, mais do que qualquer outra província do Império, “neces-

sidade de um forte impulso para lhe fazer sair deste estado de abandono no qual tem estado há muito tempo a antiga Comarca de Curitiba e que tem resultado na nulidade sobre o que diz respeito à agricultura”¹³⁴. Perret Gentil observara que há algumas décadas havia grandes plantações de trigo e de café, além de uma produção avultada de víveres. Entretanto, a nova região encontrava-se, na década de 1850, tributária das províncias mais próximas para obter gêneros de alimentação básica, como Santa Catarina e São Paulo.

Tendo em vista as qualidades geográficas do Paraná, que poderiam não só fornecer os alimentos importados pelo Império, bem como aqueles produzidos sob o calor dos trópicos, Perret Gentil considerava uma verdadeira anomalia o estado da agricultura, perfilando as causas do problema. Primeiro, acusaria os grandes proprietários, cuja responsabilidade recaía sobre a coordenação das atividades agrícolas com o intuito de “não deixar os homens e a cultura cair no marasmo”¹³⁵. Segundo, a ‘falta de braços’ para propiciar todas as vantagens que o Paraná poderia retirar da produção agrícola:

...precisa-se de cultivadores e de braços, [pois] a vontade é justamente o que falta nesta província, que é pouco povoada e cujos habitantes mesmo são pouco inclinados para os trabalhos da terra, preferindo de um lado criar o gado e do outro inclinar-se a derrubar árvores ou fazer a exploração do mate. Se mesmo estes homens se pusessem um pouco na agricultura, eles não seriam mais que maus agricultores¹³⁶.

Esse fato somado à cessação do tráfico de escravos, impedindo a renovação de braços para lavoura, anunciaria um período de escassez na produção agrícola, que já se encontrava em estado ‘decadente’. Em suma, suas ideias apresentavam sua própria *cosmogonia* da economia paranaense, por vezes corroborada em pesquisas contemporâneas¹³⁷. Em pouco mais de dois anos de vivência nas proximidades de Paranaguá, con-

¹³⁴ “besoin d'une forte impulsion pour le faire sortir de cet état de délaissement dans lequel a été longtemps l'ancienne Comarca de Curitiba et qui a résulté à la nullité sous le rapport de la culture”. GENTIL, Carlos Perret.. *Ofício para o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Superagui, 22 fev. 1854. Arquivo Público do Paraná, AP – 3, folhas 207-213.

¹³⁵ (...) “ne pas laisser tomber les hommes et la Culture dans le marasme”. Ibidem.

¹³⁶ (...) “faut des cultivateurs et des bras, puis la volonté c'est justement ce qui manque dans la province qui est peu peuplée et dont les habitants même sont peu inclinés pour les travaux de la terre, préférant d'un côté élever les bestiaux et de l'autre pencher tirer des bois ou faire l'exploitation du mate. Si même ces hommes si mettaient un peu à la Culture, ils ne feraient jamais que de mauvais agriculteurs.” Ibidem.

¹³⁷ Utilizamos *cosmogonia* não no sentido atribuído por Carlo Ginzburg às ideias de criação do mundo descritas por Menocchio em seu trabalho clássico “O queijo e os vermes”, mas sim como visão de mundo de Perret Gentil; entretanto, a análise do pensamento do antigo cônsul e as razões para tal, alicerçadas em grande parte em sua realidade circundante quanto em seu arcabouço cultural, não deixam de ser análogas ao estudo do historiador italiano sobre o moleiro friulano. Cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 95-103.

seguira observar uma situação que grande parte de trabalhos historiográficos corroborariam.

Após o fim das explorações auríferas na segunda metade do século XVIII, a região de Paranaguá dedicou-se à agricultura de subsistência, sendo a farinha de mandioca o principal artigo de exportação da região, bem como a principal responsável por manter o seu incipiente comércio, abastecendo Bahia, Rio de Janeiro e Santos com sua produção diminuta¹³⁸. A pouca produtividade da farinha, somada à pobreza passada pela vila, fez com que algumas vezes a Câmara de Paranaguá proibisse sua exportação, ou mesmo obrigasse seu plantio¹³⁹. A farinha de mandioca tornar-se-ia o maior produto de exportação de Paranaguá, sendo o artigo exigido inúmeras vezes por outras vilas do Brasil; entretanto, a produção mal conseguia atender às demandas locais.

A produção paranguara não se restringira apenas à farinha de mandioca. Ao final do século XVIII e início do XIX, tentou-se o cultivo de arroz no litoral e de trigo serra acima, além da produção de aguardente. Em fins do século XVIII, a produção de trigo constituiu a maior parte do excedente agrícola do planalto dirigido ao litoral, mas, ao final da década de 1820, restavam poucos indícios dela, principalmente em função da praga da ferrugem¹⁴⁰. Porém, a posição de Paranaguá (e, por conseguinte, da 5ª Comarca) como fornecedora de gêneros mudaria drasticamente no início do século XIX, a partir do escoamento da produção ervateira aos países platinos pelo litoral paranaense. Desde o século XVIII, os habitantes de Curitiba traziam as congonhas colhidas nos ervais do planalto para serem vendidas no litoral. Contudo, apenas com a chegada do argentino Francisco de Alzagaray em Paranaguá, no ano de 1820, quem introduziu as técnicas de beneficiamento em voga nas repúblicas da América Espanhola, é que a produção para essas regiões se intensifica¹⁴¹. As restrições políticas do Paraguai à exportação da erva-mate para Buenos Aires, encarecendo-a enormemente, fizeram com que os negociantes platinos procurassem outros mercados exportadores, como o Brasil, explicando assim a presença de Alzagaray na região¹⁴². Dessa forma, a erva-mate transformava-se já nas primeiras décadas do século XIX no principal produto de exportação da região, impulsionando assim a criação de engenhos de soque para seu beneficiamento.

¹³⁸ BALHANA, Altiva Pilatti. WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota Prévia ao Estudo da Expansão Agrícola no Paraná Moderno. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.II / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 140.

¹³⁹ WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria da Cultura, 1998, p. 207; 214, 215.

¹⁴⁰ BALHANA, Altiva Pilatti. WESTPHALEN, Cecília Maria. Op. Cit., p. 139-140.

¹⁴¹ WESTPHALEN, Cecília Maria. Op. Cit., p. 164-165.

¹⁴² Ibidem, p. 235.

O desenvolvimento da produção ervateira foi muito expressivo na região do Paraná. A exportação do mate paranaense, no decorrer da década de 1850, correspondia quase à totalidade do mate comercializado pelo Brasil, sendo as exportações para o interior do Império mínimas. Foi a produção ervateira um dos pilares e um dos argumentos que propiciaram a transformação da Comarca de Curitiba em província¹⁴³. A partir da primeira metade do século XIX, a farinha de mandioca, que era um produto de exportação, passou a representar um dos gêneros de importação de Paranaguá, ao lado da farinha de trigo, outro gênero frequentemente exportado, denotando a decadência da produção de víveres. Em 1826, enquanto a importação de fazendas correspondia a 71,1% do valor total (principal artigo importado por Paranaguá), a farinha de mandioca representava 6,2%, constituindo-se no segundo artigo de importação naquele ano, acompanhada pela importação da farinha de trigo e do toucinho¹⁴⁴. No ano de 1848, a exportação ervateira correspondia a 83,4% do valor total da carga expedida pelo porto de Paranaguá, enquanto a farinha de mandioca representava apenas 0,1% das exportações, o feijão representava 0,2% e o milho correspondia a 0,3%. As exceções eram os novos produtos como a aguardente e o arroz, o primeiro representando 1,2% das exportações e o segundo 3,7%, constituindo-se este no maior gênero alimentício exportado por Paranaguá¹⁴⁵.

A percepção de Perret Gentil de que a cultura do mate – além da pecuária e da madeira – desviava esforços que podiam ser utilizados na agricultura, coincide com algumas inferências da historiografia paranaense¹⁴⁶. De fato, a colheita da *ilex paraguariensis*, que cobria boa parte do planalto paranaense, era uma alternativa mais rentável do que a prática da agricultura para a população mais pobre da região, principalmente em função de os mercados urbanos de gêneros serem restritos. A atividade ervateira se firmou como a principal fonte de renda para boa parte da população, sendo uma atividade sazonal na qual boa parte da população livre paranaense se dedicava com afinho por apenas alguns meses, o que lhes garantia rendimento suficiente para ter acesso a alguns produtos no decorrer do ano. Em seu tempo restante, cuidavam de uma agricultura muito restrita e da criação de animais¹⁴⁷. O comércio ervateiro estava nas mãos de alguns comerciantes de Paranaguá; contudo, a produção ervateira em si não exigia grandes

¹⁴³ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 32-34.

¹⁴⁴ WESTPHALEN, Cecília Maria. Op. Cit., p.116.

¹⁴⁵ Ibidem, p.121.

¹⁴⁶ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Op. Cit., p. 35.

¹⁴⁷ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando Iras Rumo ao Progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paraense, 1829-1889*. Curitiba: Editora UFPR, 1996, p. 46-47.

investimentos e nem conhecimentos técnicos, sendo praticada por diversos produtores artesanais autônomos. O que os comerciantes faziam era apenas comprar a produção desses pequenos produtores, seguindo o esquema do *putting-out*, anterior à fábrica na Revolução Industrial, e que, por sua vez, antecederia a indústria ervateira paranaense, iniciada a princípio com os engenhos de soque e que se utilizara grandemente do trabalho livre já em meados do século XIX¹⁴⁸.

Apesar da ascensão econômica do mate na primeira metade dos oitocentos, ainda era a pecuária que influenciava sobremaneira a região em questão. A transumância dos muares provenientes do caminho do Viamão desempenhou um papel importante na ocupação dos Campos Gerais, servindo o Paraná principalmente como um território de passagem para as tropas em direção ao mercado de Sorocaba, atividade na qual os proprietários obtinham maiores rendimentos do que com a criação de reses. Com isso, os proprietários de terra obtinham rendimentos apenas do aluguel de suas fazendas para a prática de invernagem das tropas provenientes do Sul, sejam de gado muar ou bovino¹⁴⁹. As somas invertidas dos tributos provenientes da pecuária teriam um grande impacto sobre as finanças da nascente província¹⁵⁰, tanto que a elite política paranaense era oriunda em sua maioria dos grandes proprietários dos Campos Gerais, tal como o primeiro senador paranaense, o Barão de Antonina¹⁵¹. Contrariando o quadro ensaiado pela produção ervateira, que empregava em larga medida o trabalho livre, o criatório e a invernagem dos Campos Gerais se utilizavam, em grande parte, do braço escravos para suas atividades, gerando pouquíssimos excedentes agrícolas¹⁵².

Em relação à escravidão paranaense, a maior parte do contingente escravo estava concentrada na região de Serra Acima, dedicada num caso na agricultura de subsistência e noutro nas atividades da pecuária. Era a pecuária que concentrava os plantéis com maior quantidade de escravos, cujo trabalho estava voltado à vigilância do gado nas pastagens dos Campos Gerais e ao emprego em serviços esporádicos. Por outro lado, a grande maioria dos proprietários escravocratas dedicava-se à agricultura de subsistência, que muitas vezes cultivavam para seu próprio sustento ou produziam excedentes para troca em mercados locais. Ainda que o Paraná fosse pontuado de pequenos senho-

¹⁴⁸ Ibidem, p. 42-43;50.

¹⁴⁹ PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981, p. 71-72.

¹⁵⁰ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Op. Cit., p. 55.

¹⁵¹ OLIVERA, Ricardo Costa de Op. Cit., p. 148;163; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Op. Cit., p. 21.

¹⁵² SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Op. Cit., p. 83.

res, 80% dos fogos não possuíam escravos e aproximadamente 60% dos proprietários possuía entre 1 e 4 cativos. Tais padrões de escravaria eram característicos de economias muito pouco envolvidas na agricultura de exportação, explicando-se assim a presença majoritária de escravos crioulos e originários do próprio Paraná, sendo praticamente inócuo o impacto do tráfico de escravos na região¹⁵³.

A interpolação das ideias de Perret Gentil com as informações descritas acima foram importantes para que pudéssemos perceber a predominância dos setores econômicos mais fortes da região paranaense e como estes desviavam as atenções dos homens da época. Pelo que podemos inferir do exposto acima, a produção agrícola com vistas ao abastecimento era diminuta e rarefeita. Para contornar este problema, defende Perret Gentil, era preciso investir não em novas técnicas de cultivo ou na ocupação de terras ainda não exploradas, mas sim na introdução de novos atores que pudessem corresponder às expectativas de crescimento da lavoura e abundância de gêneros: era preciso trazer colonos europeus para remediar o problema. Para Gentil, a agricultura era a base de todas as riquezas do Brasil, fator do progresso e desenvolvimento de uma nação, bem como “a fonte do bem-estar geral, da moralização do povo e de seu progresso intelectual”¹⁵⁴. Tal estado de coisas deveria suscitar, tanto em “V.E. como no Governo Provincial”¹⁵⁵, a necessidade de fomento da colonização.

Segundo Perret Gentil, o Império do Brasil tinha feito poucos esforços no sentido de facilitar a colonização e mesmo dar impulso e direção suficientes para que prosperasse. O país tinha agido de maneira indecisa, fraca e sem preparo nas suas tentativas de colonização, sendo culpado nos fracassos que enfrentara com tais empresas. Mesmo assim, indivíduos em solo europeu a favor do Brasil atuavam no sentido de mostrar o país em seus verdadeiros aspectos, preparar os possíveis emigrantes para a realidade que os esperava, ao mesmo tempo fazer frente às inúmeras críticas que a emigração para o Brasil já recebia por essa época. O próprio Perret Gentil atuara para desfazer a imagem negativa da vida que os europeus levavam no Império, distribuindo escritos de seu próprio punho a diferentes pessoas, enfrentando os três inimigos principais da emigração para o Império, que eram “a inércia do Governo para dar uma impulsão [à colonização],

¹⁵³ GALARDO, Darío Horacio Gutiérrez Gallardo. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. 180 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986, P. 38;47;

¹⁵⁴ (...) “la source du bien-être général, de la moralisation du peuple et de son avancement intellectuel”. GENTIL, Carlos Perret. Op. Cit.

¹⁵⁵ “V. E. aussi que le Gouvernement Provincial”. Ibidem.

a astúcia e a atividade dos agentes americanos somados aos difamadores inimigos da emigração para o Brasil”¹⁵⁶.

Para conseguir a colonização tão desejada, o Império deveria necessariamente fazer alguns sacrifícios pecuniários, conseguindo desfazer todos os embaraços que poderiam ocorrer aos candidatos a esse tipo de empresa. Assim, Perret Gentil faz considerações sobre as questões de colonização e imigração para o Brasil como um todo; contudo, pretendia sensibilizar outro governo – o provincial, não o imperial – para obter investimentos para a atividade. A tendência em criticar a iniciativa do Governo, considerado inepto e pouco disposto a favorecer o tema, era algo que acompanharia os escritos do antigo cônsul durante toda a sua vida, e que se tornariam mais agudos com os fracassos em seu empreendimento. O fato é que Perret Gentil, como um colonizador que teve o interesse na empreitada por iniciativa particular, assim como Vergueiro, reclamaria grandemente dos auxílios dirigidos a essas empresas, considerados sempre insuficientes ou mesmo inexistentes.

Nem podia ao menos contar o Brasil com uma imigração espontânea proveniente da Europa, justificando-se assim, mais uma vez, a necessidade de investimentos com a introdução de colonos europeus. A comparação com os Estados Unidos, onde ocorria uma imigração avultada, e o Brasil, que penava para se firmar como destino dos colonos europeus, fornecia mais argumentos para o financiamento da colonização. Para os Estados Unidos as passagens costumavam ser três vezes mais baratas do que as com destino ao Brasil. Se uma família decidisse emigrar com destino ao Império, além de ficar sobrecarregada com a dívida, deveria ainda possuir capital suficiente para se sustentar enquanto não obtivesse meios para vender a sua produção agrícola, o que faria com que muitas famílias resistissem ao empreendimento. Era necessário tutelar de alguma maneira essa imigração, não deixá-la jogada a sua própria sorte.

Por isso mesmo, Perret Gentil criticava a posição do Império no que tange à importância dada à Lei de Terras como possível atrativo para imigrantes, acusando tal perspectiva de ser “uma ilusão profunda”¹⁵⁷. Haveria sempre para os imigrantes dificuldades de comprar lotes de terra para si, em função dos embargos diversos com o poder local. Gentil, mais uma vez reiterando a impossibilidade de contar com uma imigração espontânea, afirmava:

¹⁵⁶(...) “l’inaction du Gouvernement pour donner une impulsion, l’astuce et l’activité des agents américains plus les diffamateurs ennemis de l’émigration pour le Brésil”, Ibidem.

¹⁵⁷ (...) “une illusion profonde”, Ibidem.

Não é após a instalação de vários lotes de emigrantes que outros virão por eles mesmos pelo relato dos primeiros que a lei poderá ser utilizada pelos colonos. Uma ajuda e uma impulsão devem ser dadas pelo Governo para a introdução dos primeiros lotes e para estabelecer o fluxo emigrante¹⁵⁸.

Os parágrafos acima demonstram a percepção de Perret Gentil acerca de uma questão importante para as autoridades imperiais: a diferença entre a imigração espontânea e a imigração subsidiada; aquela feita a expensas da própria família de imigrantes, a outra feita com os recursos do Governo Imperial. Os projetos de colonização foram atacados, por pessoas no interior da burocracia imperial, pelo fato de serem empreendimentos caros, que ‘sangravam os cofres públicos’ e, muitas vezes, não tinham possibilidade de retorno¹⁵⁹. A importância dos núcleos coloniais formados pelo Governo Imperial seria a de fazer propaganda para atrair colonos europeus por conta própria, funcionando como centro de atração de imigrantes vindos a suas expensas¹⁶⁰. Entretanto, pelas linhas acima, percebe-se que, tal como Perret Gentil defendia, a imigração feita à custa dos próprios colonos, atraídos pela disponibilidade de terras, era, no mínimo, fruto de uma grande ingenuidade. A sua administração à frente de seu empreendimento colonizador talvez tenha contribuído para a formação dessa convicção pessoal, uma vez que seu modelo de negócio pautava-se apenas pela venda de terrenos a imigrantes “espontâneos”, visto que nunca tinha previsto adiantamento de passagens.

No caso do Paraná, a situação do problema imigratório tornava-se mais grave, uma vez que não podia contar com os fazendeiros da região para contratar imigrantes, principalmente pela falta de grandes proprietários dispostos a empregar colonos europeus para a faina agrícola, dado que os já existentes dedicavam-se à pecuária e a invernagem. Em outras palavras, não se podia contar com o sistema de parceria para que os particulares atraíssem braços. Nesse sentido, Perret Gentil narra-nos uma suposta correspondência oriunda da Suíça, na qual podemos observar as inflexões em seu próprio projeto de colonização. Nessa carta, um dos amigos do remetente do ex-cônsul suíço desejava comprar uma propriedade nas cercanias de Paranaguá, que

¹⁵⁸ “Ce n’est guère qu’après l’installation de plusieurs lots d’émigrants et qui d’autres viendront d’eux mêmes pour les rapproches des premiers qui la loi pourra être utilisée par les colons. Une aide et l’impulsion doivent être donnés par le Gouvernement pour l’introduction des premiers lots et pour établir le flot émigrant”, Ibidem.

¹⁵⁹ LAZZARI, Beatriz Maria. Op. Cit., p. 54-55

¹⁶⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. Op. Cit., p. 67-69.

tivesse bastante extensão e cafeeiros para ocupar 200 colonos de todas as idades e onde ainda encontrasse 10 escravos e algum gado. A pessoa que deseja fazer esta aquisição como a cultura dos gêneros coloniais, me transferirá as 200 pessoas para que sejam estabelecidas na propriedade com o sistema parceria.¹⁶¹

Os temores de Perret Gentil quanto ao sucesso dos planos de seu compatriota não se concentravam na impossibilidade de encontrar uma propriedade com tais características, mas sim no sistema de trabalho a ser introduzido: a parceria. Se fora ardoroso defensor há poucos anos do sistema, chegando a declarar que seu plano tinha por base a experiência da família Vergueiro, afirmara desta vez que “O sistema parceria só pode convir se for possível instalar os colonos sobre terras que têm produção imediata”¹⁶². Esse é mais um indicativo das inflexões na colonização de Superagui e como sua iniciativa estava alicerçada nas experiências da grande lavoura. Porém, pelo fato dos rendimentos de seu proprietário não poderem depender exclusivamente da produtividade agrícola – tal como na parceria – a solução encontrada seria vender pequenos lotes aos colonos engajados.

Se o sistema de parceria não seria mais o ideal para as relações de trabalho dos colonos europeus, o criado por Perret Gentil para a sua propriedade – e, como vimos, sucedâneo da parceria – seria o ideal para a totalidade do Paraná. Com tal sistema de trabalho, viria a se estabelecer uma colonização “que dá a segurança aos colonos para o seus estabelecimento e sua prosperidade, bem como ao país que os recebe e as pessoas que os ocupam”¹⁶³. A necessidade de estabelecer seu sistema frente ao de parceria levou Gentil a fazer elucubrações mais altas, como, por exemplo, referir-se à atuação das municipalidades européias ante o problema emigratório. As municipalidades europeias tendiam a fornecer os adiantamentos de viagens às pessoas encaminhadas à grande lavoura, pelo sistema de parceria, mas poderiam ser convencidas a despende um pouco com grupos de imigrantes que fossem demandados por outro sistema de trabalho. Para se fazer a colonização no Paraná, poder-se-ia contar com os adiantamentos das municipalidades, ou mesmo com as próprias economias dos colonos que, no entanto, seriam insuficientes para dar ensejo a uma empresa de colonização. Outras fontes de recursos

¹⁶¹ (...) “ayant assez d’étendue et de Cafiers pour occuper 200 colons de tout âge et où il trouvait encore 10 esclaves et quelques bestiaux. La personne qui désire faire cette acquisition comment la culture des denrées Coloniales et m’amoverait les 200 personnes pour les établir sur la propriété avec le Système Parceria”. GENTIL, Carlos Perret. Op. Cit.

¹⁶² “Le Système Parceria ne peut convenir que lorsqu’on peut installer des colons sur des terres qui ont rapport immédiat”, Ibidem.

¹⁶³ “qui donne de la sécurité aux colons pour l’établissement et leur prospérité, aussi qu’au pays qui les reçoit et aux personnes qui l’en occupent”, Ibidem.

seriam necessárias para auxiliar os colonos enquanto não pudessem contar com os frutos de seu próprio trabalho. Tais adiantamentos poderiam mesmo ser obtidos na Europa e, para tal fim, era necessária uma intervenção radical do Governo Provincial.

Nessa direção, Perret Gentil indicaria os procedimentos ideais a serem adotados pela província do Paraná. Para coadjuvar a colonização, o Governo Provincial deveria despende anualmente uns 30 contos de réis para financiar a vinda de 500 a 600 famílias, sendo tal soma destinada a pagar os custos com seu transporte, instalação e sustento. Além do investimento necessário, deveria o Paraná conceder lotes de terra em diversas colônias às famílias imigradas. Para tal, deveria ser formada uma direção competente a cargo desse projeto, com pessoas capazes de organizar os investimentos feitos e responsáveis pelos capitais empregados, além de fornecer todos os auxílios necessários aos colonos e determinar as bases contratuais que regeriam o trabalho entre os colonos e a direção colonial.

Aparentemente, o projeto de Perret Gentil não oferecia nenhuma grande novidade em comparação com outros projetos de colonização encampados em diferentes províncias. No entanto, outros traços de seu projeto nos mostram que o cônsul suíço, no momento que procurava persuadir a Presidência a realizar um projeto colonizador, tentava obter algumas vantagens pessoais nas propostas que oferecia para apreciação. Por exemplo, Gentil defenderia o estabelecimento dos colonos em núcleos coloniais, primeiramente “começando da costa e avançado pelo interior em proximidade com as estradas e cidades”¹⁶⁴. Se o diretor de Superagui propõe que sejam desbravadas primeiramente as terras do litoral ao invés do planalto, pretendia, no mínimo, obter alguma vantagem com o plano de colonização que propunha: colonos oferecidos pelo próprio Governo Provincial. Assim, os problemas de engajamento de contingente imigrante para a colônia de Superagui estariam resolvidos.

Outro ponto no qual detectamos a influência da experiência de Perret Gentil na direção de sua colônia, e mesmo seu conhecimento sobre a região, era a escolha dos gêneros a serem cultivados pelos colonos então estabelecidos. Enquanto as colônias de ‘Serra Acima’ deveriam cultivar cereais, criar gado e produzir queijo e manteiga, as de ‘Serra Abaixo’ deveriam cultivar gêneros coloniais. Superagui tinha por fonte econômica justamente a produção de tais gêneros, como cana, fumo, mas, principalmente, café, justamente por acreditar que este cultivo era a principal fonte de riquezas do país. O fato

¹⁶⁴ (...) “commensants de la coté et d’avançant dans l’interieur à proximite des routes et de villes”, Ibidem.

de Perret Gentil aludir a um Paraná que está além da Serra do Mar e outro que está abaixo demonstra que o antigo cônsul tinha uma percepção bastante acurada sobre a região na qual fundara seu estabelecimento. De fato, o planalto e o litoral constituíram dois tipos de organização econômica diferenciados, sendo caracterizados inclusive por possuir um clima diferente; um mais próximo dos trópicos, outro mais temperado¹⁶⁵.

Tal projeto dependia de uma série de trabalhos e investimentos empenhados por parte do Governo Provincial; contudo, poderia lograr sucesso, e as colônias instaladas não só “formariam uma atração que poderia dispensar os sacrifícios feitos a Província e proporcionariam rendimentos ao estado”¹⁶⁶. Se o investimento tinha o risco de fracassar, Perret Gentil não deixaria de citar os fatores que obstariam tal empresa: primeiramente, a má direção dos estabelecimentos coloniais e, principalmente, a escolha inadequada dos colonos. Devia-se proceder a uma busca de colonos dispostos aos árduos trabalhos, que assim pudessem ser colocados o mais depressa possível numa posição de independência, e, por outro lado, “os colonos tinham necessidade de ordem e regularidade, sentindo-se por assim dizer nas mãos da direção e mesmo facilitando sua tarefa”¹⁶⁷.

Por fim, terminava Carlos Perret Gentil, escrevendo: “Paro aqui assegurando a V. E. que se o Governo Provincial estiver disposto a tomar as medidas para a colonização eu estaria pronto, assim como meus conhecidos na Europa, para entrar em combinação para contribuir”¹⁶⁸. Ao final, tinha defendido um projeto “em favor mesmo do assunto que me ocupo”¹⁶⁹, assegurando ser o humilde servidor do Governo Provincial. Provavelmente estaria citando os seus contatos na Europa referidos no primeiro capítulo – em especial, o financiamento de emigrantes europeus pela casa bancária dos irmãos Melly.

¹⁶⁵ WAIBEL, Leo. Princípios de Colonização Européia no Sul do Brasil In: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 239; BALHANA, Altiva Pilatti. Aspectos da Geografia Humana no Paraná. In: *Un Mazzolino de Fiori*, vol.I/ Cecília Maria Westphalen (org.). Curitiba: Imprensa Oficial, 2002., p. 28-29.

¹⁶⁶ (...) “formeraient une attraction qui pourrait dispenser les sacrifices à la Province et procurerait des revenus à l’état”, GENTIL, Carlos Perret. Op. Cit.

¹⁶⁷ (...) “les colons qui ont besoin de beaucoup d’ordre et de régularité, sentant leur dont par aussi dire entre les mains de la direction et même facilitant sa tâche”, Ibidem.

¹⁶⁸ “Je m’arrête ici assurant a V. E. qui si le Gouvernement Provincial est disposé à prendre des mesures pour la Colonisation je serais prêt aussi que mes connaissances en Europe à entrer en combinaison pour y contribuer”, Ibidem.

¹⁶⁹ (...) “en faveur même du Sujet qui m’occupe”, Ibidem.

2.1.1. A resposta de Zacarias

O projeto de Perret Gentil demorou menos de cinco dias para chegar às mãos do Governo Provincial¹⁷⁰; todavia, parece-nos que foi objeto de análise apenas na abertura da Assembleia Legislativa, em 15 de julho. De acordo com Zacarias, Perret Gentil, “tomando a colonização debaixo de hum ponto de vista mais elevado”, oferecia seu plano para trazer uma “população laboriosa e moralizada”. Entretanto, apenas o expunha aos deputados, sem discuti-lo, embora dissuadisse os esforços com relação a tal projeto. Uma vez que a província se encontrava por ser organizada, necessitando de melhorias diversas, não aconselhava o empenho de 30 contos de réis anuais no empreendimento de colonização, considerado um dispêndio superior às forças da nascente província, e correndo “o risco de não se cumprir a palavra empenhada, e desacreditar por esse modo a colonização em seu princípio”¹⁷¹.

E, realmente, as finanças provinciais não suportavam tal empenho monetário. No ano de 1854, o fisco da nova província contava com 26 contos e 925\$600 mil réis, enquanto a despesa do orçamento montava a mais de 64 contos, estando o Paraná com déficit de mais de 37 contos de réis¹⁷². Em suma, nem se o projeto de Perret Gentil utilizasse todo o dinheiro em caixa da Província, conseguiria custear a totalidade de seu empreendimento. Esse era o primeiro motivo para que Zacarias sequer discutisse as observações do cônsul, embora concordasse com ele no que tange ao estado ‘decadente’ da lavoura na recém-criada província, uma vez que o mate e a pecuária consumiam as forças dos habitantes da região¹⁷³. Nos anos posteriores, com a criação de novos impostos e concentração dos direitos sobre animais e produtos em Curitiba, a receita provincial aumentaria exponencialmente. Em 1855, a receita provincial montava a mais de 190 contos de réis e as despesas a 111 contos, cuja arrecadação de tropas correspondia à quase totalidade do fisco da Província¹⁷⁴. Posteriormente, a receita subiria a 286 contos,

¹⁷⁰ PARANÁ. Governo da Província. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano I, nº07, p.2, 13 de maio de 1854.

¹⁷¹ PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, p. 56.

¹⁷² *Ibidem*, p. 104.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 67.

¹⁷⁴ PARANÁ. *Relatorio do Presidente da Provincia do Paraná o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 8 de fevereiro de 1855*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1855, p. 76.

sendo também superavitária¹⁷⁵. Em 1858, ficava a receita orçada em 322 contos de réis¹⁷⁶. A receita aumentou, mas nem por isso o projeto de Perret Gentil seria retomado por outro Presidente de Província.

Mesmo assim, Perret Gentil obteve seu lugar na historiografia da região. O antigo cônsul suíço talvez fosse o primeiro, em terras paranaenses, que tenha defendido a colonização para o aumento da produção agrícola da região, para criar uma ‘agricultura de abastecimento’. Não só talvez fosse o pioneiro a defender tal política, como serviu de evidência da utilização do braço europeu para tal fim. Altiva Pilatti Balhana, em seus trabalhos sobre imigração no Paraná e Santa Felicidade, utilizara os escritos de Gentil para denotar a especificidade da imigração no Paraná, que “foi desde logo colocad(a) no sentido de criar-se uma agricultura de abastecimento. Documentos particulares e públicos assinalam esta orientação”¹⁷⁷. Seria Balhana, em conjunto com Cecília Westphalen, que remeteria novamente ao Perret Gentil como uma das fontes que testemunhavam o estado decadente da lavoura da região, dominada pelas atividades de criatório e de colheita dos ervais: “A emancipação da Província, em 1853, encontrou os paranaenses entregues tão somente às atividades ervateiras e do gado”¹⁷⁸. Como podemos ver, as ideias de Carlos Perret Gentil foram utilizadas para dar subsídio a determinada interpretação historiográfica, que assumia o problema de ausência de grandes culturas por ocasião da criação da Província do Paraná como ‘fato’¹⁷⁹. E o estado da agricultura paranaense de então mobilizaria outras personalidades paranaenses com muito mais vulto que Perret Gentil.

¹⁷⁵ PARANÁ, *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Paranã no dia 1º de Março de 1856 pelo vice-presidente em exercicio Henrique de Beaurepaire Rohan*. Curitiba: Typ. Candido Lopes, 1856, p. 190.

¹⁷⁶ PARANÁ, *Relatorio do Presidente da Provincia do Parana Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1858, p. 73.

¹⁷⁷ BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 367. BALHANA, Altiva Pilatti. *Santa Felicidade: Uma Paróquia Vêneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1978, p. 21.

¹⁷⁸ BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota Prévia ao Estudo da Expansão Agrícola no Paraná Moderno. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.II / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 145.

¹⁷⁹ Nesse trecho, apropriamos-nos da distinção entre acontecimento e fato proposta por Michel de Certeau. O acontecimento organiza o discurso, o fato fornece-nos enunciados de sentido e dá significado aos acontecimentos, tal como o sentido da colonização europeia no Paraná. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002 p. 103.

2.2 Finalmente, uma política regional de introdução de colonos europeus

O fundador de Superagui não seria o único a observar o estado ‘decadente’ da lavoura paranaense, com a consequente diminuição da produção agrícola, havendo necessidade de se introduzir o colono europeu para remediar o problema. Jesuíno Marcondes de Oliveira Sá, um dos primeiros deputados da Assembleia Legislativa Provincial, membro da elite bacharelesca com origem nos latifúndios dos Campos Gerais¹⁸⁰ – era de Palmeira – fornecera suas opiniões a respeito da situação da agricultura no Paraná ao vice-cônsul da Sardenha, Francisco José Pinheiro, que projetava trazer imigrantes à região. Jesuíno Marcondes defenderia a introdução dos colonos europeus com o objetivo de auxiliar no aumento da riqueza provincial e em sua prosperidade material, tendo em vista a vocação agrícola da nova região. Entretanto, havia sérios embaraços para tais iniciativas. Marcondes, a exemplo de Perret Gentil, acreditava que a extração da erva-mate e a pecuária, atividades predominantes na região, acabavam retirando esforços que poderiam ser dedicados à agricultura: “o commercio e a criação de animais são as industrias dominantes: a agricultura é mais uma imposição da necessidade do que uma fonte de riquezas”¹⁸¹.

A agricultura era praticada apenas pela população mais pobre e com vistas ao seu próprio sustento, enquanto as atividades relativas ao comércio de tropas concentravam a maior parte dos capitais dedicados à faina rural. A baixa inversão de capitais na cultura de gêneros explicava a sua diminuta produção. Tal situação de coisas suscitava a eminência de uma crise premente que interessava ao governo solucionar. O Paraná possuía todas as qualidades para uma forte produção agrícola, como rios que demandam o Prata e terrenos devolutos próximos aos grandes centros, podendo produzir quase todos os gêneros de riqueza do país. Porém, “qualquer desses ramos bastaria para enriquecer uma nação, entretanto que a provincia do Paraná é ainda pobre!”¹⁸². A erva-mate, apesar de ser disseminada pela região, não ofereceria grandes riquezas no futuro, em função da inconstância dos mercados platinos e nem ao menos poderia oferecer grande fonte de renda à população que se dedicava a sua extração.

¹⁸⁰ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Op. Cit, p. 153.

¹⁸¹ SÁ, Jesuíno Marcondes de Oliveira. Publicação a Pedido. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano I, nº09, p.5, 27 de maio de 1854.

¹⁸² SÁ, Jesuíno Marcondes de Oliveira. Publicação a Pedido. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano I, nº11, p.4, 10 de junho de 1854.

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá cita diversos gêneros agrícolas que poderiam desenvolver-se na região e em seu proveito, como o café, cana-de-açúcar, chá, além dos já tradicionais feijão, fumo e mandioca. Entretanto, sublinhava a decadência da produção de trigo, que parecia ter rendido alguma coisa há poucas décadas, mas sofreu grande decadência em função do aparecimento da ferrugem: “a indolência e frouxidão de um povo que achava em torno de si recursos sobejos na carne do gado que creava em seus campos (...) o fez abandonar esta lavoura desde que a terra exigiu mais algum trabalho para produzir”¹⁸³. Por fim, admite que a situação passada pela província não é das melhores, preferindo fornecer as informações que lhe pareciam refletir a verdade ao invés de ludibriar seu correspondente com o intuito de facilitar a colonização: “o ardente anelo com que desejo ver prosperar a província não é tão sofrego, que me faça esquecer que uma empresa malograda, terá para esse pensamento mais funestas consequências”¹⁸⁴.

Outras publicações apontam no mesmo sentido. No Dezenove de Dezembro defendeu-se o cultivo do trigo entre a população paranaense, que não o fazia em função das dificuldades da cultura e pela alta do preço da erva-mate. A exortação ao cultivo do trigo, novamente, é mais uma defesa da vocação agrícola paranaense, que, no entanto, se achava mal aproveitada: “A primeira assembléa provincial que teve o Paranã, não se cingindo unicamente a orçamentos e imposições, devia necessariamente (...) favorecer o desenvolvimento de nossa agricultura bastantemente atrasada”¹⁸⁵. No mesmo periódico, em função da alta dos gêneros de primeira necessidade, bem como temor a uma possível carestia futura, uma circular expedida pelo chefe de polícia e futuro presidente, José Antonio Vaz de Carvalhaes, recomendava aos potentados locais a vigilância para que não se extraísse a erva-mate nos meses proibidos e que se cuidasse de cultivar os gêneros e animais que são o alimento do povo, para evitar “os horrores da fome” e “a grande dificuldade de alimentação”¹⁸⁶.

Outra publicação – anônima – é bastante curiosa. Sob o título de ‘riqueza e pobreza’, o autor analisa as atividades que, no decorrer da história do Brasil, longe de contribuir para seu engrandecimento, lograram para sua infelicidade, sob a justificativa de serem úteis à riqueza e à agricultura, como a escravidão dos indígenas e o tráfico de

¹⁸³ SÁ, Jesuino Marcondes de Oliveira. Publicação a Pedido. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano I, nº13, p.5, 24 de junho de 1854.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano II, nº11, p.3, 13 de junho de 1855.

¹⁸⁶ CARVALHAES, José Antonio Vaz de. POLÍCIA. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano II, nº30, p.4, 24 de outubro de 1855.

escravos. No caso do Paraná, uma atividade que é considerada nociva ao desenvolvimento e progresso da Província é justamente o mate, que concentrava em torno de si todos os esforços. O Paraná teria vastos terrenos e população suficiente para dar ensejo a vastas plantações, entretanto, “estamos quasi reduzidos a morrer de fome, em falta de gêneros alimentícios de primeira necessidade!”¹⁸⁷. O mate, em função dos altos preços que vinha conseguindo nos últimos anos, afastava o povo “da agricultura, fonte de riqueza e civilização”, bem como era o responsável por “encarecer os gêneros de primeira necessidade e reduzir á miséria a generalidade das famílias”¹⁸⁸.

As afirmações analisadas acima são semelhantes àquelas expostas por Perret Gentil, evidenciando que as opiniões do antigo cônsul não ficaram restritas às suas atividades imigrantistas, e sim partilhadas por boa parte da elite paranaense. Entretanto, o projeto oficial para a introdução de europeus não seguiria as linhas da colonização, conforme a acepção apresentada por nós acima, e nem aquela desejada pelos reclames coetâneos. Na 16ª sessão da Assembleia Provincial, no mesmo dia em que se discutia a anexação da Colônia Thereza ao município de Guarapuava, apresentou-se um projeto que pretendia financiar a vinda da imigração estrangeira, de autoria do segundo secretário provincial¹⁸⁹. Poucas semanas depois, a Assembléia Legislativa aprovava a Lei Nº 29, de 21 de março de 1855, pela qual ficava o Governo Provincial autorizado a despende 10 contos de réis com a imigração estrangeira, dando preferência aos colonos que já residiam em outras províncias do Brasil, e não aos que se encontravam na Europa. Estabelecia, também, que tais colonos transportados à custa da Província deveriam ser empregados primeiramente nos serviços das estradas provinciais, podendo ser engajados pelos lavradores particulares que os demandassem, contanto que seus empregadores pagassem o dinheiro despendido pela Província com tais trabalhadores. Na mesma lei, pretendia o Governo estudar o sistema adequado de colonização a ser adotado por toda a Província¹⁹⁰.

O capital investido é menor do que aquele pretendido por Perret Gentil, mas talvez duas coisas incomodassem os apologistas da colonização de europeus. Primeiro, pretendia-se engajar colonos que já estivessem estabelecidos no Império, não intentando o Governo importá-los por conta própria da Europa; segundo, e mais importante, de

¹⁸⁷ Riqueza e pobreza. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano II, nº21, p.3, 22 de agosto de 1855.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ Assembleia Provincial. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano I, nº50, p.3, 07 de março de 1855.

¹⁹⁰ PARANÁ. Lei Nº 29, de 21 de março de 1855. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano II, nº6, p.1, 09 de maio de 1855.

acordo com a referida lei, tais colonos não seriam aproveitados preferencialmente na agricultura, mas sim em obras públicas, contrariando todas as opiniões que vimos acima. Por mais que existissem dispositivos que previssessem seu envio para particulares como lavradores ou mesmo a implantação de um sistema de colonização, tais iniciativas parecem ter sido incipientes, enquanto o emprego de colonos remigrados para trabalhos em estradas foi efetivo. Ainda assim, Perret Gentil poderia ter granjeado alguma vantagem com a referida lei, caso tivesse agido a tempo.

No mesmo ano de 1855, o Império determinou para aqueles que viessem a contratar colonos a necessidade de informar aos agentes diplomáticos do Brasil no exterior as condições dos contratos entre empresas colonizadoras e emigrantes, com o intuito de evitar possíveis embaraços na emigração para o Brasil. O Governo Provincial publicaria algo nesse sentido, utilizando-se da lei aprovada em favor da imigração europeia. Um edital foi divulgado em 11 de dezembro de 1855, dando o prazo de dois meses para que os indivíduos que pretendessem contratar colonos na Europa procurassem a Secretaria do Governo para obter o auxílio necessário da Província. Nessa circunstância deveriam informar quais seriam as nacionalidades dos colonos contratados, quais eram as condições desses contratos e quais seriam os agentes encarregados de importar os imigrantes europeus, para que o Governo Imperial intermediasse tais acordos¹⁹¹. No prazo estipulado, nenhum proprietário rural foi à Secretaria do Governo requerer quaisquer favores¹⁹². Em consequência dos fatos acima, o Presidente de Província do Paraná remetia às duas colônias particulares existentes na região – Thereza e Superagui – pedidos de esclarecimento das formas de engajamento de colonos, com base no que exigia o Governo Imperial¹⁹³.

Carlos Perret Gentil demoraria alguns meses para responder à questão, mas, de fato, não remeteria quaisquer informações a respeito de contratos de colonos, agentes de emigração empregados ou iniciativas nesse sentido. O fundador de Superagui estava à espera de seu sócio no empreendimento, o banqueiro genebrino George Charles Melly, proprietário da casa bancária George & Robert Melly Cie., para tratar dos assuntos relativos aos contratos com imigrantes e outras forma de aumentar o contingente de Superagui, ficando Gentil sem informar quais contratos elaboraria e que casas de imigração

¹⁹¹ PARANÁ. Edital. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano II, n°37, p.4, 12 de dezembro de 1855.

¹⁹² PARANÁ, *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1° de Março de 1856 pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan*. Curitiba: Typ. Candido Lopes, 1856, p. 40.

¹⁹³ PARANÁ. Governo da Provincia. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano II, n°39, p.1, 26 de dezembro de 1855.

usaria para tal fim¹⁹⁴. Do possível encontro com Melly, poderíamos supor que foi infrutífero na introdução de novos colonos europeus em Superagui, ou mesmo para remeter as informações pedidas ao Governo Provincial. Perret Gentil poderia ter feito uso dos auxílios fornecidos pela Província do Paraná para introduzir novos colonos, mas não conseguiu fazê-lo por não ter remetido detalhes dos futuros engajamentos de imigrantes, se é que existiam.

Ainda assim, outras personalidades propuseram formas de utilização dos recursos provinciais dedicados à introdução de estrangeiros. Alguns meses antes da promulgação da referida lei, o médico de Paranaguá, Carlos Rechsteiner, informava que havia recebido uma carta proveniente de uma família do cantão de St. Gallen, na Suíça alemã, que tinha intenções de emigrar para o Paraná. Contudo, pretendiam saber quais eram os auxílios que o Governo Provincial poderia oferecer se eles aportassem em Antonina, com as passagens pagas as suas expensas. Rechsteiner garantia que a família era de “morigerada conducta”, conhecendo-os pessoalmente, e alertava a Presidência da Província que a boa acolhida desses imigrantes era corolário da vinda de outras famílias. O médico de Paranaguá parecia também inclinado a estimular a emigração para o Brasil de colonos oriundos da Áustria, Baviera e a Suíça, informando nessas regiões “as vantagens que se offereção ao emmigrante nos lares brasileiros em comparação daquellas que os Estados Unidos apresentam” e que seus escritos privados estavam sendo lidos com “proficua consideração”¹⁹⁵. Zacarias recomendou sua acolhida na Colônia Thereza, com o transporte de Antonina até a região feito à custa dos cofres provinciais, algo que a família de St. Gallen recusara, ficando assim sem quaisquer auxílios¹⁹⁶.

Outra correspondência pretendia ser mais ousada, e dessa vez indicando os meios de empregar o crédito aprovado pelo Governo da Província. O vice-cônsul da Sardenha, Francisco José Pinheiro, que havia trocado algumas cartas com Jesuíno Marcondes de Oliveira Sá, conforme vimos acima, oferecia uma proposta de introdução de europeus no Paraná. Uma vez que havia sido votada a Lei Nº 29 pela Assembleia Provincial, Pinheiro enviara o aviso de Jules Bry, da Casa de Bry, uma companhia de emigração estabelecida em Genebra. A companhia propunha ao Governo Imperial a oferta

¹⁹⁴ GENTIL, Carlos Perret. *Correspondência enviada à Presidência da Província do Paraná*. Superagui, 30 de janeiro de 1856. Arquivo Público do Paraná, Ap – 25, p. 48.

¹⁹⁵ RECHSTEINER, Carlos. *Correspondência pedindo informações sobre auxílios concedidos a imigrantes europeus*. Paranaguá, 5 de setembro de 1854, AP – 18, p. 244-245.

¹⁹⁶ PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 8 de fevereiro de 1855*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1855, p. 30.

de envio de emigrantes pelo adiantamento de 160 francos por cada indivíduo com destino ao Brasil (57\$600 réis). Uma vez que a passagem para o Brasil custaria por volta de 300 a 350 francos (108\$000 a 126\$000), o vice-cônsul considerava o acordo extremamente vantajoso, não medindo esforços pessoais nesse sentido afirmando: “não duvidarei encarregar-me mandar vir os trabalhadores de que o Governo tenha precisão, ou de colonos para serem distribuídos pelos lavradores da Província”¹⁹⁷. A única atitude tomada pelo Governo Provincial foi remeter uma cópia do aviso da casa suíça ao Ministério do Império, para que este o analisasse como bem lhe aprouvesse¹⁹⁸.

De fato, as opiniões sobre a Lei N° 29 estavam longe de ser favoráveis e com medidas consideradas pertinentes, a começar pelos próprios Presidentes de Província. O vice-presidente Theophilo Ribeiro de Rezende argumentava que a lei chegava a ser uma impertinência, embora não o admitisse nesses termos. O financiamento de passagens a europeus, ainda que residentes no país, para o Paraná chegava a lhe parecer quase absurdo, uma vez que Províncias como São Paulo e Rio Grande do Sul tinham inúmeros recursos para receber e empregar os imigrantes: “não sei como se poderão attrahir emigrados para esta, onde faltão todos os recursos até para os naturaes do país, e não ha modos de recebê-los, nem de empregá-los”¹⁹⁹. O vice-presidente também via com ressalva as funções para as quais a referida lei encaminhava os colonos, como os serviços de estradas e como jornaleiros para particulares. A única estrada em condição de receber os colonos seria a Graciosa, embora sem maiores atrativos. Quanto ao seu encaminhamento a propriedades que produzissem café, chá ou trigo, parecia-lhe uma iniciativa absurda, por ser “mais do que certo que não ha cultura alguma, nem mesmo dos cereaes indispensaveis para a subsistencia quanto baste (...) é manifesto que attrair colonos com estas vistas seria sacrificar-los, deixá-los entregues á si e vagabundos”²⁰⁰. Por isso, defendia a concessão de terras como única alternativa para dar cumprimento à colonização.

Seu substituto, Henrique Beaupaire Rohan, procurou executar as sugestões de seu antecessor, mediante da tentativa de concessão de terrenos devolutos entre Antonina e Curitiba. Todavia, as exigências do Governo Imperial para conceder as terras à Pro-

¹⁹⁷ PINHEIRO, Francisco J. *Proposta de introdução de colonos europeus no Paraná*. Paranaguá, 27 de outubro de 1855. Arquivo Público do Paraná, AP – 19, p. 097.

¹⁹⁸ Idem.

¹⁹⁹ PARANÁ. *Relatorio do Estado da Provincia do Paraná, apresentado ao Vice-Presidente Henrique Beaupaire Rohan pelo Vice-Presidente Theofilo Ribeiro de Rezende por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Provincia*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1855, p. 25.

²⁰⁰ Ibidem, p. 27.

víncia, que estipulavam a existência de 8 léguas quadradas tangencialmente à estrada da Graciosa e sem contestação, não poderiam ser satisfeitas e o projeto foi abandonado. Rohan elogiara muito a fazenda de Ibicaba, defendendo a criação de um estabelecimento que utilizasse o mesmo sistema proposto pelo senador Vergueiro: “a província do Paranã, nos seus ensaios de colonização, tomando por base o systema adoptado em Ybicaba, crêe um estabelecimento agrícola, onde se admittão os estrangeiros e nacionais”²⁰¹. Para tal, contava o vice-presidente com o suíço Guilherme Steger, que tinha a pretensão de fundar um estabelecimento voltado à produção de trigo²⁰². Rohan não citou a colônia de Superagui, cujas origens remontam ao empreendimento Vergueiro, talvez porque ignorasse seus princípios norteadores ou por considerá-la pouco próspera. Por linhas parecidas sucedem-se os relatórios presidenciais, defendendo a concessão de terras a colonos estrangeiros e denotando a ausência de estabelecimentos agrícolas que requisitassem jornaleiros.

A crítica aos pressupostos da lei para estimular a imigração não se restringiria aos Presidentes de Província. Manoel Francisco Correa²⁰³, outro bacharel representante na Assembleia Legislativa dos grandes proprietários e do comércio ervateiro, defenderia a colonização como meio de povoar territórios desertos e de fornecer braços à lavoura, posicionando-se contra os pressupostos da Lei N° 29. O Paraná era uma das províncias mais aptas a receber colonos europeus, mas, mesmo com o incentivo de dez contos de réis, “nada tem ella feito para attrahir colonos”. O fato de a lei se deter sobre os colonos já residentes no Brasil, ao invés de preferir buscá-los na Europa, era uma medida no mínimo funesta. Devia-se buscar braços novos, e não tentar removê-los de outras províncias, uma vez que o imigrante deveria ter persistência no lugar em que se estabeleceu primeiramente, não fomentando assim a ideia de emigrar uma segunda ou terceira vez: “Todas as provincias tem, pelo que respeita á colonisação, interesses uniformes; não deve uma procurar distrahir colonos que em outras existem”²⁰⁴. A última afirmação foi objeto de preocupação das autoridades imperiais, que interromperam a medição de terras entre a estrada de Curitiba e Santa Catarina, com o intuito de que os colonos alemães permanecessem na referida Província e não *remigrassem*.

²⁰¹ PARANÁ, *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Paranã no dia 1° de Março de 1856 pelo vice-presidente em exercicio Henrique de Beaurepaire Rohan*. Curitiba: Typ. Candido Lopes, 1856, p. 39.

²⁰² Ibidem, p. 42.

²⁰³ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Op. Cit, p.154.

²⁰⁴ CORREA, Manoel Francisco. Colonisação. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano III, n°21, p.2, 20 de agosto de 1856. Supomos que seja este indivíduo, uma vez que assina como M. F. Corrêa.

Talvez pudéssemos supor a razão da preferência por colonos já residentes no Império e dirigidos às obras públicas, conforme a Lei N° 29. Desde a instalação da Colônia de Rio Negro, Curitiba foi centro de atração dos imigrantes alemães, insatisfeitos com as condições nas quais se encontravam. A partir de 1849, a *remigração* de colonos alemães iria se repetir em maior escala. A colônia Dona Francisca, fundada no ano citado, ao norte da Província de Santa Catarina, foi, até 1855, uma empresa que não recebia auxílios imperiais. Sua fundação deveu-se principalmente à Companhia Hamburguesa de Colonização, uma firma particular, em terras que serviram de dote do casamento de Dona Francisca, irmã de Dom Pedro II, com o príncipe de Joinville, filho do rei Luís Felipe da França. A colônia seria umas das mais prósperas e duradouras do Império, no entanto, enfrentou inúmeras dificuldades em seus primeiros anos, fazendo com que muitos colonos *remigrassem* para o rocio de Curitiba, instalando-se ao norte da cidade²⁰⁵.

Em 1850, havia 153 imigrantes vivendo nas cercanias de Curitiba, correspondendo a 2% da população livre da região²⁰⁶. Desde a fundação da colônia Dona Francisca até 1854 foram introduzidos no empreendimento mais de 1.500 pessoas, mas, ao final do período, restavam 901 colonos²⁰⁷. Em 1855, mais de 280 indivíduos abandonaram o núcleo em direção ao planalto curitibano²⁰⁸. Podemos compreender boa parte das dificuldades dos alemães de Dona Francisca pela trajetória de Christian Strobel, um dos alemães que se transferiu para Curitiba no ano de 1855. Strobel era carpinteiro em sua cidade natal na Alemanha, Glauchau, e teria decidido emigrar por motivos políticos e, talvez, por temor à proletarização e com o intuito de incrementar o patrimônio fundiário. Chegara ao Brasil em 1854, acompanhado da mulher e dos três filhos, tendo recebido um lote em Dona Francisca. Porém, as dificuldades em cultivar as terras recebidas, que precisavam ser desmatadas para o plantio, fizeram-no encontrar ocupação derrubando matas em lotes de outros colonos. Pouquíssimos meses após ter chegado em Dona Francisca, Christian Strobel decidiu viver na região de Curitiba, onde poderiam encontrar melhores condições de vida²⁰⁹.

²⁰⁵ NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de Origem Germânica no Brasil: Ciclos Matrimoniais e Etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001, p. 20; 174.

²⁰⁶ MACHADO, Cacilda da Silva. *De uma família imigrante: sociabilidades e laços de parentesco (Curitiba: 1854-1991)*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994, p. 15.

²⁰⁷ BRASIL. Relatório da Repartição Geral das Terras Publicas. In: *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario D'Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856, p. 24.

²⁰⁸ BALHANA, Altiva Pilatti, Política Imigratória do Paraná In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 364.

²⁰⁹ MACHADO, Cacilda da Silva. Op. Cit., p. 26-28.

De fato, Christian Strobel encontraria melhores oportunidades em solo paranaense. Christian veio sozinho, tentou encontrar emprego entre os trabalhadores nacionais, sem sucesso, até que conseguiu em São José dos Pinhais alguém que lhe contratasse para fazer trabalhos de carpintaria. Como a renda era insuficiente, decidira empregar-se na abertura de valetas para demarcação de terras dos habitantes não teutônicos de Curitiba. No tempo em que se dedicava a essa atividade e à carpintaria, sua família viveu em diversos sítios cedidos por particulares, até que conseguiu comprar a própria propriedade, vendida por um particular, no ano de 1860²¹⁰. A partir daí, o talento de Strobel para a carpintaria seria reconhecido, obtendo várias encomendas de trabalho na capital paranaense.

O avanço dos alemães oriundos de Santa Catarina no planalto curitibano pareceu a muitos como espontâneo²¹¹, ao passo que outros autores denotariam a existência de auxílios do Governo Provincial para a instalação dos alemães em lotes no rocio de Curitiba²¹², efetivados com maior vigor a partir da década de 1870. No caso de Strobel, foram as informações que recebera em seu núcleo original que motivaram sua transferência e não auxílios do Paraná para isso. Mesmo o lote que possuiria teve de ser comprado de particulares. O caso da família alemã denota uma questão que vai permear a imigração alemã no Brasil: a grande taxa de pessoas oriundas do meio urbano e que possuíam atividades urbanas, e não do meio rural. Nas colônias de parceria, por exemplo, a maior parte dos imigrantes era de meios urbanos, sendo poucos os que já tinham experiência na faina agrícola, explicando-se assim o nulo desempenho que essa gente teve na transformação das formas de arrotear as terras²¹³. Dos colonos oriundos de Dona Francisca que se instalaram em Curitiba, 50% eram de origem rural, o restante possuía diversos ofícios e profissões urbanas. Mesmo assim, acabaram os alemães por se destacar como os principais proprietários, depois dos brasileiros, de estabelecimentos comerciais. Os alemães dominavam 40% dos estabelecimentos de metalurgia e 44% das serra-

²¹⁰ Ibidem, p. 31-34.

²¹¹ BALHANA, Altiva Pilatti, Política Imigratória do Paraná In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 364.

²¹² NADALIN, Sergio Odilon. Op. Cit., p. 174. ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sergio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, V.11, n.1, 1994, p. 70.

²¹³ HOLLANDA, Sergio Buarque de. As colônias de parceria. In: HOLLANDA, Sergio Buarque de (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004, p. 250.

rias, numa tradição inaugurada pelo ferreiro alemão Miguel Muller em 1830 e continuada por Wilhelm Meyer na década de 1850²¹⁴.

Ainda assim, o Governo Provincial fez uso da referida lei para conseguir trabalhadores como jornaleiros. No começo de 1857, para dar ensejo às tarefas de demarcação de terras no território de Assungui – onde seria erigida a colônia paranaense para a qual concorreriam os maiores esforços do Governo Imperial – o Presidente Provincial de então, José Antonio Vaz de Carvalhaes, requisitou 33 operários para os trabalhos exigidos pela Diretoria da Repartição Geral de Terras Públicas a Louis Aubé, diretor da Colônia Dona Francisca. Carvalhaes alegava falta de trabalhadores apropriados para as medições, pedindo homens robustos que pudessem ser empregados com tal objetivo. Pelo trabalho, os alemães engajados receberiam durante um ano entre 1\$620 réis e 2\$500 réis diários, dos quais seriam deduzidos 620 réis para as despesas de alimentação. O Paraná indenizaria a Colônia Dona Francisca pelo transporte deles após a chegada à região. Em meados de abril do mesmo ano, o contrato havia sido aprovado e os alemães foram remetidos²¹⁵.

Outra região da província na qual foram empregados colonos estrangeiros de acordo com os pressupostos da Lei N° 29 foi a estrada da Graciosa, na qual introduziram-se trabalhadores portugueses. Entretanto, a sua utilização gerou alguns embaraços nos contratos com tais imigrantes. Em 1858, o engenheiro responsável pela obra alertara sobre a evasão de dois portugueses, incumbindo o delegado de Antonina de lhes capturar e fazê-los retornar aos trabalhos²¹⁶. O mesmo engenheiro, pouco mais de um mês após o ocorrido, noticiaria o pedido de rescisão de contrato de quatro colonos que vinham apresentando “um comportamento regular comparativamente a alguns dos outros portugueses”²¹⁷. O emprego dos trabalhadores portugueses teria sido pouco proveitoso e extremamente instável, marcado por revoltas em função do pagamento pouco regular dos serviços, quase sempre atrasado em alguns meses.

²¹⁴ BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Demografia e Economia: O Empresariado Paranaense – 1829/1929. In: BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori, vol.II / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002, p. 412-418.

²¹⁵ PARANÁ. *Livro de registro de ofícios enviados pelo Paraná a diversas autoridades entre 1856 e 1857*. Arquivo Público do Paraná – Códice BR PRAPPR PB001 SGO266.790

²¹⁶ VILLALVA, Saturnino Francisco de Freitas. *Informações sobre portugueses evadidos das obras da estrada da Graciosa*. Graciosa, 21 de Setembro de 1858. Arquivo Público do Paraná. AP – 63, p. 303-304.

²¹⁷ VILLALVA, Saturnino Francisco de Freitas. *Informa sobre rescisão de contrato de quatro colonos portugueses*. Graciosa, 27 de outubro de 1858. Arquivo Público do Paraná. AP – 63, p. 386, 387.

2.3. A crise regional também é uma crise nacional: novamente a carestia de gêneros alimentícios

A preocupação com a situação da produção agrícola não foi uma exclusividade dos paranaenses. De fato, reconhecia-se que o predomínio das culturas de exportação obstava o desenvolvimento da policultura, em especial dos gêneros de primeira necessidade. Se existiam áreas exportadoras de alimentos, outras províncias cultivavam apenas com o intuito de autossustentação. O crescimento das grandes cidades dificultava, de certa forma, a oferta de alimentos, gerando o que se denominava na época ‘carestia’, o aumento generalizado dos preços dos alimentos. Isso não deixava de provocar algumas apreensões na elite imperial, temerosa de revoltas por parte da população mais pobre pelas dificuldades em obter comida²¹⁸. Por isso, em outubro de 1857, o Ministério do Império emitiu uma circular endereçada a todas as províncias que continha um questionário sobre as causas da carestia dos gêneros alimentícios²¹⁹. O questionário era constituído de cinco perguntas:

1º quaes as causas da elevação dos preços dos generos alimentícios, indagando quaes desses são os que formam a alimentação da grande massa do povo;

2º se tem havido diminuição na produção e porque causas; e no caso negativo, qual a razão da carestia dos generos;

3º se essa carestia se nota somente nos grandes mercados, ou também nos lugares de produção;

4º se para esses effeitos concorrem causas passageiras, e que só subsistem por circunstâncias especiais ou influem algumas que apresentam caracteres de permanência;

5º se a carestia de que se trata abrange todos os generos e em que proporção;²²⁰

Por sua vez, o Presidente de Província do Paraná remetia o questionário às Câmaras Municipais para que estas o enviassem a pessoas destacadas que soubessem responder as questões com conhecimento de causa, procedimento adotado em todo o Império. As Câmaras, após selecionadas as pessoas que responderiam a tais questões, remetiam as respostas obtidas ao Governo Provincial, que, por sua vez, formulava sua própria resposta ao Ministério do Império.

De modo geral, para a totalidade do Império do Brasil as causas apontadas para a carestia de gêneros alimentícios foram, na maioria das vezes, três: a falta de braços

²¹⁸ PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma História da Vida Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p.156-158.

²¹⁹ LINHARES, Maria Yedda. *História do Abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília, BINAGRI, 1979, p. 174.

²²⁰ Dezenove de Dezembro, 9 de novembro de 1857; apud: SANTOS, Carlos Roberto Antunes, Op. Cit., p. 166.

decorrentes da extinção do tráfico de escravos; o monopólio dos comerciantes de gêneros; e, em menor caso, a abundância de meio circulante (dinheiro), ocasionando o aumento dos preços dos produtos²²¹. No caso paranaense, o monopólio figuraria como a principal causa do encarecimento dos alimentos e, nesse sentido, os estudos que tratam com mais vagar da questão da distribuição de alimentos no Paraná o abordam com base no trabalho de Edward Thompson sobre a economia moral da multidão inglesa no século XVIII, como os dos professores Magnus Pereira e Carlos Antunes dos Santos. Tais estudos utilizam-se de alguns conceitos do autor inglês, como a ação ‘paternalista’ do Estado para contenção das injustiças dos comerciantes, as manifestações populares contra o encarecimento e o papel atribuído aos atravessadores e comerciantes, acusados de monopólio²²².

É nos anos de 1850 que começava a se sentir um suposto encarecimento de gêneros alimentícios. Todavia, o controle por parte das administrações municipais do comércio de víveres já era efetuado muito antes, seguindo a tradição europeia do preço justo e das regulamentações paternalistas de mercado. A figura do almotacé, que até 1829 regulava os preços e pesos e medidas, foi substituída pelas posturas das Câmaras Municipais²²³, que determinavam a venda de gêneros feita pelos próprios produtores e a proibição da ação dos atravessadores ou açambarcadores. A ação dos atravessadores, e o efeito ruinoso que faziam na comercialização de gêneros, são alvo de ataques na imprensa paranaense de então – isto é, o Dezenove de Dezembro²²⁴ – e o monopólio exercido por esses indivíduos na comercialização de gêneros era considerado a principal causa da carestia. Por monopólio, as pessoas da época entendiam a ação dos atravessadores e comerciantes para o aumento dos preços de gêneros, com a prática de compra no mercado mais barato para vender pelo preço mais caro, além da adulteração de pesos e medidas²²⁵.

Em um caso específico que nos interessa, a Câmara de Paranaguá enviou suas considerações sobre o assunto ao Governo Provincial, porém, não se limitara às opiniões de seus vereadores, acrescentando os pareceres dos agricultores mais habilitados da região a respeito da carestia. Entretanto, desses indivíduos, apenas um lhe fornecera qualquer resposta sobre o tema: Carlos Perret Gentil. O fundador de Superagui, apesar

²²¹ LINHARES, Maria Yedda. Op. Cit., p. 174-177.

²²² Cf. THOMPSON, Edward P.. A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século XVIII. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 152; p. 155-160; p. 167-170.

²²³ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Op. Cit., p. 46.

²²⁴ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Op. Cit., p.28-33.

²²⁵ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Op. Cit., p. 161-162.

de admitir ter pouco conhecimento do assunto, apontara quais seriam as causas da crise e qual era o motivo apontado erroneamente para o encarecimento: o monopólio:

Ja faz perto de 5 annos, escrevi alguns artigos sobre a Carestia futura dos Alimentos, que ja neste tempo principiava a flagellar o povo, e que geralmente foi attribuida ao Monopolio o que era um engano muito grande, como os factos o demonstrão.

Podia resumir as causas da Carestia dos alimentos em uma Só, que se reduz a este = A imprevidencia de quem governa o povo e de quem tem influencia nele.²²⁶

Para responder à primeira pergunta, relativa às razões para carestia de gêneros, Perret Gentil apontava dezoito motivos mais ou menos relacionados entre si e que corriam para a baixa produção agrícola. A primeira razão apontada pelo antigo cônsul seria a falta de braços em função da extinção do tráfico, e, por consequência, o próximo motivo para escassez era a ausência de uma introdução firme de braços livres que substituíssem os braços escravos. Dos 18 motivos para carestia de gêneros, três primeiros se referem à colonização, em especial, à inépcia e inércia do Governo Imperial e Provincial em cuidar da questão “que ficou entregue a ella mesma, descuidando principiar no litoral para seguir sem custo no interior afim de formar nucleos proprios para a pequena Cultura, que é de generos alimentarios”²²⁷. Como podemos ver acima, Perret Gentil ainda guardava algumas opiniões que emitira a Zacarias há mais de três anos, responsabilizando os investimentos insuficientes para a colonização, que poderiam sanar o problema.

Outras causas são apontadas, como a ausência de vias de comunicação e o aumento das atividades industriais e da população urbana, desviando os indivíduos propensos a atividades rurais. Todavia, boa parte das razões da carestia atribuía-se ao papel desempenhado pelos trabalhadores nacionais na agricultura, por vezes vistos como pouco dedicados à atividade rural ou desprezando a faina agrícola. Tais problemas seriam agravados pela ausência de uma escola agrícola e pela escassez de trabalhadores jornalheiros, considerados dispendiosos. Se para Perret Gentil existia pouco interesse dos nacionais para a agricultura, também era necessário arranjar meios “para endireitar a população vadia que em lugar de produzir, Só Serve para Consumir e impelir os outros pelo exemplo e pelos damnos que faz”²²⁸.

²²⁶ SILVA, Joaquim Félix. *Sobre o encarecimento dos gêneros alimentícios*. Paranaguá, 15 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 54, p. 93-98. O documento com as informações escritas por Perret Gentil de próprio punho encontra-se anexo à referência citada.

²²⁷ Idem.

²²⁸ Idem.

As considerações do diretor de Superagui sobre os trabalhadores nacionais nos parecem ser oriundas mais das exigências da modernidade do que propriamente vinculadas a qualquer teoria racial. A necessidade de coerção por ele indicada nos remete diretamente às questões sobre os “costumes” das classes populares, aspectos da cultura tradicional que sofreram as imposições oriundas das classes dominantes, como nas formas “costumeiras” de apropriação da terra e nos momentos de trabalho e lazer de então²²⁹. De fato, as populações camponesas seriam guiadas em seu trabalho pela simples necessidade, a ‘tarefa’ com a qual conseguiam seu sustento. A partir do momento em que há uma relação entre empregado e empregador, a simples tarefa passa a ser orientada para a otimização de resultados em função do tempo e, quando o trabalhador não segue o cronograma prescrito, as críticas a seu comportamento e as tentativas de controle se fazem presentes²³⁰. No caso da lavoura brasileira, há vários exemplos a respeito das formas de coerção da população livre aos trabalhos nas grandes propriedades, por ocasião do fim da escravatura²³¹. O pensamento de Perret Gentil parece situar-se dentro dessa tendência de controle da força de trabalho.

Outros argumentos do antigo cônsul estão imbuídos das ideias de necessidade de introjeção de outros “costumes”, mais condizentes com as expectativas produtivas de então. Os grandes fazendeiros, por exemplo, na argumentação de nosso personagem, eram igualmente responsáveis pela escassez, uma vez que, em função de seu prestígio e de sua riqueza, poderiam “ajudar a animar os pequenos lavradores encaminhando eles para seguir um bom rumo favorecendo ou tomando parte em algumas empresas agrícola(s)”. Nesse sentido, reclamava regulamentos para exortar a população à prática da agricultura, geralmente relegada a segundo plano em função de outras atividades: “Na Província do Paraná, regulamentos para os pescadores, para limitar o Corte da madeira e a exploração da herva, forçarão muita gente em ocupar se da Cultura”²³² (grifos nossos). No caso de Superagui, a maior parte dos nacionais obtinha seus meios de subsistência da pesca e não da agricultura, pretendendo Perret Gentil mostrar-lhes que era muito mais proveitosa a labuta na terra, algo considerado louvável pelas autoridades

²²⁹ THOMPSON, Edward P. Introdução: Costume e Cultura. *Costumes em Comum*. São Paulo; Cia das Letras, 1998, p. 19.

²³⁰ _____. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. Op. Cit., p. 271-272; 281.

²³¹ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009, p. 61;113.

²³² SILVA, Joaquim Felix. Op. Cit.

provinciais²³³. Talvez tivesse em mente um regulamento parecido com o da colheita da erva-mate, que determinava os meses específicos de desbaste das plantas²³⁴, definindo, assim, o tempo específico para a atividade que ‘desviava os esforços da agricultura’ no litoral paranaense.

Contudo, a responsabilidade do Governo Imperial e Provincial não deixava de ser aludida por Perret Gentil, bem como sua necessidade de intervirem na ‘crise’. No caso específico do Império, as autoridades fiaram-se nas divisas oriundas das Alfândegas e Consulados, cujos rendimentos cada vez maiores na taxaço de produtos indicavam uma maior produtividade de gêneros; no entanto, eram fruto justamente da ausência destes e da especulação comercial. O Paraná era o exemplo típico do que se escreve nas linhas acima, uma vez que a exportação do mate proporcionava grandes divisas para os cofres provinciais, enquanto “Este antigo celeiro que exportava bastante cereaes ficou vazio, e agora em lugar de abastecer o littoral e fornecer generos alimentarios para exportar, o interior e o littoral são abastecidos pellas outras Provincias!”²³⁵. Para combater a carestia, o Império poderia controlar a comercialização de gêneros de primeira necessidade, proibindo “a exportação e alliviando (de tributos) a importação do que é de primeira necessidade”²³⁶.

Mas a intervenção governamental na escassez de alimentos passaria obrigatoriamente pela introdução de braços livres, a solução preferida por Perret Gentil para a correção de todos os problemas de produtividade. Mesmo que o antigo cônsul acreditasse no prolongamento da escassez com investimentos na colonização, esta deveria ser feita de imediato, uma vez que com o crescente aumento dos gêneros, os colonos imigrados tenderiam a acumular mais dívidas em seus primeiros anos, dificultando assim os empreendimentos. Mais uma vez, Gentil criticava a posição provincial que, há três anos, não seguiu alguns de seus conselhos anteriores a respeito de colonização:

A Provincia do Paraná que poderia attingir um vasto desenvolvimento neste Sentido não Sabe aproveitar dos Seus recursos, os quaes forão aniquillados diante do egoismo, da indiferença e da ignorancia dos Seus proprios interessados, não Sabendo fazer alguns Sacrificios no principio para recuperar largamente depois²³⁷.

²³³ PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, p. 55-56

²³⁴ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Op. Cit., p. 25.

²³⁵ SILVA, Joaquim Félix. Op. Cit..

²³⁶ Idem.

²³⁷ Idem.

Por fim, o antigo cônsul suíço fazia uso de um discurso economicista, muitas vezes utilizado pelas personalidades paranaenses para dar ensejo às explicações sobre a produção agrícola. De acordo com ele, todos os gêneros teriam aumentado em média 200%, e, para não deixar a escassez acontecer, em função da falta de trabalhadores e morte dos escravos pelo Cholera Morbus, o assunto devia ser “objecto de estudo para quem dedica se em approfundir a economia politica, provar e aquilatar o alcance de uma cousa Supposta que pode acontecer em Certas Circunstancias”. No final das contas, o Governo deveria “ser mais sabedor das flutuações dos preços como dos generos que entrem na consommação”²³⁸.

Vimos acima que boa parte das causas que Perret Gentil elencou para a carestia de gêneros alimentícios já era presente nas observações que fizera acerca da lavoura do Paraná. A resposta do diretor de Superagui, que faz um prenúncio quase apocalíptico da agricultura de gêneros de subsistência, é diametralmente oposta à resposta que outro diretor colonial iria fornecer para a questão: João Mauricio Faivre. O fundador da Colônia Thereza concordava que a carestia e penúria são gerais; entretanto, os gêneros não estavam faltando, todos comiam e, mesmo argumentado que a produção dos agricultores locais era ‘morosa’, Faivre não notava diminuição qualquer na produção de víveres. Para ele, o único motivo pelo qual os gêneros estavam aumentando de preço assustadoramente era o “augmento extraordinario e repentino dos valores monetarios, tanto em ouro como em papel”²³⁹. O aumento de dinheiro circulante seria o principal responsável pelo encarecimento dos gêneros, e não a diminuição da produção agrícola. A circulação de moeda teria sido causada pela abertura de bancos e empresas, pelo ouro da Califórnia e pela concessão de 6 mil contos de réis à Associação Central de Colonização.

Para Faivre, a solução dos problemas de abastecimento não passava pela introdução de braços livres, uma vez que o próprio mercado deveria conter a alta dos preços dos gêneros: “o tempo só pode sanar pelo equilibrio que forçosamente aparecerá entre o ouro e o trabalho; mas como neste momento o trabalho he caro em proporção do ouro, o trabalho ou os generos que o representam, hão de baixar infalivelmente”²⁴⁰. Se os preços iriam passar por um período de baixa em breve, Faivre apenas pedia por paciência, e que nada deveria ser feito para remediar o ocorrido. Dos questionados pelo Governo Imperial, o fundador da Colônia Thereza talvez seja o único a identificar na carestia “as

²³⁸ Idem.

²³⁹ FAIVRE, João Maurício. *Informações sobre elevação dos gêneros alimentícios*. Colônia Thereza, 25 de dezembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 54, p. 68

²⁴⁰ Idem.

leis de mercado” e a usar um vocabulário economicista mais arrojado que seus contemporâneos, e, ao mesmo tempo, defendia o *laissez-faire* para solucionar o problema.

Parece-nos digno de nota que os diretores das duas únicas colônias ainda existentes na Província divergissem de maneira tão acentuada. Um denota as dificuldades da lavoura e que o primeiro remédio seria a colonização estrangeira; outro não vê diminuição na produção agrícola e atribui o problema à quantidade excessiva de metal circulante. Vale lembrar que Faivre, exceto quando fazia suas viagens, situava-se em uma região a 55 léguas da marinha (uns 360 quilômetros), 20 léguas (132 quilômetros) de Ponta Grossa e 18 léguas (118 quilômetros) de Guarapuava²⁴¹, as duas localidades mais próximas, sendo talvez o ponto mais a oeste da Província do Paraná e, mesmo com todas as dificuldades de vias de comunicação, não havia ausência de gêneros! Já Carlos Perret Gentil situava-se a poucas léguas da segunda cidade mais importante do Paraná que servia de porto da Província e, mesmo privilegiado geograficamente, denotava a inexistência de uma forte produção de víveres. As ideias de Faivre nos remetem ao liberalismo econômico de Adam Smith, cujos pressupostos defendiam a não interferência governamental nos assuntos de mercado e seu autorregulamento sobre os preços dos gêneros²⁴². Já Perret Gentil advogava em defesa da intervenção do Império nos meios produtivos, e não no mercado em si²⁴³.

Entretanto, a maior parte das Câmaras Municipais do Paraná iria compartilhar o ponto de vista exprimido por Perret Gentil. A começar pela Câmara de Paranaguá, que faz uma análise um tanto contraditória do assunto. Os vereadores da Câmara, a exemplo de Perret Gentil, assumiam terem pouquíssimo conhecimento sobre a matéria, todavia, não deixavam de elencar quais seriam as razões para o encarecimento dos gêneros. Entre essas estariam a falta de braços em função do fim do tráfico, as deficientes vias de comunicação, a existência de uma população ociosa e a desvalorização do ouro com a descoberta das minas da Califórnia. Não obstante, os vereadores parnanguaras concordavam mais “com a primeira (razão) do que com nenhuma outra, porquanto parece fora de toda duvida ou contestação que a sessão do trafico estancou repentinamente o sup-

²⁴¹ FAIVRE, João Mauricio. *Correspondência enviada ao Presidente de Província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos*. Colônia Thereza, 4 de março de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 56, p. 99-102

²⁴² THOMPSON, Edward P. *Economia Moral Revisitada*. Op. Cit., p. 217-221.

²⁴³ Embora, no caso inglês, não fosse necessariamente alguma dificuldade na produção que determinasse os períodos de escassez, mas sim as dificuldades de acesso ao mercado. *Ibidem*, p. 222-223.

primento de braços para a grande cultura do Paiz”²⁴⁴. Com isso, os agricultores de exportação teriam recorrido aos pequenos lavradores escravocratas de mantimentos para adquirir seus escravos, ocasionando assim a crise²⁴⁵. A solução estaria na importação de braços livres.

Porém, no que concernia a Paranaguá, a produção dos víveres não havia diminuído em consequência da extinção do tráfico e nem por nenhum dos motivos relacionados, uma vez que “os braços que se ocupavam na pequena lavoura, antes da extinção do trafico, não tem augmentado, tambem ninguem dira que tem diminuido em proporções tais que possa para isso contribuir”. Mesmo a produção dos alimentos de consumo diário da população, como feijão e mandioca, se não tinham uma produção maior “com bons fundamentos, ninguem sustentara que tenha diminuido tantto, que não seja sufficiente para o abastecimento da população natta do Municipio, volante e importada”. Ainda assim, a Câmara denotaria a ausência de uma produção agrícola de acordo com as capacidades do solo de Paranaguá.

O principal motivo para tal era a ocupação da população livre de Paranaguá em outras atividades que não a agricultura, e a principal delas era a pesca, que poderia contribuir perfeitamente para a alimentação, induzindo “o pobre habitante das margens d’essas Bahias a viver em Completa indolencia, por que Com huma linha e hum anzol o mar lhe fornece, Com generosa abundancia a alimentação para o Seo Consumo”. Outras fontes de renda seriam extraídas facilmente das madeiras e do embé, cuja oferta não compensaria o trabalho na cultura de gêneros. Portanto, seria necessário, arrancar “esta clace da população do estado rotineiro e indolente em que vive [...], e finalmente faze-la convencer do seo erro, e, pelo exemplo, Cumprimenta-los da verdade do que, a agricultura he a fonte perene e universal da riqueza publica de todas as Naçoens”²⁴⁶. Assim, cuidando de orientar a população para as atividades da lavoura, Paranaguá poderia finalmente ter uma grande produção de víveres, exportando-os para o interior da Província e para outros pontos do Império.

A Câmara de Ponta Grossa segue por linhas parecidas. Para seus partícipes, a razão da carestia seria justamente a falta de braços para os trabalhos na agricultura de

²⁴⁴ SILVA, Joaquim Félix. *Sobre o encarecimento dos gêneros alimentícios*. Paranaguá, 15 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 54, p. 93-98.

²⁴⁵ Nos anos de 1860, o imposto arrecadado pelo fisco provincial paranaense com a transferência de escravos para as outras províncias equiparou-se ao valor arrecadado pelos tributos provenientes das tropas vindas do Rio Grande do Sul. BALHANA, Altiva Pilatti. *Política Imigratória do Paraná* BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 200, p. 365.

²⁴⁶ SILVA, Joaquim Félix. Op. Cit.

subsistência, enquanto a maior parte da população livre capacitada para o cultivo de mantimentos preferia a extração do mate ou o comércio de tropas. Ainda assim, uma das causas da carestia seria a existência de especuladores que compravam alimentos dos produtores para revendê-los na Lapa e em Curitiba, principalmente farinha de milho²⁴⁷. Em Morretes, a Câmara confessava sua impotência quanto ao assunto, enviando anexas as opiniões de três indivíduos importantes da região (mais que Paranaguá), no entanto, afirmava que a carestia devia-se não à falta de braços, mas sim aos altos preços obtidos pela erva-mate, desviando potenciais agricultores. Contudo, um dos ‘homens ilustres’ consultados pela referida Câmara argumentara justamente que a extinção do tráfico de escravos fizera com que os braços empregados na lavoura decaíssem, ao passo que a colonização ainda não tinha logrado nenhum resultado positivo²⁴⁸. Em Curitiba, Cândido de Abreu presumia que o encarecimento dos gêneros devia-se à diminuição da produção agrícola em função da falta de braços, somada à desvalorização do ouro pela produção aurífera da Califórnia e da Austrália²⁴⁹.

A Câmara Municipal de Antonina discordou das causas apontadas pelas pessoas por ela consultadas, argumentado que os gêneros consumidos na cidade eram provenientes de fora do município, como o charque e a farinha de mandioca, não podendo afirmar se uma suposta falta de braços havia afetado tais mercadorias, embora houvessem quadruplicado de preço. Entretanto, a maior parte das pessoas consultadas pela Câmara Municipal argumentaria justamente que a razão do encarecimento dos gêneros devia-se à falta de braços causada pela cessação do tráfico de escravos e o predomínio da atividade ervateira entre a população rural²⁵⁰. A Câmara de Guarapuava indicaria que, além do aumento da circulação de moeda, a causa para o encarecimento dos gêneros era a ausência de braços para a agricultura, denotando a falta de jornaleiros para a faina agrícola²⁵¹.

Por sua vez, o Presidente Provincial de então, Francisco de Liberato e Mattos, subsidiado pelas informações provenientes das Câmaras Municipais, afirmou ao Minis-

²⁴⁷ ARAUJO, Francisco Martins de et al. *Informações sobre a elevação dos gêneros alimentícios*. Ponta Grossa, 23 de Novembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 49, p. 122-123.

²⁴⁸ FIGUEIRA, João José et al. *Informações sobre alta dos gêneros alimentícios*. Morretes, 30 de novembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 49, p. 170-182.

²⁴⁹ ABREU, Antonio Candido Ferreira de Abreu. *Correspondência ao Presidente de Província sobre as razões do encarecimento dos gêneros alimentícios*. Curitiba, 8 de dezembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 49, p. 19-25.

²⁵⁰ MIRANDA, Luiz Carmeliano de et. al. *Informações sobre a alta dos gêneros alimentícios em Antonina*. Antonina, 7 de dezembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 49, p. 170-182.

²⁵¹ GOMES, Luís da Silva. *Informações sobre a alta dos gêneros alimentícios em Guarapuava*. Guarapuava, 12 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 48, p. 66-70.

tério do Império que a razão da carestia repousava principalmente na ‘falta de braços’ em função da extinção do tráfico de escravos²⁵². De acordo com Mattos, o Paraná estaria com a agricultura quase em estado de abandono, com exceção de pouquíssimas lavouras, uma vez que toda a população se encontrava voltada às atividades do mate e no comércio de tropas. Para remediar a decadência na agricultura, era necessário que “emigrantes moralizados e industriais venhão povoar nossos campos e matas, e dar nova vida á nossa decadente agricultura”²⁵³. O Presidente do Paraná citaria ainda outros fatos, como o monopólio ou as secas na Província, no entanto, a sua percepção é a mesma que Perret Gentil e grande parte da elite paranaense manifestou: o estado da lavoura era decadente pelo fato de a população se encontrar em atividades consideradas improdutivas.

Por fim, o próprio Ministro do Império argumentava que a extinção do tráfico, acompanhada de inúmeras doenças, fez diminuir os braços empregados na lavoura, bem como as culturas de exportação concentravam todos os esforços produtivos, explicando-se, assim, a carestia. Para solucionar tais problemas, alegava o ministro que “a colonização em larga escala seria certamente, o grande meio que modificaria por modo satisfatório os efeitos destas causas”²⁵⁴. Como podemos ver nas opiniões destacadas acima, os efeitos do monopólio, embora fossem alinhados pelo próprio Presidente do Paraná, não são tão relevantes quanto à cessação do tráfico e à suposta falta de braços enfrentada pela lavoura, havendo necessidade de colonização para a produção de gêneros de abastecimento.

A análise de alguns indicadores do custo de vida da cidade de Paranaguá, como os pagamentos em função dos ofícios exercidos pela população e os preços dos gêneros alimentícios, podem nos fornecer outras respostas:

²⁵² BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretario D’Estado dos Negocios do Imperio Marques de Olinda*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1858. Anexo G – Informações de diversos Presidentes das Provincia sobre a Carestia dos Generos Alimenticios – Informações do Presidente de Paraná, p. 1

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretario D’Estado dos Negocios do Imperio Marques de Olinda*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1858, p. 26-27.

TABELA 1 – PREÇO DA MÃO DE OBRA EM PARANAGUÁ NO ANO DE 1857

Ofício	Diárias (em mil-réis)
Mestre Carpinteiro de obra	3\$500
Oficial carpinteiro/ Contra-mestre	De 2\$000 a 2\$500
Oficial de carpinteiro/ mais baixo	De 1\$100 a 1\$600
Oficial mestre pedreiro	2\$000
Oficial contra-mestre pedreiro	De 1\$280 a 1\$600
Oficial pedreiro	De 800 a 1\$000
Serventuários de obras, livres ou escravos	De 800 a 1\$000
Serventuários de obras, escravas	De 560 a 640
Lavoura – jornal de braço livre	De 1\$000 a 1\$280
Lavoura – jornal de braço escravo	De 800 a 1\$000

FONTE: SILVA, Joaquim Felix et al. *Preços dos materiais de construção e da mão-de-obra em Paranaguá*. Paranaguá, 17 de julho de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 44, p. 133-134.

Podemos ver acima que as atividades na lavoura (seja mão de obra livre ou escrava) eram umas das menos remuneradas, estando acima apenas das escravas destinadas às obras e, equiparando-se em remuneração, ou algumas vezes superando, aos serviços de pedreiro e dos serventuários de obras. Outros trabalhadores são mais valorizados, como os carpinteiros e os oficiais de construção, em função do serviço ser mais técnico. Todavia, poderia a remunerações dos jornais da lavoura ser compatível com o custo de vida da região? Uma análise dos preços dos gêneros em Paranaguá pode nos fornecer algumas respostas.

TABELA 2 – PREÇOS DOS PRINCIPAIS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM PARANAGUÁ PARA OS ANOS DE 1856/1857

Aguardente (pipa)	133\$000
Arroz pilado (alqueire)	4\$242
Café (arroba)	5\$500
Farinha de mandioca (alqueire)	3\$891
Feijão (alqueire)	7\$916
Erva Fina (arroba)	5\$276
Milho (alqueire)	3\$228

FONTE: WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria da Cultura, 1998, p. 123.

O cálculo do custo de vida para Paranaguá é uma tarefa, se não inglória, ao menos arriscada, uma vez que estamos cientes da necessidade de fontes no sentido de indicar os gastos de uma família durante determinado período de tempo (no caso um

ano), bem como a constância de trabalho para obter rendimentos²⁵⁵. Por isso, para identificarmos quanto dinheiro um jornaleiro deveria dispor para comprar determinado artigo, utilizaremos o exemplo relatado por Giovanni Levi em “A Herança Imaterial” – em especial, a estimativa utilizada pelo autor italiano para descobrir se o espólio em alimento deixado às viúvas poderia lhes fornecer alimento suficiente durante um ano, tendo por base a informação calórica da farinha de trigo²⁵⁶.

Façamos algo parecido. Tomemos o alqueire de feijão para dar ensejo às nossas estimativas, tendo em mente que o alqueire deveria possuir entre 50 e 36 quilos²⁵⁷ e o valor calórico de cada quilo de feijão fosse aproximadamente 687,5 kcal²⁵⁸. Para uma dieta diária de 2000 kcal, necessitaríamos de 2,9 quilos de feijão, que consumiriam de nosso lavrador jornaleiro algo entre 459 e 637 réis diários, cujo valor equivale a mais de 63% do valor de seu jornal na pior das hipóteses e 35% no melhor dos casos, e isso para apenas uma única pessoa. No caso da farinha de mandioca as perspectivas são bem mais otimistas, um quilo equivaleria a 5000 kcal, sendo necessários 0,4 quilos para preencher as 2000 kcal diárias, despendendo nosso jornaleiro por volta de 31 e 43 réis para adquirir as energias suficientes. Obviamente, estamos desprezando a possibilidade de o lavrador produzir seu próprio sustento e utilizando apenas dois tipos de alimentos para fazer nossas considerações; contudo, pelo observado acima, os gêneros disponíveis no mercado eram parcialmente acessíveis às camadas menos favorecidas.

No caso dos colonos de Superagui, as coisas talvez fossem mais preocupantes, tendo em vista o rendimento que poderiam obter como colonos pequenos ‘proprietários’. Já nos idos 1854, Carlos Perret Gentil narrava as dificuldades dos moradores das cercanias em obter gêneros alimentícios, uma vez que “havia falta de todo e qualquer

²⁵⁵ KULA, Witold. VII. Microanálisis (2): El consumo y el nivel de vida. *Problemas y Métodos de la Historia Económica*. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1977, p. 204-208.

²⁵⁶ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 138.

²⁵⁷ É difícil para nós precisarmos a correspondência entre um alqueire do século XIX e seu valor atual em quilogramas. Atualmente, um alqueire corresponde por volta de 15 quilos, o mesmo valor de uma arroba, entretanto, a divergência de valores era coetânea, como no caso das colônias de parceria, nas quais os colonos sentiam-se lesados em função do peso atribuído ao alqueire de café. Cf: BRASIL. *Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima primeira legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861. Anexo: Parecer dos Srs. Gabaglia, Capanema e Gonçalves Dias acerca de um novo systema de pesos e medidas, p.4. HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1984; p. 118.

²⁵⁸ Nossas medidas para feijão são 55 kcal para 80 gramas e para a farinha de mandioca 150 kcal para 30 gramas. Cf.: TABELA de calorias. Disponível em: “<http://www.anutricionista.com/tabela-de-calorias>”. Acesso em 23/07/2012.

recurso, até uma falta seguida de mantimentos soffrião e ainda soffrem os moradores da terra, o que me obriga ainda por alguns meses a recorrer a Paranagua para sustentar não só os colonos, mas tambem muita desta gente...”²⁵⁹. Para conseguir angariar o valor para adquirir feijão em Paranaguá durante o espaço de um ano pelo preço mínimo, o colono hipotético deveria comercializar 30 arrobas de café na cidade portuária, mais de 1 tonelada do produto, porém, poderia produzir os gêneros de consumo sozinho, como de fato acontecia.

Por fim, com todas as considerações acima sobre a produção agrícola do Paraná, é oportuno fazermos um contraponto com as ideias manifestadas por Manolo Florentino e João Fragoso a respeito da produção de alimentos durante o período colonial. Os trabalhos desses autores têm uma crítica bem dirigida a modelos historiográficos clássicos, e uma delas diz respeito à produção de gêneros de consumo interno, tais como farinha de mandioca. Os esquemas clássicos afirmavam que a produção dos gêneros de exportação, como a cana-de-açúcar e o café, desviavam a maior parte dos recursos empregados na lavoura, ficando a cultura de subsistência inexistente ou atrofiada pela *plantation* escravista²⁶⁰. Entretanto, Florentino e Fragoso tinham motivos para duvidar de tais afirmações. A movimentação de mantimentos para o porto do Rio de Janeiro representara muitas vezes uma parte considerável do valor exportado em cana-de-açúcar²⁶¹. Fragoso localizara em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina diversos pequenos proprietários que se utilizavam de escravos com vistas à produção de gêneros para o abastecimento interno, que tinham um caráter ‘camponês’²⁶². E essa unidade camponesa, de acordo com Fragoso, uma vez que importava num baixo custo, principalmente para aquisição de mão de obra, teria um produto final também barato²⁶³.

O Paraná, a exemplo de Santa Catarina, constituiu-se economicamente, até o início do século XIX, como região de exportação de gêneros de subsistência, mas essa exportação foi marcada, como nós vimos, por opiniões que apontavam a insuficiência

²⁵⁹ GENTIL, Carlos Perret. *Officio para o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Superagui, 22 fev. 1854. Arquivo Público do Paraná, AP – 3, folhas 207-213.

²⁶⁰ FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 100; FLORENTINO, Manolo. FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto- Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 148.

²⁶¹ FLORENTINO, Manolo. FRAGOSO, João. Op. Cit., p. 151.

²⁶² FRAGOSO, João. Op. Cit., p. 143.

²⁶³ Ibidem, p. 147.

da produção e mesmo a indigência da população local. No decorrer dos oitocentos, formou-se a ideia de que um gênero específico de exportação, a erva-mate, desviava forças antes empregadas na agricultura de gêneros, já agonizante. O mate alcançava aproximadamente 90% do valor das exportações de Paranaguá enquanto importavam-se alimentos de outras regiões, endossando tal perspectiva. Os próprios dados do Frágoso nos indicam que, apesar da pressuposição da existência de uma agricultura de abastecimento, a comercialização destes é bastante fraca. Das exportações de Minas Gerais no ano de 1846, por exemplo, 61% constituíam vendas oriundas da pecuária, enquanto todos os gêneros de subsistência somados não passavam de 0,4% das exportações, o mesmo padrão que encontramos em Paranaguá²⁶⁴. Em São Paulo, 90% das exportações de Santos durante os anos de 1813 e 1821 eram relativas ao açúcar²⁶⁵. Portanto, apesar da existência da produção de alimentos voltada ao mercado interno, parece-nos que aquela voltada para exportação ainda sobrepujava a dedicada a alimentos, que, talvez, não pudesse satisfazer as demandas.

Nesse ínterim, o Governo Provincial fez mínimos esforços para colonização ou incentivos à produção agrícola para minorar a suposta crise, limitando-se a reformar as posturas municipais existentes com o intuito de minorar a carestia de gêneros vivida pela população, impondo multas a quem deixasse de vender alimentos básicos ou exportasse tais alimentos em períodos de dificuldades²⁶⁶. Tal prática continuaria ainda nos anos de 1870, com o objetivo de controlar o preço dos alimentos. Era a ação paternalista do Estado com o objetivo de interferir no livre comércio, em função dos reclames populares que objetivavam a diminuição dos preços dos gêneros alimentícios²⁶⁷. No âmbito imperial surgiu, após a década de 1850, uma série de instituições com objetivo de fazer frente à hegemonia da lavoura de exportação reconhecida por todos, tal como o próprio Ministério da Agricultura²⁶⁸.

Carlos Perret Gentil opinara a respeito das políticas paranaenses de colonização. Entretanto, por mais que fosse ouvido e sua opinião fosse requisitada, sua influên-

²⁶⁴ Ibidem, p. 126.

²⁶⁵ Ibidem, p. 136.

²⁶⁶ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Op. Cit., p. 36

²⁶⁷ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Op. Cit., p. 170-172.

²⁶⁸ PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. Op. Cit., p. 161.

cia foi nula para a formação de qualquer projeto imigrantista que, no fundo, praticamente não existia. Ao invés de introduzir colonos para a agricultura, o Governo Provincial preferiu, em primeira instância, conduzi-los aos trabalhos de obras públicas, enquanto o objetivo primordial – para os coetâneos dos acontecimentos – deveria ser o incremento da produção agrícola, reconhecidamente escassa para o período. Entretanto, mais de uma década se passaria até que uma colonização maciça voltada para a agricultura tivesse lugar no Paraná. Perret Gentil defendera o fomento da colonização com o objetivo de obter vantagens para si próprio, no entanto, como não havia qualquer projeto colonizador, fora obrigado a enfrentar sozinho os problemas interpostos ao desenvolvimento do seu projeto.

Capítulo 3:

Superagui e a Grande Lavoura:

imbricação de algumas propostas para introdução de europeus

Nas páginas acima acompanhamos o início da colônia de Superagui e a forma como a mesma se imiscuía na colonização do Paraná de então e nas questões relativas ao estado da agricultura. Nesta parte, observaremos os problemas de desenvolvimento do núcleo colonial, atados preferencialmente não a contingências locais ou regionais, mas aos problemas de colonização em ordem nacional. Se o projeto de introdução de colonos europeus na grande lavoura influenciou a fundação do núcleo em Paranaguá, será o mesmo projeto que lhe determinara alguns dos problemas de desenvolvimento na colônia de Perret Gentil. Da mesma forma, as políticas de regularização de terras e financiamento dos empreendimentos coloniais pontuaram a evolução pretérita da colônia de Superagui.

3.1. O registro paroquial de terras em Paranaguá

Ainda não citamos um acontecimento extremamente importante para a imigração europeia no Brasil, pelo simples fato de que caberia melhor sua referência no momento em que tivesse impacto sobre o nosso objeto de pesquisa: a Lei de Terras de 1850. Se houve em 4 de setembro de 1850 a aprovação da lei Eusébio de Queiroz, que interrompeu definitivamente o tráfico de africanos para o Brasil, 13 dias depois foi aprovada a Lei N° 601, cujo objetivo era tornar a compra a única forma de aquisição de terras no Brasil, embora tal objetivo fosse atingido apenas parcialmente. Contudo, 1850 marcaria o início de uma nova fase na imigração europeia, momento em que esta seria preferencialmente direcionada para o trabalho na cafeicultura paulista e nos grandes latifúndios, enquanto o seu emprego em núcleos coloniais como pequenos agricultores, embora fosse financiado e estimulado, tornava-se secundário diante da imigração voltada aos interesses dos grandes fazendeiros²⁶⁹. Tal medida não deixava de conter em si implicações de ordem social tendo em vista o fim da escravidão, tornando dessa vez

²⁶⁹ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns Aspectos Relativos Aos Estudos de Colonização e Imigração. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002., p. 236-240.

não o trabalhador cativo, mas a terra cativa, com o objetivo explícito da sujeição do trabalho do camponês não proprietário²⁷⁰.

O início da discussão e dos impasses em torno da questão fundiária brasileira nos oitocentos coincide com a própria Independência do Brasil. Em 1822, foi abolido o sistema de concessão de sesmarias, pelo fato de o sesmeiro geralmente não cultivar toda a extensão de terras que lhe era fornecida, ao passo que o posseiro reafirmava a propriedade de seus terrenos pelo cultivo, não reclamando para si terras incultas²⁷¹. Desde a época da emancipação, José Bonifácio defendia uma nova política de terras, com o objetivo de concedê-las a europeus pobres, índios, mulatos e negros forros, com a obrigação do cultivo e em antítese ao grande latifúndio. Em 1841, foi esboçado um projeto de regularização fundiária, com o objetivo de atrair imigrantes europeus para que substituíssem os escravos africanos, impondo-lhes limitações à aquisição de novas terras. Se, num primeiro momento, o apetite de terras mal aproveitadas pelo sesmeiro foi atacado, nas décadas de 1840 e 1850 projetava-se limitar a aquisição indébita e irrestrita dos posseiros²⁷².

A partir de 1843, passou-se a discutir o projeto que daria origem à Lei de Terras de 1850, sendo um dos objetivos a venda das terras devolutas por parte do Império. Após diversas discussões entre o papel dos sesmeiros e posseiros, das invasões legítimas e ilegítimas, fora aprovada pela Câmara dos Deputados a Lei N° 601, que estabelecia a compra como único instrumento de aquisição de glebas. Para que o Governo Imperial determinasse quais terras poderiam ser comercializadas, era necessário proceder à diferenciação entre aquilo que era público e o que pertencia à esfera privada; em outras palavras, todas as terras que não fossem pertencentes a particulares seriam devolutas e pertenceriam ao Governo. Para tal, havia necessidade de registro de todas as extensões de terras possuídas, que deveriam ser medidas e demarcadas por um juiz comissário, com ônus para os proprietários. Se não se procedesse à demarcação, o sitiante perderia direito aos terrenos que não lavrara e nem lhe serviam de morada²⁷³.

Atendendo a esses objetivos, foi criada por meio do decreto N° 1.318, de 30 de janeiro de 1854, a Repartição Geral das Terras Públicas, que não só regularizava boa

²⁷⁰ MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 32.

²⁷¹ MOTTA, Marcia Maria Menedes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício da Leitura / Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p. 126.

²⁷² Ibidem, p. 127;131.

²⁷³ Ibidem, p. 141-144.

parte das questões deixadas em aberto pela Lei N° 601, como também ficava responsável pela consecução dos objetivos de regularização da estrutura fundiária. Pelo referido decreto, criaram-se diretórios da repartição em todas as províncias do Brasil, que tinham por objetivo a promoção da colonização e a demarcação das terras devolutas. Tais diretórios ficariam encarregados de proceder ao registro das terras possuídas para que, enfim, fosse discriminada a extensão de terras que cabia ao Governo Imperial. Por tal registro, os proprietários ficavam incumbidos de registrar as terras em seu domínio com os vigários das freguesias das quais faziam parte²⁷⁴. Se nenhum proprietário fizesse registro de terras já registradas por outro, o primeiro registrante poderia ser considerado proprietário de seu quinhão de terra²⁷⁵. Durante a década de 1850 e 1860, procedeu-se ao registro das terras possuídas, com pouquíssimo grau de sucesso na discriminação dos domínios particulares e públicos, em função da pouca disposição dos potentados locais em realizar o registro de suas terras. A demarcação e a regularização fundiária tinham por fim a promoção da colonização de imigrantes europeus e dos indígenas espalhados nos sertões do país²⁷⁶.

No caso de Paranaguá, os possuidores e proprietários de terrenos deveriam se dirigir ao vigário da freguesia de Nossa Senhora do Rosário para proceder ao registro, fazendo assim Carlos Perret Gentil para confirmar sua propriedade sobre Superagui. Entretanto, não seria o antigo cônsul quem confirmaria a extensão de terras sob seu domínio, mas sim seu irmão seis anos mais novo e companheiro na imigração no Brasil, Augusto Perret Gentil, declarado como freguês e morador em Paranaguá²⁷⁷, agindo por procuração a pedido do irmão. O referido registro indicava a *forma de aquisição* da propriedade (comprou-a do inglês David Stevenson) e *seus marcos geográficos limites* (limitar-se-ia primeiramente com os rios das Peças e Baguassu, na extensão pertinente à ilha das Peças, e na parte referente a Superagui, entre o leito do rio Segredo e a barra de Ararapira). Pelo registro, Perret Gentil garantia o domínio de toda a extensão à beira mar da península de Superagui. Curiosamente, nenhum outro proprietário da região é citado fazendo divisa com a propriedade, talvez pelo fato de que os pequenos pro-

²⁷⁴ Ibidem, p. 161.

²⁷⁵ CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 9.

²⁷⁶ MOTTA, Marcia Maria Menedes. Op. Cit., p. 160-161.

²⁷⁷ Ver p. 14. A informação de que Augusto Perret Gentil residisse em Paranaguá nos parece pouco provável, uma vez que se casara com uma das filhas do Senador Nicolau Vergueiro, Ana Pereira de Campos. TAUNAY, Visconde de. *Paizagens Brasileiras*. São Paulo: Comp. Melhoramentos, s/d, p. 64. Sobre a família de Perret Gentil dispomos apenas das informações esparsas oferecidas no decorrer deste trabalho.

prietários nas adjacências fossem muitos²⁷⁸. As terras do diretor de Superagui, possivelmente, constituíam a maior propriedade particular da paróquia de Paranaguá, se não o eram também uma das maiores extensões de toda a Província.

Conforme vimos no parágrafo acima, o registro de terras realizado por Perret Gentil possui duas características pouco comuns para a grande maioria dos registros paroquiais: a descrição dos limites da propriedade e a forma como ela fora adquirida, atitude não compartilhada por grande parte dos lavradores nacionais. No momento em que os grandes fazendeiros e pequenos posseiros registravam suas terras ao vigário de sua paróquia, apenas discriminavam a área de testada de suas propriedades, deixando em aberto a medida correspondente à área dos fundos, ou seja, não eram obrigados a declarar quanta extensão de terra efetivamente ocupavam e nem mesmo comprová-la, uma distorção na aplicação da Lei de Terras. No fundo, declarar a extensão de sua propriedade apenas limitava o posseiro em suas pretensões de ocupar outros terrenos devolutos²⁷⁹. Corolário da conclusão anterior, a omissão da forma de aquisição dos terrenos encobre outros conflitos pela posse da terra. Muitas vezes descritos como adquiridos por herança ou compra, os terrenos foram obtidos, em sua grande maioria, pelo apossamento puro e simples e, talvez, por meios não permitidos por lei, tal como a tomada de terras de outrem²⁸⁰. No caso de Superagui, a legitimação de uma grande área objeto de compra de seu proprietário determinou as características do seu registro, enquanto os lavradores nacionais, com terrenos diminutos e habituados ao apossamento, procederam de forma contrária.

Contudo, o registro de terras da colônia de Perret Gentil não é o nosso objeto principal. Pretendemos visualizar o comportamento dos nacionais das cercanias nos registros de suas propriedades com relação aos domínios do antigo cônsul. Tomemos o exemplo de Ezequiel Antonio, morador na Ilha das Peças e que era possuidor de terras na cabeceira do rio de mesmo nome. Conforme sua descrição, sua propriedade possuía 150 braças de testada, limitada de ambos os lados por terrenos devolutos e com os fundos em mesma situação, sendo adquirida por dívida de outros cultivadores. Seu terreno encontrar-se-ia defronte ao rio das Peças, em sua margem esquerda²⁸¹. Vimos acima que o referido rio servia de limite à propriedade de Perret Gentil e, embora não fosse limí-

²⁷⁸ Registro de Terras de Carlos Perret Gentil. Livro de Registro de Terras de Paranaguá, Nº 405, p. 178. Arquivo Público do Paraná. Livro Nº 26.

²⁷⁹ Ibidem, p. 164.

²⁸⁰ Ibidem, p. 169.

²⁸¹ Registro de Terras de Ezequiel Antonio. Livro de Registro de Terras de Paranaguá, Nº 365, p. 163v. Arquivo Público do Paraná. Livro Nº 26.

trofe à totalidade de seu leito, a ausência do nome do diretor de Superagui, ou ainda a omissão de sua propriedade, é digna de nota. Ezequiel registrou ainda outro terreno, também no rio das Peças, desta vez com 400 braças de testada²⁸². A omissão do núcleo colonial e de seu diretor repetir-se-ia em outros registros.

Antonio Joaquim do Nascimento era outro proprietário com terrenos no rio das Peças e, novamente, não citou a propriedade de Perret Gentil. Este lavrador nem ao menos se preocupou em discriminar a testada de sua propriedade, limitando-se a descrever que era apenas possuidor de alguns “cultivados” tangentes à via fluvial²⁸³. Outro lavrador em condições semelhantes seria Ireno de Faria, morador no leito do Bogassu (ou Baguassu), mais um marco fronteiro à propriedade de Perret Gentil. Dessa vez, ao menos, o pequeno lavrador discriminou a testada de sua propriedade, bem como afirmou que ela se limitava a mangues alagadiços, lavrando na região referida desde 1850²⁸⁴. A ausência do nome de Perret Gentil ou de sua propriedade nos registros de terra é sintomática de outra característica desse tipo de documentação: a não obrigação dos lavradores em registrar as propriedades com as quais faziam divisa, com o fim de ocupar as terras omitidas. Podemos supor que, a partir de tal precedente, os três lavradores não o reconheciam como um legítimo possuidor de suas terras e, em suma, não corroboravam o seu domínio sobre elas, comportamento padrão em diferentes registros paroquiais²⁸⁵. No fundo, o não reconhecimento do antigo cônsul suíço como confrontante abria o precedente para “o questionamento dos limites de sua terra, pelo simples fato de outrem ao registrar suas terras não reconhecê-lo como seu confrontante, ignorando-o como tal”²⁸⁶, podendo os lavradores nacionais tomar parcelas de terra de um domínio que não reconheciam.

Esse procedimento não seria adotado por outros pequenos proprietários limítrofes a Perret Gentil, que admitiram a existência de seus domínios. Antonio Ribeiro Callado registrara seu sítio, possuindo cem braças de testada no rio Segredo, limitando-se ao sul com “as terras do Senhor Carlos Perret Gentil”²⁸⁷. Joaquim Antonio dos Santos

²⁸² Registro de Terras de Ezequiel Antonio. Livro de Registro de Terras de Paranaguá, Nº 358, p. 156v-157. Arquivo Público do Paraná. Livro Nº 26.

²⁸³ Registro de Terras de Antonio Joaquim do Nascimento. Livro de Registro de Terras de Paranaguá, Nº 300, p. 128v-129. Arquivo Público do Paraná. Livro Nº 26.

²⁸⁴ Registro de Terras de Ireno de Faria e sua Mulher. Livro de Registro de Terras de Paranaguá, Nº 270, p. 114v-115. Arquivo Público do Paraná. Livro Nº 26.

²⁸⁵ Sobre tal modo de proceder, Cf. MOTTA, Marcia Maria Menedes. Op. Cit., p. 167; 169.

²⁸⁶ Ibidem, p. 171.

²⁸⁷ Registro de Terras de Antonio Ribeiro Callado. Livro de Registro de Terras de Paranaguá, Nº 491, p. 210. Arquivo Público do Paraná. Livro Nº 26.

seria outro lavrador detentor de terras com duzentas braças de testada no leito do mesmo rio, reconhecendo o antigo cônsul como seu confrontante pela parte sul²⁸⁸. O rio Segredo, assim como o rio das Peças e o Baguassu, era um dos acidentes geográficos limítrofes da colônia fundada por Perret Gentil, entretanto, a totalidade de sua extensão estava no interior do núcleo colonial. A menção ao diretor do empreendimento, não só é indicativo que ambos reconheciam a legitimidade das terras do antigo cônsul, como também talvez ocupassem as mesmas. O desenho do mapa de Superagui nos fornece uma boa evidência de que o leito do rio Segredo estava inscrito na área da colônia. Da mesma forma, Joaquim Antonio dos Santos não reconhecia que fazia divisa com Antonio Ribeiro Callado, embora este o admitisse, evidenciando assim outras formas de litígio.

A necessidade de prestígio social para o reconhecimento da posse de terra entre os lavradores pode ser melhor vislumbrada a partir do exemplo de Domingos Affonso Coelho, um dos potentados da região que entreteve relações com Perret Gentil nos primeiros anos de formação da colônia de Superagui. Affonso Coelho registrara cinco terrenos diferentes em Paranaguá, que somavam ao todo mais de 3 mil braças de frente, possuindo um dos seus sítios 2.800 braças²⁸⁹. Todos estavam na parte setentrional do conjunto formado pela ilha das Peças e pela península de Superagui, às margens do rio Varadouro Novo, próximo ao istmo da península. Dezenas de outros pequenos proprietários na referida região registraram seus domínios, e a grande maioria deles requisitou o testemunho de Domingos Affonso Coelho com o objetivo de corroborar a veracidade de suas afirmações. Por volta de 31 lavradores registraram suas terras com a seguinte afirmação, que variava conforme o documento: “por ser verdade, pedio a Domingos Affonso Coelho passasse dois [registros] do mesmo theor”²⁹⁰. Nos processos de litígio de terras era de extrema relevância a figura da testemunha que, de acordo com suas características e sua posição social, determinaria o direito de uma das partes em detrimento da outra²⁹¹. De fato, tais relações sociais engendradas tinham por objetivo a preservação das terras possuídas contra as pretensões de terceiros²⁹².

Todavia, Carlos Perret Gentil serviria como testemunha em dois momentos, em razão de os requerentes fazerem parte do contingente empregado em seu empreendi-

²⁸⁸ Registro de Terras de Joaquim Antonio dos Santos. Livro de Registro de Terras de Paranaguá, Nº 492, p. 210. Arquivo Público do Paraná. Livro Nº 26.

²⁸⁹ Registros Nº 648, 664, 668, 707, 708 livro Nº 27.

²⁹⁰ Registro de Terras de Ventura Pereira das Neves. Livro de Registro de Terras de Paranaguá, Nº 705, p. 33. Arquivo Público do Paraná. Livro Nº 27.

²⁹¹ MOTTA, Marcia Maria Menedes. Op. Cit., p. 65.

²⁹² Ibidem, p. 177.

mento colonial. Antonio Rosa e José Dias eram lavradores que possuíam cada um deles uma propriedade de trezentas braças de frente no rio do Barigui, na baía dos Pinheiros, confirmando suas possessões ao vigário de Paranaguá no mesmo dia²⁹³. Ambos os registros foram realizados não só a pedido dos interessados, como também por exigência de Perret Gentil e tanto Rosa quanto Dias foram listados como colonos do núcleo de Superagui²⁹⁴, porém, suas terras não coincidiam com o domínio do antigo cônsul; muito pelo contrário, situavam-se no continente, próximas à Guaraqueçaba, evidenciando, assim, formas diferentes de aliciamento de ‘colonos’ das cercanias. Antonio Ribeiro Callado e Joaquim Antonio dos Santos, citados acima como proprietários no rio Segredo, também foram listados como partícipes do núcleo de Perret Gentil. Outro proprietário da região que confirmou seus domínios e que também seria listado como integrante de Superagui foi José Maria Pereira das Neves²⁹⁵.

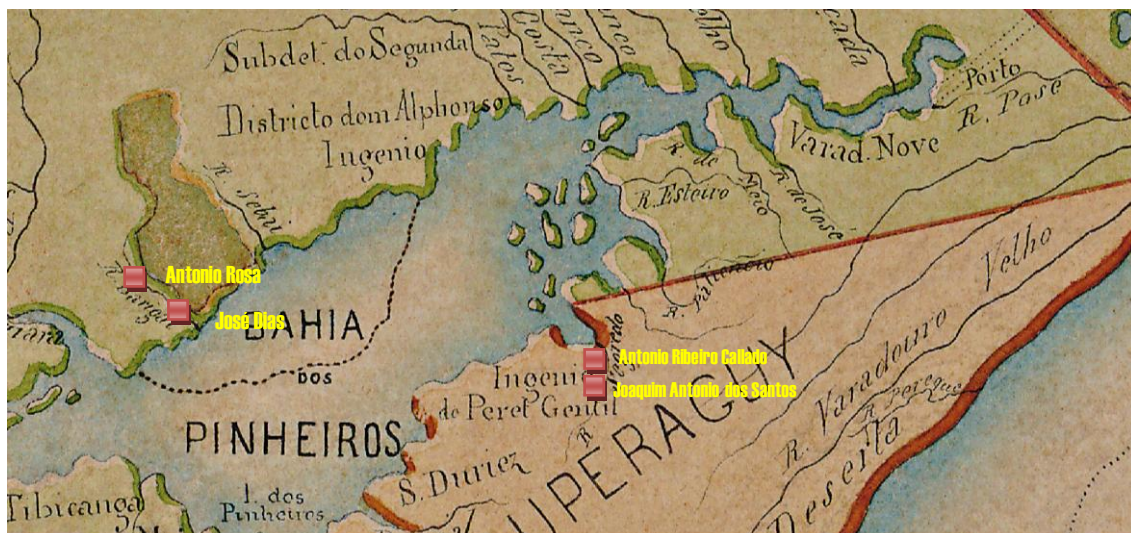
FIGURA 4, 5 E 6 – Partes do Mapa da Colônia de Superagui, com a indicação da possível localização dos pequenos proprietários citados no correr do subitem 3.1, apenas para efeito de representação visual. Pela figura 5 podemos observar que o leito do rio Segredo, conforme foi representado no mapa do século XIX e no correr deste trabalho, estava no interior das terras pertencentes a Perret Gentil.



²⁹³ Registro de Terras de Antonio Rosa. Livro de Registro de Terras de Paranaguá, N° 766, p. 62v. Arquivo Público do Paraná. Livro N° 27; Registro de Terras de José Dias. Livro de Registro de Terras de Paranaguá, N° 767, p. 63. Arquivo Público do Paraná. Livro N° 27.

²⁹⁴ GENTIL, Carlos Perret. Mappa da Colonia de Superagui no ano de 1858. Superagui, 3 de junho de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 59, p. 20-24.

²⁹⁵ Registro de Terras de José Maria Pereira das Neves. Livro de Registro de Terras de Paranaguá, N° 706, p. 33. Arquivo Público do Paraná. Livro N° 27.



Fonte: BRASIL. *Mappa das Bahias de Paranaguá comprehendendo a Colônia de Superagui Entrada do Mar Pequeno de Iguape*. Rio de Janeiro: Archivo da S. de Desenho, 1870. Arquivo Nacional: 4M.0.MAP.163. Google Maps. Mapa de Superagui. Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=w1>. Acesso em 18/04/2012

A existência de pequenos proprietários que seriam ao mesmo tempo colonos de Superagui não deixa de suscitar algumas questões. Os dois exemplos referidos acima indicam que Perret Gentil ampliara os vínculos com os nacionais além das fronteiras de sua colônia. Os terrenos de Antonio Rosa e José Dias estavam a uma distância significativa de Superagui, e seus domínios foram confirmados não só a pedido de seus ocupantes, mas pelo diretor do núcleo parnanguara. Vale lembrar que na lista de famílias apontada em 1854 figurava um indivíduo de sobrenome 'Rosa', de origem brasileira, prova-

velmente o mesmo que então registrava os seus domínios²⁹⁶. Em Superagui, em função dos registros de terras provenientes da execução do Decreto Nº 1318, os primeiros colonos tornados proprietários foram os nacionais, ao contrário do que se poderia esperar de uma colônia formada por imigrantes europeus ao sul do Brasil, cujo pressuposto consistia em tornar os adventícios pequenos proprietários.

Desde quando instalara o núcleo colonial na região, Perret Gentil afirmara que não acudia apenas os colonos estrangeiros em função de escassez de alimentos, mas igualmente os nacionais das cercanias, manifestando algum tipo de anelo de acordo com o contingente já estabelecido não só nos terrenos de sua colônia, como também nas redondezas. A participação do antigo cônsul nos registros de terras de terceiros, e que estes figurassem na lista de trabalhadores engajados pelo núcleo colonial, demonstra a extensão dos vínculos pessoais formados por Perret Gentil, a exemplo de outros grandes produtores rurais. De fato, no mundo rural brasileiro dos oitocentos, era comum que lavradores pauperizados ou com poucos recursos atuassem vínculos com potentados locais mais poderosos, principalmente em função de troca de favores²⁹⁷. No caso de Superagui, tais favores poderiam se restringir ao adiantamento de alimentos e utensílios, da parte da administração colonial, ao passo que os lavradores prestariam serviços esporádicos no sistema de trabalho proposto por Perret Gentil, tais como a comercialização de gêneros por intermédio do diretor de Superagui, compra de terras do núcleo, trabalhos em formas de jornais ou o pagamento pelo uso dos engenhos coloniais. A partir da costura de tais acordos, os nacionais de Superagui passavam a ser listados como colonos do empreendimento, fazendo assim parte do empreendimento proposto pelo antigo cônsul, de maneira análoga aos suíços estabelecidos na região²⁹⁸.

No caso dos lavradores do rio Segredo, igualmente colonos de Superagui, podemos conjecturar outras conclusões a respeito de seu registro. Considerando o mapa sobre a colônia, conseguimos observar que o leito do rio Segredo coincidia em sua totalidade com as terras de Perret Gentil. Assim sendo, os sítios declarados eram na verdade uma pequena parcela das terras compradas pelo ex-cônsul suíço. As extensões de terras alegadas que, no fundo, resumiam-se apenas a alguns “cultivados” às margens da via fluvial, são correlatas à figura das ‘situações’, encontradas nas grandes propriedades fluminenses. As situações eram terrenos ocupados por um pequeno lavrador em terras

²⁹⁶ GENTIL, Carlos Perret. *Ofício para o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Superagui, 22 fev. 1854. Arquivo Público do Paraná, AP – 3, folhas 207-213.

²⁹⁷ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Op. Cit., p. 114.

²⁹⁸ Os acordos que elencamos acima são descritos por Perret Gentil. GENTIL, Carlos Perret. Op. Cit.

de outro grande proprietário, muitas vezes comercializadas sem o conhecimento deste²⁹⁹. Os lavradores que os detinham por uso e fruto eram os ‘situados’, um termo que consta no registro dos agricultores do rio Segredo, uma vez que o vigário de Paranaguá escrevera que ambos possuíam terrenos nos quais estavam “situado[s]”³⁰⁰.

Talvez o registro dos dois lavradores pudesse mascarar algum tipo de conflito em torno da questão de terras na região, em função do aparecimento de um novo e poderoso potentado rural – no caso, Perret Gentil. Por vezes, quando havia um processo de despejo movido por um grande proprietário contra um agregado presente em suas pretensas terras, a Lei de Terras e o registro paroquial poderiam servir para dar alegação ao réu do processo, cuja defesa afirmaria que os *terrenos que possuía eram devolutos* e que o grande proprietário havia *excedido a demarcação das terras que lhe eram pertinentes*³⁰¹. O recurso ao registro daria o mínimo de subsídio jurídico para que os ocupantes às margens do Segredo contestassem um possível processo de embargo movido por Perret Gentil contra suas possessões que, no entanto, nunca manifestou explicitamente essas intenções, procedendo a um maior aliciamento de famílias nacionais, em acordos semelhantes aos descritos acima³⁰².

Resta-nos ainda perguntarmos sobre os demais habitantes nacionais de Superagui e as razões para não terem registrado suas terras. A primeira delas nos parece óbvia: Carlos Perret Gentil era ‘senhor e possuidor’ da vasta extensão onde estavam situados, e proceder ao registro implicaria em conflito com o diretor do núcleo colonial, embora muitos proprietários limítrofes considerados ‘colonos’ o fizessem – possivelmente se assenhorando de terras que poderiam ser reclamadas por Perret Gentil. Entretanto, outras respostas podem ser buscadas. Por vezes, muitos agricultores, inclusive grandes proprietários, recusaram-se a registrar suas terras aos párocos locais, principalmente pelo fato de a Lei de Terras representar um amparo jurídico débil por ocasião das disputas de terrenos³⁰³. O registro paroquial de terras podia ser visto com pouco valor jurídico ou mesmo desestimulado, estando aí uma das razões para que os habitantes inscritos nas

²⁹⁹ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Op. Cit., p. 133-134.

³⁰⁰ Registro de Terras de Antonio Ribeiro Callado. Livro de Registro de Terras de Paranaguá, Nº 491, p. 210. Arquivo Público do Paraná. Livro Nº 26.

³⁰¹ MOTTA, Marcia Maria Menedes. Op. Cit., p. 193.

³⁰² Em 1854 havia 58 famílias brasileiras em Superagui; em 1858, eram arroladas 80 famílias PARANÁ. *Relatorio do Presidente da Provincia do Paraná Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1858, p. 26.

³⁰³ MOTTA, Marcia Maria Menedes. Op. Cit., p. 168.

terras da colônia não registrassem seus domínios. Talvez outro apontamento nos ajude a entender esse comportamento.

Edward Thompson, ao discutir as definições sobre o direito de propriedade do campesino inglês do século XVIII e XIX, elaboradas concomitantemente ao aparecimento dos cercamentos, notara que o campesinato inglês tinha por costume a utilização de terras comunais ou de outrem como pasto ou para retirar lenha, prática combatida por ocasião dos *enclosurers*³⁰⁴. Muitas das tentativas de cerceamento dessas práticas cotidianas eram combatidas pelo campesinato, garantindo-se, assim, o mínimo de áreas de uso comum ou a permanência de costumes pré existentes³⁰⁵. A presença dos nacionais no território do núcleo parnanguara pode ser compreendida nesta perspectiva: a ocupação de uma terra alheia que atravessa as tentativas de modernização da estrutura fundiária, uma prática antiga que persistia no momento da “consolidação e a concretização da noção de propriedade rural”³⁰⁶. O costume garantiu que a antiga posse fosse reconhecida por ocasião da Lei de Terras, por mais que o próprio Império cogitasse a expulsão de posseiros em terras devolutas, garantindo-lhes a regularização de seus domínios³⁰⁷. Em Superagui, a expulsão de posseiros, por ser propriedade privada, talvez fosse aventada pelo ex-cônsul suíço, mas não o fez.

No fundo, era mais um ‘costume’ vantajoso para Perret Gentil do que prejudicial. O controle sobre as terras precedia o controle sobre os homens e as formas de sujeitar-los ao trabalho³⁰⁸, e a propriedade da região poderia fazer com que os antigos posseiros se submetessem aos trabalhos indicados pelo novo proprietário. De qualquer forma, o registro paroquial de terras na Província do Paraná parece ter tido um grande sucesso, em oposição ao ocorrido em outras regiões do Império, cuja discriminação da propriedade particular fora exígua³⁰⁹. Numa região com pouco mais de 70 mil habitantes, dos quais mais de 8 mil eram escravos³¹⁰, houve 12.970 registros de terras³¹¹, na proporção de uma propriedade rural para 5,4 habitantes da província.

³⁰⁴ THOMPSON, Edward. P. Costume, Lei e Direito Comum. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 94-95.

³⁰⁵ Ibidem, p. 105;119.

³⁰⁶ Ibidem, p. 112.

³⁰⁷ COSTA, Odah Regina Guimarães. *Estruturas Agrárias de Curitiba-Paraná no século XIX – posse, propriedade e trabalho*, p. 17;27.

³⁰⁸ MOTTA, Marcia Maria Menedes. Op. Cit., p. 66; MARTINS, José de Souza. Op. Cit., p. 29.

³⁰⁹ MOTTA, Marcia Maria Menedes. Op. Cit., p. 163-164.

³¹⁰ PARANÁ. *Relatorio do Presidente de Provincia do Paraná Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1859*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859. Anexo N. 5 Mappa Estatistico da população da Provincia do Paraná.

3.2. Um episódio da grande lavoura

Não obstante o desenvolvimento do empreendimento de Superaguí, no começo de 1857, Perret Gentil visitaria novamente Ibicaba e, dessa vez, em circunstâncias pouco favoráveis à empresa. Na propriedade da família Vergueiro, o dia 24 de dezembro de 1856 foi pontuado por uma discussão entretida entre os responsáveis pelo empreendimento e um determinado colono, o suíço Thomas Davatz, cujo relato acabaria por lhe granjear uma posição mais relevante na historiografia dos empreendimentos imigrantistas do que a reservada a Perret Gentil. Na manhã deste dia, Davatz fora convocado à sede da fazenda para fornecer esclarecimentos sobre a insatisfação dos colonos suíços com relação à Vergueiro e Cia. Após uma discussão acalorada, entretida inclusive com o Senador Nicolau Vergueiro, Davatz se retirou do recinto e, pouquíssimo tempo depois, a administração colonial lhe incumbira de transcrever todas as queixas que os colonos tinham contra a empresa, com a incumbência de entregá-las aos seus patrões³¹².

Thomas Davatz voltou à colônia de estrangeiros no interior de Ibicaba acompanhado de mais quatro colonos; destes, havia dois que acompanharam a discussão e teriam ouvido os proprietários da fazenda tramar o assassinato do delator da empresa, ocasião na qual decidiram alertar os demais colonos sobre o fato. Não demorou muito tempo para que o grupo encontrasse quase uma centena de colonos armados de todo tipo de apetrecho – inclusive armas de fogo – dispostos a preservar a vida do colono suíço. De acordo com o seu relato, Davatz foi obrigado a dissuadi-los do intento, afirmando que nada lhe havia acontecido, sendo inclusive obrigado a proteger um dos diretores da fazenda de qualquer agressividade por parte dos colonos. Por fim, a muito custo, conseguiu apaziguar os ânimos dos descontentes, embora houvessem disparados dois tiros, sem maiores consequências. A ocorrência narrada acima, sob a óptica de Davatz, constitui “a revolta dos parceiros”, que mudou definitivamente os rumos da empresa paulista³¹³.

Os acontecimentos desse dia talvez não pudessem ser caracterizados como uma ‘revolta’. Os trabalhadores se mobilizaram apenas com o intuito de salvar a vida de um

³¹¹ BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Sergio Teixeira de Macedo*. Rio de Janeiro: Tyographia Universal de Laemmert, 1859. Anexo N: Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas com os Annexos Relativos á Comissão do Conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, p. 123.

³¹² DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono de Brasil (1850)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 187-191.

³¹³ Ibidem, p. 194.

dos seus, que estaria supostamente ameaçada, limitando-se a requisitar uma investigação da injustiça de seus débitos e o respeito aos próprios contratos elaborados pela Vergueiro e Cia³¹⁴. De fato, Thomas Davatz, em seu livro de memórias, recusou a pecha de ‘revolta’ aos acontecimentos sucedidos na colônia Senador Vergueiro, uma vez que fora sempre contrário ao “pensamento de uma revolução”³¹⁵. Ao menos em termos ideológicos, a manifestação de Davatz e dos outros trabalhadores parceiros é análoga à ‘turba urbana’ descrita por Hobsbawn. Por ‘turba urbana’ definir-se-iam as manifestações populares esporádicas em função das injustiças e dificuldades cotidianas, caracterizadas por sua instabilidade e por não terem qualquer posição política definida. Longe de serem revolucionárias ou radicais, tais manifestações estavam alicerçadas nas ideias tradicionais dessas populações, tal como a religião e a monarquia, podendo ocorrer entre populações rurais, como no caso dos trabalhadores parceiros³¹⁶.

Após os atritos com a administração colonial, os imigrantes precisaram esperar mais algumas semanas até a chegada da comissão designada pelo próprio governo suíço – o principal objetivo de Davatz e outros imigrantes insatisfeitos – para averiguar a sua situação e a injustiça nos seus débitos. Entretanto, anteriormente a essa averiguação, um engodo fora engendrado contra os colonos. Uma comissão hipotética teria sido designada por José Vergueiro para averiguar a situação dos trabalhadores, e seria essa a única comissão que estaria autorizada a dar um parecer sobre as injustiças contra os imigrantes. Dessa comissão, além de José Vergueiro, fariam parte diversos outros brasileiros, além do antigo cônsul da Suíça, Carlos Perret Gentil. A visita de tal personagem gerara inúmeras apreensões nos colonos: “O que se poderia esperar de semelhante comissão não é difícil imaginar, sobretudo quando se sabia como o Sr. Perret tinha visto e julgado anteriormente as colônias”³¹⁷. Davatz parecia ter tido algum contato com os escritos do antigo cônsul sobre o empreendimento de Ibicaba, chegando a afirmar desconhecer “os motivos que levaram o ex-cônsul Perret-Gentil a derramar-se em louvores à empresa nos seus escritos”³¹⁸.

Os colonos entraram em alerta para impedir as ações dessa comissão, bem como aproveitar a oportunidade para “interpelar o Sr. Perret-Gentil acerca das maravilhas

³¹⁴ DEAN, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977p. 105.

³¹⁵ DAVATZ, Thomas. Op. Cit, p. 159.

³¹⁶ HOBBSAWN, Eric. A Turba Urbana. In: *Rebeldes Primitivos – Estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 114-116;122.

³¹⁷ DAVATZ, Thomas. Op. Cit, p. 202.

³¹⁸ Ibidem, p. 149

que ele dissera de Ibicaba e que nunca chegamos a encontrar”³¹⁹. Entretanto, Perret Gentil chegara sozinho em Ibicaba, em 21 de janeiro de 1857, e reiterara aos colonos que não fazia parte de qualquer inspeção oficial e que vinha apenas para tentar apaziguar os ânimos dos descontentes, a pedido do próprio José Vergueiro. O antigo cônsul pareceu consternar-se com a situação vivida pelos colonos, bem como pelos abusos que a administração dos Vergueiro estava lhes impondo, afirmando “que tudo agora lhe parecia pior do que jamais julgara possível”³²⁰. Gentil passaria ainda um longo tempo em Ibicaba, deixando-a apenas nos idos de março, semanas nas quais pode tomar parte de uma comissão enviada pela própria Província de São Paulo, atuando apenas como testemunha. Nesse meio tempo, participou de reuniões com ao menos uma família de colonos – os Clauzel. Concluía Davatz que sua permanência por tanto tempo se explicava no fato de que o “antigo representante consular teria gasto esses dias ou semanas na confecção de um relatório extremamente favorável à casa Vergueiro”³²¹. Considerando suas antigas alianças e seu grau de parentesco, foi exatamente isso o que ele fez.

Perret Gentil limitou-se a responder a relação de queixas apresentadas pelos colonos, pedida pela administração de Ibicaba justamente na eclosão da ‘revolta’ dos parceiros. As queixas são a síntese das críticas que Davatz fizera à empresa, acusando-a muitas vezes de má-fé nos contratos, tornando o vínculo entre a empresa e os colonos quase indissolúvel³²². Por ser um parecer extremamente favorável à família Vergueiro, e por tentar demonstrar os absurdos das reclamações dos colonos, Perret Gentil não pouparia críticas a Thomas Davatz e aos trabalhadores que se agremiaram em torno de sua liderança³²³. Adotara nas observações que fez dos colonos a mesma mentalidade dos fazendeiros do Oeste Paulista, que reclamaram várias vezes do trabalho dos imigrantes

³¹⁹ Ibidem, p. 203.

³²⁰ Idem.

³²¹ Idem.

³²² Cf. Anexo N° 8 Relação de Queixas dos Colonos In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono de Brasil (1850)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

³²³ Nosso objetivo nos trechos seguintes não é, de nenhuma forma, afirmar que os trabalhadores parceiros detivessem todos os adjetivos atribuídos por Perret Gentil, mas sim, evidenciar o pensamento do fundador do núcleo paranaense com relação a sua manifestação de descontentamento. Se Perret Gentil, em uma fase de sua vida, elogiara de maneira entusiástica a introdução de colonos europeus, em função de suas supostas virtudes, fazia dessa vez o contrário, imputando-lhes todas as alcunhas pejorativas possíveis. É notável que um apologista da imigração qualificasse os imigrantes de vadios e preguiçosos, adjetivos pelos quais teria sido classificada a população nacional, justamente para dar o ensejo à imigração europeia. Em suma, ao menos neste caso, a origem racial não era determinante para as supostas qualidades laboriosas dos trabalhadores. No fundo, o trabalho era o eixo agregador da imigração europeia. A esse respeito, conferir ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 18; 21;31;39. SILVA, Marcio Antônio Both da. De nacionais a colonos regulares: ou sobre como formar os “cidadãos operosos do amanhã”. In: MOTTA, Marcia Maria Menendes *et al* (org.). *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009, p. 236-237.

europeus, considerando-os muitas vezes como vagabundos³²⁴. Chamava de maneira pejorativa os colonos queixosos de “Clube dos Malcontentes”, reservando para a pessoa de Davatz as críticas mais duras: “A malignidade a ignorancia ou a preguiça sobresa- hem neste homem, que ateou a desordem e chamou os Colonos a revolta”³²⁵. De acordo com Perret Gentil, Davatz não conseguira com a própria produção de café cobrir os adi- antamentos em gêneros feito pela Vergueiro e Cia em seu primeiro ano de estada, sendo a diferença contra o colono de mais de cem mil-réis: “Quando um homem recebeu p^r 263\$100 r^s em dinheiro e mantimentos, (...) no decurso de um anno, e que avalia o lucro liquido d’aquelle anno em 140\$ e 145\$ r^s o que pretende?”³²⁶.

O antigo cônsul suíço notou que da família de Davatz, composta de oito pesso- as, apenas dois eram aptos para o trabalho agrícola, uma vez que os membros restantes eram todos seus filhos menores. O colono também teria se recusado a cuidar do número de cafeeiros indicado pela administração colonial, preferindo zelar por um número ligei- ramente menor. Como mestre-escola, Davatz poderia ganhar 430\$ réis por ano, mas se recusara a dar aulas particulares aos filhos de Luís Vergueiro, atividade na qual obteria mais 180\$. Era claro para Perret Gentil que Davatz poderia tirar por ano até 1:000\$000 de réis. Um trecho é bastante elucidativo do pensamento do apologista da empresa com relação aos queixosos: “O Sn^r Davaz e outros errarão muito applicando este trecho [um dos reclames dos colonos] a vadios, avaliando-se a si como bons trabalhadores, em vez de deixarem ser julgados ou classificados p^r outros”³²⁷.

Entretanto, Perret Gentil não seria omissos em algumas reclamações dos colo- nos, afirmando que de fato eram fundamentadas, mas facilmente contornáveis e de res- ponsabilidade do antigo diretor da empresa, João Alfredo Jonas, demitido por José Ver- gueiro após os incidentes de dezembro de 1856. Davatz apontara uma injustiça cometi- da contra o colono Forster, de cujo vencimento não constavam os valores referentes aos domingos e aos dias santos³²⁸, queixa com a qual Perret Gentil concordou, consideran- do-a uma omissão do diretor Jonas. Entretanto, a solução para o problema apontado seria simples: bastava reclamar à administração que o erro seria reparado, embora o colono em questão nunca o tivesse feito. O antigo cônsul citava o exemplo de outro co-

³²⁴ DEAN, Warren. Op. Cit., p. 107.

³²⁵ GENTIL, Carlos Perret. *Opinião de C. Perret Gentil sobre as queixas apresentadas pelos Colonos da Colônia Senador Vergueiro*. Ibicaba, 1º de março de 1857. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7213.

³²⁶ Idem.

³²⁷ Idem.

³²⁸ DAVATZ, Thomas. Op. Cit., p. 272.

lono prejudicado da mesma forma, que: “participando isto porem ao Sn^r Luiz Vergueiro, o Director foi repreendido severamente. O erro foi immediatam^e reparado na conta de Fisch”³²⁹. Contudo, Forster nunca reclamara da arbitrariedade, respondendo a Perret Gentil “que queria esperar a comissão mandada pelo governo imperial e Suisso”³³⁰.

Outra observação feita à direção era com relação aos juros de 6% cobrados das dívidas dos colonos que imigraram financiados por suas municipalidades, que, de acordo com Davatz, nunca deveriam existir, embora Perret Gentil defendesse sua existência nos débitos provenientes do país alpino. O suíço admitia que o diretor Jonas foi “demasiadamente descuidado”, imputando a alguns contratos juros de 6%, enquanto muitos adiantamentos feitos deveriam ter juros de apenas 4%: “Não cumpro seo dever e é por isso culpado”³³¹. Todavia, muitos dos erros encontrados nas contas dos colonos, comprovados pela inspeção pedida pelos ‘revoltosos’, mostraram-se favoráveis aos trabalhadores. O próprio Davatz, por exemplo, teria sido beneficiado com os enganos de Jonas. O diretor atribuíra juros de 6% apenas a 84% do montante devido pelo colono suíço, ficando isento de juros o restante da dívida: “O Sn^r presidente dos = Malcontentes = que esperto como é, não soubesse repara nisto ou esquecesse se de mencionar aquellas irregularidades que sabe se por ser-lhe favoravel?”³³².

Se há algumas críticas contra a administração de Ibicaba, Perret Gentil não deixaria de citar a sua direção à frente de Superaguí para contrapor justamente algumas queixas dos colonos. Uma das reclamações se referia ao cálculo do café recolhido pelos parceiros, uma vez que entregavam os frutos obtidos em alqueires, ao passo que a administração colonial os vendia em Santos em arrobas. A Vergueiro e Cia informava aos colonos que três alqueires perfaziam uma arroba, mas Davatz, pela experiência própria, sabia que três alqueires dariam no mínimo duas arrobas, e não uma, em mais uma trapança da firma da família Vergueiro. Perret Gentil concordava com a divisão do produto feita pela administração de Ibicaba, fazendo a seguinte observação: “Como tenho uma Colonia de systema diverso em a qual compro aos Colonos o café em cereja, posso dizer que a experiencia me mostrou necessitar-se de 3 alqueires para fazer uma arroba”³³³.

Outra visão favorável à fazenda de Ibicaba fornecida por Perret Gentil foi com relação ao preço dos gêneros alimentícios vendidos aos colonos. Davatz acusava a fa-

³²⁹ GENTIL, Carlos Perret. Op. Cit.

³³⁰ Idem.

³³¹ Idem.

³³² Idem.

³³³ Idem.

zenda de vender aos colonos nos armazéns em seu interior produtos muito mais caros que os das redondezas. O antigo cônsul responderia, previsivelmente, que os preços dos produtos fornecidos aos colonos eram os mesmos praticados nas cidades próximas e a venda de gêneros pela própria fazenda era necessária para manter o nível do trabalho, uma vez que muitos trabalhadores poderiam comprar bebidas nas localidades adjacentes. Ao final, Gentil concluía:

Culpo sim a direção de não ter sido mais acanhada na distribuição de dinheiro e mantimentos, por que ha certos homens que achando facilidade de obter precisões de vida deixão o trabalho e tornaõ-se revolucionando-se a si e a outros. Se isto tinha acontecido na Colonia de Superagui, cortava-lhes os mantimentos de tudo não lhe dava cousa alguma.³³⁴

Entretanto, alguns desses colonos considerados “malcontentes”, “vadios” e “revolucionários” tomariam parte na colônia parnanguara organizada por Perret Gentil, trazendo-lhe outros aborrecimentos. Em fins de maio de 1857, desembarcavam na Colônia de Superagui cinco famílias provenientes da colônia Senador Vergueiro, num total de 21 pessoas. Quatros dessas famílias eram alemãs (Mueller, Moller, Meier e Koehn) e havia uma que talvez tivesse origem portuguesa ou brasileira, representada pelo colono Antonio dos Passos³³⁵. De acordo com Perret Gentil, todas essas famílias tinham tomado parte na ‘revolta’ dos parceiros, e sua transferência provavelmente deveria ter uma relação muito forte com a insatisfação da vida levada em Ibicaba, assim como ocorrera com Thomas Davatz. De fato, um dos projetos alternativos dos colonos parceiros era a transferência para uma colônia no Rio Grande do Sul, onde gozariam de condições melhores e seriam donos do seu próprio quinhão de terra. Podemos conjecturar que a possibilidade de ser um pequeno proprietário em Superagui, algo possivelmente aludido por Perret Gentil nas palestras entretidas em Ibicaba, lhes tivesse atraído para o empreendimento no Paraná.

A transferência de tais colonos seguia os moldes de um padrão existente no Oeste Paulista: a mudança do trabalhador em débito para outra fazenda, com a obrigação de que o novo patrão assumisse a dívida que o trabalhador havia deixado com o seu antigo³³⁶. Foi justamente isso o que aconteceu com os parceiros enviados a Superagui.

³³⁴ Idem.

³³⁵ GENTIL, Carlos Perret. *Fuga de alemães da Colônia de Superagui*. Antonina, 7 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 53, p. 112-113; GENTIL, Carlos Perret. *Mappa da Colonia de Superagui no ano de 1858*. Superagui, 3 de junho de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 59, p. 20-24.

³³⁶ HALL, Michael M.; Verena Stolcke. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n° 6, 1983, p. 95.

Todas as famílias tinham dívidas com a Vergueiro e Cia, e Perret Gentil comprometia-se a amortizar os débitos contraídos. O somatório das dívidas das cinco famílias chegava a 2 contos e 500 mil-réis, cabendo a cada família algo entre 500 e 833 mil-réis. O novo empregador dos antigos colonos parceiros afirmara que “reconheceraõ, Cada um, para a parte que lhe compete, nos Contractos que assignaraõ para vir na Colonia do Superagui. Os Snr^s Vergueiro lhes concederaõ o prazo de Cinco annos para o pagamento da divida e juros de 6% por anno...”³³⁷. As dívidas não eram tão elevadas em comparação com outros trabalhadores parceiros, principalmente pelo fato de as famílias serem constituídas de poucos indivíduos, constituindo-se o maior dos núcleos familiares de seis pessoas. A amortização da dívida não parecia uma tarefa impossível para esses novos trabalhadores. O relatório do Ministro do Império afirmava que alguns colonos de Superagui conseguiram quitar seus débitos, orçados em 500 mil-réis no ano de 1852, em pouco mais de quatro anos³³⁸, um valor que coincidia com o tempo previsto para a quitação dos débitos adquiridos em Ibicaba.

Todavia, a possibilidade de quitação dos débitos no decurso de poucos anos talvez não fosse uma certeza para esses colonos. A produção cafeeira poderia variar grandemente no espaço de apenas um ano, dificultando a possibilidade de auferir rendimentos análogos entre um período e outro³³⁹. Nessas condições, era difícil de acreditar que os trabalhadores se sentissem satisfeitos com a sua nova posição. Apesar de o fundador do núcleo reiterar sua disposição em auxiliar os colonos, fornecendo-lhes todos os mantimentos enquanto não pudessem produzir, cedendo-lhes casas e plantações, sendo “tratados melhor do que qualquer das familias que precederaõ”³⁴⁰, isso não os fizera mais satisfeitos. De acordo com Perret Gentil, os colonos tornaram-se, com o passar do tempo, “insubordinados”, “insolentes”, sendo obrigado a apelar às autoridades da região para manter a “ordem” no núcleo.

Em novembro de 1857, Gentil clamara ao Governo Provincial que nomeasse alguma autoridade nas proximidades do núcleo colonial, com o objetivo de “facilitar a policia, a moralisação e o bom andamento dos Colonos estrangeiros e dos Brasileiros

³³⁷ GENTIL, Carlos Perret. *Fuga de alemães da Colônia de Superagui*. Antonina, 7 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 53, p. 112-113

³³⁸ BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembléa Geral Legislativa da Primeira Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretário D’Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1857. Anexo E: Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas, p. 27.

³³⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1966, p. 96.

³⁴⁰ Idem.

que estão nas terras da Colonia, como dos que estão na Vizinhança”³⁴¹. De fato, Superagui situava-se a oito léguas de Guaraqueçaba, e seu diretor sentia a falta de uma autoridade forte na região, com o objetivo explícito de conter algumas perturbações dos colonos. De acordo com Perret Gentil, a falta de uma autoridade nas cercanias fazia com que muitos trabalhadores se altercassem, e mesmo o desenvolvimento de sua empresa e dos núcleos coloniais em geral era ameaçado por esse tipo de situação:

Já se sabe que nas Colonias a gente procure exigencias e levantamentos, principalmente quando o Numero de Colonos Sobe já a Certa quantia. Os Contractos não São respeitados, e introduz se a licencia e o germen de desordens, como a experiencia o tem demonstrado varias vezes em algumas Colonias³⁴²

Pelas linhas acima, parece-nos óbvio que a eclosão de uma ‘revolta’, aos moldes da ocorrida em Ibicaba, era a principal preocupação de Perret Gentil que, de acordo com o mesmo, fora obrigado muitas vezes a coagir os colonos para que seguissem regularmente o seu trabalho. A solução para tais inconvenientes passaria pela implantação de um regulamento para as colônias, aprovado pelo próprio Governo Provincial, bem como a nomeação de um juiz que arbitrasse os pequenos delitos praticados pelos colonos e lhes imputasse penas, de acordo com o hipotético regulamento citado pelo diretor de Superagui. Infelizmente, Perret Gentil não conseguia lembrar-se de qualquer pessoa que pudesse servir de árbitro, com exceção do subdelegado da região, por nós citado no primeiro capítulo, Domingos Affonso Coelho, que não só exercia grande influência sobre a população da região como tinha grande conhecimento dos colonos.

O português de nascimento Affonso Coelho foi nomeado segundo suplente de subdelegado da freguesia de Guaraqueçaba, por substituição a Balduino Cordeiro de Miranda que, assim como Coelho, era lavrador. Entretanto, Miranda sentia-se sobrecarregado com o cargo, uma vez que não conseguia fazer com que sua propriedade lhe desse ganhos suficientes para se sustentar, recomendando uma série de lavradores prestigiosos da região para assumir o cargo. Domingo Affonso Coelho, que já era tenente da Guarda Nacional, foi um dos poucos indicados, assumindo o cargo no decorrer do ano de 1857³⁴³. De fato, o fazendeiro defronte a Superagui trataria de combater o suposto tráfi-

³⁴¹ GENTIL, Carlos Perret. *Correspondência à Presidência da Província do Paraná, pedindo reforços para o policiamento da região de Superagui*. Superagui, 19 de novembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 48, p. 23-24

³⁴² Idem.

³⁴³ MIRANDA, Balduino Cordeiro de. *Pedido de exoneração do cargo de segundo suplente de subdelegado da freguesia de Guaraqueçaba*. Guaraqueçaba, 22 de fevereiro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 39, p. 38-39.

co de escravos no litoral das cercanias, bem como auxiliaria Perret Gentil quando este passava dificuldades com os colonos. Entretanto, os apelos do antigo cônsul suíço não foram suficientes para impedir qualquer aborrecimento com os participantes da revolta dos parceiros.

Em fins de dezembro de 1857, quando estava de passagem em Paranaguá, Perret Gentil fora informado de que três famílias alemãs abandonaram Superagui durante a noite, deixando para trás as casas e plantações sob sua responsabilidade, e ainda furto-lhe uma canoa. As famílias eram as mesmas que haviam participado do ‘levante’ de Thomas Davatz: os colonos Henrique Meier, Christian Moller e João Koehn, acompanhados de suas mulheres e filhos. Todos se dirigiram para Antonina, onde venderam a canoa de propriedade de Perret Gentil, que, por sua vez, dirigiu-se à cidade litorânea para reaver os colonos que empregara. O proprietário suíço informara o delegado de polícia da região o ocorrido, logrando localizar os colonos na barreira da estrada da Graciosa, com o fito de os “fazer Seguir na Colonia de Superagui donde se evadiraõ”³⁴⁴.

Contudo, os colonos se recusaram obstinadamente a retornar para Superagui, preferindo qualquer outra ocupação ao retorno para o núcleo litorâneo. De qualquer forma, o suíço não fazia questão de ter entre seus trabalhadores “um nucleo de desordeiros”, preferindo entregá-los a outro empregador que se responsabilizasse pelos débitos contraídos em Ibicaba. Todavia, ninguém quis empregá-los, e a única alternativa vislumbrada por Perret Gentil era o seu emprego como operários na pavimentação da Graciosa, uma vez que “por certo não ha de livra-los das Obrigações que Contractaraõ e vejo a divida muito comprometida”. Por isso, pedia ao Governo Provincial seu emprego enquanto jornaleiros na obra pública, pelo espaço de cinco anos, com a exigência de que fosse deduzido de seus jornais a quantia anual de 100\$000 réis para a quitação dos débitos contraídos com a Vergueiro e Cia, o que o Presidente de Província aprovou³⁴⁵.

Para Perret Gentil, o que motivara fuga dessas famílias seria a sua inaptidão ao trabalho agrícola, bem como a má impressão que tinham de sua situação, que o suíço confessava ser nos primeiros momentos difícil, mas que melhoraria com o passar dos anos, além do motivo mais óbvio de fuga em função dos débitos contraídos – enfim, um julgamento menos duro que aquele feito aos ‘revoltosos’ de Ibicaba. O diretor de Superagui ainda reiterava que o ocorrido era uma excepcionalidade, encontrando-se os de-

³⁴⁴ GENTIL, Carlos Perret. *Fuga de alemães da Colônia de Superagui*. Antonina, 7 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 53, p. 112-113

³⁴⁵ Idem.

mais colonos satisfeitos com sua situação, chegando estes inclusive a convidar “parentes e amigos para vir instalar se na Colonia, Circunstancia que Só basta para demonstrar que os Colonos fugidos não tinhaõ motivo no acto que praticaraõ”³⁴⁶. A informação de que os colonos estrangeiros de Superagui chamavam os parentes que estavam na Europa para lá irem se estabelecer é repetida pelo Presidente Provincial de então, Francisco Liberato de Mattos, algo que denotaria o progresso e o bem-estar que passariam no núcleo³⁴⁷.

Um documento da autoria de Domingos Affonso Coelho, subdelegado da freguesia de Guaraqueçaba, nos faz conjecturar sobre a possibilidade de outro desentendimento entre os colonos e a administração colonial. Em fins de dezembro de 1857, o subdelegado recebera seis praças para auxiliar no policiamento da região e impedir o tráfico de escravos, permanecendo aquartelados na propriedade de Affonso Coelho, às margens da Baía dos Pinheiros. Os praças, em menos de um mês de estada na região, já haviam prestado seus serviços, uma vez que afirmara o subdelegado “que tendo havido suas desavenças entre os colonos de Superagui e fui com o destacamento, e tudo ficou arranjado”³⁴⁸. O fato narrado nas linhas acima ocorreu quase que concomitantemente à fuga dos antigos colonos alemães parceiros, sendo talvez um indicativo de que os trabalhadores com os quais os praças trataram talvez fossem os mesmos. Ou, ainda, poderiam ter havido outros colonos descontentes com a administração de Perret Gentil, algo que não conseguimos precisar. De qualquer modo, um destacamento para as regiões do Varadouro e Superagui seria enviado por ordem do próprio Domingos Affonso Coelho, que despendera pessoalmente 9 mil-réis no aluguel das residências para os praças³⁴⁹.

Quanto ao destino dos antigos colonos parceiros, a lei provincial N° 29 previa o emprego de estrangeiros nas obras públicas. Porém, conforme observamos no capítulo 2, a utilização de imigrantes trouxe aborrecimentos ao engenheiro chefe da pavimentação da Graciosa, em função de sua inconstância nos trabalhos, que procediam dessa forma em função dos atrasos nos pagamentos. Os imigrantes que escaparam de Superagui também não lograram ficar muito tempo nas obras, *remigrando* pela quarta vez para Curitiba, a exemplo de outras famílias alemãs insatisfeitas com as condições de vida em

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ PARANÁ. *Relatorio do Presidente da Provincia do Paraná Francisco Liberato de Mattos na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1859*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859, p. 20.

³⁴⁸ LEAL, Luis Francisco da Camara. *Notícia sobre o aquartelamento em Guaraqueçaba*. Curitiba, 4 de fevereiro de 1858. AP – 55, p. 353-354.

³⁴⁹ LEAL, Luis Francisco da Camara. *Correspondência referente ao aluguel de casas para quartel em Varadouro e Superagui*. Curitiba, 9 de dezembro de 1859. Arquivo Público do Paraná, AP – 80, p. 305.

outro núcleo colonial particular – Dona Francisca. Passados dez meses da fuga dos alemães, Perret Gentil não recebera qualquer notícia de sua situação, e os débitos devidos pelos colonos, tanto à Casa Vergueiro quanto ao diretor de Superagui, pareciam irremediavelmente perdidos. Entretanto, o antigo cônsul suíço tentava demonstrar às autoridades provinciais que a fuga dos colonos não prejudicava o progresso de seu empreendimento: “O Estado da Colonia de Superaguy não foi abalado pela sahida de uns Ciganos porque tenho um fundamento seguro”³⁵⁰.

O episódio da fuga dos alemães parceiros de Superagui, sucedâneo à revolta dos parceiros de Ibicaba, segue o mesmo padrão de outros conflitos e protestos em diferentes núcleos coloniais, nos quais os erros e a falta de planejamento dos projetos de colonização eram imputados aos imigrantes, considerados muitas vezes “os piores elementos colonizadores” ou “a escória da Europa”³⁵¹. Episódio semelhante a esse, e que teve lugar na Província do Paraná, talvez seja o dos 370 colonos ingleses que seriam destinados à colônia do Assungui, em 1873, e que, no entanto, recusaram-se a sair de Curitiba, principalmente em função das notícias de dificuldades do referido núcleo. A sua simples aglomeração causou inquietude na população curitibana de então, decidindo o Governo Provincial realizar uma inspeção policial para averiguar se os colonos possuíam armas ou não. Por fim, para as autoridades que os contrataram, os conflitos foram de inteira responsabilidade dos colonos, uma vez que os governos imperial e provincial teriam lhes fornecido todo o amparo possível. De acordo com a versão oficial, os imigrantes não possuíam as qualidades necessárias para trabalhos árduos, esmorecendo assim nos primeiros obstáculos³⁵².

Os ataques de Perret Gentil à atuação de Thomas Davatz, bem como as críticas feitas aos trabalhadores egressos de seu núcleo, são correlatos às interpretações sobre o colono europeu durante o episódio da década de 1870. Por um lado, o caráter instável dos imigrantes introduzidos no Paraná fez com que fossem interpretados como indivíduos indolentes e pouco dispostos ao trabalho, constituindo-se quase uma potencial ameaça à sociedade receptora. Ao passo que os imigrantes que seguiam com obediência o projeto colonizador promovido pelas autoridades provinciais, sem qualquer tipo de

³⁵⁰ GENTIL, Carlos Perret. *Exposição sobre o estado da Colonia de Superagui*. Superagui, 9 de outubro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 88, p. 158-165.

³⁵¹ SEYFERTH, Giralda. *Colonização e Conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Museu Nacional – UFRJ, 1988, p. 18-19;21.

³⁵² LAMB, Robert Edgar. *Uma Jornada Civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994, p. 12-20.

reclame ou queixa, eram os colonos desejados, considerados “morigerados e laboriosos”. A clivagem entre o bom e o mau imigrante dava-se pelo eixo da laboriosidade: o obediente era trabalhador, o desordeiro e o queixoso era um vagabundo³⁵³. O trabalho foi justamente o critério pelo qual Perret Gentil classificou os colonos que não seguiram os desígnios dos empreendimentos em que estava envolvido.

Conforme lembrou José de Souza Martins, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, efetuada pelos fazendeiros paulistas, não foi realizada sem conflito, proveniente muitas vezes da herança colonial da escravidão. De fato, a incorporação de trabalhadores europeus apenas alterava o grau de sujeição destes ao seu empregador, mais brando em comparação com a sujeição completa à qual os escravos eram contrangidos. Da mesma forma que o escravo representava a renda capitalizada do fazendeiro – o valor de suas propriedades era calculado na quantidade de mão de obra cativa que possuía – o vínculo que atrelava o imigrante ao proprietário não deixava de ser renda capitalizada, em função das diversas dívidas contraídas por ocasião de sua emigração para o Brasil. No caso do empreendimento da Vergueiro e Cia, os imigrantes podiam ser juridicamente livres, mas não o eram economicamente, em função das dívidas adquiridas. No fundo, o colono não era o detentor de sua força de trabalho: quem possuía essa prerrogativa era o fazendeiro, algo oriundo de tradições arraigadas do meio rural brasileiro e inaceitável para os imigrantes³⁵⁴. Perret Gentil, quando transfere os trabalhadores parceiros para sua propriedade e depois os entrega a outrem, está comercializando a força de trabalhos desses colonos, muitas vezes à revelia dos próprios trabalhadores.

3.3. As propostas de auxílio para a Colônia de Superagui

Nos idos de outubro de 1858, concomitante as queixas com relação ao desaparecimento completo dos alemães parceiros, Perret Gentil reclamaria a necessidade de auxílios provenientes dos cofres imperiais e provinciais para o núcleo parnanguara. De acordo com o antigo cônsul, a colônia progredia, mas lentamente, principalmente em função da ausência de qualquer subvenção do poder público. Perret Gentil não conseguia suportar os gastos com adiantamentos em mantimentos para as famílias recém-instaladas, com o intuito de que se dedicassem exclusivamente à agricultura dos gêneros coloniais, e nem tinha pecúlio suficiente para realizar melhorias necessárias à produção

³⁵³ Ibidem, p. 36.

³⁵⁴ MARTINS, José de Souza. Op. Cit., p. 61-64.

agrícola, como a construção de engenhos de beneficiamento. Entretanto, o cerne das dificuldades eram os fornecimentos de alimentos aos colonos: “O empresario não pode sacrificar-se, nem comprometter-se a tomar grandes quantias a juros elevados para riscos seus faser uma Philantrophia que só pertence ao Governo”³⁵⁵. Tendo em vista o encarecimento dos gêneros alimentícios, não se devia onerar uma família com dívidas contraídas com a compra de alimentos³⁵⁶, uma vez que esses débitos dificilmente poderiam ser saldados apenas com o seu trabalho.

Seria inviável a realização de um projeto de colonização cujos esforços para sua consecução repousassem exclusivamente sobre uma companhia privada ou um agente particular, tal como no caso de Superagui e da sociedade montada por Gentil e os irmãos Melly, conforme vimos no capítulo 1. Os custos com a introdução de emigrantes exorbitariam tal sociedade, que poderia contar apenas com as comissões debitadas a cada colono para obter seus rendimentos. Da mesma forma, Gentil exprobrava a introdução de colonos angariados por diferentes agentes de emigração, sem o mínimo cuidado em sua escolha (isto é, que fossem de fato trabalhadores agrícolas), e com a obrigação de que os proprietários se responsabilizassem por seus débitos, sendo outro método reprovável. O necessário seria a concessão direta de diversos créditos à empresa iniciada pelo antigo cônsul.

O principal argumento para que o poder público fornecesse auxílios seria a demanda de diversos indivíduos para serem admitidos como colonos no núcleo. De acordo com Perret Gentil, a produção agrícola era tanta que os trabalhadores estavam chamando conhecidos para ajudá-los na lida da terra: “o que prova o bom estado da Colonia é a necessidade de ter outras familias aqui para poder vencer o que esta feito de plantas e a chamada de parentes que os Colonos estão fasendo”³⁵⁷. De acordo com o fundador de Superagui, tanto os colonos nacionais quanto os estrangeiros convidavam seus conhecidos para se estabelecer na região, o que denotaria o progresso do empreendimento. Tais indivíduos ainda não haviam atingindo um grau de conforto muito grande, contudo, os esforços na lavoura e sua produtividade serviam como demonstrativo de

³⁵⁵ GENTIL, Carlos Perret. *Exposição sobre o estado da Colonia de Superagui*. Superagui, 9 de outubro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 88, p. 158-165.

³⁵⁶ Perret Gentil cita, no documento em questão, a suposta carestia de gêneros alimentícios, apontando-a como um dos empecilhos ao desenvolvimento do seu núcleo. De fato, se a suposta carestia servira de argumento para a introdução de imigrantes europeus, foi utilizada neste momento para justificar a necessidade de empenhos por parte do Governo Imperial. A insistência na questão deixa entrever que a suposta carestia de gêneros alimentícios talvez não fosse apenas uma questão de retórica, mas sim uma dificuldade concreta.

³⁵⁷ Idem.

seu futuro bem-estar: “Os bons que ficaraõ tiveraõ a coragem de soffrer privações e vencer as difficuldades que se encontravaõ, sentido se o abandono em que o Governo deixou a Colonia a vista do que se fazia para outras”³⁵⁸.

No intuito de obter auxílios pecuniários, o empresário de Superagui argumentara as inúmeras vezes seu empreendimento fora extremamente vantajoso aos nacionais das cercanias. De fato, diversos nacionais residiam na região antes da chegada dos poucos colonos suíços trazidos por Perret Gentil e, como nós vimos acima, continuaram lá. De acordo com o antigo cônsul, os moradores pobres da região conseguiam dialogar mais facilmente com ele do que com as autoridades provinciais; e tanto os brasileiros que viviam nas terras da colônia como aqueles que residiam nas cercanias “animaõ se em ver as poucas familias estrangeiras fazer em poucos annos plantações e sitios de rendimentos, muitas estaõ para entrar querendo seguir o exemplo e amelhorar sua sorte para o futuro”³⁵⁹. Essa observação é correlata à ideia do imigrante laborioso e morigerado, que introduziria o gérmen do trabalho ativo no organismo nacional³⁶⁰; entretanto, o diretor de Superagui defenderia auxílios aos trabalhadores nacionais, a partir do momento em que estes fossem engajados nos empreendimentos coloniais: “se o Governo favorecesse seus nacionais que entram nas Colonias organisadas como favorece Colonos Estrangeiros nas Colonias privilegiadas, muitos Brasileiros iriaõ tambem juntar-se aos nucleos dedicando-se na lavoura. Disto resultaria um bem geral”³⁶¹.

Alimentando tais ideias e expectativas, o antigo cônsul suíço dirigiu-se ao Rio de Janeiro. Em novembro de 1858, Perret Gentil apresentava ao Ministro do Império de então, Marquês de Olinda, seu núcleo colonial de Superagui, denotando todas as virtudes e utilidades que possuía. Entretanto, os capitais à disposição do diretor do núcleo eram insuficientes para desenvolver a colônia e introduzir mais contingente, sendo tais iniciativas morosas e diminutas: “Os lucros de um Empreuario de Colonias do systema de proprietario e afforamento digo afforante não são sufficientes p^a supportar todas as eventualidades e necessidades q ha na formação de taes Colonias”³⁶². Nessas circunstâncias, restava a Perret Gentil angariar colonos que viessem com algum cabedal de seu

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ GENTIL, Carlos Perret. Op. Cit.

³⁶⁰ NADALIN, Sergio Odilon. *Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001, p. 74.

³⁶¹ Idem.

³⁶² GENTIL, Carlos Perret. Proposta que faz Ch. Perret Gentil Empreuario da Colonia de Superagui. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 88, p. 158-165.

país natal, ou limitar-se a empregar pessoal e introduzir melhorias apenas com os recursos que podia obter com o loteamento de sua propriedade.

Dessa forma, pretendia Perret Gentil que o Governo Imperial tornasse Superaqui uma ‘colônia privilegiada’ – de acordo com suas próprias palavras – da mesma forma que outras colônias fundadas por particulares e que recebiam apoio do governo. Nas décadas de 1850, 1860 e nas seguintes, os auxílios provenientes dos cofres públicos eram fator de primeira ordem para que os projetos de colonização tivessem condições de prosperar³⁶³. Para a maioria das colônias particulares, tais como Dona Francisca e Blumenau, na Província de Santa Catarina, foi justamente isso o que aconteceu. No caso de Hermann Blumenau, que iniciou seu estabelecimento em 1850, foi-lhe concedido pelo Império, já no primeiro ano de existência do núcleo, 10 contos de réis para a introdução de 200 colonos alemães, conseguindo o empresário introduzir um número maior de colonos que o estipulado. Em função do sucesso obtido, fez-se outro contrato pelo qual ficava Blumenau responsável pela introdução de 4 mil colonos no espaço de dez anos³⁶⁴. Acordos semelhantes são realizados com a Companhia Hamburguesa de Colonização, responsável por Dona Francisca, principalmente em função dos problemas que o núcleo enfrentava. Em seus primeiros anos de existência, o Governo Imperial não havia despendido um real com a empresa de origem alemã, cujos gastos já feitos orçavam a mais de 900 contos de réis, sendo assim justificável a introdução de auxílios³⁶⁵.

Nesse sentido, Perret Gentil recusava-se participar do principal projeto encampado pelo Governo Imperial para a introdução de imigrantes: a Associação Central de Colonização, fundada em 1856, no Rio de Janeiro. A Associação pretendia trazer 50 mil colonos para o Brasil no prazo de cinco anos, com o intuito de destiná-los a fazendeiros e lavradores que os necessitassem. Para isso, contaria com o crédito de 6 mil contos de réis para o projeto proposto³⁶⁶. Perret Gentil pensava que os engagements feitos pela Associação Central de Colonização eram incompatíveis com os trabalhos desenvolvidos em Superaqui, principalmente pelo fato de os colonos não serem recrutados, na maioria

³⁶³ MACHADO, Paulo Pinheiro. Op. Cit., p. 60-61.

³⁶⁴ BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855. Anexo: Repartição Geral das Terras Publicas, P. 27-41.

³⁶⁵ BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario D’Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856. Anexo E: Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas, p. 24

³⁶⁶ BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembléa Geral Legislativa da Primeira Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretário D’Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1857, p. 23-24.

das vezes, entre trabalhadores agrícolas, além de tornar-se responsável pelos débitos dos colonos, cujo retorno do investimento lhe parecia pouco provável, como o episódio dos trabalhadores parceiros lhe demonstrara³⁶⁷. De fato, do crédito de 6 mil contos destinado à Associação Central de Colonização, foram utilizados por esta apenas 1.384 contos no decurso de seis anos, sendo o crédito extinto em 1863³⁶⁸. Portanto, a solução para os impasses de Superagui passava por inversões do Império diretamente ao núcleo colonial e pelo recrutamento de trabalhadores realizado pelo próprio Perret Gentil.

Tendo em vista os problemas denotados, Perret Gentil faria a sua proposta de introdução de colonos europeus, alicerçada principalmente nos recursos imperiais. Suas proposições não fugiam da grandiloquência dos projetos que apresentara ao Governo do Paraná há poucos anos. Pelo plano proposto pelo diretor de Superagui, este ficaria incumbido de angariar na Europa 50 famílias de colonos, perfazendo o total de 300 pessoas, durante quatro anos, bem como aceitaria mais 30 famílias brasileiras no núcleo e 50 famílias enviadas pelo Governo Imperial. Para todos os indivíduos engajados, Perret Gentil comprometer-se-ia em vender ou aforar lotes de terra entre 20 mil e 25 mil braças quadradas (entre 9 e 12 hectares) a todos esses colonos.

Por sua vez, o Governo Imperial comprometer-se-ia em conceder gratificações das passagens para cada uma das pessoas que Perret Gentil pudesse trazer ao Brasil, no valor máximo de 50 mil-réis. Tais colonos poderiam ser remetidos a outras regiões do Paraná e de São Paulo, não ficando restritos a Superagui. Deveria ser feito um empréstimo de 100 mil-réis a cada colono entre 4 e 45 anos, a título de adiantamento para se estabelecer em sua nova terra, restituído-se tal valor ao Império no espaço de seis anos. Um empréstimo de 30 contos de réis, por seis anos e sem juros, concedido a Perret Gentil para que este fornecesse auxílios às famílias brasileiras, bem como realizasse os incrementos necessários ao núcleo, como a compra de máquinas e o preparo de terras e habitações. Por fim, o investimento de 4 contos de réis na construção de uma igreja e de uma escola, além de uma subvenção anual para um sacerdote. O montante dos investimentos pedidos pelo antigo cônsul ao seu núcleo colonial alcançava os 79 contos de réis, dos quais 15 contos não seriam reembolsados ao tesouro imperial.

Contudo, os planos que Perret Gentil propunha previam o mínimo de sacrifício de seu propositor, que se comprometia em adiantar às famílias o capital obtido com o Império sem juros, bem como utilizar a gratificação das passagens ao proveito das famí-

³⁶⁷ GENTIL, Carlos Perret. Op. Cit.

³⁶⁸ LAZZARI, Beatriz Maria. Op. Cit., p. 61.

lias introduzidas. O diretor cederia gratuitamente os terrenos necessários à construção da Igreja e da escola, além de fornecer os terrenos devolutos de sua propriedade como garantia dos adiantamentos feitos. Por fim, a fiscalização da empresa seria franqueada livremente às autoridades imperiais. Essas duas últimas afirmações já se encontravam no opúsculo “Le Brésil en 1852 et sa colonisation future”, no qual se afirmava que seriam fornecidos sem ônus os terrenos onde seriam construídos os estabelecimentos eclesiásticos e de instrução³⁶⁹.

A tentativa de pleitear empréstimos ao Governo Imperial era a principal estratégia dos fundadores de colônias durante os oitocentos, uma vez que não podiam arcar com todos os custos. Entretanto, o total de 79 contos de réis pedido por Perret Gentil era correspondente aos acordos firmados com empresas análogas? A Repartição Geral das Terras Públicas previa despesar com a introdução e estabelecimento de colonos no ano de 1858 por volta de 364 contos de réis, de um orçamento total de 1.200 contos. Todo o montante de 364 contos seria fornecido a núcleos coloniais e empresas de imigração e, de fato, havia alguns gastos que eram de valor semelhante ao pedido por Perret Gentil. Uma empresa de colonização deveria perceber por volta de 83 contos de réis, Dona Francisca, por exemplo, receberia 73 contos. Todavia, a maioria dos investimentos era mais ‘modesta’. Dos seis empreendimentos beneficiados pelo Império nesse ano, a grande maioria recebeu menos de 20 contos de réis; a Companhia do Mucury teve direito a apenas 1:920\$ réis. O total despendido com empresas coloniais particulares pelo Império no mesmo ano chegava a 208 contos³⁷⁰. Mesmo o Dr. Faivre, cuja colônia era mais bem quista pelo Governo Imperial, recebeu em 1856 apenas 6:000\$000³⁷¹. Pelo visto acima, Perret Gentil demandara demais para uma empresa que, após sete anos de existência, mostrava poucos resultados.

As passagens para conseguir colonos, o principal reclame dos fazendeiros paulistas na metade dos oitocentos, talvez não fossem a maior preocupação de Perret Gentil. Dos 79 contos de réis requisitados por Perret Gentil, os gastos com passagens que

³⁶⁹ MORE, Jean-Louis. *Le Bresil en 1852 et sa Colonisation Future*. Geneve: Chez les Principaux Libraires, 1852, p. 232.

³⁷⁰ BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembléa Geral Legislativa da Primeira Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretário D’Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1857. Anexo E: Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas, p. 54-55.

³⁷¹ BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario D’Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856. Anexo E: Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas, Tabela N° 5 Despesas para a introducção e estabelecimento de colonos.

implicariam ônus para o Governo Imperial chegavam no máximo aos 15 contos e não cobririam o custo total de seu transporte, cujo valor recairia sobre os colonos. Boa parte dos auxílios pedidos era para o estabelecimento destes colonos no núcleo colonial, que orçavam por volta de 30 contos de réis, com o intuito de que passassem poucas privações. Outras empresas de colonização procederam de forma diferente, empregando o dinheiro emprestado pelo Império principalmente na transferência desses colonos, porém, os gastos eram menores que os propostos por Gentil e projetavam angariar um contingente maior de pessoas. Blumenau usaria dez contos de réis para trazer 400 pessoas, a colônia Dona Francisca comprometia-se a trazer 800 colonos por 20:000\$, outro empreendimento usaria 7:200\$ para engajar mais de 500 colonos³⁷².

Os excessos de gastos para trazer todos os imigrantes desejados por Perret Gentil não se resumiam apenas ao custo total desse esforço. A gratificação das passagens estipulada pelo propositor dos auxílios também eram elevadas em comparação com projetos semelhantes. Tanto Dona Francisca quanto a Associação Central de Colonização eram subsidiadas em 30\$000 réis por colono maior de dez anos³⁷³, um valor menor que o exigido por Perret Gentil, que era de 50\$000 réis. A soma pedida para a introdução de cada colono, como vimos, não se restringia apenas ao pagamento das passagens, devendo ser empregada uma pequena soma como ajuda para que os imigrantes se estabelecessem nos primeiros anos. Ao final, dispender-se-ia com cada imigrante introduzido em Superagui 150\$000 réis, praticamente o preço de sua passagem de transporte ao Brasil. Se outros diretores coloniais pretendiam trazer 400 pessoas por 10 contos, Gentil pretendia trazer 300 por 45 contos.

Entretanto, o esquema proposto pelo diretor de Superagui ainda deixava os colonos responsáveis pelos débitos de embarque, aos moldes dos empreendimentos da lavoura paulista, elemento que não havia transparecido no engajamento dos colonos então partícipes do empreendimento, que imigraram no Brasil utilizando as economias pessoais. Curiosamente, houve casos de imigração nos quais se prescindiu o financiamento de passagens por parte do Governo. No Rio Grande do Sul, os imigrantes engajados pelo Governo Provincial, a partir de 1854, deveriam custear sua viagem transatlântica com seus próprios recursos. Tal fato não impediu a província em questão de

³⁷² BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembléa Geral Legislativa da Primeira Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretário D'Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1857. Anexo E: Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas, p. 54-55.

³⁷³ Ibidem, p. 30; Anexo F, p. 2.

receber mais de 20 mil imigrantes durante as décadas de 1850 e 1870³⁷⁴. O mesmo poderia ser dito dos portugueses imigrados no Brasil durante todo o oitocentos. A imigração portuguesa teve, em seu conjunto geral, caráter espontâneo, não sendo financiada na maior parte das vezes pelos cofres imperiais³⁷⁵. No fundo, a imigração lusa, mais do que todas as outras correntes imigratórias, foi atraída primordialmente pelas oportunidades econômicas do Brasil.

Vimos acima que a proposta de Perret Gentil era mais onerosa de que a maior parte dos projetos coloniais desenvolvidos durante a década de 1850, o que de fato influenciara na negativa do Marquês de Olinda ao projeto proposto. Pouco mais de um mês após o envio do pedido de recursos, o Ministro do Império respondeu ao diretor de Superagui que o tesouro já estava sobrecarregado e os favores pedidos não eram concedidos nem a algumas colônias privilegiadas, havendo necessidade de modificações no requerimento do núcleo paranaense. Tendo em vista a negativa da autoridade imperial, Perret Gentil preferiria abandonar o projeto ao invés de se lançar a um empreendimento no qual não poderia arcar com todos os custos, desestabilizando assim sua colônia. Afirmara, de certa forma desapontado, que “não me resta mais que a obrigação de ter que responder face a face os colonos que estão estabelecidos em Superagui e que exigem facilidades para fazer vir seus parentes e conhecidos”³⁷⁶. Portanto, ainda insistia nos auxílios de subvenção de passagens e de adiantamentos, tendo em vista as promessas firmadas entre Perret Gentil e os demais habitantes de Superagui para trazer outros imigrantes.

A partir desse momento, o projeto indicado por Perret Gentil parecia relegado a segundo plano pelas autoridades imperiais, embora defendessem justamente o contrário. O Ministro do Império afirmara, no relatório de 1859, que a celebração de um acordo entre ambas as partes ainda estava pendente. Escrevera, inclusive, que estava disposto a conceder os auxílios pedidos pelo diretor de Superagui, pelo fato da colônia estar em progresso³⁷⁷. Em 21 de junho de 1860, a Repartição Geral das Terras Públicas enviou todas as proposições de Perret Gentil à Província do Paraná, com o intuito de que o Go-

³⁷⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. Op. Cit., p. 17-18.

³⁷⁵ LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 199.

³⁷⁶ “Il ne me reste qu’un devoir à remplir vis à vis des Colonos qui sont établis au Superagui et qui demandant des facilités pour faire venir de leurs parents et connaissances”. GENTIL, Carlos Perret. Op. Cit.

³⁷⁷ BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Sergio Teixeira de Macedo*. Rio de Janeiro: Tyographia Universal de Laemmert, 1859, p. 75;81.

verno regional arcasse com parte das propostas de auxílio ao núcleo e, depois de tomadas as providências cabíveis aos recursos provinciais, informasse o “que for da competência do Governo Imperial”³⁷⁸. De fato, o Presidente Provincial de então apenas propôs criação de uma igreja e de uma escola no referido núcleo, exortando a Assembleia Provincial à reflexão das providências a serem tomadas. No caso específico da escola, lembrava o Presidente de Província que a existência de instrução no referido núcleo não só atenderia aos trabalhadores aí residentes, como “atrai[ria] para aquelle ponto maior numero de colonos”³⁷⁹.

Conforme visto acima, das medidas solicitadas por Perret Gentil, o Governo Provincial estava disposto, primeiramente, apenas a auxiliar na criação de uma escola e de uma igreja, embora tais disposições fossem realizadas apenas parcialmente. Os auxílios restringir-se-iam apenas ao emprego de um mestre-escola ao núcleo; a criação de uma Igreja foi retirada dos planos do Governo Provincial, que lembrava o diretor de Superagui que a construção de um templo deveria ser de sua incumbência, “por o não dever fazer a provincia”³⁸⁰. Quanto aos diversos auxílios pecuniários pedidos por Superagui, o Governo Provincial remeteu-os novamente a Corte, para que o Governo Imperial se incumbisse de realizá-los. Em 1861, o Ministro da Agricultura Manoel Felizardo de Souza e Mello colocou um ponto final na discussão sobre a liberação dos recursos ansiados por Perret Gentil. O Ministro solicitava à Província do Paraná que informasse o diretor de Superagui sobre a impertinência das suas proposições: “não tem lugar nem as gratificações de cinquenta e trinta mil reis para cada colono de 10 a 45 annos e de 4 a 10, que fôr importado, e nem o empréstimo de cem ou de cinquenta mil sem juros para os mesmos segundo fossem estrangeiros ou nacionaes”³⁸¹. Os auxílios aguardados há três anos, enfim, jamais seriam concedidos.

Os motivos para a recusa de empréstimo ao empreendimento de Superagui talvez não fossem devidos apenas ao custo do projeto proposto. Outro fator pode estar

³⁷⁸ PEREIRA FILHO, João Almeida. *Correspondência enviada à Presidência da Província do Paraná*. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1860. Arquivo Público do Paraná. Livro de Correspondências recebidas pelo Ministério do Império pelo Paraná no ano de 1860. Cód: BR PRAPPR PBOO1 SGO289.133.

³⁷⁹ PARANÁ. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira installou a Segunda Sessão da Quarta Legislatura da Assembléa Provincial da Provincia do Paraná*. Curitiba: Typographia do Correio Oficial, 1861, p. 5.

³⁸⁰ PARANÁ. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na Abertura da 1.ª Sessão da 4.ª Legislatura pelo presidente José Francisco Cardoso no dia 1.º de março de 1860*. Curitiba: Typ. De Candido Martins Lopes, 1860, p. 66.

³⁸¹ MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Correspondência enviada à Presidência de Província do Paraná*. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1861. Livro de Correspondências enviadas pelo Ministério da Agricultura no ano de 1861, Cód: BR PRAPPR PBOO1 SGO300.264.

diretamente relacionado à cessão ou não de favores: a impressão que as autoridades imperiais tinham do empreendimento, particularmente Manoel Felizardo de Souza e Mello, que encerrou as esperanças de Perret Gentil em receber auxílios. Em 1854 Souza e Mello foi empossado diretor da Repartição Geral das Terras Públicas, ocupando o cargo até a criação do Ministério da Agricultura, em 1860, ocasião na qual foi promovido a ministro. Em 1854, acompanhando as críticas elaboradas pela Província de São Paulo, Souza e Mello emitiu um parecer negativo sobre a empresa de Carlos Perret Gentil: “Pouco tem prosperado esta colonia, e nada promete, visto como seu empresario parece não ter meios de augmenta-la”³⁸². Tais impressões seriam repetidas no relatório da repartição publicado em 1856, no qual o político do Império afirmava: “não tenho razões para modificar o juizo, que sobre esta Colonia emiti em Março do anno proximo passado”³⁸³. O parecer pouco favorável à empresa devia-se à diminuição das famílias engajados no núcleo, que outrora possuía 13 famílias, mas encontrava-se no momento com apenas 10, servindo como indicativo de pouca prosperidade.

Em relatórios posteriores, Manoel Felizardo afirmara que a colônia de Supera-gui progredia, principalmente em função do aumento do contingente, que passara para 88 famílias, convencendo-se inclusive de que Superagui “dá esperanças de se tornar um importante centro colonial”³⁸⁴. Contudo, as opiniões anteriormente proferidas pelo diretor da Repartição Geral das Terras Públicas foram de conhecimento de Perret Gentil, que as reprovava veementemente, afirmando que não eram fundamentadas e que “pód[iam] prejudicar muito os interesses de uma empreza particular, que vae prosperando, lentamente, sim, mas sem o menor gravame dos cofres publicos”³⁸⁵. Em suma, Supera-gui não recebeu qualquer tipo de auxílio principalmente pela pequenez da empresa, que contava com poucos colonos; pelo fato de seu fundador ter pedido somas às autoridades imperiais compatíveis apenas com os maiores projetos de colonização de então; e

³⁸² BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Nona Lagislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855. Anexo: Repartição Geral das Terras Publicas, p. 24.

³⁸³ BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatu-ra pelo Ministro e Secretario D'Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856. Anexo: Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas, p. 29.

³⁸⁴ BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Le-gislatura pelo Ministro e Secretario D'Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857. Anexo E: Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas, p. 57

³⁸⁵ PARANÁ. *Relatorio Apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Provincia do Paraná no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1857, p. 56.

pelo fato de Perret Gentil provavelmente não ter grandes ligações com a burocracia imperial, ao contrário do Dr. Faivre, que fora auxiliado pela própria Imperatriz Tereza Cristina.

3.4. E o fundador de Superagui abandona os seus colonos...

Concomitante às tentativas de acordos entre o núcleo colonial parnanguara e o Governo Imperial, a Presidência do Paraná requisitara informações ao diretor de Superagui a respeito do empreendimento. Dessa vez não fora Perret Gentil que respondera, mas sim Louis Durieu, um dos colonos engajados pelo antigo cônsul, nomeado administrador da colônia: “Como o senhor proprietário e diretor da Colônia da Superagui está ausente, e seu retorno não deve demorar, eu peço a sua excelência de querer ter paciência para as informações e conhecimentos que deseje com relação a esta colônia”³⁸⁶. Durieu entrara em Superagui em fevereiro de 1852, instalou-se primeiramente sozinho na região, depois recepcionara sua mulher, Elisabeth. Tornou-se um dos dois colonos estrangeiros que de fato se tornaram proprietários de seus lotes, possuindo no período em questão por volta de 5 mil pés de café. Os relatórios ministeriais denotavam que em Superagui algumas famílias tinham conseguido saldar os débitos contraídos com o fundador do núcleo, orçados em torno de 500\$000 réis. Durieu provavelmente foi um desses colonos, o que lhe granjeou o cargo de administrador da colônia, por escolha de Perret Gentil, no momento da ausência deste.

Carlos Perret Gentil demoraria aproximadamente dois meses para responder às informações exigidas pela Presidência da Província, mas não o fez em Superagui, e sim na colônia modelo que tanto defendera: Ibicaba. O antigo cônsul afirmava que sua presença na região era momentânea e devia-se por “estar desenganado de nenhuma ajuda proveitosa que as Colonias particulares podião esperar tanto do Governo que da Repartição das Terras e da Associação Central de Colonização por não haver vontade”³⁸⁷. Clamara mais uma vez ao Governo Provincial a necessidade de auxílio para a colônia, que não conseguiria desenvolver-se com suas próprias forças, bem como reafirmara as

³⁸⁶ “Comme Monsieur le propriétaire et directeur de la Colonie du Superagui étant absent, et que son retour ne doit pas tarder, je prie son Excellence de bien vouloir prendre patience pour les informations et renseignements qu’elle désire au sujet de cette Colonie”. DURIEU, Louis. *Correspondência enviada à Presidência da Província*. Superagui, 20 de dezembro de 1859. Arquivo Público do Paraná, AP 80 – p. 239.

³⁸⁷ GENTIL, Carlos Perret. *Relação das famílias de Superagui*. Ibicaba, São Paulo, 17 de fevereiro de 1860. Arquivo Público do Paraná, AP – 88, p. 158-165.

vantagens que a Província do Paraná poderia tirar do desenvolvimento do núcleo, ocupando áreas incultas no litoral e aproveitando assim o ‘sistema’ utilizado por Perret Gentil para a sua propriedade.

Entretanto, a expectativa de um retorno breve do fundador de Superagui à colônia que criara, tal como Louis Durieu acreditava e Perret Gentil defendia, provavelmente não ocorreu. Em meados de 1859, o antigo cônsul suíço e defensor da empresa da família Vergueiro fora alçado à posição de administrador de Ibicaba, relegando a segundo plano sua antiga colônia. Após a manifestação liderada por Davatz, as tentativas de introdução do trabalho imigrante na grande lavoura são seriamente abaladas, refletindo-se principalmente na diminuição aguda da introdução de imigrantes na Província de São Paulo³⁸⁸. Em 1860, existiam 29 colônias de parceria na região, em 1870 restavam apenas 13³⁸⁹. O sistema de parceria era paulatinamente abandonado pela locação de serviços, principalmente pelos problemas referentes às dívidas e ao controle da produtividade. Por esse novo sistema de trabalho, os colonos eram retribuídos por um preço fixo por alqueire, por volta de 400 réis, desvencilhando-se assim dos principais atritos provenientes da parceria, ocasionados pela distribuição de rendimentos entre o fazendeiro e o colono³⁹⁰.

Perret Gentil provavelmente foi alçado a administrador de Ibicaba por sugestão de José Vergueiro, em função de suas ligações anteriores em empreendimentos de colonização, além do parentesco propiciado pelo casamento dos irmãos de ambos. Nos últimos anos de sua vida, o antigo cônsul esteve empenhado em tentar salvar o empreendimento do qual foi propagandista dos ataques que sofria. O principal desafio da administração de Perret Gentil seria defender a empresa da família Vergueiro das críticas provenientes de representantes europeus, bem como conduzir os trabalhos dos colonos de um modo que estes não se ‘revoltassem’ mais uma vez³⁹¹. O principal momento em que Perret Gentil foi obrigado a defender o empreendimento paulista ocorreu durante a inspeção do enviado extraordinário da Suíça e da Áustria, o suíço Johann Jakob Von Tschudi, que tinha por objetivo verificar as condições em que se encontravam os imigran-

³⁸⁸ WITTER, José Sebastião. Ibicaba Revisitada In: SZMRECSANYI, Tamas; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 141

³⁸⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Divisão Européia do Livro, 1966, p. 107.

³⁹⁰ HALL, Michael M.; STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n° 6, 1983, p. 95-96.

³⁹¹ GENTIL, Carlos Perret. Correspondência enviada ao Juiz de Direito da Comarca de Mogi-mirim, Delfino Pinheiro d’Uchoa Cintra. Ibicaba, 18 de agosto de 1861. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889).

tes das duas nações em solo brasileiro³⁹². Tschudi fez diversas críticas aos procedimentos empregados pela Vergueiro e Cia, bem como aos contratos lesivos aos quais os colonos estavam submetidos³⁹³. Nos escritos do representante suíço, eram os motivos pelos quais não podia prosperar a colonização por parceria na Província de São Paulo³⁹⁴.

Entretanto, as críticas às tentativas de substituição do braço escravo na lavoura cafeeira não recaíam apenas sobre Vergueiro e os fazendeiros. Para Tschudi, a culpa do malogro do sistema cabia, em primeira instância, aos próprios colonos: “Grande parte dos imigrantes era constituída de elementos indesejáveis e vagabundos, que oneravam os cofres públicos de suas comunas, motivo pelo qual estes resolveram pagar-lhes o preço da passagem”³⁹⁵. No relatório que enviara a Suíça, as críticas aos colonos eram mais ásperas, classificando alguns como “indivíduos incapazes de qualquer trabalho”, tais como aleijados, cegos, idosos, imbecis, além dos considerados “preguiçosos”, que seriam mendigos, vagabundos e bebedores. Entretanto, outros trabalhadores procediam de forma diferente, tendo mais sucesso na lavoura paulista, mas apenas os que tinham experiência com a agricultura. Os indivíduos oriundos do ambiente urbano, pela sua inexperiência em sua nova atividade, não tinham melhor sorte do que os completamente “incapazes”³⁹⁶.

Tschudi conseguiu visitar todas as fazendas paulistas, com exceção daquelas de propriedade da Vergueiro e Cia. José Vergueiro proibiu-lhe de visitá-las apresentando-se como enviado especial, mas apenas como cidadão comum e não como um inspetor³⁹⁷. Contudo, quando esteve nas proximidades de Ibicaba, alguns colonos lhe procuraram para apresentar sua situação, alegando sentirem-se prejudicados pela taxa por

³⁹² TREVISAN, Edilberto. *Visitantes Estrangeiros no Paraná*. Curitiba: Livraria do Chaim Editora, 2002, p. 35. As observações que fizera foram reunidas no livro “Reisen durch Süd-Amerika”, que deu origem as edições brasileiras “Viagem às Províncias de Rio de Janeiro e S. Paulo” e “Viagem à Província de Santa Catarina”.

³⁹³ TSCHUDI, Johann Jakob Von Tschudi. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1953, p. 138-145.

³⁹⁴ BRASIL. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Agricultura Commercio e Obras Publicas Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Primeira Sessão da Decima Primeira Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861. Anexo D: Relatorio do Director das Terras Publicas. Informação e parecer da Repartição Geral das Terras Publicas sobre o Relatorio do Enviado extraordinario da Confederação Helvetica relativamente as colonias de parceria na Provincia de S. Paulo, p. 1.

³⁹⁵ TSCHUDI, Johann Jakob Von. Op. Cit., p. 146.

³⁹⁶ TSCHUDI, Johann Jakob Von. Rapport de l’Envoyé extraordinaire de la Confédération suisse au Brésil, Monsieur de Tschudi, au Conseil fédéral sur la situation des colons établis dans ce pays. *Feuille Fédérale Suisse*. Ano 12, Volume 3, N° 61, 4 de dezembro de 1860, p. 244-245. Disponível em: <http://www.amtsdruckschriften.bar.admin.ch/detailView.do?id=10058402#1> Acesso em 14/04/2012.

³⁹⁷ TSCHUDI, Johann Jakob Von Tschudi. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1953, p. 179.

comissão debitada a cada colono e denunciando o tratamento rude de um dos diretores da colônia. Entretanto, elogiaram a administração de Perret Gentil. Por sua vez, o administrador de Ibicaba convidara Tschudi para inspecionar a fazenda, algo que o representante recusara, em função das advertências de José Vergueiro. O antigo cônsul ficou transtornado com o fato, afirmando não ser justificável o procedimento, uma vez que não haveria risco de uma ‘revolta’ e a não inspeção de Ibicaba seria funesta para a imagem da empresa. Perret Gentil ainda tentou convencê-lo a visitar a propriedade mais uma vez, mas foi inútil³⁹⁸.

Tschudi percorreu as fazendas paulista em 1860, e seu parecer foi publicado no mesmo ano. Perret Gentil teve conhecimento dos escritos do enviado extraordinário da Suíça pouco mais de seis meses após sua publicação na Europa, por sua veiculação no *Jornal do Comércio*. O relatório em questão continha diversas críticas aos engajamentos feitos pela Vergueiro e Cia., bem como ao sistema de parceria em geral, chegando o juiz municipal de Limeira a procurar Perret Gentil para averiguar as veracidades das acusações, uma vez que, segundo Tschudi, eram os únicos colonos parceiros com queixas justificáveis. Novamente, o antigo cônsul tratara de defender a empresa das críticas, acusando o enviado suíço de ter agido por represália à interdição de visita às propriedades. Contudo, ao menos em um ponto concordava com Tschudi:

Sinto a parcialidade que elle empregou com esta Colonia pq ao lado disto, o Snr. de Tschudi fez uma pintura tão verdadeira da gente que as Municipalidades da Suissa mandarão que elle mesmo Censuro fortemente estas corporações por ter mandado o refugio de freguezias, composto de Estropiados, velhos, vadios, bebedores, preguiçosos etc, e desculpando os fazendeiros algum procedimento necessario, lidando com tal gente desmoralizada na Suissa. Bastava só esta pintura para destruir o que o Snr. de Tschudi insinuou de Ibicaba onde foi reunirse a maior porção desta gente³⁹⁹.

A linguagem empregada por Perret Gentil para definir os colonos parceiros é correlata à percepção que os demais fazendeiros paulistas tiveram a respeito deles, considerando-os como indivíduos inaptos ao trabalho agrícola e mesmo pouco laboriosos. De fato, a expectativa de uma revolta de colonos, somada a impressão da suposta ‘má qualidade’ deles, foram os elementos que obstaram o desenvolvimento da colonização

³⁹⁸ Ibidem, p. 180-182.

³⁹⁹ GENTIL, Carlos Perret. *Correspondência enviada ao Juiz Municipal do Distrito de Limeira*. Ibicaba, 21 de maio de 1861. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7212.

européia na década de 1860⁴⁰⁰. A comissão suíça requisitada durante a ‘revolta dos parceiros’ apontou que entre os colonos havia vários que eram considerados ‘vagabundos’, ‘egressos de penitenciárias’, e ainda deficientes físicos⁴⁰¹.

Quanto ao encontro que Perret Gentil e Tschudi travaram, o administrador de Ibicaba forneceu maiores detalhes, que favoreciam mais uma vez a firma Vergueiro. De antemão, o antigo cônsul já sabia da presença de Tschudi na região, não impedindo os colonos de palestrar com ele, procedendo o administrador de Ibicaba ao mesmo expediente. Nesses diálogos, fora informado por Tschudi a respeito das ‘objeções’ dos colonos que, segundo nos relata Perret Gentil, não tinham queixas! A única observação feita foi em relação ao tratamento rude do diretor com os parceiros e que um dos colonos não havia conseguido obter 2/8 de alqueire de sal fiado no armazém da fazenda, perguntando-se o apologista da empresa: “Isto são queixas?”⁴⁰². Afirmou que chegara mesmo a fornecer dados sobre a produção cafeeira dos colonos que foram lhe procurar e, de acordo com Perret Gentil, tais informações sensibilizaram Tschudi a exortar os imigrantes ao trabalho. Por fim, de acordo com o antigo cônsul suíço: “O Snr de Tschudi fallou só com uns pares de vadios que forão la com a esperança que elle estava encarregado de pagar as dividas. Os Colonos bem arranjados não forão ve lo, nem nenhum da faz^a Angelica Senão um p fallar de uma herança”⁴⁰³.

No que tange à interdição da inspeção de Tschudi à Ibicaba, Perret Gentil afirmava que toda e qualquer pessoa poderia verificar a colônia e toda documentação relativa aos seus integrantes, mas apenas como mero visitante e jamais sob o manto de inspeção governamental. José Vergueiro procedera da mesma forma em relação a um oficial do Governo Brasileiro. O herdeiro das propriedades de Angélica e Ibicaba não podia permitir que inspetores desestabilizassem sua empresa, incumbidos apenas de ouvir as queixas dos colonos, ou mesmo incitar-los à ‘revolta’: “Vinhão estes agentes com princípios próprios para desmoralizar uma Colonia e julgarão no seu direito dar aos Colonos concelhos que podião crear um antagonismo entre elles e os fazendeiros, e esperanças enganadoras”⁴⁰⁴. Por essa época, o prejuízo total da Vergueiro e Cia já montava a

⁴⁰⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 132.

⁴⁰¹ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. As colônia de parceria. In: *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004, p. 248.

⁴⁰² GENTIL, Carlos Perret. Op. Cit.

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ Idem.

80 contos de réis, tornando-se mais um motivo para evitar uma possível alteração dos trabalhadores.

Nesse sentido, acusações são dirigidas ao Governo Imperial com relação à liberação de recursos destinados às colônias particulares. Perret Gentil acusava o Império de tratar com hostilidade os empreendimentos coloniais promovidos por iniciativa privada, uma vez que enviavam inspeções pouco favoráveis aos fazendeiros e recusavam maiores dispêndios com estes. A respeito dessa última acusação, nos é fornecido um exemplo conveniente:

Ate agora o Governo nunca quis nem se importou de pagar um mestre de escola como me acontece tambem na minha Colonia do Superaguy onde ha mais de 80 familias Brasileiras [Gentil provavelmente não sabia da decisão do Governo Provincial, que analisaremos com mais vagar nas páginas seguintes]. Foi preciso aqui que o Snr Vergueiro pagasse p ter um mestre. Este mestre sahio ultimam^e. A razão dada pelo Governo é Sempre que as Colonias particulares não podem aproveitar de ajuda por não Ser Subvencionadas⁴⁰⁵

Essa não era a única referência aos tempos em que administrava uma colônia de pequenos ‘proprietários’. Perret Gentil alertava para a necessidade de estímulos à colonização, uma vez que “O Governo esquece que a lavoura é a primeira fonte da riqueza do Brazil e ajudando a enfraquecer a riqueza territorial e o rendimento da lavoura, enfraquece o Brazil e diminui seus recursos”⁴⁰⁶.

O administrador de Ibicaba tentou convencer o juiz municipal de Limeira da prosperidade das propriedades administradas pela companhia dos Vergueiro. Afirmava que lhe seria muito prazeroso exibir as colônias de Ibicaba e Angélica a Tschudi, uma vez que poderia lhe mostrar o estado próspero em que se encontravam. De acordo com Perret Gentil, os colonos recebiam dinheiro todos os meses, jornais por trabalhos paralelos, muitos estavam em crédito com a colônia e já haviam saldado suas dívidas. Algumas modificações introduzidas pela influência do antigo cônsul fizeram com que os trabalhadores organizassem melhor sua atividade na lavoura, fixando-se um período para que estes cuidassem dos cafezais e plantassem seus próprios gêneros, e na comercialização destes, a companhia abdicava da meação da venda: “Não falta nada p^a uma vida boa”⁴⁰⁷.

⁴⁰⁵ Idem. Indicamos acima que o Governo Provincial pretendia empregar um mestre de escola para o núcleo, mas à época que Perret Gentil escrevia essas informações tal medida não havia sido implementada, como poderemos observar no capítulo 4.

⁴⁰⁶ Idem.

⁴⁰⁷ Idem.

Entretanto, as observações de Perret Gentil são desmentidas pela realidade. De 1863 a 1865, o número de famílias que compunham Ibicaba diminui consideravelmente. Das 90 famílias arroladas no primeiro ano, permanecem no último 85. A situação financeira desses indivíduos estava longe de ser satisfatória, estando a maior parte em dívida com a firma dos Vergueiro. Em 1863, 74,4% das famílias eram devedoras à firma; em 1864 eram 79%, e em 1865 por volta de 76%, evidenciando que, mesmo após todos os conflitos, grande parte dos colonos continuava devedora da firma⁴⁰⁸. O sistema de parceria, louvado nos escritos de Perret Gentil, era abandonado aos poucos pelos cafeicultores paulistas. Todavia, a parceria resistiu no meio rural, algumas vezes de forma muito similar àquela praticada pela Vergueiro e Cia, outras vezes incidindo na produção bruta e não no produto da venda. Porém, em 1865, em função das inúmeras dívidas, era decretada a falência da Vergueiro e Cia⁴⁰⁹, que fora fundada no mesmo ano em que Perret Gentil travara contato com as tentativas de introdução do trabalho livre na grande lavoura.

Na segunda metade da década de 1850, os problemas no desenvolvimento de Superagui, denotados desde seus primeiros anos, aprofundaram-se e inviabilizaram o crescimento do empreendimento. A questão de terras na região não constituiu em si um empecilho que obstasse a colônia, embora lhe impingisse já nesse momento algumas dificuldades com relação à propriedade de terra por parte de nacionais e colonos estrangeiros. Contudo, os problemas externos a Superagui lhe obstaram enormemente, como a recusa a empréstimos por parte do Governo Imperial a Carlos Perret Gentil que, por sua vez, afastava-se do empreendimento colonial que havia fundado para apaziguar os problemas da colonização da qual fora um dos defensores, o sistema de parceria empregado na lavoura paulista. A saída de Perret Gentil da direção da colônia de Superagui foi a principal razão para o desenvolvimento estacionário da colônia, antes debilitado, a partir de então sem alguma personalidade que fosse seu principal incentivador.

⁴⁰⁸ Cf. WITTER, José Sebastião. *A revolta dos parceiros*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 36.

⁴⁰⁹ WITTER, José Sebastião. *Op. Cit.*, p. 29.

Capítulo 4:

O desenvolvimento de Superagui de forma independente em comparação a outras tentativas de introdução de imigrantes no Paraná

Escrever a história de Superagui não foi uma tarefa das mais fáceis, tendo em vista a documentação rarefeita da mesma. No entanto, com o desaparecimento de Perret Gentil à testa do empreendimento, tal tarefa decuplicou de dificuldade. As informações de que dispomos são ainda mais esparsas, as referências a Superagui são diminutas a partir da ausência de seu principal promotor e interessado no seu sucesso. Portanto, decidimos observar Superagui em face de seu desenvolvimento autônomo, no qual desaparecia a administração colonial, não nos olvidando do contexto regional em que estava imiscuída, como um dos primeiros projetos de colonização no Paraná, e cujos fracassos determinaram novas diretrizes para a política imigratória de então.

4.1. A colônia sem seu fundador: novos rumos para Superagui

Obtivemos poucos indicativos da trajetória de Carlos Perret Gentil desde que tomara parte na administração de Ibicaba. De acordo com o relato dos colonos de Superagui, o antigo cônsul teria morrido em viagem à Europa durante os anos de 1863 ou 1864⁴¹⁰, deixando o núcleo carente de uma administração colonial que conseguisse articulação com o Governo Provincial ou Imperial. Entretanto, Perret Gentil havia logrado lançar as sementes de um projeto colonial na região, estacionário pela não inclusão de outras famílias imigrantes e pela diminuição destas. O desenvolvimento posterior de Superagui seguiria os pressupostos estabelecidos por seu fundador em seus primeiros anos, calcados pela formação de uma camada de pequenos “proprietários” e produtores.

Da antiga administração colonial fundada na década de 1850, persistiram alguns resquícios durante os anos de 1860; contudo, seu funcionamento por vezes foi obscuro e não logrou quaisquer resultados significativos. Por volta dessa época restaram dois representantes do empreendimento: o administrador empossado por Perret Gentil, o colono Louis Durieu, e o sócio do antigo cônsul na casa bancária suíça George & Robert Melly Cie, Robert Melly. Informações a respeito desses indivíduos por essa época

⁴¹⁰ CLUBE DE IMMIGRAÇÃO DE SUPERAGUY. Guaraqueçaba. Sessão de 26 de setembro de 1886. Arquivo Público do Paraná, AP. 794. p. 209-210.

são extremamente escassas. Ambos tiveram participação significativa durante o surto de varíola em Paranaguá no ano de 1863, ocasião na qual a moléstia atingiu Superagui⁴¹¹. Por ocasião da epidemia de varíola, Melly encontrava-se em Curitiba, oportunidade na qual informara ao Dezenove de Dezembro o aparecimento da doença na colônia⁴¹² e talvez tivesse alertado o médico encarregado pelo Governo Provincial de administrar o surto epidêmico no litoral, Alexandre Bousquet, sobre o convalescimento de alguns habitantes de Superagui.

Bousquet providenciou tratamento para os possíveis colonos convalescentes, mas não houve necessidade de qualquer procedimento clínico. Louis Durieu informara ao médico da cidade portuária que a epidemia havia cessado no interior do núcleo e apenas seis pessoas haviam sido afetadas pela varíola. A infecção se dera pelo fato de esses indivíduos terem se deslocado para Paranaguá durante o período de desenvolvimento da doença, provavelmente para vender os produtos de sua lavoura no mercado parnanguara. É curioso notar que Bousquet referiu-se a Durieu como “agente da Colônia”, em mais uma evidência da posição que o colono suíço ocupava na direção de Superagui: apenas um representante dos desígnios de Carlos Perret Gentil, ainda vivo por esta época⁴¹³.

A data de instalação de Robert Melly na região é difícil de precisar, no entanto, desde 1858, residia na ilha dos Pinheiros, defronte a Superagui, e suas atividades no empreendimento assemelham-se àquelas de um responsável pelas finanças de uma empresa. Todas as noites, Melly procedia ao fechamento de caixa, fazendo uso de um livro de contabilidade escrito em português, ocasião na qual examinava o dinheiro líquido do empreendimento. Por vezes, em função de sua participação nas atividades da colônia, ausentava-se por dias de sua residência para tratar de negócios em Paranaguá e nessas ocasiões talvez remetesse dividendos à casa bancária da qual era um dos fundadores⁴¹⁴.

⁴¹¹ CABUSSU, Cesar. *Causa e desenvolvimento da varíola em Paranaguá*. Curitiba, 23 de abril de 1863. Arquivo Público do Paraná, AP – 160, p. 093-098.

⁴¹² Noticiário. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 13 de maio de 1863. Ano X, n° 380, p. 4

⁴¹³ BOUSQUET, Alexandre. *Envio de médico para tratar surto de varíola em Superagui*. Paranaguá, 15 de maio de 1863. Arquivo Público do Paraná, AP – 161, p. 046.

⁴¹⁴ PLATZMANN, Julius. *Da Baía de Paranaguá*. Curitiba; Edição do tradutor, 2010, p. 62, 99.

FIG. 7. Ruínas da provável residência de Robert Melly situada na ilha dos Pinheiros, na qual teria residido o viajante Julius Platzmann (foto tirado pelo próprio autor).



As informações sobre as atividades de Melly em Superagui são fornecidas pelo viajante alemão e naturalista Julius Platzmann, cuja estada na região desde 1858 deu-se primeiramente na casa do negociante suíço. O naturalista informara que a habitação era mobiliada à moda de uma casa europeia, constando inclusive de uma bíblia protestante escrita em francês e de um relógio de fabricação inglesa. Foi por influência do empreendedor suíço que o naturalista conseguiu entrar em contato com diversos partícipes do empreendimento, como o próprio Perret Gentil e o lavrador nacional José Maria Pereira das Neves, considerado ‘colono’ de Superagui, que também lhe concedeu hospedagem. Do relato de Platzmann é importante destacar uma evidência importante sobre o empreendimento colonial: a permanência de Robert Melly na região mesmo após a morte de Perret Gentil. Em 10 de abril de 1864, o naturalista despediu-se de Melly, residente solitário na ilha dos Pinheiros⁴¹⁵.

Vimos acima que, pouquíssimo tempo antes de Perret Gentil desfazer-se da administração de Superagui para dedicar-se ao empreendimento de Ibicaba, Louis Duri-eu conseguiu quitar os débitos contraídos por ocasião de seu engajamento no núcleo,

⁴¹⁵ Ibidem, p. 51; 62; 65; 263. Há menção de um documento, existente na Suíça, a respeito das controvérsias acerca da questão sucessória de Superagui, escrito por Georges Melly e a cujo teor, infelizmente, não tivemos acesso. Cf. VEYRASSAT, Béatrice. Op. Cit., p. 36.

tornando-se proprietário de seu terreno, talvez o primeiro colono de Superagui a saldar suas dívidas. Sendo então responsável pela organização do núcleo parnanguara, o colono suíço trataria de reafirmar os direitos de um de seus correlatos, o alsaciano Johann Migwelt Sigwalt, tornado proprietário por Perret Gentil também em 1858. O novo administrador de Superagui endossou as pretensões de Sigwalt ao tabelião de Paranaguá, afirmando que este havia comprado de Perret Gentil as terras que lhe couberam na instalação do núcleo, bem como a posse de Elias Ludjen, pelo valor de 700 mil-réis. A propriedade do colono alsaciano possuía apenas 100 braças de testada por fundos indeterminados. Durieu forneceria também outro lote de terra a Sigwalt, em 1865, pelo foro anual de dez-mil réis, durante noventa e nove anos⁴¹⁶. É difícil de precisar se tais acordos foram respeitados, uma vez que Durieu, ainda colono, talvez não tivesse a mesma preocupação de fazer cumpri-los como Perret Gentil.

O melhor demonstrativo do pouco sucesso e da desarticulação passados pelo empreendimento seja evidenciado pelas evasões sofridas pela colônia. Em 1860, Superagui possuía 13 famílias de colonos estrangeiros, em 1866, restavam apenas sete dessas famílias no núcleo. De acordo com o mapa para os habitantes de Guaraqueçaba do referido ano, permaneceram na região, além de Durieu e Sigwalt, os imigrantes (com suas respectivas famílias) Angelo Tamagno, Pedro Scinini, Jean Baptiste Rovedo, David Catelain e William Michaud, sendo os únicos remanescentes do empreendimento de Perret Gentil durante as décadas posteriores, bem como os únicos a deixar descendentes na região. Na mesma fonte há uma evidência curiosa. O último dos habitantes arrolados para a região é um indivíduo identificado como Monsieur Mellim, estrangeiro, na atividade de comerciante, já nos seus setenta anos, provavelmente uma referência a Robert Melly⁴¹⁷. Podemos presumir que talvez sua idade avançada fosse um dos empecilhos para a continuidade do empreendimento, redundando, supomos, em sua morte nos anos seguintes, tornando extremamente tênues os vínculos dos colonos com o empreendimento do qual faziam parte.

Apenas podemos conjecturar sobre os motivos da permanência desses poucos colonos na região após a ausência dos empresários – Gentil e Melly – aos quais eram

⁴¹⁶ DURIEU, Louis. *Venda de terreno feita por Carlos Perret Gentil a João Miguel Sigwalt*. Paranaguá, 16 de novembro de 1865. Livro de notas 16 do tabelionato de Paranaguá, p. 7-8; *Aforamento de terreno feito a João Miguel Sigwalt*. Paranaguá, 5 de maio de 1866. Livro 33 do tabelionato de Paranaguá, p.23-24 *apud*: LOPES, José Carlos Veiga. *Superagui: Informações Históricas*. Curitiba: Instituto Memória, 2009, p. 158-159.

⁴¹⁷ Mapa da População do Distrito de Guaraqueçaba do ano de 1866. Arquivo Público do Paraná, AP – 229, p. 76-122.

subordinados, uma vez que o isolamento e a indigência, elementos presentes em diversos núcleos coloniais, fossem indicados como principais motivos para debandada de imigrantes em empreendimentos congêneres⁴¹⁸. De fato, os colonos que permaneceram possuíam um número maior de pés de café do que aqueles que abandonaram a região. Louis Durieu e Johann Sigwalt possuíam, respectivamente, 5 mil e 7 mil cafeeiros. Rovedo, Scinini, Tamagno e Catelain possuíam entre 3 mil e 2 mil pés de café. A única exceção seria William Michaud, possuidor de 500 cafeeiros, menor do que as plantações de outros colonos retirantes do núcleo, como Ludjen ou Bada, possuidores de 2,5 mil e mil plantas. Tais quantidades são maiores que as cultivadas pelos trabalhadores parceiros na Província de São Paulo, ou seja, por mais que a situação material talvez fosse precária, isso não era impeditivo da produção agrícola colonial, garantindo-lhes o mínimo de subsistência.

O quadro com os dados dos rendimentos e das colheitas do núcleo nos permite tecer algumas considerações sobre a situação econômica do empreendimento:

TABELA 3: PRODUÇÃO DE GÊNEROS E RENDIMENTO
DA COLÔNIA DE SUPERAGUI DURANTE OS ANOS DE
1856 E 1859

	1856	1858	1859
Café	—	3:250\$000	13:000\$000
Peixes	—	8:500\$000	12:000\$000
Mandioca	—	1:450\$000	8:000\$000
Aguardente/Cana	—	2:600\$000	1:000\$000
Arroz	—	800\$000	500\$000
Feijão	—	400\$000	500\$000
Bananas	—	400\$000	
Abóboras	—	150\$000	
Milho	—		500\$000
Laranjas	—	200\$000	—
Galinhas	—	120\$000	—
Azeite	—	150\$000	—
Melado	—	100\$000	—
Canoas	—	700\$000	—
Taboados	—	280\$000	—
Diversos	—	—	500\$000
Rendimento Total	4:735\$000	19:100\$000	36:000\$000

FONTES: PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Provincia do Parana no dia 7 de janeiro de 1857 pelo Vice-Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1857, p. 54; BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Sergio Teixeira de Macedo*. Rio de Janeiro: Tyographia Universal de Laemmert, 1859. Anexo N: Relatório da Repartição Geral das Terras Publicas com os annexos relativos a comissão de Luiz Pedreira do

⁴¹⁸ Cf. SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito In; FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 288.

Couto Ferraz, p. 84; GENTIL, Carlos Perret. *Relação das famílias de Superagui*. Ibicaba, São Paulo, 17 de fevereiro de 1860. Arquivo Público do Paraná, AP – 88, p. 158-165.

Em pouco mais de três anos, a produção de gêneros de Superagui saltara de quase 5 contos de réis para 36 contos, sendo o café o gênero com maior crescimento em produtividade e rendimento, embora grande parte da renda fosse proveniente da pesca, a atividade original realizada pelos antigos moradores. O impacto econômico da produção de Superagui é melhor observado em comparação com a produção agrícola de Paranaguá. No ano de 1861, de uma produção municipal total avaliada em 140 contos de réis, coube ao café 33 contos e 600 mil réis deste valor⁴¹⁹. Superagui conseguira sozinha atingir 38,7% deste montante; considerando-se a produção bruta, estimada para Paranaguá em 5.600 arrobas no ano de 1861, em 1859, a colônia “suíça” logrou produzir 2.166 arrobas⁴²⁰. A produção colonial teve grande impacto na região e o trabalho dos colonos estrangeiros pode ser considerado significativo nesse processo, uma vez que possuíam 30.200 cafeeiros, ao passo que os nacionais detinham apenas 7.700.

E a ‘pujança’ econômica de Superagui é corroborada pelas informações da Câmara de Paranaguá, cujos relatos afirmavam que o núcleo possuía por volta de 100 mil pés de café (número exacerbado, como vimos acima). Os elogios sobre a produção cafeeira de Superagui são significativos do prestígio que a mesma atingira no litoral, perdurando nos anos seguintes⁴²¹. Ao menos nos anos que dispusemos de dados para análise, o núcleo colonial possuía uma posição de relevo e um impacto importante na economia local. Todavia, se tais rendimentos foram suficientes para fornecer aos colonos partícipes melhoria em seu padrão de vida ou realização das expectativas por ocasião da emigração para o Brasil, não conseguimos precisar.

O padrão de vida e as formas de trabalho que persistiram na instalação e desenvolvimento de Superagui não são decorrência de hábitos e costumes transplantado do além-mar, mas sim do entorno social com o qual os imigrantes se defrontaram. Os colonos europeus eram ladeados pela organização social existente no litoral norte do

⁴¹⁹ PINTO, Caetano de Souza e outros. *Mapa dos trabalhos da produção agrícola e industrial de Paranaguá*. Paranaguá, 5 de dezembro de 1861. Arquivo Público do Paraná, AP – 124, p. 101-106. Conforme relatos coetâneos, o café era produzido nas cercanias de Paranaguá e Guaraqueçaba. Cf. Polícia. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, N° 34, 18 de Novembro de 1854, p. 3.

⁴²⁰ GENTIL, Carlos Perret. *Relação das famílias de Superagui*. Ibicaba, São Paulo, 17 de fevereiro de 1860. Arquivo Público do Paraná, AP – 88, p. 158-165.

⁴²¹ He de sup^r qualid^e, o q^c produz na Colonia de Superagui e Fregz^a de Guarakesava, é consumido no paiz, e alguãs remessas p^a o interior da Provincia . PINTO, Caetano de Souza e outros. *Mapa dos trabalhos da produção agrícola e industrial de Paranaguá*. Paranaguá, 5 de dezembro de 1861. Arquivo Público do Paraná, AP – 124, p. 101-106.

Paraná, em vias de desagregação na segunda metade do século XIX, dominada de um lado por agricultores escravagistas, e do outro, por camponeses sem escravos. Esses lavradores pobres eram responsáveis por mais de 90% das explorações agrícolas da região, caracterizadas principalmente pelos cultivos de subsistência de gêneros como mandioca, milho, feijão, arroz e, por vezes, banana e café. Os agricultores escravagistas dominavam menos de 9% das explorações da região, possuindo em sua grande maioria até cinco escravos e dispondo das instalações de beneficiamento dos produtos. Por fim, os grandes agricultores escravagistas eram responsáveis por menos de 1% das propriedades exploradas na região, proprietários de 10 escravos em média, detentores de títulos militares e, concomitante à agricultura, exerciam atividades como a comercialização e o transporte de gêneros⁴²². A título de exemplo, Domingos Affonso Coelho, proprietário de terras com patente militar, era senhor de seis escravos, dos quais três africanos⁴²³.

No decorrer da segunda metade do século XIX, os agricultores proprietários de escravos, em decorrência da gradual extinção da escravidão, tornaram-se ou camponeses médios ou intensificaram as atividades de comércio das quais faziam parte. A decadência da escravidão tornaria as explorações das comunidades caiçaras as únicas persistentes, ou do campesinato caiçara, cuja característica distintiva era a conjugação das atividades agrícolas voltadas principalmente para a subsistência com a pescaria, uma vez que eram populações concentradas em regiões ribeirinhas⁴²⁴. Os comerciantes, antigos proprietários de escravos, por exemplo, possuíam seus terrenos à beira-mar, ao passo que os camponeses médios e os pequenos camponeses – ambos camponeses caiçaras – lavravam em terras às margens dos principais rios e, no caso da segunda categoria, distantes das vias fluviais mais utilizadas⁴²⁵. Pelo indicado acima, o maior acesso às vias de transporte determinava em grande parte a possibilidade de ascensão social e obtenção de recursos numa região marcada pelo isolamento. Os grandes agricultores escravagistas, tornados comerciantes com o fim da escravidão, exerciam papel prepon-

⁴²² MIGUEL, Lavois de Andrade. *Formation, evolution et transformation d'un systeme agraire dans le sud du Bresil (littoral nord de l'etat du Parana) une paysanneire face a une politique de protection de l'environnement : "chronique d'une mort annoncee ?"*. Tese (Doutorado em Agronomia) L'institute National Agronomique Paris-Grignon, Paris, 1997, p. 32-36.

⁴²³ *Mapa da População do Distrito de Guaraqueçaba do ano de 1866*. Arquivo Público do Paraná, AP – 229, p. 76-122.

⁴²⁴ MARCILIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: CEDHAL, 1986, p. 13.

⁴²⁵ MIGUEL, Lovois de Andrade. Op. Cit., p. 64-69.

derante na comercialização dos produtos da região, uma vez que eram detentores dos meios de transporte⁴²⁶.

Os suíços introduzidos por Perret Gentil talvez pudessem ser melhor caracterizados, principalmente a partir da década de 1860, como parte dessa comunidade caíçara do que como indivíduos pertencentes a uma determinada administração colonial, possuindo um status diferente dos nacionais das cercanias. Pelo contrário, os colonos de Superagui partilhavam muitas das características do campesinato formado pelos lavradores pobres do litoral norte do Paraná, tais como a organização do trabalho agrícola em torno do fogo ou núcleo familiar, produção voltada primeiro para subsistência, mas com excedentes comercializados para obtenção de artigos não produzidos pela família caíçara, posse de terras não demarcadas e em litígio e mesmo pouca atenção à propriedade privada⁴²⁷. Enfim, haviam se assimilado às contingências das cercanias, tal como foi constatado em outros empreendimentos de colonização.

Em função das características sociais aventadas acima, podemos afirmar que se desenvolveu entre os colonos de Superagui uma espécie de “economia camponesa”, caracterizada pelo acesso regular à terra, independente se por concessão ou propriedade, pelo trabalho predominantemente familiar – sem a exclusão de mão de obra adicional – por uma produção de subsistência que pressupunha alguma comercialização e por certa autonomia nas atividades rurais, por vezes subordinada a alguns potentados locais⁴²⁸. Se há uma economia camponesa, seus partícipes seriam, por conseguinte ‘camponeses’, embora no Brasil os produtores rurais definissem-se como lavradores ou roceiros⁴²⁹. Entretanto, o conceito aventado, por mais que não faça parte do vocabulário coetâneo, nos auxilia a compreender a importância do acesso à terra para esses indivíduos, bem como a baixo nível técnico e o auto consumo, elementos centrais para a análise que desenvolvemos⁴³⁰. Enfim, assinalava-se o surgimento de um ‘*ethos* camponês’, caracterizado por uma mentalidade pouco capitalista, pela associação mútua e pelos significados correlatos à posse da terra⁴³¹.

⁴²⁶ Ibidem, p. 41; 69.

⁴²⁷ MARCILIO, Maria Luiza. Op. Cit., p. 29-39.

⁴²⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 51-52.

⁴²⁹ Aliás, estamos definindo como camponeses produtores rurais que lavraram terras não nos campos, mas sim nas matas, e no litoral. CARRARA, Angelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Marcia Meneses; OLIVEIRA, Oséias de (orgs.). *História Agrária: Propriedade e Conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009, p. 22.

⁴³⁰ Ibidem, p. 39-40.

⁴³¹ SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1990, p. 23-28.

Por mais que o vocábulo ‘camponês’ não fosse de uso corrente entre os lavradores nacionais, um dos colonos suíços, o já citado William Michaud, definia-se de tal forma, corroborando nossas inferências: “Somos então camponeses e trabalhamos a terra, que segue ingrata e só nos dá o necessário”⁴³². De fato, as descrições de Michaud sobre a forma com que procedia na lide da terra assemelham-se às características aventadas acima, em especial o trabalho familiar, com utilização de mão de obra acessória. Quando estava por volta dos 50 e 60 anos, participando de outras atividades, a cultura na propriedade de Michaud era tocada principalmente por sua mulher e seus filhos⁴³³. Para o plantio da mandioca, em função das dificuldades encontradas na produção de café, a família do imigrante foi obrigada a fazer um ‘mutirão’ para concluir em apenas um dia a tarefa, conseguindo angariar ao todo 50 pessoas entre seus amigos e vizinhos. Como pagamento ao auxílio dado, Michaud e sua família forneciam alimentação e um baile à noite a todos que os ajudassem no trabalho⁴³⁴.

A comercialização dos gêneros seguia um padrão semelhante à “economia moral” descrita por Thompson para a Inglaterra dos setecentos⁴³⁵: os próprios agricultores deveriam vender os produtos de suas colheitas no local designado pela Câmara de Paranaguá, das seis horas da manhã até o meio-dia. A partir desse horário, os gêneros poderiam ser comercializados nas demais casas de negócio da cidade. A ação dos comerciantes atravessadores de gêneros era proibida e sujeita à prisão⁴³⁶. De fato, os colonos de Superagui comercializaram dessa forma seus produtos durante os decênios nos quais permaneceram na região. Entretanto, conforme observado pela citação da Câmara de Paranaguá, o café de Superagui era consumido principalmente no interior dos limites do litoral, com exceção de algumas remessas Serra Acima. À parte o empreendimento de Superagui, a cultura do café no litoral norte da Província, em geral, atendia aos objetivos de subsistência, sendo um gênero de papel secundário, e mesmo seu cultivo era dificultado pelas condições climáticas e pelo relevo (grande umidade e estação seca muito

⁴³² “Nous sommes donc des paysans et travaillons la terre qui souvent ingrata ne nous donne que le nécessaire” Idem.

⁴³³ MICHAUD, William; LAMBERT, Françoise. Chère soeur [Nancy], Superagui, 29 mai 1891. *William Michaud [(1829-1902)]: lettres, dessins et aquarelles d'un émigrant vaudois au Brésil*. Vevey: Musée historique, 2002, p. 86.

⁴³⁴ MICHAUD, William *et al.* Ma chère soeur [Emma] Superagui, le 1^{er} décembre 1883. Op. Cit., p. 56.

⁴³⁵ Refiro-me principalmente aos regulamentos de mercado, que previam a venda direta entre produtor e consumidor, acompanhada do desestímulo à ação de intermediários e atravessadores. THOMPSON, Edward. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 156.

⁴³⁶ PARANÁ. Decreto Nº 44 – de 18 de março de 1858. Collecções das Leis, Decretos, Regulamentos e Deliberações do Governo da Província do Paraná. Tomo 5º. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858, p. 58

curta; plantio nos declives das montanhas), ocasionando assim uma maturidade pouco uniforme dos grãos e dificuldades de secagem e armazenamento⁴³⁷.

O contato com a sociedade nacional implicaria a absorção de uma prática relativa à agricultura: o sistema de derrubada-queimada⁴³⁸, a conhecida coivara indígena, que não marcara apenas Superagui e a região de Guaraqueçaba, mas a quase totalidade da colonização européia⁴³⁹. Tais tipos de cultivos desenvolvem-se em regiões com grande vegetação arbórea e, uma vez que grande parte dos colonos europeus foi estabelecida em regiões de mata, tomaram de empréstimo dos brasileiros a maneira de arrotear a terra. Para preparar o solo, os cultivadores deveriam localizar uma área florestal com iluminação suficiente, procedendo ao corte das folhagens e árvores menores, sem arrancar suas raízes, deixando-as ainda vivas e podendo vicejar. Do desbaste inicial, além das árvores que não foram derrubadas, permanecia uma série de folhas e galhos residuais, aos quais se procedia a queima. Com as cinzas obtidas, os cultivadores revolveriam o solo, beneficiando-o assim dos nutrientes da matéria decomposta. Para proceder ao cultivo propriamente dito, os agricultores usariam pequenas parcelas de suas propriedades, cultivando-as durante dois ou três anos, deixando-as em pousio algumas décadas, procedendo à derrubada-queimada em outras parcelas de seu lote⁴⁴⁰.

Esse tipo de cultivo foi destinado preferencialmente para culturas que não demandassem muitos anos de desenvolvimento, tal como era o caso do milho e da mandioca. Contudo, a cultura destinada a prover o desenvolvimento e a fonte de rendas de Superagui era o café, uma planta que demandava tempo muito maior de cultivo. O café,

⁴³⁷ MIGUEL, Lovois de Andrade. Op. Cit., p. 46.

⁴³⁸ A concepção de um sistema de derrubada-queimada insere-se no panorama mais amplo da teoria dos sistemas agrários. Por sistemas agrários entende-se que, pelo fato da agricultura ser praticada por diferentes povos em diferentes lugares, revelar-se-iam determinados padrões no arroteamento de terras por parte de populações distintas, formando categorias de sistemas agrários, tal como o de derrubada-queimada. Um sistema agrário, por definição, é composto por dois subsistemas: um denominado ecossistema cultivado, correspondendo ao aspecto ecológico do sistema agrário, e sua contraparte denominada sistema social produtivo, que diz respeito as formas de trabalho e acesso à propriedade rural. MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 71-73.

⁴³⁹ É notória a maneira que a grande maioria dos colonos europeus arroteava suas terras, utilizando os mesmos métodos dos lavradores brasileiros, que consistiam no sistema de derrubada-queimada ou rotação de terras, prática considerada nociva às pequenas propriedades nas quais esses colonos eram instalados. Por vezes, tais sistemas agrícolas redundavam em tornar o padrão de vida dos imigrantes introduzidos em semelhante àquele vivido pelos caboclos. Por outro lado, o empréstimo de práticas nacionais denotava que o contingente introduzido não tinha experiência na agricultura e, muitas vezes, pelo fato de as terras brasileiras possuírem uma vegetação abundante, não havia outra opção aos lavradores que atear fogo à vegetação. Cf. WAIBEL, Leo. *Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil*. In: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 244-246; HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *As colônias de parceria*. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004, p. 250.

⁴⁴⁰ MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. Op. Cit., p. 130-139.

em oposição à grande parte das plantações realizadas pelo sistema de derrubada-queimada, era um cultivo perene, persistindo a plantação por um maior período que dois ou três anos anteriores ao pousio do solo, como no caso dos cultivos preferenciais da rotação de terras⁴⁴¹. Os cafeeiros poderiam continuar produzindo até por vinte anos, devendo ser substituídos após esse período por outro pé, e o lapso de tempo entre a fundação de Superagui e a revelação dos valores auferidos pelas plantações revela a dinâmica ecológica da planta, cujos frutos brotam somente a partir do quarto ano. Talvez o fato de os cafezais terem sido plantados num solo parcialmente arenoso obstasse o desenvolvimento das plantações, no entanto, os cafeeiros podiam vicejar em tais solos, desde que fossem úmidos⁴⁴².

A partir das informações obtidas da quantidade de pés de café, podemos estimar a área total que estes cultivos ocupavam. De acordo com relatos coetâneos, o espaço livre ideal para se plantar e cultivar apenas um cafeeiro seria de uma braça quadrada⁴⁴³. Uma braça quadrada corresponde a 4,8 metros quadrados, e o produto desse referencial com os pés de café pertencentes a cada colono de Superagui nos daria a área total deste cultivo. Sigwalt, por exemplo, possuía 7 mil pés de café, dedicando, hipoteticamente, uma área de 3,3 hectares de sua propriedade para a plantação. Durieu, o administrador da colônia, talvez possuísse uma plantação de 2,4 hectares para 5 mil pés de café. Os colonos que possuíam por volta de 2 mil pés de café utilizavam uma área de 0,9 hectares, aqueles que detinham 500 cafeeiros demandavam uma área de 0,24 hectares. Ao final, a área total dedicada ao café em Superagui alcançava no máximo 18 hectares. Tais números coincidem com as áreas dedicadas à produção agrícola pela população local identificada como campesinato caíçara, formada pelos agricultores com poucos recursos⁴⁴⁴. O tamanho da área dedicada ao cultivo era devido às dimensões dos lotes fornecidos aos colonos, que possuíam por volta de 4,8 e 7,2 hectares⁴⁴⁵, muito pequenos para os padrões da imigração europeia no Brasil, porém, compatíveis com as dimensões dos lotes coloniais na região de Curitiba. As terras possuídas pelos colonos suíços

⁴⁴¹ Ibidem, p. 147.

⁴⁴² TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 121-123.

⁴⁴³ Ibidem, p. 124.

⁴⁴⁴ O cultivo da banana de Guaraqueçaba, fruto dedicado à exportação, ocupava uma superfície inferior a 3 hectares nas propriedades dos pequenos camponeses. MIGUEL, Lovois de Andrade. Op. Cit., p. 65.

⁴⁴⁵ PARANÁ. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Provincia do Parana no dia 7 de janeiro de 1857 pelo Vice-Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1857, p. 55.

eram menores dos que aquelas concedidas aos colonos europeus estabelecidos em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujas dimensões variavam de 25 até 77 hectares⁴⁴⁶.

4.2. Uma colônia esquecida? Colonizações paralelas na Província do Paraná

Com o desaparecimento de Perret Gentil, o acompanhamento da situação de Superagui por parte das autoridades provinciais praticamente inexistiu. Na década de 1860, o último relatório provincial com alguma informação sobre o núcleo é datado de 1863, limitando-se o Presidente da Província a afirmar que “Nenhuma notícia oficial posso ministrar-vos do estado desta colônia particular, que desenvolveu-se por si e é hoje uma povoação regular”⁴⁴⁷. O silêncio sobre a situação de Superagui era a tônica desenvolvida no decorrer dos próximos anos, refletindo-se igualmente na documentação referente ao núcleo. As atenções voltavam-se na década de 1860 para a constituição de um novo núcleo, a Colônia de Assungui, e para a antiga Colônia Thereza, em função de ambos os núcleos serem ou fundados por iniciativa do poder público ou subsidiados por ele. Superagui, por ser uma colônia particular, mereceu pouca atenção das autoridades provinciais em relação aos seus resultados materiais.

João Mauricio Faivre foi uma personalidade portadora de maior prestígio político que Carlos Perret Gentil, como o provam as divisas que recebera da própria Imperatriz Theresa Cristina. Tal influência traduziu-se em maiores investimentos e atenções do Governo Imperial e Provincial do que aqueles destinados a Superagui⁴⁴⁸. Todavia, mesmo com tais investimentos e o abandono da grande parte das famílias francesas angariadas para o núcleo, o estabelecimento parecia prosperar, uma vez que possuía receita superavitária⁴⁴⁹. Porém, em 30 de agosto de 1858, falecia João Maurício Faivre⁴⁵⁰.

⁴⁴⁶ SEYFERTH, Giralda. Op. Cit., p. 277.

⁴⁴⁷ PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná pelo presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da 2ª Sessão da 5ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1863*. Curitiba: Typ. De Candido Martins Lopes, 1863, p. 96.

⁴⁴⁸ Até 1855, o empreendimento iniciado por Faivre mobilizara 44 contos de réis para sua manutenção, dos quais 20 contos eram oriundos de suas economias pessoais, 6 cedidos pela Imperatriz e 18 contos obtidos a título de empréstimo ao Governo Imperial, percebendo, a partir de 1856, 700 mil-réis mensais para a manutenção do núcleo. PARANÁ, *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de Março de 1856 pelo vice-presidente em exercicio Henrique de Beaurepaire Rohan*. Curitiba: Typ. Candido Lopes, 1856. p. 45; *Relatorio do Presidente da Provincia do Parana Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1858, p. 85.

⁴⁴⁹ De acordo com o fundador, em 1856 a comercialização de gêneros obteve uma receita de 10 contos de réis, contra seis contos em despesas realizadas para a compra de vestimentas e ferramentas para os colonos. Ibidem, p. 85.

Temendo que a Colônia Thereza se dissolvesse sem o seu fundador, o Governo Provincial nomeou Gustavo Rumbelsperger, sobrinho de Faivre, para a direção do núcleo, medida acompanhada de algumas modificações no estatuto colonial de Thereza, que passava então a contar com uma “subdelegacia” e “africanos livres” para diversas tarefas⁴⁵¹. Por mais que fornece informações positivas sobre o núcleo – cuja receita teria alcançado 72 contos de réis em 1861⁴⁵², Rumbelsperger clamava pela abertura de estradas em direção a Guarapuava e Ponta Grossa, facilitando assim a comercialização dos gêneros coloniais.

Entretanto, relatos tão positivos talvez não correspondessem à situação real do empreendimento. As prestações mensais que deveriam ser remetidas ao núcleo, orçadas num valor anual de 8:400\$000 réis, não eram pagas integralmente e nem a tempo. Com isso, os gastos com a manutenção do núcleo e, principalmente, com a abertura das estradas a Ponta Grossa e Guarapuava, indispensáveis para “a exportação dos generos”⁴⁵³, tornavam-se insustentáveis, redundando em maiores dívidas da administração colonial com os particulares da região. Tais empecilhos fizeram com que o próprio administrador da Colônia Thereza se queixasse ao Presidente de Província. Entretanto, não seria o único partícipe da empresa a fazer considerações sobre a situação da localidade. Em julho de 1862, vários colonos brasileiros mobilizaram-se contra arbitrariedades cometidas por Rumbelsperger, tratando com demérito inclusive a pessoa do Dr. Faivre. A denúncia em questão afirmava que:

O Sn^r Gustavo que de nada vale por que só se occupa em fazer mappas falsos do que nunca houve na Colonia só para enganar o Governo. Vai todos os annos ao Rio de Janeiro buscar dinheiro e trastes para sua casa – sustenta uma enorme familia com dinheiro da Nação (...) Nos os Colonos não são fornecidos da nação em nada (...) sabemos que se despende sete centos mil reis mensaes – e tudo se evapora sem dar utilidade a este logar⁴⁵⁴

⁴⁵⁰ O Dezenove de Dezembro publicou inclusive um panegírico em homenagem a Faivre. RUMBELSPERGER, Gustavo. Publicações Pedidas. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 25 set. 1858. Ano V, n° 51, p. 2-3.

⁴⁵¹ PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na abertura da 1ª Sessão da 4ª Legislatura pelo presidente Jose Francisco Cardoso no dia 1º de março de 1860*. Curitiba: Typ. Candido Lopes, 1860, p. 62-63.

⁴⁵² PARANÁ, *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na Abertura da Primeira Sessão da Quinta Legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862*. Curitiba: Typographia do Correio Official, 1862, p. 89

⁴⁵³ RUMBELSPERGER, Gustavo. *Recepção do aviso do Ministério da Agricultura de 27 de dezembro de 1862*. Colônia Thereza, 11 de março de 1863. Arquivo Público do Paraná, AP – 157, p. 209-210.

⁴⁵⁴ RIBAS, Theolindo Ferreira. *Denúncias contra o diretor da Colonia Thereza*. Colônia Thereza, 12 de julho de 1862. Arquivo Nacional. Série Agricultura IA⁶ 150. Agradeço ao professor Dr. Paulo Pinheiro Machado pela cessão da fonte por mim utilizada.

O Ministério da Agricultura limitou-se a responder aos denunciante que suas afirmações eram sem fundamentos e não poderiam ser comprovadas; contudo, tal manifestação nos leva a crer que as condições de vida no núcleo talvez fossem as piores possíveis.

Afora os dois núcleos coloniais fundados na década de 1850 e que se tornaram pouco promissores, a política de colonização estava direcionada na década de 1860 para o sucesso de um novo núcleo colonial, fundado desta vez por iniciativa imperial: a Colônia de Assungui.⁴⁵⁵ Em outubro de 1860, a região recebeu 35 colonos de origem alemã, contratados pelo Império com a agência de imigração belga Steimman⁴⁵⁶. Tais trabalhadores foram empregados primeiramente em serviços para a melhoria do núcleo do que propriamente nos trabalhos agrícolas, sendo tal prática permitida, a partir de maio de 1861, por mais seis meses, com a condição de que se reservassem três dias para o trabalho agrícola⁴⁵⁷. Essa situação evidenciava uma crise nos meios de vida no núcleo, atestada por informações recebidas pelo próprio Ministério da Agricultura, nas quais se informava que os colonos enviados à região não haviam encontrado víveres no momento de sua chegada⁴⁵⁸.

Em 1862, ao Presidente de Província de então parecia patente o estado pouco próspero do núcleo, evidenciado nas constantes mudanças de diretores⁴⁵⁹. Entrementes, por pedido do Governo Provincial, ficava o Paraná autorizado a vender os lotes de Assungui aos trabalhadores nacionais que lá desejassem residir, gozando dos mesmos favores que os colonos estrangeiros, obedecendo-se à condição de que os dois grupos não ficassem inteiramente confundidos⁴⁶⁰. Tal medida era objeto de elogios da autoridade provincial: “confio muito nos resultados desta medida para o futuro, a proporção que as famílias pobres brasileiras conhecerem a vantagem da aquisição de terras medidas e

⁴⁵⁵ BRASIL. Relatório da Repartição Geral das Terras Publicas. In: *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario D’Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856. p. 5-6.

⁴⁵⁶ PEREIRA FILHO, João de Almeida. *Correspondência proveniente da Repartição Especial das Terras Públicas à Presidência de Província do Paraná*. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1860. Arquivo Público do Paraná, Códice: BR PRAPPR PB001 SGO289.133.

⁴⁵⁷ MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Autorização de prestação de diárias por mais seis meses aos colonos alemães de Assungui*. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1861. Arquivo Público do Paraná, Códice: BR PRAPPR PB001 SGO300.264.

⁴⁵⁸ _____. *Pedido de informações a respeito da Colônia de Assungui*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1861. Arquivo Público do Paraná, Códice: BR PRAPPR PB001 SGO300.264.

⁴⁵⁹ PARANÁ. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na Abertura da Primeira Sessão da Quinta Legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862*. Curitiba: Typographia do Correio Oficial, 1862, p. 89-90.

⁴⁶⁰ MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Correspondência do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas enviada à Presidência da Província do Paraná*. Rio de Janeiro, 3 de junho de 1861. Arquivo Público do Paraná, Códice: BR PRAPPR PB001 SGO300.264.

livres de contestação”⁴⁶¹. Pelas linhas acima, parece-nos claro um dos objetivos correlatos da fundação dos núcleos coloniais: a regularização da estrutura fundiária, proposta pela Lei de Terras, com a necessidade de compra por parte dos lavradores para aquisição das terras pretendidas.

E as vendas dos lotes de Assungui se sucedem aos lavradores nacionais considerados pobres. Decorridos mais de um mês e meio da recepção do aviso imperial, dois lavradores apresentavam suas petições para integrar o núcleo, requisitando a compra de lotes cujo pagamento deveria ser feito no prazo de seis meses, com o preço da braça avaliado em meio real, o mínimo exigido para venda de terrenos em hasta pública pela Lei de Terras⁴⁶². Com o intuito de que as vendas fossem justificadas por tais valores, os lavradores enviaram declarações emitidas pelo vigário de sua região afirmando que eram pobres. Antes mesmo da autorização do Ministério da Agricultura, houve a compra de terrenos na região por um brasileiro. José Miró de Freitas adquiriu 8 lotes no 2º distrito de Assungui, totalizando uma extensão de 937, 266 hectares⁴⁶³, aquisição de área que dificilmente classificaria este lavrador como ‘pobre’ ou pequeno proprietário⁴⁶⁴. Em 1864, o núcleo colonial era povoado por 197 pessoas, das quais 54 eram estrangeiros e 143 nacionais, detentores de 11 escravos⁴⁶⁵, tornando-se, assim, o empreendimento colonial mais importante já havido na região em uma colônia mista e com predominância de moradores brasileiros, assim como Thereza e Superagui.

Contudo, em 1865, o estado da colônia imperial não poderia ser considerado li-sonjeiro. Em relatório enviado à Presidência da Província, o diretor colonial afirmava ser praticamente impossível formar uma estatística da produção da colônia para o referido ano, uma vez que os colonos ignoravam completamente a necessidade de mensurar os produtos de sua lavoura, desprezando de tal modo sua própria ‘economia doméstica’ em função de uma “versatilidade propria de uma população dada a frequente transmi-

⁴⁶¹ PARANÁ. Op. Cit., p. 90.

⁴⁶² MONTEIRO, Eugenio M. *Pedido de compra da secção nº 140 do 2º território de Assungui*. Curitiba, 30 de julho de 1861; SANTOS, Manoel Cordeiro dos. *Pedido de compra da secção nº 131 do 2º território de Assungui*. Curitiba, 30 de julho de 1861. Arquivo Público do Paraná, AP – 128, p. 14-16; 46-48.

⁴⁶³ IGNACIO, Joaquim José. *Correspondência do Ministério da Agricultura enviada à Província do Paraná, relativa à compra de terras em Assungui*. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1861. Arquivo Público do Paraná, Códice: BR PRAPPR PB001 SGO300.264.

⁴⁶⁴ Para a região de Capivary, no Rio de Janeiro, uma grande propriedade possuía acima de 400 hectares. MATTOS, HEBE. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: FGV, FAPERJ, 2009, p. 94.

⁴⁶⁵ PARANÁ. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo passou a administração desta Provincia ao Ex.^{mo} Sr. Dr. André Augusto de Padua Fleury no dia 18 de novembro de 1864*. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1864, p. 16.

grações”⁴⁶⁶. Os 348 habitantes de Assungui, dos quais 95 eram estrangeiros, lograram produzir gêneros num valor total de apenas 3 contos e 27 mil-réis, dos quais 1,2 contos eram provenientes da produção de aguardente e 623 mil-réis relativos à rapadura, contabilizados da produção de praticamente apenas um colono. Ao lado da cana-de-açúcar, apenas o milho teve uma produção expressiva, avaliando-se seu produto total em mais de 600 mil-réis. Não sem motivo que o diretor colonial afirmava que Assungui havia logrado “um quase nullo desenvolvimento agrícola”⁴⁶⁷.

O diretor de Assungui atribuía tal estado de coisas à “indolência” dos colonos, fossem eles brasileiros ou estrangeiros, mas era a ausência de boas vias de comunicação o principal problema a ser combatido. Seria necessária a abertura de uma estrada para Castro, com o intuito de mais facilmente conseguir importar-se os artigos não produzidos no núcleo, bem como comercializar a produção colonial. A estrada em demanda a Curitiba possuía diversos problemas, obstando o transporte e a comunicação com a Capital, portanto, “se não der logo animação aos Colonos com boas vias de Comunicação é impossível que elles vençam as dificuldades da pobreza com que lutão e o desanimo, que um tal estado de fortuna ordinariamente acarreta ao espirito”⁴⁶⁸. Da mesma forma que a Colônia Thereza, Assungui tornava imperativo a construção de estradas de rodagem para a comercialização dos artigos coloniais.

A impressão de que o empreendimento encontrava-se num estado decadente também era compartilhada pelos Presidentes de Província de então, cogitando-se, inclusive, a extinção da colônia, pelo fato de os investimentos governamentais não surtirem quaisquer resultados na produção agrícola. A grande maioria dos colonos alemães preferia dedicar-se aos seus antigos ofícios do que à lide na terra, obtendo dos serviços requisitados pelo Governo seu sustento, ou ainda retirando-se para Curitiba, localidade na qual encontravam gêneros de trabalho compatíveis com os que possuíam em seu país de origem. Entre outros alvitre, defendia-se a utilização exclusiva de trabalhadores nacionais, uma vez que estes possuíam os conhecimentos para lavrar a terra. Entretanto, o motivo pelo qual até então o núcleo não havia prosperado repousava na ausência de vias

⁴⁶⁶ MENESES, Emilio Nunes Corrêa de. *Relatorio Apresentado pelo Director Interino da Colonia de Assunguy, Emilio Nunes Corrêa de Meneses*. Curitiba, 12 de janeiro de 1866. Arquivo Público do Paraná, AP – 229, p. 247-260.

⁴⁶⁷ Idem.

⁴⁶⁸ Idem.

para o escoamento da produção agrícola, redundando no desestímulo da produção voltada à comercialização de excedentes⁴⁶⁹.

Enquanto os núcleos mais importantes passavam por diversos problemas e não logravam resultados positivos, outras tentativas de colonização estrangeira tinham lugar na Província do Paraná. Em 1862, na região de Guaraqueçaba, houve a pretensão de compra de terras por parte do capitão dinamarquês Christiano Guilherme para o estabelecimento de colonos europeus. O local pretendido situava-se em Serra Negra, na região do rio Assungui – o mesmo rio que deu nome a colônia da qual acima falamos – com extensão de uma légua quadrada. O Governo Imperial tencionou fornecer alguns auxílios a Guilherme para a realização do projeto, que, afinal, nunca se concretizou⁴⁷⁰. Em 1866, imigraram no Paraná 46 colonos provenientes dos Estados Unidos, talvez emigrados em função da Guerra da Secessão⁴⁷¹, com a finalidade de residir em Assungui. Porém, após resistência obstinada de engajamento ao núcleo, acabaram por adquirir lotes de terras na região de Curitiba, tornando-se foreiros de terras⁴⁷².

As renovações das tentativas de colonização estrangeira persistiam pela mesma motivação que a incutia no restante do Império, a suposta falta de braços para agricultura, a aquisição de força de trabalho com os fins de povoamento e produção de riquezas⁴⁷³: “urge a adopção de medidas tendentes ao suprimento de operarios e cultivadores uteis”⁴⁷⁴. A impressão de uma agricultura paranaense decadente persistiu durante a década de 1860, e a principal causa para tal estado de coisas, de acordo com os presidentes de província de então, era justamente a ‘falta de braços’, somada a ausência de vias de comunicação e a carência de conhecimentos agrícolas. Em função da falta de braços não

⁴⁶⁹ PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo Presidente de Provincia o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque*. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1867, p. 62.

⁴⁷⁰ _____. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná pelo presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da 2ª Sessão da 5ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1863*. Curitiba: Typ. De Candido Martins Lopes, 1863, p. 96-97.

⁴⁷¹ GOLDMAN, Franklin. Aspectos das migrações norte-americanas após a Guerra Civil. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004, p. 262-265.

⁴⁷² PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo Presidente de Provincia o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque*. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1867, p. 65.

⁴⁷³ ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das Delícias: estudo de um grupo imigrante ucraniano 1895-1995*. 392 f. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 1996, p. 40-42.

⁴⁷⁴ _____. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na abertura da 1ª Sessão da 4ª Legislatura pelo presidente Jose Francisco Cardoso no dia 1º de março de 1860*. Curitiba: Typ. Candido Lopes, 1860, p. 60.

poderiam ser aproveitados os frutos da terra em sua totalidade, bem como os lavradores tinham dificuldades em obter jornaleiros⁴⁷⁵.

O mate desfrutava a primazia de produto mais rentável da região. Todavia, havia necessidade de incentivar o cultivo de outros gêneros próprios às terras do Paraná, dando-se preferência ao trigo. Os problemas enfrentados para o desenvolvimento agrícola provincial eram vários, como a ausência de vias de comunicação ou mesmo a persistência de uma atividade agrícola voltada apenas para a subsistência. Entretanto, os alemães situados em Curitiba, em antigos terrenos pertencentes à Câmara Municipal, produziam trigo e centeio: “E de colonos como estes; industriosos, activos e moralizados que carece todo o Brazil”⁴⁷⁶. O sucesso dos alemães no rocio da capital devia-se, de acordo com os relatos coetâneos, à facilidade com que podiam encontrar mercados para seus produtos, uma vez que dispunham de boas vias de comunicação, algo que a grande maioria dos produtores paranaense não gozava.

Os esforços para a colonização e para a formação de um ‘mercado de trabalho’ não ficavam restritos, como podia parecer, à imigração européia⁴⁷⁷. Muito pelo contrário, tais objetivos orientavam também outras iniciativas do poder imperial e provincial: as colônias militares e a catequese e civilização de indígenas. De fato, a Lei de Terras previa a consecução de políticas indigenistas que visavam incluir as populações autóctones às políticas de regularização da estrutura fundiária, reservando-lhes terras e o direito de propriedade, no caso de índios ditos ‘civilizados’, ou direito de posse àqueles considerados ‘selvagens’⁴⁷⁸. Tais políticas haviam se iniciado já em 1845, com medidas que previam a inclusão de indígenas em aldeamentos e sua ‘civilização’ por meio do trabalho, bem como a tomada de suas terras⁴⁷⁹.

Há referências diversas à necessidade de organizar o emprego da mão de obra indígena para os trabalhos da agricultura, uma vez que se encontravam dispersos pelo

⁴⁷⁵ Ibidem, p. 68,69.

⁴⁷⁶ PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na abertura da 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araujo no dia 15 de fevereiro de 1868*. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1868, p. 43.

⁴⁷⁷ “A colonização assim encarada compreende diversas formas e aproveita diversos elementos; colônias e presídios militares, aldeamento de índios, colônias de nacionais, de estrangeiros que já se acham no país” apud: LAZZARI, Beatriz Maria. *Ideologia e Imigração: reação do parlamento brasileiro à política de imigração e colonização (1850-1875)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1980, p. 11.

⁴⁷⁸ MOTTA, Marcia. *Terra, Nação e Tradições Inventadas (Uma Outra Abordagem Sobre a Lei de Terras de 1850)*. In: MENDONÇA, Sonia; MOTTA, Marcia (org.). *Nação e Poder: as Dimensões da História*. Niterói: Ed. UFF, 1988, p. 88.

⁴⁷⁹ MOTA, Lúcio Tadeu. *O Processo de Desterritorialização dos Índios Kaingang nos Koran-Bang-Rê*. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Marcia Maria Menedes; OLIVEIRA, Oséias de (Orgs.) *História Agrária; Propriedade e Conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009, p. 181.

território paranaense. Em 1860, por ocasião da fundação de dois novos aldeamentos, o Presidente Provincial de então se dirigia à Assembleia Provincial nestas palavras: “[que-ro] felicitar-vos com o concurso de tantos braços uteis”⁴⁸⁰. Repetem-se nesses termos a respeito da catequese de indígenas grande parte dos relatórios provinciais de então, clamando invariavelmente para o aproveitamento de “tantos braços ociosos e perdidos, ao passo que sam talhados para os mais pesados serviços”⁴⁸¹, ou imbuir nos indígenas, “que o trabalho tem um valor”⁴⁸². Os esforços para constituição de todos os aldeamentos provinciais – 4 ao todo em 1863 – eram vistos como insuficientes, uma vez que os estabelecimentos dependiam em larga medida dos cofres do Governo. Por fim, lamentava-se dessa forma o Presidente de Província os fracassos da política indigenista: “no empenho de utilizar essas forças immensas, que se perdem no meio das selvas, ao passo que o paiz, para encher a vastidão de seu territorio, e acudir aos reclamos da industria, tem de ir, com extraordinario sacrificio, procurar no estrangeiro outros, que mal as substituirão”⁴⁸³.

As diversas Colônias Militares fundadas durante o Império faziam parte da mesma política de colonização, que previa a ocupação do espaço territorial e o aumento da produção agrícola. No caso paranaense, em função de diversos litígios com as repúblicas platinas sobre os campos de Palmas, desde 1839 a colonização por proprietários particulares fora estimulada, concomitante à ampliação da área de atuação de caciques como Viri e Condá, líderes das populações coroadas da região. Em 1859, por ordem do Governo Imperial, ordenou-se ao Paraná a fundação de duas novas colônias militares, as de Chapecó e Chopim, em razão de a comunidade de Palmas estar muito distante da região de litígio. Todavia, ambas as colônias foram organizadas apenas na década de 1880, por ocasião das pretensões argentinas sobre a região. As colônias militares, da mesma forma que o catecismo dos indígenas, atendiam aos propósitos do Governo Imperial em ocupar áreas ermas nas quais não havia qualquer atrativo para o estabele-

⁴⁸⁰ PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na abertura da 1ª Sessão da 4ª Legislatura pelo presidente Jose Francisco Cardoso no dia 1º de março de 1860*. Curitiba: Typ. Candido Lopes, 1860, p. 53.

⁴⁸¹ _____. *Relatorio que o Exm. Sr. Dr. José Francisco Cardoso apresentou ao Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná*. Curitiba: Typographia do Correio Official, 1861, p.22.

⁴⁸² _____. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na Abertura da Primeira Sessão da Quinta Legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862*. Curitiba: Typographia do Correio Official, 1862, p. 80.

⁴⁸³ _____. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná pelo presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da 2ª Sessão da 5ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1863*. Curitiba: Typ. De Candido Martins Lopes, 1863, p. 98.

cimento de companhias particulares de colonização, mantendo, assim, a presença do Império⁴⁸⁴.

Se a colonização militar imiscuía-se em questões relativas à colonização imperial em sua totalidade, o seu caráter ‘militar’ muitas vezes era objeto de discordância. O regulamento para a criação das colônias mencionadas acima demandava para sua fundação praças de primeira linha. No entanto, se o Governo Provincial não os encontrasse, poderia empregar as famílias que lhe aprovesse. Aos colonos militares seriam fornecidos terrenos de até um quarto de légua quadrada para cultivo (1089 hectares), medida extensiva aos habitantes nacionais das cercanias⁴⁸⁵. O diretor da Colônia Militar do Jataí, Thomaz José Muniz, era enfático em afirmar que o pessoal engajado e a situação pela qual passava o núcleo divergiam completamente de suas intenções originais. A única coisa que tornava os “operários agrícolas” – assim denominados os trabalhadores engajados – em colonos militares era o fato de possuírem um facão, fornecido pela administração. Sobre o contingente pertencente ao núcleo, afirmava: “com quanto facão parte oficial da Colonia, não o fazem todavia, que me conste, com qualidade de carater militar, e nem sob condições que por esta ou aquella firma os submetesse ao regime e disciplina militar”⁴⁸⁶.

Assim como as colônias analisadas acima, a Colônia Militar do Jataí padecia de inúmeros problemas, a ponto de seu diretor afirmar que seria necessário “um milagre” para tirá-la do estado em que se encontrava. Faltava praticamente de todo o necessário para os trabalhos da colônia, clamando-se pela utilização de trabalhadores camara-das para abertura de picadas e para a conservação da única estrada que atava a povoação com o resto do Paraná⁴⁸⁷. Pelos exemplos relatados nessa parte, observamos que praticamente todos os estabelecimentos coloniais sofriam de graves problemas para a obtenção de seus meios de vida e consecução dos trabalhos agrícolas. Acima de tudo, a maior parte dessas colônias estava utilizando majoritariamente a mão de obra nacional como contingente formador de uma camada de pequenos agricultores.

⁴⁸⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. Colonização e conflito no sul do Brasil: estudos sobre os Campos de Palmas. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Marcia Maria Menedes; OLIVEIRA, Oséias de(Orgs.) *História Agrária; Propriedade e Conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009, p. 283-286.

⁴⁸⁵ BRASIL. Decreto N° 2.502, de 16 de Novembro de 1859. *Crea mais duas colonias militares na Provincia do Paraná ao occidente dos Rios Chapecó e Chopim, nos pontos que forem designados pelo Presidente de Provincia*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Arquivo Público do Paraná, Códice: BR PRAPPR PB001 SGO289.133.

⁴⁸⁶ MUNIZ, Thomas José. *Relatório sobre a Colônia Militar do Jataí*. Jataí, 10 de fevereiro de 1862. Arquivo Público do Paraná, AP – 134, p. 257-264.

⁴⁸⁷ Idem.

4.3. Instituições em núcleos coloniais: igrejas e escolas

Igrejas e escolas eram as principais instituições nas quais a maioria dos colonos europeus poderia desenvolver sua cultura original em face do ambiente brasileiro, organizações muitas vezes atadas intimamente – algumas capelas serviram também como sala de aula⁴⁸⁸. Assim como a liturgia, a instrução tendia a preservar a cultura trazida por estes imigrantes, reforçando a identidade étnica do grupo e os laços com a antiga pátria, principalmente pelo do ensino da língua do país de origem. Tais instituições seguiam o associativismo das comunidades de imigrantes transplantadas, caracterizados pelo ensino privado e pelo uso de livros do país de origem, professores da nacionalidade dos colonos e ensino no idioma imigrante⁴⁸⁹. Porém, tais características não fizeram parte da escola fundada em Superagui na década de 1860. Em função de seu contingente predominantemente nacional, a possibilidade de essa escola perpetuar qualquer componente étnico dos colonos era irrealizável, tanto pela forma de organização da referida instituição como pelas relações sociais que os colonos estrangeiros imiscuíam-se, principalmente por meio do casamento.

Vimos acima que os favores solicitados por Perret Gentil estipulavam atenções sobre o ofício religioso e para a instrução no núcleo, incumbência que recaiu sobre o Governo Provincial paranaense. O amparo religioso foi declinado pela Província, todavia, a fundação de uma escola efetivou-se. Em 28 de maio de 1861 foi promulgada pela Assembleia Provincial a Lei Nº 70, criando uma escola de instrução primária em Superagui. Composta de apenas dois artigos, a lei previa que a instrução fosse masculina e que o professor instituído recebesse os ordenados dos demais professores primários provinciais⁴⁹⁰. A instituição de uma escola a expensas do Governo Provincial não se restringiu somente à Colônia de Superagui. A Colônia Thereza, por exemplo, desde 1855 já possuía uma aula de primeiras letras masculina com 32 alunos e outra dedicada

⁴⁸⁸ NADALIN, Sergio Odilon. *Imigrantes de Origem Germânica no Brasil; Ciclos matrimoniais e etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001, p. 25-26.

⁴⁸⁹ SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1990, p. 53; WACHOWICZ, Lilian Anna. *A relação professor/Estado no Paraná tradicional*. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1984, p. 208; NADALIN, Sergio Odilon. Op. Cit, p. 41-42. .

⁴⁹⁰ PARANÁ. Assembléia Legislativa Provincial. Lei Nº 70, de 28 de maio de 1861 . *Leis, Decretos, Regulamentos e Deliberações do Governo do Paraná. Volume 5 – 1858-1862*. Arquivo Público do Paraná.

à instrução de 25 meninas da localidade⁴⁹¹. A contratação de um professor de primeiras letras para o sexo masculino efetivou-se também para a colônia Militar do Jataí e para os aldeamentos indígenas, tal como o de São Pedro de Alcântara, cujo docente assumiu suas funções em fins de 1861⁴⁹².

A fundação da escola de Superagui era correlata a uma medida já aventada pelos habitantes de Guaraqueçaba, que defendiam a criação de mais quatro escolas em diferentes pontos da freguesia. O inspetor de instrução de Guaraqueçaba pedia uma escola para a Ilha do Mel pelo fato de seus 600 habitantes encontrarem-se “nas trevas da ignorância”, facilitando-se assim a instrução aos moradores da Barra do Sul. O professor da região, Antonio Ferreira da Costa, notava que a imensidão do território e ausência de vias de comunicação que convergissem para o centro da comunidade, onde se encontrava a escola, cujo contingente era formado por 23 alunos de 5 a 13 anos, dificultavam sua assiduidade, bem como seu aprendizado. Portanto, fazia-se imperativa a criação de novas “cadeiras” em diferentes pontos da localidade para levar ao restante da população estes “focos de ensino, os verdadeiros elementos de ordem e civilização”⁴⁹³.

A fundação da escola de Superagui seguia os pressupostos da primeira lei imperial sobre a instrução, de 15 de outubro de 1827, que dividia a instrução em elementar (de primeiras letras ou primária) e superior (os liceus, com a presença de mais matérias). O objetivo das escolas de primeiras letras era ministrar operações elementares de matemática, língua portuguesa, princípios da moral cristã e leituras da constituição do Império e de história do Brasil⁴⁹⁴. Por ocasião do Ato Adicional de 1834, a incumbência para a instrução elementar recaiu sobre os Governos Provinciais. Os ideais que norteavam a constituição da instrução primária no Brasil defendiam a “moralização do povo”, a formação de uma “verdadeira civilização”, transmitir a “moral” para garantir a “prosperidade pública” e realizar os “melhoramentos sociais”⁴⁹⁵ pelo efeito disciplinador das

⁴⁹¹ PARANÁ, *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Paranã no dia 1º de Março de 1856 pelo vice-presidente em exercicio Henrique de Beaurepaire Rohan*. Curitiba: Typ. Candido Lopes, 1856, p. 46; FAIVRE, João Mauricio. *Relatório sobre a Colônia Thereza*. Curitiba, 19 de novembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 46, p. 088.

⁴⁹² CASTELNOVO, Frei Thimotheo de. *Informativo sobre o início da aula de primeiras letras no aldeamento São Pedro de Alcântara*. São Pedro de Alcântara, 1º de janeiro de 1862. Arquivo Público do Paraná, AP – 106, p. 52.

⁴⁹³ MOTA, Joaquim Ignacio Silveira da. *Representação da Câmara de Paranaguá acerca da conveniência da criação de 4 cadeiras de instrução primária no distrito de Guaraqueçaba*. Paranaguá, 30 de agosto de 1859. Arquivo Público do Paraná, AP – 76, p. 130-134.

⁴⁹⁴ KUBO, Elvira. *A Legislação e a Instrução Pública de Primeiras Letras na 5ª Comarca da Província de São Paulo*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986, p. 62-64.

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 45-46.

massas que tais instituições deveriam possuir⁴⁹⁶. Por ocasião da emancipação de São Paulo, o Paraná fez seu próprio regulamento de instrução pública apenas em 1857, fixando diversas diretrizes para o ensino da região⁴⁹⁷.

Para ser efetivada a cadeira de instrução primária de Superagui, a primeira ação do Governo Provincial foi orientada no sentido de arranjar um professor para o núcleo em questão. Para que um professor exercesse a docência em certa escola faziam-se apenas dois exames, denominados “prova de capacidade”, consistindo de duas fases: uma de aptidão para as matérias lecionadas e outra de aptidão para o ensino. Mesmo com esses cuidados, por vezes faltavam professores candidatos às cadeiras de instrução primária, fazendo com as autoridades desconsiderassem as instruções do referido regulamento e empossassem pessoas de sua confiança⁴⁹⁸. No caso de Superagui, a cadeira criada para a região permaneceu vaga durante dois anos, algo habitual nas instituições de ensino provinciais⁴⁹⁹. Nesse meio tempo, procedeu-se à escolha do professor habilitado para o cargo.

Para exercer o ofício de professor em Superagui, dois candidatos apresentaram suas pretensões, sem concorrer diretamente entre si. O primeiro deles era Antonio José Dias, morretense que apresentou sua petição para o cargo em novembro de 1861. O postulante à docência foi obrigado a obter uma série de declarações de diversos funcionários da burocracia local para comprovar sua idoneidade para o cargo, entre estas uma do subdelegado de Morretes, cujo teor afirmava que José Dias possuía “boa moral e costumes morigerados”⁵⁰⁰. O morretense fora o único candidato à cadeira de Superagui a realizar os testes que o tornariam apto ao cargo, nos dias 13 e 14 de janeiro de 1862. O inspetor geral de instrução pública fizera a observação de que outro professor, postulante à cadeira de Ponta Grossa e examinado na mesma circunstância, “revelou inteligência, se não superior, ao menos mais cultivada que o pretendente da cadeira de Superagui”⁵⁰¹, embora ambos tivessem desempenho razoáveis nos conhecimentos das maté-

⁴⁹⁶ WACHOWICZ, Lilian Anna. Op. Cit., p. 81. THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 293. Curioso notar que o discurso legitimador da instrução pública era muito parecido com parte da retórica referente à imigração européia no Brasil. Para nós, ambas as instituições estavam eivadas de princípios que diziam respeito à disciplinarização da população.

⁴⁹⁷ Ibidem WACHOWICZ, Lilian Anna. Op. Cit., p. 43.

⁴⁹⁸ Ibidem, p. 245-247.

⁴⁹⁹ Ibidem, p. 255.

⁵⁰⁰ DIAS, Antonio José. *Pede vaga para a cadeira de primeiras letras de Superagui*. Morretes, 13 de novembro de 1861. Arquivo Público do Paraná, AP – 131, p. 231-235.

⁵⁰¹ RIBAS, José Loureiro de Sá. *Petições às cadeiras de Ponta Grossa e Superagui*. Curitiba, 15 de janeiro de 1862. Arquivo Público do Paraná, AP – 131, p. 225.

rias ministradas. Por fim, o inspetor de instrução recomendava o provimento interino de Antonio José Dias, em conjunto com o postulante da cadeira de Ponta Grossa⁵⁰².

Entretanto, José Dias seria preterido em suas pretensões por outro professor, docente há vários anos. Em fevereiro de 1862, João Francisco de Sant'Anna Neves, professor primário aposentado em Guaratuba, próximo de completar 60 anos e considerado 'pardo'⁵⁰³, deu parte ao Governo Provincial sobre o fato de terem lhe tirado a cadeira de primeiras letras de Paranaguá, sua por direito e ocupada então por outro indivíduo. Para reparar tal erro, requeria o posto de professor na escola de Superagui, algo que lhe foi concedido, em detrimento do exame feito com Antonio José Dias⁵⁰⁴. Em 11 de junho de 1863, João Francisco de Sant'Anna Neves é contratado a pedido do próprio Presidente de Província, percebendo para o ofício do magistério 200 mil-réis anuais, correspondentes a 547 réis diários⁵⁰⁵, remuneração menor daquela percebida por um escravo alugado em Paranaguá⁵⁰⁶. Em 2 agosto de 1863, o professor provido de Superagui dava início à prática de ensino, e pouquíssimos dias após a abertura encontrava dez meninos aos seus cuidados⁵⁰⁷.

Os colonos de Superagui esperaram quase doze anos para receber um professor de primeiras letras engajado pelo próprio Governo Provincial, embora seu fundador o reclamasse desde os primórdios do núcleo. A morosidade para o início da instrução de primeiras letras no núcleo talvez possa ser explicada pelo fato de não ter sido um empreendimento constituído ou auxiliado pelo poder público na sua fundação. Para efeito de comparação, a Colônia Thereza obteve duas aulas de instrução – masculina e feminina – em menos de dez anos de existência. No caso de Assungui, o maior projeto colonial da região, a importância do suporte governamental para a instrução pode ser verificada mais facilmente. Quatro meses após a instalação das primeiras famílias alemãs na região, o Governo Provincial provia para o magistério Carlos Moericofer, suíço residen-

⁵⁰² NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. *Autoriza nomeação de professores de Ponta Grossa e Superagui*. Curitiba, 10 de janeiro de 1862. Arquivo Público do Paraná, AP 130, p. 110.

⁵⁰³ ASSUMPÇÃO, Manoel Euphrasio d'. *Provas de habilitação para João Francisco de Sant'Anna Neves exercer a instrução em Superagui*. Curitiba, 2 de outubro de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 371, p. 248-254.

⁵⁰⁴ SANTOS, Ernesto. *Correspondência do Inspetor Geral de Instrução Pública sobre remoção de professor para Superagui*. Curitiba, 28 de fevereiro de 1862. Arquivo Público de Paraná, AP – 133, p. 103-104.

⁵⁰⁵ NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. *Escolha do professor de Superagui João Francisco de Sant'Anna Neves*. Curitiba, 27 de maio de 1863. Arquivo Público do Paraná, AP – 161, p. 012.

⁵⁰⁶ Ver o capítulo 2, tópico 2.3. As autoridades provinciais, tanto de São Paulo quanto do Paraná, eram unânimes em reconhecer que o vencimento atribuído aos professores de então era baixo. KUBO, Elvira Maria. Op. Cit., p. 112-113; WACHOWICZ, Lilian Anna. Op. Cit., p. 260.

⁵⁰⁷ NEVES, João Francisco de Sant'Anna. *Abertura de escola na Colônia de Superagui*. Colônia de Superagui, 8 de agosto de 1863. Arquivo Público do Paraná, AP – 167, p. 134.

te no Brasil desde 1851 e professor em Porto de Cima. Moericofer foi nomeado professor do núcleo em pouco mais de três dias após apresentar o requerimento para tal⁵⁰⁸. Sua nomeação foi devida à manifestação de diversos colonos de Assungui, que reclamavam a necessidade de um professor para seus filhos⁵⁰⁹.

Feita a subvenção de um professor ao núcleo, ficava a cargo do funcionário contratado obter por aluguel uma edificação própria para lecionar. Até 1881 não havia qualquer edifício voltado à instrução pertencente à administração pública. As escolas financiadas pelo Governo Provincial geralmente eram instaladas em salas alugadas de particulares, valor este que incidia sobre a remuneração do próprio professor⁵¹⁰. Supera-gui não fugiu à regra. João Francisco de Sant'Anna Neves fora obrigado primeiro a alugar uma sala de um dos colonos suíços da região, Jean Rovedo, pelo valor de 3 mil-réis mensais. Contudo, algumas semanas após a instalação da escola, o docente da região conseguira alugar uma casa de morada, na qual dedicava uma sala para ofertar seus préstimos aos habitantes da região⁵¹¹.

A carência de recursos não se refletia apenas na obtenção de espaços para a atividade de ensino, mas igualmente na estruturação física interna das salas dedicadas às primeiras letras. O estado de indigência material da instrução primária era notório; os auxílios prometidos pelo Governo Provincial eram quase sempre olvidados, recaindo sobre a figura do professor a incumbência de providenciar os materiais necessários⁵¹². As carências materiais refletiam-se sobre os objetos de uso diário, como lápis, cadernos e livros – chamados de *utensis* – e sobre o mobiliário das salas. De fato, Sant'Anna Neves afirmava que dos *utensis* utilizados pelos alunos nenhum havia sido fornecido pela Província, mas sim obtidos pelo próprio professor, concorrendo para tal as famílias das crianças. No mesmo estado periclitante encontrava-se o mobiliário da escola de Supera-gui, composto de apenas três bancos, uma mesa, uma cadeira e um quadro, todos de propriedade do professor⁵¹³. Nesse sentido, para o exercício de 1865, Sant'Anna Neves

⁵⁰⁸ MOERICOFER, Carlos. *Requerimento para nomeação enquanto professor de Assungui*. Curitiba, 12 de fevereiro de 1861. Arquivo Público do Paraná, AP – 126, p. 127;129.

⁵⁰⁹ HUBNNT, J. G. et al. *Requerimento dos colonos de Assungui para a contratação de um professor*. Assungui, janeiro de 1861. Arquivo Público do Paraná, AP – 126, p. 065-066.

⁵¹⁰ WACHOWICZ, Lilian Anna. Op. Cit., p. 137

⁵¹¹ NEVES, João Francisco de Sant'Anna. *Resposta à portaria de 29 de agosto de 1863, com referência aos alugueis de escolas*. Colônia de Superagui, 14 de outubro de 1863. Arquivo Público do Paraná, AP – 170, p. 137.

⁵¹² WACHOWICZ, Lilian Anna. Op. Cit., p. 134-135.

⁵¹³ NEVES, João Francisco de Sant'Anna. *Relatório sobre escola de Superagui*. Colônia de Superagui, 2 de dezembro de 1864. Arquivo Público do Paraná, AP – 194, p. 016.

requisitava ao Governo Provincial uma série de objetos para a instrução, tais como dúzias de lápis, resmas de papel, bancos e lousas, avaliados em 38\$400 réis⁵¹⁴.

Conforme vimos, todas as atividades em uma escola de primeiras letras eram de incumbência exclusiva do professor contratado pela Província. Todavia, para garantir o funcionamento da instrução primária, era necessário o exercício da inspeção provincial aos mestres de escola. Para tal, desde 1854, atuava o Inspetor Geral de Instrução Pública, o ápice de uma hierarquia da qual fazia parte os inspetores de distrito e os subinspetores, com o intuito de fiscalizar os trabalhos dos professores contratados pela Província. De fato, as autoridades provinciais consideravam a inspeção fundamental para a propagação do ensino, uma vez que os mestres eram considerados pouco ciosos de suas obrigações⁵¹⁵. No caso de Superagui, João Francisco de Sant'Anna Neves estava submetido aos subinspetores da região de Guaraqueçaba, que periodicamente remetiam seus mapas de frequência dos alunos ao Governo Provincial⁵¹⁶. O cargo de subinspetor não era remunerado, sendo ocupado por pessoas importantes da localidade e, no caso de Guaraqueçaba, o antigo subdelegado Domingos Affonso Coelho foi nomeado exclusivamente como inspetor da escola de Superagui e remeteu diversos documentos sobre o estabelecimento de instrução⁵¹⁷.

Dessa correspondência que pretendia a vigilância da instrução pública provincial, restaram apenas duas listas de alunos da escola de Superagui. Em 1865, o professor Sant'Anna Neves tinha aos seus cuidados 19 alunos, com idades de 5 a 11 anos. Desses alunos, apenas quatro eram filhos dos imigrantes introduzidos por Perret Gentil, dois meninos da família Tamagno, um dos Scinini e outro dos Rovedo, deixando, por essa época, as demais famílias de imigrantes de enviar seus filhos à escola⁵¹⁸. Já em 1869, a escola possuía 31 alunos, dos quais cinco eram descendentes dos colonos estrangeiros, acrescentando-se desta vez um menino da família Catelain⁵¹⁹. Assim como na totalidade

⁵¹⁴ Ibidem. *Orçamento das despesas da Escola de primeiras Letras da Colonia de Superagui para o anno de 1865*. Colônia de Superagui, 2 de dezembro de 1864. Arquivo Público do Paraná, AP – 194, p. 016.

⁵¹⁵ WACHOWICZ, Lilian Anna. Op. Cit., p. 97-106.

⁵¹⁶ SILVA, João Isidoro da Costa e. *Envio do Mapa Trimestral da Escola de Superagui*. Guaraqueçaba, 3 de novembro de 1865. Arquivo Público do Paraná, AP – 218, p. 150.

⁵¹⁷ COELHO, Domingos Affonso. *Mapa Trimestral da escola de Superagui*. Guaraqueçaba, 4 de agosto de 1867. Arquivo Público do Paraná, AP – 263, p. 063. Ibidem. Ata dos alunos da escola de Superagui. Guaraqueçaba, 12 de dezembro de 1867. Arquivo Público do Paraná, AP – 267, p. 237.

⁵¹⁸ NEVES, João Francisco de Sant'Anna. *Mappa trimençal dos Alumnos da Escola de primeiras Letras da Colonia de Superagui de primeiro de Fevereiro até o ultimo de Abril do anno de 1865*. Colônia de Superagui, s/d. Arquivo Público do Paraná, AP – 205, p. 69.

⁵¹⁹ _____. *Mappa de frequencia dos alumnos matriculados na escola da Colonia de Superagui durante o mes de Fevereiro d'1869*. Colônia de Superagui, 9 de março de 1869. Arquivo Público do Paraná, AP – 302, p. 177-178.

do empreendimento colonial, a instrução na localidade era ocupada majoritariamente pelos filhos dos lavradores nacionais, e pelo fato de ser um professor contratado pela própria Província e ministrando matérias como gramática nacional, a escola de Superagui, nessas contingências, ao contrário das outras instituições fundadas em empreendimentos coloniais, não seria um elemento formador de uma suposta ‘cultura imigrante’⁵²⁰.

Considerando que à época da administração de Perret Gentil existiam por volta de 200 pessoas em idade escolar, os alunos conseguidos por João Francisco de Sant’Anna Neves refletiam a dificuldade do alcance da instrução entre os lavradores de Superagui. De fato, os alunos que frequentavam a instrução na localidade deveriam se dirigir a casa do professor a barco e, em função do mal tempo, muitos deles se abstinham de assistir às aulas. Para combater as ausências periódicas, contava com o auxílio do subinspetor da escola, Domingos Affonso Coelho. Nesse sentido, Sant’Anna Neves apontava que diversas famílias residiam na circunscrição da escola; contudo, não enviavam seus filhos a ela, de acordo com o professor, por “desleixo da família”⁵²¹. Desde 1854, o ensino primário era obrigatório em toda a Província do Paraná para aqueles que estivessem a ¼ de légua de uma escola de primeiras letras. No caso de Superagui a obrigatoriedade era difícil de ser cumprida em função das distâncias e das poucas vias de acesso, refletindo um aspecto geral da instrução pública dos oitocentos, marcado pela pouca participação da população em idade escolar, explicada pelo comportamento dos pais e sua indigência absoluta⁵²².

João Francisco de Sant’Anna Neves admitira que os alunos sob seus cuidados eram pouco instruídos e verificara pouco progresso neles desde que passara a lecionar no núcleo, mas pretendia levar ao menos quatro desses ao exame geral⁵²³. Em fins de 1867 eram apresentados, enfim, dois meninos da aula de primeiras letras para o exame, concorrendo para sua realização o subinspetor de instrução pública Domingos Affonso

⁵²⁰ Por cultura imigrante entendemos a preservação por parte dos imigrantes residentes no Brasil de sua língua materna, sua cultura e sua religião, tal como a ideia de *Deutschtum*, restrita à imigração alemã. Cf. SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 301; NADALIN, Sergio Odilon. Construindo alteridades : a trajetória de via de um jovem imigrante no Brasil (Curitiba, segunda metade do século XIX) *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 51, jul./dez 2009, p. 202.

⁵²¹ NEVES, João Francisco de Sant’Anna. *Relatório da escola de primeiras Letras da Colônia de Superagui pertinente ao ano de 1867*. Colônia de Superagui, 1 de dezembro de 1867. Arquivo Público do Paraná, AP – 267, p. 207.

⁵²² WACHOWICZ, Lilian Anna. Op. Cit., p. 149-155.

⁵²³ NEVES, João Francisco de Sant’Anna. *Informações sobre a escola de Superagui*. Colônia de Superagui, 6 de abril de 1867. Arquivo Público do Paraná, AP – 259, p. 81.

Coelho. Os dois alunos, aprovados no referido teste, não eram descendentes dos colonos suíços instalados na região, mas sim filhos de lavradores nacionais⁵²⁴. O ato do exame era a forma utilizada pelo Governo Provincial para averiguar o sucesso da instrução primária, bem como garantir aos alunos aprovados o ingresso numa escola superior, neste caso, os liceus.

Entretanto, em 1869, a Assembleia Provincial decidira pela extinção da cadeira definitiva de Superagui em conjunto com as cadeiras contratadas da Ilha do Mel, das Peças, de Serra Negra e do Rocio de Paranaguá, por ser “vantajoso a Província”⁵²⁵. O Presidente Provincial de então se recusou a sancionar a extinção de todas essas escolas, sendo a Assembléia Provincial forçada a reenviar o decreto, pedindo dessa vez a aprovação, que afinal é concedida pelo Governo Provincial⁵²⁶. O professor de Superagui tornou-se ciente do fato, porém, o próprio Presidente de Província determinou novamente sua contratação, não mais como um professor de uma cadeira permanente, mas como professor particular contratado, pouco mais de dois meses após a supressão da escola na Colônia de Superagui⁵²⁷. Nos anos seguintes, a escola de Superagui sofreria um período de instabilidade, tendo por incerta sua continuidade pelos próximos anos, embora seu professor continuasse remetendo mapas sobre a frequência dos alunos, como até então fazia.

De fato, João Francisco de Sant’ Anna Neves não ficaria impassível aos acontecimentos concernentes à cadeira de instrução primária da qual era o detentor. Para isso, emitira uma procuração para obter o título de nomeação como docente de Superagui, sendo auxiliado neste fim junto ao Governo Provincial por Antonio Candido Ferreira de Abreu, procurador em seu nome⁵²⁸. Poucos meses após o requerimento de Sant’Anna Neves, em março de 1871, as diversas cadeiras definitivas de instrução primária de Paranaguá, antes extintas pela Assembleia Provincial, são restauradas pelo mesmo órgão. O responsável por assinar o decreto era o procurador do mestre de escola

⁵²⁴ COELHO, Domingos Affonso. *Ata dos alunos da escola de Superagui*. Guaraqueçaba, 12 de dezembro de 1867. Arquivo Público do Paraná, AP – 267, p. 237.

⁵²⁵ D’ARAUJO, Manoel Marques et al. *Envio do decreto que extingue várias cadeiras de instrução primária na cidade de Paranaguá*. Curitiba, 24 de maio de 1869. Arquivo Público do Paraná, AP – 307, p. 280.

⁵²⁶ SANTOS, Generoso Marques. *Apresentação de ofício da Assembléia Provincial Legislativa sobre supressão de cadeiras de primeiras letras*. Curitiba, 4 de junho de 1869. Arquivo Público do Paraná, AP – 308, p. 147-148.

⁵²⁷ SANTOS, Ernesto Francisco de Lima. *Pagamento do professor de Superagui*. Curitiba, 5 de fevereiro de 1870. Arquivo Público do Paraná, AP – 327, p. 110.

⁵²⁸ NEVES, João Francisco de Sant’Anna. *Procuração de João Francisco de Sant’Anna Neves, morador em Superagui*. Paranaguá, 17 de agosto de 1870. Arquivo Público do Paraná, AP – 339, p. 235.

de Superagui, Candido de Abreu, então 1º secretário da Assembleia Legislativa, permitindo-nos inferir sobre algum tipo de influência pessoal do legislador para a realização da medida⁵²⁹. Nos próximos meses, Sant'Anna Neves seria promovido a professor provincial de 1ª Classe (percebendo mais vencimentos em função da nomeação), abandonando em definitivo a aposentadoria que mantinha pelo seu trabalho como professor em Guaratuba⁵³⁰.

Em 4 de abril de 1877 foi enviado o último mapa a respeito da frequência em Superagui⁵³¹. Aparentemente, a instrução em Superagui foi extinta nesse ano, e não houve da parte do Governo Provincial qualquer tipo de manifestação contrária à rescisão do contrato do professor do núcleo. Nessa ocasião, os próprios colonos se organizaram para requerer a restituição da instrução primária na região, sob responsabilidade de seu antigo professor, João Francisco de Sant'Anna Neves, septuagenário à época. Para isso, os lavradores clamavam a atenção do Governo Provincial à Colônia, uma vez que:

A Colonia de Superaguy, Ex^{mo} Snr, que nunca recebeu favores do Governo, que com seus proprios esforços e perseverança, já tanto abastece com os productos de sua lavoura – Café, aos mercados de Paranaguá, Morretes e Antonina, seja ao menos permitido aos abaixo firmados uma escola para facilitar-lhes a educação de seus filhos⁵³².

Pelos dados apresentados pelos colonos, no momento de sua supressão a escola de Superagui possuía 20 alunos matriculados, podendo admitir mais 33. Das famílias introduzidas por Perret Gentil, cinco subscreviam o requerimento, dessa vez assinado por William Michaud que, por sinal, pretendia matricular seus filhos na escola, tal como faziam as outras famílias de imigrantes que observamos acima. Entretanto, o redator da solicitação ao Governo Provincial era um lavrador brasileiro.

A solicitação de 1877 é renovada em 1879 e quando os colonos de Superagui solicitaram a nomeação de João Antonio Rodrigues para o cargo de professor de instrução primária da região⁵³³. De acordo com o clamor dos habitantes da região, Rodrigues

⁵²⁹ ABREU, Antonio Candido Ferreira de. *Decreto autorizando a restauração de diversas escolas de primeiras letras em Paranaguá*. Curitiba, 28 de março de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 354, p. 048-049.

⁵³⁰ ASSUMPÇÃO, Manoel Euphrasio d'. *Requerimento de João Francisco de Sant'Anna Neves*. Curitiba, 27 de outubro de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 371, p. 214-215.

⁵³¹ BAPTISTA, Antonio Manoel. *Envio de mapas das escolas de Superagui e da Ilha das Peças*. Guaraqueçaba, 4 de abril de 1877. Arquivo Público do Paraná, AP – 516, p. 93.

⁵³² BORGES, Francisco Pereira. *Pedido de criação de uma escola primária na Colônia de Superagui*. Superagui, 31 de outubro de 1877. Arquivo Público do Paraná, AP – 533, p. 029-032.

⁵³³ BITTENCOURT, Felisberto Silva. *Representação dos colonos de Superagui para a conservação da aula de primeiras letras na referida colônia*. Guaraqueçaba, 3 de junho de 1879. Arquivo Público do Paraná, AP – 568, p. 75.

fora professor durante algum tempo no núcleo e seu nome pode ser encontrado no antigo requerimento para o retorno de João Francisco de Sant'Anna Neves, evidenciando dessa forma que era um dos moradores da região. Tem início aí uma prática comum em núcleos coloniais dos oitocentos: a incumbência da instrução recair sobre um dos colonos, embora, em nosso caso, tal colono não fosse de origem estrangeira. João Antonio Rodrigues foi considerado pelo inspetor paroquial, Luís Ramos Figueira, “completamente inhabilitado” para o professorado. Entretanto, por falta absoluta de mestres que tivessem interesse em ocupar a cadeira de Superagui, o nome do colono nacional foi proposto pelo subdelegado da região⁵³⁴.

Por fim, em 1881, determinara o Presidente Provincial João Pedrosa que o inspetor paroquial contratasse por 300 mil-réis anuais o indivíduo que lhe parecesse mais habilitado ao cargo⁵³⁵. Como Luís Ramos Figueira emitira seu parecer negativo ao professor no interior do núcleo, foi obrigado a recorrer a outro indivíduo que tivesse as qualidades necessárias para o magistério. Em abril desse mesmo ano, a autoridade da região contratava um dos colonos suíços, William Michaud, como mestre de escola, uma vez que o colono havia fundado uma escola particular em janeiro desse mesmo ano. Todavia, os pagamentos devidos aos seus serviços não foram realizados após dois anos de magistério, recorrendo Michaud ao Governo Provincial para requisitar seus vencimentos⁵³⁶.

De acordo com o colono suíço, foi Luis Ramos Figueira, proprietário rural de Guaraqueçaba, quem insistiu para que assumisse o cargo de professor, contra seus temores, uma vez que Michaud, pelo fato de falar francês, pensava que confundiria seus alunos. Entretanto, a insistência do inspetor paroquial fez com que assumisse o cargo e, em pouco mais de dois anos, Michaud ministrava aulas todas as manhãs para trinta alunos. O colono suíço, no meio de seus 50 anos, reclamava da pouca atenção que recebia das autoridades de ensino, uma vez que não lhe requisitavam quaisquer relatórios e nem indicavam métodos de ensino, devendo fiar-se apenas em si próprio para o exercício da

⁵³⁴ FIGUEIRA, Luis Ramos. *Exame dos professores candidatos à cadeira de instrução primária de Superagui*. Guaraqueçaba, 20 de novembro de 1880. Arquivo Público do Paraná, AP – 610, p. 149; BITTENCOURT, Felisberto Silva. *Pedido de nomeação de João Antonio Rodrigues para a cadeira de Superagui*. Guaraqueçaba, 26 de agosto de 1880. Arquivo Público do Paraná, AP – 618, p. 243.

⁵³⁵ PEDROSA, João José. *Correspondência enviada ao Inspetor Geral de Instrução Pública*. Curitiba, 7 de março de 1881. Arquivo Público do Paraná, AP – 625, p. 219.

⁵³⁶ MICHAUD, William. *Requerimento de William Michaud para exercer a cadeira de instrução primária de Superagui*. Superagui, 20 de agosto de 1882. Arquivo Público do Paraná, AP – 677, p. 158.

instrução⁵³⁷. Luis Ramos Figueira elogiara a escola regida pelo colono de Superagui, uma vez que era apenas uma instituição particular subvencionada e não uma cadeira instituída pela Província; “com pequenos dispendios provinciais, podem ser creadas escolas com grande numero de alumnos e regidas por homens instruidos como o professor Guilherme Michaud”⁵³⁸.

De fato, sua escolha como professor foi devido a sua instrução e seu pendor para a pintura; todavia, a atividade de ensino trazia diversos aborrecimentos para o imigrante suíço. Michaud nunca teve todos os seus alunos em uma mesma aula, sendo as faltas frequentes; muitas vezes o pagamento feito pelo Governo – 300\$000 réis anuais – não era feito com regularidade⁵³⁹. Porém, o que mais incomodava o colono era a própria atividade de ensino, à qual não desejava estar empregado. Por necessitar falar português, Michaud acabava por esquecer quase toda a língua francesa e, no fundo, aceitara o cargo apenas por insistência de Luis Ramos Figueira, uma vez que era seu amigo e falava perfeitamente francês. O suíço resumia nestas palavras a situação as suas irmãs: “não creio que eu possua muita paciência para ocupar este emprego, pois você sabe que é necessária paciência para ensinar as crianças e repetir cem vezes a mesma coisa; não sei como os mestres de escola ao fim não se tornam bichos”⁵⁴⁰. O desânimo de Michaud com seu novo emprego nos faz conjecturar sobre a natureza da escola por ele mantida anteriormente ao acordo com a Inspetoria de Instrução Pública. Parece-nos que tal ‘escola’ era dedicada exclusivamente aos seus filhos, aos quais lecionava durante a noite⁵⁴¹. Por esta época, William Michaud tinha nove filhos, e os quatro mais novos possuíam entre 17 e 8 anos, corroborando a necessidade de instrução à própria família⁵⁴².

Enfim, os auxílios governamentais às colônias fundadas durante o período do Império, tão comuns em grande parte dos empreendimentos, no caso de Superagui, resumiram-se à contratação de um professor de primeiras letras. Outras inversões não foram aventadas, e mesmo requisições nesse sentido por parte dos colonos não existi-

⁵³⁷ MICHAUD, William; LAMBERT, Françoise. Ma chère soeur [Emma] Superaguy, le 1^{er} décembre 1883. *William Michaud [(1829-1902)]: lettres, dessins et aquarelles d'un émigrant vaudois au Brésil*. Vevey: Musée historique, 2002, p. 55.

⁵³⁸ FIGUEIRA, Luis Ramos. *Envio do mapa trimestral da escola de Superagui*. Guaraqueçaba, 14 de janeiro de 1884. Arquivo Público do Paraná, AP – 708, p. 143.

⁵³⁹ MICHAUD, William *et al.* Chère soeur [Emma] 20 mai 1884. Op. Cit., p. 59.

⁵⁴⁰ “je ne me croyais pas posséder assez de patience pour occuper cet emploi, car tu sais qu’il en faut de la patience pour enseigner des enfants et répéter cent fois la même chose; ne ne sais pas comme les maîtres d’école à la fin ne deviennent pas de bêtes” MICHAUD, William. Chère soeur [Nancy] 25 août 1885. Op. Cit., p. 64.

⁵⁴¹ MICHAUD, William *et al.* Chère soeur [Nancy] Superaguy, 28 décembre 1884. Op. Cit., p. 63.

⁵⁴² MICHAUD, William *et al.* Ma chère soeur [Emma] Superaguy, le 1^{er} décembre 1883. Op. Cit., p. 56.

ram. Porém, durante a década de 1870, ocasião dos problemas na instrução em Supera-gui, os núcleos coloniais fundados nos decênios anteriores foram considerados fracassos completos, decidindo-se por outras formas de instalação de imigrantes europeus. Entretanto, nem esses novos empreendimentos resistiram aos problemas enfrentados pelo programa de colonização que, afinal, foi suspenso durante alguns anos.

4.4 Uma colonização centrípeta: o cinturão verde de Curitiba

Os problemas enfrentados pelos diferentes empreendimentos coloniais, relacionados principalmente às dificuldades de seu desenvolvimento econômico, tal como Supera-gui, refletem-se nos projetos coloniais encampados pelo Governo Provincial e Imperial, que demandaram modificações em fins da década de 1860 e início de 1870. Um dos presidentes provinciais de então chegara a afirmar que a existência da Colônia Thereza como núcleo promovido pelo Estado era “completamente inútil”⁵⁴³. De fato, a localidade perderia seu estatuto de empreendimento colonial em 11 de abril de 1871, não sendo considerada mais uma colônia, mas sim uma freguesia de Guarapuava, sob a denominação de Theresina, por decisão da Assembléia Provincial⁵⁴⁴.

Quanto a Assungui, embora grande parte dos Presidentes Provinciais ainda depositasse suas confianças numa futura prosperidade do núcleo, reconheciam que a colônia enfrentava diversos problemas com relação ao estabelecimento dos colonos. Desde 1869 há registro de recusa por parte de imigrantes estacionados na Capital em seguirem para Assungui, conforme os desígnios do Governo Imperial⁵⁴⁵. Tal situação repetiu-se em 1873 com centenas de imigrantes ingleses⁵⁴⁶. Era reconhecido o desperdício em enviar colonos para regiões tão ermas das quais não poderiam levar a lugar algum os frutos de seus trabalhos, sendo necessário o emprego do pessoal engajado no núcleo na

⁵⁴³ PARANÁ. *Relatorio apresentado ao Excelentissimo Senhor Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo Excelentissimo Ex-Presidente Dr. Antonio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Parana*. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1869, p. 16.

⁵⁴⁴ ABREU, Antonio Candido Ferreira de Abreu. *Decreto que eleva a colônia Thereza à categoria de freguesia*. Curitiba, 11 de abril de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 356, p. 048-049.

⁵⁴⁵ PARANÁ. *Op. Cit.*, p. 16.

⁵⁴⁶ LAMB, Robert Edgar. *Uma Jornada Civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994, p. 12.

abertura da estrada em direção a Curitiba, vista como a única alternativa para que o empreendimento iniciado em 1860 começasse a apresentar bons resultados agrícolas⁵⁴⁷.

A percepção de quão dispendiosos e sem possibilidades de retorno do investimento mostravam-se os únicos empreendimentos coloniais mantidos pelo Estado, principalmente em função de sua localização remota, demandou do Governo Provincial um novo projeto para acolher os imigrantes enviados pelo Governo Imperial. Nesse sentido, iniciam-se os empreendimentos coloniais nas cercanias dos centros urbanos, mais especificamente Curitiba, há mais de uma década e meia ponto de atração dos alemães remigrados de Dona Francisca. Tal projeto seria atribuído principalmente a um Presidente de Província de meados da década de 1870, Adolfo Lamenha Lins⁵⁴⁸; contudo, tivera início anteriormente, não só pela ocupação da região por colonos *remigrantes*, mas também por ordem do próprio Governo Imperial. Em novembro de 1868, por iniciativa do Vice-Cônsul do Brasil em Marselha, foram remetidos para Antonina 90 colonos argelinos de origem francesa⁵⁴⁹. Em fevereiro de 1869, os franceses argelinos estabeleciam-se em Curitiba, sendo então fundada a Colônia Argelina nas imediações do atual bairro do Bacacheri⁵⁵⁰.

Ao contrário do estabelecimento ‘espontâneo’ dos alemães e daquele subvencionado aos americanos, a Colônia Argelina gerou opiniões desfavoráveis nas autoridades responsáveis pela colonização. O tesoureiro provincial afirmara que os franceses não se dedicavam a “qualquer mister de utilidade geral, empregando aliás o melhor de seu tempo em caçadas e pescas [...] nada tem com elles a lucrar a causa da colonização”⁵⁵¹. Às impressões negativas somava-se o fato das 36 famílias estabelecidas no núcleo – do contingente original de 90 colonos – terem em sua totalidade abandonado o empreendimento, restando apenas três ou quatro que pouco se dedicavam à agricultura. Por isso, os colonos franceses/argelinos passaram a ser considerados “inúteis” e “ina-

⁵⁴⁷ PARANÁ. *Relatorio apresentado ao Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo Ex^{mo} Sr. Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Parana*. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1871, p. 23.

⁵⁴⁸ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 163; NADALIN, Sergio Odilon. *Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001, p. 76; SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 101.

⁵⁴⁹ SARAIVA, A. P. *Partida de 90 colonos de Marselha com destino a Antonina*. Marselha, 15 de novembro de 1868. Arquivo Público do Paraná, AP – 291, p. 358.

⁵⁵⁰ PARANÁ. *Relatorio apresentado ao Excelentissimo Senhor Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo Excelentissimo Ex-Presidente Dr. Antonio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Parana*. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1869, p. 13.

⁵⁵¹ BHERING, Lucas Antonio Ribeiro. *Recomendação para não serem feitos embaraços à retirada dos colonos argelinos*. Curitiba, 10 de maio de 1870. Arquivo Público do Paraná, AP – 335, p. 103.

proveitáveis”, recomendando o tesoureiro provincial que fosse interrompido sua imigração à região. No entanto, os terrenos escolhidos para a formação da colônia eram impróprios para o cultivo de cereais como o centeio, então realizado pelos alemães em Curitiba, explicando-se assim os abandonos⁵⁵².

Aos alemães estabelecidos no rocio da capital durante as décadas de 1850 e 1860, oriundos das colônias particulares fundadas em Santa Catarina, somaram-se outros colonos procedentes da mesma Província. Em 1870, *remigrantes* teutos requisitaram glebas à Presidência da Província para se estabelecer, decidindo o Presidente instalá-los na região do Pilarzinho, na qual já haviam se estabelecido 200 imigrantes teutônicos oriundos de Dona Francisca. Somente a partir da década de 1870 que o Governo Provincial incentivaria a povoação dessas terras pelos *remigrantes* de Santa Catarina, vendendo-lhes lotes para a instalação de diversas famílias e auxílios para o pagamento da passagem interprovincial⁵⁵³. Para isso, contou a Província com o crédito de 10 contos de réis para a colonização dos terrenos da Câmara Municipal de Curitiba, provenientes da Lei N° 243, de 20 de abril de 1870⁵⁵⁴. No ano de 1870 era a fundada a Colônia do Pilarzinho, a três quilômetros de distância de Curitiba⁵⁵⁵. É a partir da fundação do Pilarzinho que o Governo Provincial passou a subvencionar as passagens de colonos estacionados em Santa Catarina que desejassem se instalar em Curitiba, que geralmente atendiam a pouquíssimas pessoas⁵⁵⁶.

Por essa época, iniciou-se a imigração do principal contingente de colonos europeus estabelecidos no Paraná: os poloneses. Em fins da década de 1860, Sebastião Saparoski angariara 16 famílias originárias da aldeia silesiana de Siolkowice, para residir em Santa Catarina. As razões para emigração deviam-se principalmente às pressões encontradas pelos poloneses em seus territórios sob administração prussiana, redundando em recrutamentos forçados e pauperização do campesinato em função de reformas na

⁵⁵² SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Op. Cit., p. 115.

⁵⁵³ PARANÁ. *Relatorio apresentado ao Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo Ex^{mo} Sr. Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Parana*. Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1871, p. 20.

⁵⁵⁴ RIBAS, Joaquim de Sá. *Despesas para promover a colonização espontânea no município de Curitiba*. Curitiba, 16 de janeiro de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 350, p. 230.

⁵⁵⁵ BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Op. Cit., p. 164.

⁵⁵⁶ Individualmente, cada colono gastaria por volta 21\$000 réis para se deslocar do litoral catarinense até alcançar Curitiba, dos quais 12\$000 réis eram provenientes da passagem marítima. GUIMARÃES, Manoel Antonio. *Quantias pagas pela passagem de colonos no vapor São Francisco*. Paranaguá, 11 de julho de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 361, p. 83; ROBERT, Rudolfo e outros. *Pedido de restituição de despesas do transporte de Santa Catarina até o Paraná*. Curitiba, 12 de agosto de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 370, p. 220-221

estrutura agrária⁵⁵⁷. Em 1871, Saparoski requisitara junto ao Governo do Paraná o transporte de alguns de seus compatriotas já estabelecidos em Santa Catarina para a referida Província, com passagens custeadas pela mesma. Neste ano, 78 colonos passam a residir no Pilarzinho, fixando-se, dessa forma, o grupo pioneiro polonês⁵⁵⁸. No ano de 1873, 64 famílias polonesas se estabeleceram nas terras da Camara Municipal de Curitiba formando a Colônia Abranches⁵⁵⁹, em 1875 foi fundada a Colônia de Santa Candida e, em 1876, as colônias de Santo Inácio e Orleans, com contingente majoritariamente polonês⁵⁶⁰. Em 1878, havia aproximadamente 4.200 colonos estabelecidos nos núcleos criados nas redondezas de Curitiba, destes 3.795 eram de origem polonesa, por volta de 89% do contingente colonial da região⁵⁶¹.

De fato, boa parte dessa iniciativa deveu-se ao Presidente Lamenha Lins que, embora não tenha iniciado o programa de colonização na área de Curitiba, foi quem definiu os pressupostos desta política e fundou oito núcleos no perímetro urbano durante a sua administração⁵⁶². O Presidente Provincial defendia tal prática em detrimento da expedição de colonos para territórios ermos do Império, como a própria Colônia Assungui, uma vez que seu estabelecimento nas proximidades de um grande centro seria menos oneroso e os imigrantes conseguiriam mercado acessível a sua produção⁵⁶³. Para Lamenha Lins, a Colônia de Assungui era um dispêndio do qual não houve a menor possibilidade de retorno até então, consumindo em 16 anos mais de 900 contos para a sua manutenção e construção de sua estrada⁵⁶⁴. Sua única salvação seria o maior fornecimento de lotes a lavradores nacionais, mais habituados às asperezas dos sertões.

⁵⁵⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1981, p. 36-37.

⁵⁵⁸ PARANÁ. *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa abriu a 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Parana no dia 15 de fevereiro de 1872*. Curitiba: Typographia da Viuva e Filhos de C. M. Lopes, 1872, p. 64.

⁵⁵⁹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Abranches: paróquia da imigração polonesa – Um estudo de História Demográfica*. 107 p. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1974, p. 13-14.

⁵⁶⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1981, p. 41.

⁵⁶¹ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Op. Cit., p. 108-115.

⁵⁶² PARANÁ. *Relatorio apresentado à Assemblèa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo Presidente da Provincia o Excelentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Typ. Da Viuva Lopes, 1877, p. 93-95.

⁵⁶³ _____. *Relatorio apresentado à Assemblèa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Provincia o Excelentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Typ. Da Viuva Lopes, 1876, p. 79.

⁵⁶⁴ Ibidem, p. 82.

A autoridade provincial jactava-se dos prováveis sucessos de sua política imigratória, adotada pelo Governo Imperial⁵⁶⁵. Entretanto, a criação de novas colônias nas cercanias estava sendo limitada pela pouca disponibilidade de terras na circunscrição de Curitiba, em sua grande maioria de propriedade particular. Para formar os novos núcleos, a Província comprou terras ao valor de 9 réis a braça quadrada, recomendando-se a compra de terrenos próximos a outros municípios para o estabelecimento dos colonos enviados pelo Governo Imperial⁵⁶⁶. A compra de terras particulares para estabelecer imigrantes seguia uma antiga prática governamental, que foi efetivada pela primeira vez em 1855, com a compra de uma chácara para estabelecimento de colonos chineses⁵⁶⁷. Todavia, a comercialização de tais terrenos tinha implicações políticas. Muitos dos vendedores de terras eram correligionários do Governo, satisfeitos com a situação política de orientação conservadora de Lamenha Lins, franqueando-lhe terras a preços módicos e sem embaraços⁵⁶⁸.

Antes mesmo que fosse atendida a recomendação de Lamenha Lins para a organização de colônias próximas a centros urbanos periféricos, como no litoral, agentes particulares se incumbiam da fundação de novos núcleos. O primeiro deles foi o italiano Sabino Tripoti, que em 1871 fizera um acordo com o Império para remeter 200 famílias de colonos à região entre Paranaguá e Morretes, fundando aí a colônia Alexandra⁵⁶⁹. Porém, a empresa encontrara problemas em sua execução, remetendo o empresário italiano apenas 50 famílias para a região ao invés do estipulado originalmente, e várias destas abandonaram o empreendimento. As dificuldades no estabelecimento se tornaram patentes e Tripoti é acusado de ser negligente com os colonos, sendo considerado apenas um empresário imigrantista com o afã de acumular os benefícios fornecidos pelo Governo com o maior número de colonos que fosse capaz de introduzir. O contrato feito com o Governo Imperial é rompido e, em face das dificuldades encontradas na colônia

⁵⁶⁵ PETRONE, Maria Thereza Schorer. Imigração Assalariada. In: HOLLANDA, Sérgio Buraque (org.) Op. Cit., p. 293.

⁵⁶⁶ PARANÁ. *Relatorio apresentado à Assemblèa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo Presidente da Província o Excelentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Typ. Da Viuva Lopes, 1877, p. 90.

⁵⁶⁷ _____. *Relatorio apresentado a Assemblèa Legislativa Provincial do Paraná no dia 1º de Março de 1856 pelo vice-presidente em exercício Henrique de Beaurepaire Rohan*. Curitiba: Typ. Candido Lopes, 1856, p.48. Os referidos colonos chineses nunca chegaram a ser remetidos ao Paraná.

⁵⁶⁸ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos Vencedores: genealogia, classe e dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001, p. 214.

⁵⁶⁹ RIBAS, Joaquim L. *Sobre o contrato firmado entre Sabino Tripoti e o Governo Provincial*. Curitiba, 7 de outubro de 1873. Arquivo Público do Paraná, AP – 419, p. 118-120.

Alexandra, o Governo Provincial decide por fundar o núcleo Nova Itália em Morretes, para resolver parcialmente os problemas encontrados pelos imigrantes italianos⁵⁷⁰.

Em 1874, a Lei N° 369 autorizava a Província do Paraná a fornecer benefícios àqueles que desejassem trazer imigrantes por suas expensas, concedendo a tais companhias de imigração até 20\$000 réis de subvenção por colono estabelecido em núcleo colonial e que aí permanecesse no prazo mínimo de seis meses⁵⁷¹. A única firma a aproveitar-se desses benefícios seria a Pereira Alves Bendaszsky & Cia, que introduzira diversos imigrantes em duas colônias sob seus cuidados, existentes na cidade de Paranaguá: os núcleos Euphrazina e Pereira⁵⁷². A companhia em questão chegou a introduzir em apenas uma oportunidade 194 imigrantes⁵⁷³, porém, em 1877, o Governo Imperial decide romper o contrato que tinha com os empresários parnanguaras, acarretando diversos prejuízos à companhia, podendo contar desde então apenas com os recursos provenientes da Província⁵⁷⁴. De acordo com a firma Pereira Alves Bendaszsky, os dois núcleos criados as suas expensas ficaram quase abandonados em função das deserções dos colonos⁵⁷⁵. Ambos os empreendimentos no litoral eram promovidos por companhias particulares coadjuvadas pelo poder público. Se Perret Gentil estivesse vivo e residente em Superagui na década de 1870, talvez pudesse obter alguns auxílios para si. No fundo, o antigo cônsul contava com administrações provinciais pouco dispostas a subsidiar núcleos coloniais.

Por fim, outra tentativa de colonização acabaria por favorecer a percepção de que os empreendimentos coloniais eram caros e sem qualquer probabilidade de sucesso: a colonização dos Campos Gerais pelos Alemães do Volga que, de certa forma, marcou a ‘extinção’ do programa de criação de núcleos coloniais sob exclusiva tutela do Governo. Em setembro de 1877, o Paraná recebia os primeiros colonos da Rússia, cuja emigração foi devida à possibilidade de recrutamento militar pelo Governo Czarista, por

⁵⁷⁰ BALHANA, Altiva Pilatti. *Santa Felicidade: uma paróquia vêneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1978, p. 25-26.

⁵⁷¹ PARANÁ. Lei N° 369, de 7 de março de 1874. Decreto da Assembléia Legislativa Provincial referente à introdução de imigrantes. Arquivo Público do Paraná, AP – 434, p. 181-182.

⁵⁷² PARANÁ. *Relatorio apresentado à Assemblêa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Provincia o Excelentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Typ. Da Viuva Lopes, 1876, p. 90-93.

⁵⁷³ BENDANZESKY, Pereira Alves e Cia. *Relação dos colonos introduzidos pela Companhia Pereira Alves Bendaszsky*. Paranaguá, 5 de janeiro de 1877. Arquivo Público do Paraná, AP – 512, p. 252-256.

⁵⁷⁴ _____. *Informe sobre o rompimento do contrato realizado com o Império e providências a respeito*. Paranaguá, 14 de maio de 1877. Arquivo Público do Paraná, AP – 518, p. 184.

⁵⁷⁵ PARANÁ. *Relatorio com que o Excelentissimo Senhor Presidente Bento Joaquim de Oliveira Junior passou a administração da Provincia ao 1° Vice-Presidente o Excelentissimo Senhor Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá em 7 de fevereiro de 1878*. Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1878, p. 44.

essa época em guerra com o Império Otomano. O Governo Provincial procedeu à mesma estratégia empregada em Curitiba: a compra de terrenos de particulares para loteá-los entre os colonos estrangeiros. Entretanto, em função dos atrasos e talvez da inadequação com os trabalhos na região, os imigrantes demandaram o porto de Paranaguá para obter a repatriação. Apenas em 1878 saíram da Província pelo mar 1.960 colonos russos⁵⁷⁶. Assim como no caso dos colonos argelinos, os russos-alemães conseguiram meios de subsistência não no cultivo de terras, conforme o desejado pelas autoridades, mas sim pelo do transporte da erva-mate, justamente a atividade objeto de críticas de boa parte da elite paranaense⁵⁷⁷. O processo de compra de terras seguia o padrão usado por Lamenha Lins, adquirindo-as de correligionários mais próximos ao Governo. Na época da transferência dos alemães do Volga, o Presidente Provincial era Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, implementando entre seus correligionários dos Campos Gerais a mesma política de Lamenha Lins para Curitiba, sendo um dos beneficiários da venda de terras, inclusive, seu irmão José Marcondes⁵⁷⁸.

O insucesso da colonização recaiu, obviamente, sobre a índole dos imigrantes, considerados pelos Presidentes de Província como ‘ignorantes’, ‘teimosos’, ‘indolentes’ e ‘invejosos’⁵⁷⁹. Em função destes problemas, bem como a percepção de quão onerosos os empreendimentos coloniais foram e continuavam sendo, decidiu-se pela emancipação de todas as colônias sob tutela da Província, cessando-se os auxílios fornecidos⁵⁸⁰. Tal iniciativa tinha em si alguns ecos de uma política nacional. O gabinete liberal instaurado a partir de 1878 decidiu por conter diversos gastos, entre estes os dedicados à colonização de europeus, emancipando, dessa forma, várias colônias e suspendendo contratos para imigração, medida de austeridade efetivada até 1881⁵⁸¹.

⁵⁷⁶ BALHANA, Altiva Pilatti *et al.* Op. Cit., p. 170-176.

⁵⁷⁷ Ibidem, p. 178.

⁵⁷⁸ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Op. Cit., p. 215.

⁵⁷⁹ O Presidente Rodrigo Octavio afirmara que os colonos russos eram mal vistos pela Inspetoria Geral de Colonização, que o desaconselhara a empregar tal gente nas grandes propriedades paulistas, admitindo que ficou estupefato ao saber que mais de dois mil russos encontravam-se no Paraná. Cf. BALHANA, Altiva Pilatti *et al.* Op. Cit., 179.

⁵⁸⁰ BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória no Paraná. In: *Um Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002 p. 369-370.

⁵⁸¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Colonizar para Atrair: A Montagem da Estrutura Imperial de Colonização no Rio Grande do Sul (1845-1880)*. 165 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1996, p. 119.

4.5 À guisa da conclusão

José Candido da Silva Muricy, médico vacinador provincial nomeado por Zacarias, redigiu em 1867 um esboço geográfico da Província do Paraná com o intuito de demonstrar suas potencialidades para atrair a imigração americana, então estimulada. Nesse trabalho, defendera a colonização das terras da freguesia de Guaraqueçaba, uma vez que seus terrenos eram férteis e devolutos, notando que já havia aí a Colônia de Superagui, na qual os colonos nacionais e estrangeiros “tem tirado grande proveito da plantação do café à que com especialidade se dedicação”⁵⁸². Outra personalidade que acompanhamos no decorrer desta narrativa, Domingos Affonso Coelho, emitiria igualmente suas opiniões sobre o estado de Superagui. À frente de uma comissão designada para averiguar a situação da lavoura no litoral paranaense, o antigo subdelegado de Guaraqueçaba notara que a região sofria uma suposta carência de braços e terrenos mal aproveitados. No que tange ao núcleo parnanguara, cuja localidade recebeu seus pequenos préstimos, reconhecia que seus habitantes plantavam todo tipo de gênero, desde café até alguns legumes. No entanto:

Não pode ser qualificado como lisongeiro o estado em que se acha actualmente esta colônia, devido sem duvida não só ao falecimento do infatigavel e zeloso empresario, á cuja tenacidade unicamente se deve a sua fundação, como tambem á circunstancia de não ter sido ella até hoje auxiliada quer pelos cofres geraes quer pelos provinciais. Sem uma direcção energica e intelligente capaz de imprimir a este importante nucleo colonial o movimento de que precisa para attingir o necessario desenvolvimento, não é licito esperar muito de seu futuro, principalmente sem os necessarios auxilios por parte do governo⁵⁸³

As opiniões emitidas pelo fazendeiro escravocrata do Varadouro e do vacinador provincial refletem a totalidade das informações esparsas a respeito de Superagui: uma colônia marcada pela produção de café, mas que se encontrava em estado de abandono.

Os Presidentes Provinciais, por sua vez, durante a década de 1870, na qual são dados novos ímpetus à colonização, fornecem-nos considerações sobre Superagui semelhantes às descrições do parágrafo acima. Destacam o papel do núcleo parnanguara como produtor de café, mas denotam a decadência passada pela colônia nos dias de então. Seria o Presidente Lamenha Lins quem despenderia mais tempo com uma descrição

⁵⁸² MURICY, João Candido da Silva. *Descrição geral da Província do Paraná*. Curitiba, 11 de agosto de 1867. Arquivo Público do Paraná, AP – 263, p. 167-175.

⁵⁸³ COELHO, Domingos Affonso et al. *Relatório sobre o estado da lavoura da Comarca de Paranaguá*. Paranaguá, 15 de novembro de 1872. Arquivo Público do Paraná, AP – 390, p. 53-68.

pormenorizada do núcleo colonial, discriminando todas as suas qualidades, como terrenos próprios para a cultura dos gêneros tropicais e uma produção de café demandada em todo litoral. Contudo, o presidente provincial não deixaria de denotar o estado do núcleo durante a década de 1870, principalmente em função da ausência de seu antigo fundador:

Sem favores dos cofres publicos, e só alimentada pela combinação de uma empresa bem dirigida, fundou-se e subsiste esta colonia para provar a possibilidade da immigração espontanea e as vantagens da colonisação nacional. Desde que faltou a intelligente direcção de seu fundador esta colonia não tem prosperado como outr'ora⁵⁸⁴

Num momento em que se incentivava a colonização em áreas próximas de centros urbanos, auxílios pecuniários quaisquer para uma região como Superagui não eram sequer mencionados, por mais que se reconhecesse seu estado ‘decadente’, uma vez que sua colonização havia atraído poucos colonos e nem existia uma direção disposta a albergar novos partícipes. Enfim, um projeto do qual as autoridades provinciais de então apenas lamentavam o que se sucedera, e cuja principal razão residia na ausência de seu fundador, explicação corrente para o pouco desenvolvimento de Superagui⁵⁸⁵.

Seria a ausência de Perret Gentil o determinante de outra característica do núcleo que havia fundado: a indefinição da propriedade de terra no interior do núcleo, tanto entre os colonos estrangeiros como entre os nacionais. Como vimos, apenas dois imigrantes obtiveram da administração colonial títulos sobre seus lotes. Os nacionais das cercanias ao menos puderam regularizar seus terrenos por ocasião do registro paroquial de 1856, inclusive alguns inscritos nos domínios de Perret Gentil. Aos colonos introduzidos pelo antigo cônsul e que não lograram quitar seus débitos em tempo, bem como os nacionais no interior de Superagui, a propriedade *stricto sensu* lhes era então indefinida.

No entanto, a ausência da propriedade da terra talvez não obstasse a vida dos indivíduos que permaneceram em Superagui, embora sua falta pudesse lhe causar certas preocupações⁵⁸⁶. Tomando um exemplo afastado no tempo e no espaço a respeito de uma estrutura social calcada nas formas de acesso a terra, a comunidade italiana de Santena nos apresenta elementos que podem nos auxiliar a tecer algumas considerações. No

⁵⁸⁴ PARANÁ. *Relatorio apresentado à Assemblèa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Provincia o Excelentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins*. Curitiba: Typ. Da Viuva Lopes, 1876, p. 86.

⁵⁸⁵ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Op. Cit., p. 124.

⁵⁸⁶ A pouca importância dada à propriedade legal da terra faz parte do universo do campesinato caíçara, categoria na qual estavam inscritos os colonos de Superagui. Cf. MARCILIO, Maria Luiza. Op. Cit., p. 50.

caso da comunidade italiana, de características camponesas, observou-se que os agricultores mais ricos não eram os proprietários de terras, mas sim os arrendatários, que recebiam lotes em forma de colônia dos nobres locais⁵⁸⁷, a exemplo dos colonos de Superagui, que cultivavam as terras cedidas por Perret Gentil. Entretanto, para estes arrendatários italianos, os contratos com os nobres poderiam ser desfeitos, e as dificuldades provenientes dessa insegurança traduziam-se na aquisição de parcelas de terras na região, muitas vezes descontínuas.

No caso de Superagui, uma vez que o administrador do núcleo havia se tornado definitivamente um proprietário absenteísta, o risco de os imigrantes perderem suas terras em função dos desígnios de seu detentor por direito era mínimo. Tais colonos não tinham, como os arrendatários de Santena, a necessidade de estratégias sociais para se precaver da imprevisibilidade da situação econômica ou social na qual estavam inseridos por ocasião da expulsão das terras por eles arrendadas⁵⁸⁸. Eram necessárias para esses indivíduos a previsibilidade e a segurança do porvir, em função da instabilidade do acesso aos meios produtivos. Para Superagui, a ausência de uma administração imprimia permanência das condições originais às quais os colonos estavam submetidos. Entretanto, em determinado momento, os colonos suíços – e brasileiros – instalados no litoral do Paraná tiveram necessidade de maior previsibilidade de sua posição como pequenos agricultores, voltando-se principalmente para a garantia da propriedade de sua terra, em detrimento do direito de propriedade por compra do antigo cônsul suíço.

É exatamente a isso que os colonos de Superagui iriam proceder para garantir a segurança de sua situação, mas de maneira tímida e com poucas condições de consecução de seus objetivos. Em fins de 1880, Alfredo Munhoz, inspetor da tesouraria provincial, foi procurado pelo juiz comissário de Antonina, que pedia seu posicionamento sobre os requerimentos de diversos colonos de Superagui para legitimação de seus terrenos. Uma vez que seu antigo fundador, Carlos Perret Gentil, havia lhes aforado e até o momento não havia aparecido qualquer herdeiro que reclamasse a propriedade, os colonos requisitavam do Estado a apropriação da região, para que, enfim, suas glebas pudessem ser legitimadas. As terras poderiam ser vendidas ou aforadas pelo Governo Provincial, de acordo com o contrato pré existente no local; todavia, o inspetor declarara: “Não

⁵⁸⁷ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 95.

⁵⁸⁸ Ibidem, p. 104.

tem, pois, a meu ver, lugar algum a legitimação requerida”⁵⁸⁹. Num período em que o tanto o Governo Provincial quanto Imperial tratavam de livrar-se dos empreendimentos sob sua tutela, a aquisição de uma colônia conhecida pelo seu fracasso era pouco recomendável, por mais nobres que fossem os motivos.

Paralelamente a tais ocorrências, durante as décadas de 1870 e 1880, os colonos de Superagui passaram a ser conhecidos por outro produto além do café: o vinho. No período em questão, o café ainda possuía a primazia do gênero comercializado pela população da península, conforme atestam os comentários coligidos no início deste subitem. As sacas de café produzidas chegaram a ser utilizadas, inclusive, como souvenirs do Brasil por aqueles imigrantes que ainda tinham contato com seus familiares residentes na Suíça. O colono William Michaud seguiu o administrador da colônia, Louis Durieu, remetendo as suas irmãs por volta de dez quilos de café em certa oportunidade⁵⁹⁰, prática repetida nos anos seguintes. Por vezes, o envio de café à Suíça era obstado por uma safra ruim ou pelo alto preço atingido pelo artigo em Paranaguá⁵⁹¹.

Mas é pelo vinho que antiga colônia parnanguara tornar-se-ia reconhecida em seus últimos anos pelos próprios Presidentes de Província, cujas informações indicavam a comercialização do artigo na capital paranaense⁵⁹². Dos colonos suíços de Superagui, quem se destacou mais na produção vinhateira foi o alsaciano Johann Migwelt Sigwalt, cuja produção anual montava entre 15 a 30 pipas por ano, enquanto outros poucos moradores da região que se dedicavam as vinhas produziam em média 2 a 8 pipas⁵⁹³. Sigwalt conseguia comercializar cada pipa produzida pelo valor de 200\$000 réis, orgulhando-se, inclusive, da introdução da cultura da vinha não apenas em Superagui como em toda a Província do Paraná⁵⁹⁴. William Michaud, que também procedia à vinicultura, argumentava com seus parentes na Suíça que a bebida da península parnanguara era melhor que aquela produzida em sua cidade natal, Vevey. Porém, por mais que o “vinho

⁵⁸⁹ MUNHOZ, Alfredo. *Comunica requerimento dos colonos de Superagui solicitando legitimação das terras que ocupam*. Curitiba, 21 de agosto de 1880. Arquivo Público do Paraná, AP – 604, p. 181.

⁵⁹⁰ MICHAUD, William; LAMBERT, Françoise Chère soeur [Nancy] Superaguy, 28 décembre 1884. *William Michaud [(1829-1902)]: lettres, dessins et aquarelles d'un émigrant vaudois au Brésil*. Vevey: Musée historique, 2002, p. 63.

⁵⁹¹ . Ma chère Nancy. Superaguy, 4 décembre 1890. Op. Cit., p. 82.

⁵⁹² PARANÁ. *Relatorio com que o Exm. Snr. Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes passou a administração da Provincia ao primeiro Vice-Presidente Exmº. Snr. Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. No dia 31 de Março de 1879*. Curitiba: Typographia Perseverança, 1879, p. 69.

⁵⁹³ Mappa Estatístico do núcleo de imigração de Superaguy, em terrenos pertencentes á sucessão – Ch. Perret Gentil. *A Imigração – Orgão da Sociedade Central de Imigração*. Rio de Janeiro, Anno III, Boletim nº 27, dezembro 1886, p. 6-8.

⁵⁹⁴ Sociedade Central de Imigração – Sessão da Directoria em 18 de novembro de 1886 – Presidencia do Sr. Senador Alfredo D’Escragnolle de Taunay. *A Imigração – Orgão da Sociedade Central de Imigração*. Rio de Janeiro, Anno III, Boletim nº 27, dezembro 1886, p. 3.

de Superagui” – tal como era chamado – gozasse de prestígio entre as autoridades provinciais, era pouco admirado entre os habitantes de Paranaguá, não sendo famoso e azeitando facilmente. De acordo com Michaud, os nacionais das cercanias preferiam o vinho português em detrimento daquele produzido na região de Superagui⁵⁹⁵.

Mesmo havendo tal produção, as atividades agrícolas em Superagui eram pontuadas por inúmeras dificuldades, principalmente em função das intempéries da região. Por ocasião de tempestades, os ventos fortes quebravam as bananeiras dos agricultores, lhes derrubavam suas plantações de milho e lançavam ao chão suas videiras⁵⁹⁶. Em função das chuvas, a plantação mais prejudicada talvez fosse a de arroz. Por causa da pluviosidade, intensa durante alguns meses do ano, tornava-se impossível para os agricultores queimar os terrenos para preparar o solo para a plantação⁵⁹⁷, bem como era o mesmo tempo torrencial que impedia a colheita do cereal⁵⁹⁸. Por vezes, a chuva destruía quase todas as plantações de arroz dos colonos de Superagui, salvando-se muito pouco durante a colheita⁵⁹⁹. Michaud definia a sazonalidade das atividades rurais na península parnanguara nestes termos: “O inconveniente neste país é que a metade do ano é chuvosa, durante este tempo, não podemos fazer nada fora e é necessário ter bastante paciência e suportar a vida tal como ela é, intercalada de bem e mal, mas eu creio que de mais mal do que bem, por isto é necessário ser dotado de uma certa dose de filosofia”⁶⁰⁰.

Mesmo o cultivo do café tornava-se obstado pelas condições da localidade. A quantidade de cerejas de café obtidas era intermitente de um ano a outro, podendo muitas vezes os colonos contar apenas com uma colheita pobre, em função do mal tempo na região⁶⁰¹. Essa baixa produtividade devia-se às características do cultivo em Superagui, como o próprio sistema de derrubada-queimada, uma vez que os colonos deviam sempre dispor de terras ocupadas por florestas virgens. Por essa época, Michaud observara que tal sistema de arroteamento de terras era ruinoso para o solo, que não recebia qualquer tipo de benefício químico para recuperar sua fertilidade original. Como um empecilho a mais, os cafeeiros também eram plantados em terrenos inclinados, geralmente

⁵⁹⁵ MICHAUD, William *et al.* Ma chère Nancy. Superagui, 4 décembre 1890. Op. Cit., p. 83.

⁵⁹⁶ _____ Chère soeur [Nancy] Superagui, 28 décembre 1884. Op. Cit., p. 62.

⁵⁹⁷ _____ Ma chère souer [Emma] Superagui, le 1^{er} décembre 1883. Op. Cit., p. 56.

⁵⁹⁸ _____ Chère souer [Emma] 20 mai 1884. Op. Cit., p. 58.

⁵⁹⁹ _____ Ma chère Nancy. Superagui, 28 juin 1895. Op. Cit., p. 98.

⁶⁰⁰ “Le désagrément dans ce pays est que la moitié de l’année est pluvieuse, durant ce temps l’on ne peut rien faire dehors et il faut avoir beaucoup de patience et supporter la vie telle qu’elle est, entremêlée de bien et de mal, mais je crois de plus de mal que de bien, pour cela il faut être doué d’une certaine dose de philosophie”, _____ Chère souer [Emma] 20 mai 1884. Op. Cit., p. 59.

⁶⁰¹ _____ Chère Nancy. Superagui, 30 juin 1890. Op. Cit., p. 78; Monsieur Padrez. Superagui, 19 août 1895. Op. Cit., p. 99.

acidentados e com diversas rochas e troncos entre a plantação⁶⁰². As chuvas não só tendiam a prejudicar a colheita final como o próprio sabor do café, preferindo algumas vezes os colonos consumir chimarrão ao fruto de seus cafeeiros⁶⁰³.

Se diversas personalidades coetâneas ao desenvolvimento de Superagui consideravam a colônia como um empreendimento fracassado e repleto de dificuldades, embora fosse pontuada por alguma produtividade agrícola, é de se perguntar qual era a interpretação que os próprios colonos tiveram sobre sua trajetória individual e da experiência de terem imigrado. Os problemas na atividade agrícola na região, conforme pudemos apontar acima, talvez explicassem a percepção negativa entre o contingente imigrante de sua própria condição. Apenas um dos colonos suíços de Superagui deixou testemunho relativo às suas opiniões com relação à imigração e sobre os aspectos da vida em Superagui, William Michaud, por isso nos deteremos em seus relatos para generalizar a situação passada pelos demais imigrantes partícipes do empreendimento colonial. Assim, o objetivo de esmiuçar alguns aspectos da vida de Michaud atenderia aos nossos propósitos de esclarecer uma determinada situação social tendo por base uma biografia, em suma, um estudo de caso que nos abriria o conjunto de um contexto inexplorado⁶⁰⁴.

De fato, as considerações emitidas por Michaud no início da década de 1880 são pouco positivas, pontuadas por inúmeros problemas de obtenção de meios de vida, além daqueles relacionados à faina agrícola, conforme observamos acima. Em vários momentos da vida do colono suíço em Superagui faltou-lhe de todo o necessário, chegando a não dispor de nenhum dinheiro, porém, havia conseguido melhorar sua situação durante o decênio de 1880⁶⁰⁵. Talvez justamente em função dessa suposta melhora, Michaud descreveu relatos positivos da vida em Superagui e mesmo dos imigrantes que aportavam no Brasil em geral. De acordo com suas próprias palavras, a vegetação circundante fazia crer-lhe que estava num “paraíso”, em função do florescimento contínuo e da vegetação verde presente no decorrer de todo o ano. Nessa reflexão específica, o inverno europeu era o principal problema enfrentado pelos postulantes à emigração: “este país [o Brasil] é um paraíso para as pessoas pobres honestas e trabalhadoras, aqui

⁶⁰² _____, Ma chère Emma. Superaguy, 28 février 1896. Op. Cit., p. 103.

⁶⁰³ _____, Ma chère Nancy. Superaguy, 17 avril 1897. Op. Cit., p. 137

⁶⁰⁴ LEVI, Giovanni. Usos da biografia”. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 176-177.

⁶⁰⁵ MICHAUD, William *et al.* Ma chère soeur [Emma]. Superaguy, le 1^{er} décembre 1883. Op. Cit., p. 55

eles viveram na abundância e não terão medo dos longos invernos da Europa, tão frios e terríveis para os pobres”⁶⁰⁶.

Opiniões extremamente positivas sobre as possibilidades de ascensão social para os imigrantes europeus são emitidas em outras oportunidades, quando Michaud aproxima-se de figuras diretamente interessadas na imigração europeia, como o Visconde de Taunay, com o qual trocara correspondências. Em função dessa circunstância, o colono suíço escreveria as suas irmãs:

...eu creio sinceramente que este país é muito favorável aos pobres da Europa, eles encontraram aqui com a boa conduta e o trabalho tudo isto que é necessário para viver melhor do que lá; lá eles vegetam, aqui eles viverão e poderão ao fim de alguns anos adquirir uma certa riqueza que jamais eles teriam na Europa [...] Uma das principais vantagens é que o inverno aqui é desconhecido, a casa, a madeira, o peixe (para aqueles que habitam às margens do mar ou dos rios), a caça não custam mais que o esforço de ir pegá-los, o imposto territorial será pouco por hectare; que vantagens para os proletários que morrem de frio e de fome durante os longos invernos da Europa, tão penoso para eles!⁶⁰⁷

É curioso observar como um colono europeu instalado no Brasil e que não logrou atingir padrões de vida sequer satisfatórios ou análogos ao seu país de origem pudesse exprimir-se nesses termos a respeito da emigração para o país sul-americano, conhecido sobremaneira pelas más condições de vida enfrentadas pelos imigrantes recém-chegados⁶⁰⁸. Contudo, Michaud não era um exemplo isolado, outros grupos de imigrantes compartilhavam de interpretações análogas sobre as possibilidades de ‘enriquecimento’ em terras brasileiras. De fato, um dos fatores que possibilitou a imigração portuguesa no Brasil foram os supostos vencimentos superiores que os imigrantes receberiam em seu novo país, expectativa acompanhada de narrativas de enriquecimento por parte de alguns imigrantes lusos⁶⁰⁹. Partilhando das mesmas considerações, uma boa parte dos poloneses imigrados no Brasil, durante as décadas de 1870 e 1890, descreveu com mui-

⁶⁰⁶ “ce pays est un paradis pour les pauvres gens honnêtes et travailleurs, ils y vivront dans l’abondance, et n’auront pas à redouter ces longs hivers d’Europe si froids et terribles pour les pauvres”

Chère souer [Nancy]. Superaguy, 28 décembre 1884. Op. Cit., p. 62.

⁶⁰⁷ “... je crois sincèrement que ce pays est très favorable aux pauvres d’Europel, ils trouveront ici avec la bonne conduit et le travail, tout ce qu’il faut pour vivre mieux que là ; là ils végètent, ici ils vivront et pourront au bout de peu d’années acquérir une certaine aisance qu’ils n’auront jamais en Europe (...) Un des principaux avantages est que l’hiver ici est inconnu, la maison, le bois, le poisson (ceux qui habitent le bord de la mer ou de rivières), la chasse ne coûtent rien que la peine de l’aller prendre, l’impôt territorial sera peu de choses par hectare ; que d’avantages pour les prolétaires qui crèvent de froid et de faim durant les longs hivers d’Europe si pénibles pour eux” MICHAUD, William *et al.* Chère souer [Nancy]. Superaguy, 20 février 1886. Op. Cit., p. 68.

⁶⁰⁸ HALL, Michael McDonald. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Columbia University, 1969, p.150 ; MARTÍNEZ, Elda Evangelina Gonzáles. O Brasil como País de Destino para os Migrantes Espanhóis. In; FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 246

⁶⁰⁹ LEITE, Joaquim da Costa. Op. Cit., p. 193-194.

to ânimo as condições reinantes para os colonos europeus. Muitas dessas perspectivas animadoras podem ser compreendidas em função das dificuldades encontradas pelos poloneses na Europa, bem como pelos auxílios fornecidos pelo Governo Imperial e pelo tamanho dos lotes rurais, que eram muito maiores do que os que possuíam em sua terra natal. Um dos imigrantes escreveu nestes termos: “não sei o que é miséria, levo uma vida de rei”⁶¹⁰.

Entretanto, tais relatos animadores do colono de Superagui talvez não refletissem suas reais perspectivas com relação à imigração. Em determinada oportunidade, uma irmã de Michaud pedia-lhe autorização para publicar suas cartas num periódico suíço, algo que o imigrante negou, respondendo que não desejava influenciar qualquer pessoa a vir ao Brasil: “se tivesse que refazer, eu não sairia da Suíça por nenhum país do mundo (...) apesar de todas as delícias do Brasil, para um suíço a Suíça é ainda preferível”⁶¹¹. Michaud não desejava ser responsável pela infelicidade de qualquer pessoa que se sentisse impelida em emigrar para o Brasil tendo por referência as considerações que havia emitido, uma vez que tal imigrante poderia não se adaptar ao clima tropical e mesmo às privações que poderia encontrar. Admitia que o país sul-americano pudesse sim ser um lugar melhor que o continente europeu, mas apenas para os atingidos pela pobreza. Ainda assim, advertia tais adventícios: “é necessário ser razoável e sobretudo não beber, aqui aquele que bebe está perdido”⁶¹².

Porém, conforme Michaud envelhecia – estava com 50 e poucos anos na década de 1880 – as observações em retrospecto de sua trajetória pessoal tornam-se cada vez mais depreciativas. Em certa oportunidade, desmentia os relatos de riqueza obtida pelos imigrantes veiculados na Europa, conseguidas, de acordo com o colono, por métodos espúrios, enquanto “as pessoas esqueciam de mencionar os milhares que não fizeram fortuna”⁶¹³, tal como ele próprio. Tais observações são corroboradas pelos relatos recebidos por Michaud de colonos que passaram a abandonar o Brasil em demanda de seu país de origem ou de outros países americanos, como a Argentina, em função das dificuldades de obter meios de vida pelo encarecimento constante de gêneros, circunstância enfrentada pelo colono suíço. Ponderava que “pelo momento, o Brasil está acabado para

⁶¹⁰ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1981, p.79.

⁶¹¹ “...qui se c’était à refaire, je ne quitterais certainement pas la Suisse pour aucun pays du monde (...) malgré tous les délices du Brésil, pour un Suisse, la Suisse est encore préférable”. MICHAUD, William *et al.* Ma chère Nancy. Superaguy, 4 décembre 1890. Op. Cit, p. 82.

⁶¹² Ibidem, p. 83.

⁶¹³ MICHAUD, William *et al.* Ma chère Emma. Superaguy, 28 février 1896. Op. Cit., p. 104.

a imigração”⁶¹⁴. Após tanto trabalho para criar a numerosa família constituída no Brasil, reclamava estar mais pobre do que fora antes na Suíça. As lembranças de sua juventude confortável, em contraste com todas as dificuldades passadas na vida como imigrante lhe retornavam mais vivamente na velhice, sentindo a ausência de produtos comuns na Europa, como o leite, o queijo, a manteiga e o vinho⁶¹⁵.

Nos últimos anos de vida reclamava da monotonia passada em Superagui e da solidão que enfrentava: “não há bastante divertimentos, não é como na Suíça”⁶¹⁶. Aos seus familiares no país alpino, considerava o tempo passado no Brasil como “bons anos perdidos”, nos quais poderiam ter passados juntos, atribuindo sua imigração a uma ideia tola de sua juventude, da qual confessava estar arrependido⁶¹⁷. Ao final, definia desta forma a sua própria experiência individual: “o destino nos lança geralmente em lugares que nós não tínhamos certamente escolhido e com os quais nós nunca havíamos sonhado, mas é o destino irreversível ao qual é necessário se submeter com paciência”⁶¹⁸. Assim como as personalidades paranaenses de então, Michaud não deixava de interpretar a própria experiência no projeto colonial de Perret Gentil com melancolia.

Como mencionamos acima, a análise das opiniões de Michaud nos permitiria inferir sobre a situação dos outros colonos partícipes do antigo empreendimento, cuja situação seria muito semelhante. Não só os meios de vida desses indivíduos, mas as reflexões com relação à experiência de ter imigrado também seriam semelhantes. No período em que Visconde de Taunay ocupou a Presidência da Província do Paraná, Superagui recebeu uma visita sua, na qual a personalidade conheceu os remanescentes da experiência, considerando-os “pessoas já de bastante idade [...], não muito satisfeitas do passado, nem esperanças do futuro daquela localidade”⁶¹⁹. Enfim, William Michaud não era a exceção entre os suíços introduzidos em Superagui, mas a regra. Concentrava em si todas as características do grupo do qual fazia parte, ajudando-nos a defini-lo⁶²⁰.

⁶¹⁴ “Pour le moment le Brésil est bien fini pour l’émigration”. _____. Ma chère Emma, Superagui, 8 décembre 1899. Op. Cit., p. 159.

⁶¹⁵ MICHAUD, William *et al.* Chère Nancy. Superagui, 25 septembre 1901. Op. Cit, p. 175.

⁶¹⁶ “pas beaucoup de divertissements, ce n’est pas comme en Suisse!” _____. Ma chère Nancy. Superagui, 9 octobre 1900. Op. Cit., p. 162.

⁶¹⁷ _____. Chère Nancy, Superagui, 21 juin 1896. Op. Cit., p. 114.

⁶¹⁸ “Le destin nous lance souvent dans des endroits que nous n’avons certainement pas choisis et auxquels nous n’avons jamais songés; mais c’est le destin irrévocable auquel il faut se soumettre avec patience” _____. Ma chère Emma, Superagui, 8 décembre 1899. Op. Cit., p. 160.

⁶¹⁹ Imigração no Paraná. *A Imigração – Órgão da Sociedade Central de Imigração*. Rio de Janeiro, Anno II, Boletim n. 16, dezembro de 1885, p. 2.

⁶²⁰ Cf. LEVI, Giovanni. Op. Cit., p. 174-175.

Superagui sintetizou em si algumas características dos primeiros empreendimentos de colonização ocorridos no Paraná, lembrados principalmente por seus problemas de comercialização e cultivo de produtos, bem como pelas dificuldades de obtenção de meios de vida por parte dos colonos engajados, além da predominância de elementos nacionais sobre estrangeiros. O projeto de constituição de núcleos coloniais na periferia de Curitiba era a antítese de um sistema de colonização do qual Superagui fizera parte, cujo surto colonial dava-se em terrenos muitas vezes ermos e de difícil acesso. Em função de pertencer a tal projeto de colonização, Superagui partilharia da mesma imagem de outros empreendimentos congêneres e coetâneos, como as colônias Thereza e Assungui, considerados pouco prósperos e incapazes de proporcionar meios de vida aos seus partícipes. No caso específico da antiga colônia de Perret Gentil, as dificuldades enfrentadas na agricultura, as impossibilidades de inversões por parte do Governo Provincial, as indefinições de propriedade e as dificuldades de meios de vida determinaram a impressão coetânea pouco positiva sobre o empreendimento, partilhada entre seus próprios colonos partícipes.

Considerações finais

Acompanhamos no decorrer deste trabalho o desenvolvimento de um projeto de colonização cujos resultados foram muito aquém das expectativas de seu principal promotor, restringindo-se a “mesquinhas proporções”, nas palavras de um de seus contemporâneos⁶²¹. O principal problema por nós atravessado nas páginas acima dizia respeito às formas como esta colonização de mesquinhas proporções articulou-se com projetos coloniais mais abrangentes, em suma a relação entre um objeto histórico de dimensões limitadas com questões coetâneas de maior amplitude. Nesse sentido, demandamos os debates sobre as relações entre os aspectos micros e macros da história, entre o particular e o geral para a resolução da questão por nós levantada, cujo cerne era o desenvolvimento da colônia de Superagui em face das políticas de colonização levadas a cabo na região do Paraná⁶²². Em retrospecto, a pesquisa por nós apresentada levanta três questões pouco salientadas na historiografia pertinente ao tema.

A primeira questão diz respeito às relações entre a imigração destinada à grande lavoura e aquela voltada à formação de núcleos coloniais – o *contexto nacional*. Os fazendeiros do parlamento do Império, como o senador Nicolau Vergueiro, exprobravam o fornecimento de terras a colonos europeus, uma vez que o investimento imperial em imigração deveria ser destinado aos ramos dinâmicos da economia, como a lavoura cafeeira. Em suma, inversões para tornar imigrantes europeus proprietários eram descaídas e deveriam ser levadas a termo. Conforme vimos acima, Perret Gentil foi um grande defensor do empreendimento do senador Vergueiro em função das relações de negócio entretidas com o primogênito do político do Império, José Vergueiro, bem como pelas alianças de parentesco. O sistema de parceria, tal como implantado nas propriedades da família paulista, foi objeto de seus louvores, pretendendo realizar um empreendimento imigrantista tendo como referencial a organização de trabalho levada a cabo na Província de São Paulo. Como propagandista do sistema de parceria, Perret Gentil teceu considerações pouco favoráveis às tentativas de tornar colonos europeus proprie-

⁶²¹ PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854, p. 54.

⁶²² A respeito das observações escritas acima, reporto-me especialmente aos textos de LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História : Novas Perspectivas*. São Paulo : Unesp, 2000; WESTPHALEN, Cecília Maria. História Nacional, História Regional. *Estudos Brasileiros*. Curitiba, v.2, n.3, 1977; HOBBSBAWN, Eric. A volta da narrativa. In: *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

tários de seu quinhão de terra, defendendo o emprego do contingente de trabalhadores como colonos de grandes latifundiários.

Entretanto, Perret Gentil, por ocasião de seu envolvimento no projeto da Colônia de Superagui, não aplicou boa parte dos pressupostos do sistema de parceria em sua propriedade. Ao invés disso, preferiu comercializar parcelas de suas terras aos colonos por ele engajados, procedimento que jamais teria lugar nos empreendimentos da lavoura paulista e algo condenado anteriormente pelo antigo cônsul suíço. Assim sendo, Superagui procederia de forma análoga aos empreendimentos congêneres e coetâneos realizados ao sul do Império do Brasil, distanciando-se muito de seu pressuposto original. Mas, a articulação de Perret Gentil com o principal incentivador da imigração para a lavoura paulista, José Vergueiro, evidencia que, por mais que a constituição de colônias de pequenos proprietários fosse atacada pela elite paulista, empreendimentos com designs diferentes mantiveram uma relação recíproca com o intuito de propiciar a viabilidade da imigração européia como um negócio lucrativo – ao menos eram estes os objetivos de tais empreendedores. Isso é evidenciado nas diferentes participações de Perret Gentil no empreendimento de Ibicaba e na transferência de trabalhadores parceiros para Superagui.

Da mesma forma que a utilização da força de trabalho do contingente imigrado em Superagui distanciou-se substancialmente das experiências de Ibicaba, os arranjos de trabalho praticados na lavoura paulista foram modificados à medida que tornavam impossível o mínimo de rendimento aos colonos empregados. Os acordos de parceria foram substituídos por contratos de locação de serviços e, finalmente, pelo sistema de colonato, na tentativa de minorar os problemas encontrados no emprego de imigrantes⁶²³; porém, o termo utilizado na década de 1850 foi recalcitrante no mundo rural brasileiro, sendo ressignificado. A parceria, desde então, não correspondia mais a divisão do produto da venda entre o proprietário e o trabalhador sem terras, mas na divisão bruta da produção cafeeira, ficando a cargo do próprio trabalhador a sua comercialização. A apropriação, por parte do trabalhador, do fruto de seu trabalho, foi um elemento pertinente aos contratos praticados em Superagui, tornando-se praxe nos arranjos de parceria posteriores à década de 1850⁶²⁴.

⁶²³ HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1984, p. 114;

⁶²⁴ A parceria resistiu após as experiências frustradas com imigrantes europeus, ou ainda de forma análoga à experiência de Ibicaba. Cf: MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. Para além das senzalas: camponato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da;

A segunda questão suscitada pela pesquisa refere-se ao *contexto regional*, em nosso caso, a colonização europeia realizada e incentivada com o fito de minorar a fraca produção de gêneros de subsistência. Superagui, em função de sua inclinação à produção cafeeira, distanciou-se destes princípios; entretanto, seu fundador defendeu a colonização justamente com o intuito de renovar a produção agrícola e garantir o abastecimento, sendo talvez o primeiro a defender tal prática no Paraná. Carlos Perret Gentil foi acompanhado por diversos paranaenses coetâneos que, assim como ele, percebiam a fraca produtividade agrícola e a possibilidade de uma escassez crônica de mantimentos num futuro próximo. Assim, Perret Gentil seria um dos que atribuiriam sentido à colonização europeia no Paraná, justificada em função da carestia de gêneros alimentícios.

Porém, ao observador atual, são evidentes algumas discrepâncias entre os argumentos utilizados para dar ensejo à colonização e a maneira como ela foi implementada. Nas décadas de 1850, por mais que fosse reclamada uma escassez crônica de alimentos e se denotasse a “falta de braços” para as atividades agrícolas, pouco foi realizado nesse sentido. Da mesma forma, os empreendimentos coloniais não foram, em sua grande maioria, criados especificamente para atender às demandas de gêneros da população local. A Colônia Thereza foi fundada anteriormente a tais reclames e os gêneros aos quais dedicava sua cultura, como cana e aguardente, dificilmente poderiam minorar a suposta carestia. O núcleo de Assungui padecia das mesmas contradições, agravadas por sua grande distância de centros urbanos nos quais pudesse escoar a sua produção, característica que pontuou também a Colônia Thereza. Superagui dedicava-se ao café, embora exportasse por vezes gêneros que poderiam ser utilizados no consumo da população local, tais como farinha de mandioca e feijão.

Nos anos de 1870, período no qual a colonização atinge maior vulto com a implantação de colônias nas cercanias de Curitiba, as objeções quanto à carência de alimentos praticamente não transparecem na documentação oficial, embora se defendesse a participação dos colonos em atividades agrícolas e se elogiassem os empenhos dos alemães já instalados no rocio da capital para a produção de gêneros de consumo. Mesmo que a preocupação com a escassez de gêneros de consumo estivesse afastada do discurso imigrantista e colonizador, os reclames diante da situação do aumento dos gê-

neros persistiram nas décadas de 1860 e 1870, bem como determinações provinciais para fazer frente aos possíveis desvios de mercadorias⁶²⁵.

Por fim, resta-nos ponderar sobre o contexto local, desta vez, a própria colônia de Superagui e as contradições em seu desenvolvimento. Conforme vimos acima, longe de Carlos Perret Gentil implantar um regime de trabalho análogo ao praticado nas propriedades da família Vergueiro, conforme defendia, preferiu vender parcelas de sua propriedade aos colonos que conseguira engajar. Seu projeto de colonização aproximava-se de empreendimentos congêneres que pretendiam transformar imigrantes em pequenos proprietários. Entretanto, até que ponto os colonos – suíços, em geral – de Superagui foram de fato *pequenos proprietários*? O contingente diminuto introduzido pelo empresário, com exceção de apenas duas famílias, dificilmente poderia ser considerado como proprietário de fato de suas terras, podendo ser identificado como foreiros, posseiros, sitiantes ou outra denominação cuja acepção implique o uso fruto da terra, mas não a sua ocupação em termos legais, como uma propriedade.

Para que os colonos obtivessem o título de propriedade, deveriam primeiro saldar seus débitos com a empresa colonizadora à qual estavam subordinados – a “dívida colonial”, nesse caso com o próprio Perret Gentil. Não foram capazes de fazê-lo a tempo em sua grande maioria. Portanto, Superagui nem ao menos conseguiu tornar o contingente estrangeiro proprietário de seu quinhão de terra, à semelhança de outras colônias na parte meridional do Império do Brasil. Entretanto, até que ponto essas mesmas colônias transformaram o pessoal engajado em pequenos proprietários? Assim como em Superagui, tais empreendimentos demandavam dos colonos a amortização da “dívida colonial”, composta do valor do lote pretendido acrescido de adiantamentos em gêneros. No caso de Assungui, foram poucos os colonos que obtiveram seu título de terras; na colônia Thereza, os colonos europeus abandonaram seus lotes sem sequer assegurar quaisquer títulos de propriedade, uma vez que foram fornecidos gratuitamente por seu fundador. A indefinição da situação dos colonos de Superagui reproduzia-se em outros núcleos, evidenciando os limites do projeto de transformar colonos europeus detentores legalmente reconhecidos de suas terras, enquanto na maioria das vezes foram apenas pequenos produtores parcialmente independentes.

Por vezes, a situação da questão fundiária de Superagui mobilizou os habitantes da região, tanto os nacionais quanto os pouquíssimos estrangeiros aí instalados. A

⁶²⁵SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995, p. 170-171.

luta para a regularização das terras que os partícipes do empreendimento ocupavam estendeu-se por décadas após a extinção da empresa colonial. Na década de 1880, enquanto o Visconde de Taunay ocupou a presidência provincial, uma série de sociedades de imigração foi fundada por iniciativa do próprio presidente, e entre essas estava o “Club de Imigração de Superaguy”, instalado na região por iniciativa da própria autoridade provincial. A atuação de tal sociedade, sob o encargo dos antigos colonos suíços ainda residentes na região, concentrou-se em requerimentos às autoridades imperiais para que fossem atendidas suas pretensões de obtenção de títulos de terras⁶²⁶. Os requerimentos de todos os colonos de Superagui tiveram publicidade em nível nacional no jornal “A Imigração”⁶²⁷, periódico da Sociedade Central de Imigração da qual Taunay fazia parte. Nessa ocasião os colonos acusaram a existência de 169 fogos na região que careciam de legitimação, mas seus esforços redundaram inúteis, permanecendo os habitantes na indefinição quanto as suas posses. Prova disto é o registro de terras executado pelo Estado do Paraná após a proclamação da República. Por tal registro, apenas quatro habitantes localizados em Superagui confirmaram suas possessões, e dos antigos colonos suíços, apenas Theodore Sigwalt, descendente do pioneiro Johann Migwelt, registrou seus terrenos⁶²⁸.

Finalmente, resta-nos tecer algumas considerações sobre o papel dos colonos europeus em uma região ocupada majoritariamente por habitantes nacionais. Embora inúmeros estudos apontassem – e criticassem – a existência de diversos amparos concedidos aos imigrantes em detrimento da população nacional⁶²⁹, no caso de Superagui, a população estrangeira, conforme observamos, estava completamente desamparada do poder público, enfrentando situações idênticas aos moradores brasileiros. O único retorno do poder público proveio da fundação de uma escola de primeiras letras, análoga a outras iniciativas em diferentes pontos da Província sem qualquer relação com um projeto imigrantista, não constituindo em si auxílio material significativo e nem sendo utili-

⁶²⁶ CLUBE DE IMMIGRAÇÃO DE SUPERAGUY. Guaraqueçaba. Sessão de 26 de setembro de 1886. Arquivo Público do Paraná, AP. 794. p. 209-210.

⁶²⁷ Mappa Estatístico do núcleo de imigração de Superaguy, em terrenos pertencentes á sucessão – Ch. Perret Gentil. *A Imigração – Orgão da Sociedade Central de Imigração*. Rio de Janeiro, Anno III, Bole-
tim nº 27, dezembro 1886, p. 6-8.

⁶²⁸ PARANÁ. Secretaria D’Estado dos Negocios das Obras Publicas e Colonização. *Decreto N.1, de 8 de abril de 1893*. Curitiba; Typographia D’A Republica, 1893. Anexo: Modelo de um processo de discriminação de terras em conformidade com o Regulamento a que se refere o decreto N.1 de 8 de abril de 1893; Registro de Terras de Theodoro Sigwalt. Livro de Registro de Terras de Guaraqueçaba, Nº 103, p. 111-112. Arquivo Público do Paraná. Livro Nº 82.

⁶²⁹ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 155; AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onde Negra, medo branco; o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 169.

zada exclusivamente pelos imigrantes. Os colonos europeus, longe de gozarem de uma situação privilegiada em relação aos brasileiros das cercanias, passavam pelas mesmas contingências materiais.

Constatada a semelhança entre o modo de vida de imigrantes europeus e moradores brasileiros, é de se questionar até que ponto “colono” poderia ser interpretado como uma categoria social à parte. A historiografia admite que o “colono” –mormente estrangeiro – recebia os diferentes benefícios do governo, bem como era valorizado como mão de obra, ao passo que os nacionais eram excluídos de tais programas e sua força de trabalho foi constantemente ignorada ou relegada ao segundo plano⁶³⁰. Os imigrantes suíços de Superagui, por mais que fossem considerados como “colonos”, não se distinguiram dos nacionais no plano social, ao menos na obtenção de auxílios ou possibilidades de atividades econômicas. Ser colono em Superagui implicava mais em ligações com a antiga administração colonial, cujo teor consistia na prestação de serviços e pagamento de débitos, ao invés de acesso a um status privilegiado. Os nacionais de Superagui foram de certa forma colonos do empreendimento, evidenciando uma tendência de aproveitamento da mão de obra nacional em núcleos coloniais, padrão verificado em toda a região do Paraná nas décadas de 1850 e 1860.

Concluindo, a experiência de Superagui, por mais diminuta que fosse a empresa de colonização, foi marcada indelevelmente pelo contexto dominante do período em que esteve em atividade. De um lado, caracterizada por contingências de ordem nacional, como as transformações nos sistemas de trabalho livre na grande lavoura e os auxílios a diferentes empresas de colonização; do outro, serve-nos de demonstrativo de acontecimentos de ordem regional, como a suposta carestia de gêneros alimentícios, as dificuldades nos programas de colonização e regularização fundiária e o aproveitamento da população brasileira nesses empreendimentos.

⁶³⁰ Cf. SILVA, Marcio Antônio Both da. De nacionais a colonos regulares: ou sobre como formar os “cidadãos operosos do amanhã”. In: MOTTA, Marcia Maria Menendes *et al* (org.). *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009.

FONTES

Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

FRANÇA, Tristão Martins D'Araujo. *Informações sobre a carga do navio Seine*. Paranaguá, 7 de março de 1853. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Ofícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.

FRANÇA, Tristão Martins D'Araujo. *Cumprimento da portaria de 23 de fevereiro de 1853*. Paranaguá, 22 de março de 1853. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Ofícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.

FRANÇA, Tristão Martins d'Araujo. *Correspondência enviada a Presidência da Província de São Paulo pelo Juiz Municipal Suplente de Paranaguá*. Paranaguá, 4 de julho de 1853. Arquivo Público do Estado de São Paulo – Coleção Império. Ofícios (1852-1872) Paranaguá – CO1144.

GENTIL, Carlos Perret. *Opinião de C. Perret Gentil sobre as queixas apresentadas pelos Colonos da Colônia Senador Vergueiro*. Ibicaba, 1º de março de 1857. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7213.

GENTIL, Carlos Perret. *Correspondência enviada ao Juiz Municipal do Distrito de Limeira*. Ibicaba, 21 de maio de 1861. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7212.

GENTIL, Carlos Perret. *Correspondência enviada ao Juiz de Direito da Comarca de Mogimirim, Delfino Pinheiro d'Uchoa Cintra*. Ibicaba, 18 de agosto de 1861. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889).

GUIMARÃES, Manoel Antonio. *Correspondência enviada ao Presidente da Província de São Paulo*. Paranaguá, 26 de janeiro de 1852. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Ofícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.

GUIMARÃES, Manoel Antonio. *Correspondência enviada ao Presidente da Província de São Paulo*. Paranaguá, 3 de janeiro de 1853. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Ofícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.

RECHSTEINER, Carlos. *Lista dos enfermos acometidos e tratados como indigentes da febre amarela*. Paranaguá, 14 de março de 1853. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Acervo Império (1822-1889), Ofícios (1852-1872) Paranaguá, CO1144.

SCHÄFER, George Anton de. *Tradução dos artigos do contracto dos colonistas passado em Bremen a 20 de Agosto de 1827 por George Anton de Schäfer Enviado Imperial do Brazil*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7213.

VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *Correspondência enviada ao Presidente da Província de São Paulo, Jose Thomaz Nabuco D'Araujo*. Ibicaba, 6 de janeiro de 1852. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7213.

VERGUEIRO, Nicolau. *Correspondência ao Presidente da Província de São Paulo, Manoel Fonseca de Lima e Silva*. Santos, 1º de agosto de 1846. Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP). Acervo Império (1822 a 1889) – Colônia: CO7213.

Arquivo Nacional

2º TABELIONATO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Auto de Arrematação da Fazenda do Superagui*. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1852. Arquivo Nacional – Livro 169, p. 68v-69.

BRASIL. *Mappa das Bahias de Paranaguá compreendendo a Colônia de Superagui Entrada do Mar Pequeno de Iguape*. Rio de Janeiro: Archivo da S. de Desenho, 1870. Arquivo Nacional: 4M.0.MAP.163.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Relação das colônias existentes em 1860*. Repartição das Terras Públicas e Colonização na Província de São Paulo. São Paulo, 13 de dezembro de 1861. Arquivo Nacional – Série Agricultura: *IA⁶ 87 (código).

RIBAS, Theolindo Ferreira. *Denúncias contra o diretor da Colonia Thereza*. Colônia Thereza, 12 de julho de 1862. Arquivo Nacional. Série Agricultura IA⁶ 150.

Biblioteca Nacional

FAIVRE, João Maurício. *Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando uma ajuda ate a primeira colheita, os 64 colonos agricultores que formam a colonia Tereza, fundada por ele, as margens do rio Ivaly, Sao Paulo, proximo ao porto de Paranagua*. Biblioteca Nacional - Documentos Biográficos, C – 0090, 022 nº 005.

GENTIL, Charles Perret, cônsul da Suíça no Brasil. *Certidão do cônsul da Suíça, Charles Perret Gentis, de como Francisco Monge seguia para Filadélfia*. Rio de Janeiro, 22 mar. 1839. Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos. Localização: I – 48, 21, 22.

GENTIL, Carlos Perret. *Requerimento a S.M.I., solicitando privilégio exclusivo para fabricar gás hidrogênio líquido para iluminação*. Rio de Janeiro. 1845. Biblioteca Nacional – Seção de Manuscritos – documentos biográficos. Localização: C – 0777, 069.

Arquivo Público do Paraná

ABREU, Antonio Candido Ferreira de Abreu. *Correspondência ao Presidente de Província sobre as razões do encarecimento dos gêneros alimentícios*. Curitiba, 8 de dezembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 49, p. 19-25.

ABREU, Antonio Candido Ferreira de. *Decreto autorizando a restauração de diversas escolas de primeiras letras em Paranaguá*. Curitiba, 28 de março de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 354, p. 048-049.

ABREU, Antonio Candido Ferreira de Abreu. *Decreto que eleva a colônia Thereza à categoria de freguesia*. Curitiba, 11 de abril de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 356, p. 048-049.

ARAUJO, Francisco Martins de et al. *Informações sobre a elevação dos gêneros alimentícios*. Ponta Grossa, 23 de Novembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 49, p. 122-123.

ASSUMPCÃO, Manoel Euphrasio d'. *Provas de habilitação para João Francisco de Sant'Anna Neves exercer a instrução em Superagui*. Curitiba, 2 de outubro de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 371, p. 248-254.

ASSUMPÇÃO, Manoel Euphrasio d'. *Requerimento de João Francisco de Sant'Anna Neves*. Curitiba, 27 de outubro de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 371, p. 214-215.

BAPTISTA, Antonio Manoel. *Envio de mapas das escolas de Superagui e da Ilha das Peças*. Guaraqueçaba, 4 de abril de 1877. Arquivo Público do Paraná, AP – 516, p. 93.

BENDANZESKY, Pereira Alves(Cia.) *Relação dos colonos introduzidos pela Companhia Pereira Alves Bendaszsky*. Paranaguá, 5 de janeiro de 1877. Arquivo Público do Paraná, AP – 512, p. 252-256.

BENDANZESKY, Pereira Alves(Cia.) *Informe sobre o rompimento do contrato realizado com o Império e providências a respeito*. Paranaguá, 14 de maio de 1877. Arquivo Público do Paraná, AP – 518 , p. 184.

BORGES, Francisco Pereira. *Pedido de criação de uma escola primária na Colônia de Superagui*. Superagui, 31 de outubro de 1877. Arquivo Público do Paraná, AP – 533, p. 029-032.

BHERING, Lucas Antonio Ribeiro. *Recomendação para não serem feitos embarços à retirada dos colonos argelinos*. Curitiba, 10 de maio de 1870. Arquivo Público do Paraná, AP – 335, p. 103.

BITTENCOURT, Felisberto Silva. *Representação dos colonos de Superagui para a conservação da aula de primeiras letras na referida colônia*. Guaraqueçaba, 3 de junho de 1879. Arquivo Público do Paraná, AP – 568, p. 75.

BITTENCOURT, Felisberto Silva. *Pedido de nomeação de João Antonio Rodrigues para a cadeira de Superagui*. Guaraqueçaba, 26 de agosto de 1880. Arquivo Público do Paraná, AP – 618 , p. 243.

BOUSQUET, Alexandre. *Envio de médico para tratar surto de varíola em Superagui*. Paranaguá, 15 de maio de 1863. Arquivo Público do Paraná, AP – 161, p. 046.

CABUSSU, Cesar. *Causa e desenvolvimento da varíola em Paranaguá*. Curitiba, 23 de abril de 1863. Arquivo Público do Paraná, AP – 160, p. 093-098.

CASTELNOVO, Frei Thimotheo de. *Informativo sobre o início da aula de primeiras letras no aldeamento São Pedro de Alcântara*. São Pedro de Alcântara, 1º de janeiro de 1862. Arquivo Público do Paraná, AP – 106 , p. 52.

COELHO, Domingos Affonso. *Mapa Trimestral da escola de Superagui*. Guaraqueçaba, 4 de agosto de 1867. Arquivo Público do Paraná, AP – 263, p. 063.

COELHO, Domingos Affonso. *Ata dos alunos da escola de Superagui*. Guaraqueçaba, 12 de dezembro de 1867. Arquivo Público do Paraná, AP – 267, p. 237.

COELHO, Domingos Affonso et al. *Relatório sobre o estado da lavoura da Comarca de Paranaguá*. Paranaguá, 15 de novembro de 1872. Arquivo Público do Paraná, AP – 390 , p. 53-68.

CLUBE DE IMMIGRAÇÃO DE SUPERAGUY. Guaraqueçaba. Sessão de 26 de setembro de 1886. Arquivo Público do Paraná, AP. 794. p. 209-210.

D'ARAUJO, Manoel Marques et al. *Envio do decreto que extingue várias cadeiras de instrução primária na cidade de Paranaguá*. Curitiba, 24 de maio de 1869. Arquivo Público do Paraná, AP – 307, p. 280.

DIAS, Antonio José. *Pede vaga para a cadeira de primeiras letras de Superagui*. Morretes, 13 de novembro de 1861. Arquivo Público do Paraná, AP – 131, p. 231-235.

DURIEU, Louis. *Correspondência enviada à Presidência da Província*. Superagui, 20 de dezembro de 1859. Arquivo Público do Paraná, AP 80 – p. 239.

FAIVRE, João Maurício. *Informações sobre elevação dos gêneros alimentícios*. Colônia Thereza, 25 de dezembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 54, p. 68

FAIVRE, João Mauricio. *Correspondência enviada ao Presidente de Província do Paraná, Francisco Liberato de Mattos*. Colônia Thereza, 4 de março de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP , p. 99-102.

FAIVRE, João Mauricio. *Relatório sobre a Colônia Thereza*. Curitiba, 19 de novembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 46, p. 088.

FIGUEIRA, João José et al. *Informações sobre alta dos gêneros alimentícios*. Morretes, 30 de novembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 49, p. 170-182.

FIGUEIRA, Luis Ramos. *Exame dos professores candidatos à cadeira de instrução primária de Superagui*. Guaraqueçaba, 20 de novembro de 1880. Arquivo Público do Paraná, AP – 610 , p. 149.

FIGUEIRA, Luis Ramos. *Envio do mapa trimestral da escola de Superagui*. Guaraqueçaba, 14 de janeiro de 1884. Arquivo Público do Paraná, AP – 708, p. 143.

GENTIL, Carlos Perret. *Ofício para o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Superagui, 22 fev. 1854. Arquivo Público do Paraná, AP – 3, folhas 207-213.

GENTIL, Carlos Perret. *Correspondência enviada à Presidência da Província do Paraná*. Superagui, 30 de janeiro de 1856. Arquivo Público do Paraná, AP – 25, p. 48

GENTIL, Carlos Perret. *Correspondência à Presidência da Província do Paraná, pedindo reforços para o policiamento da região de Superagui*. Superagui, 19 de novembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 48, p. 23-24.

GENTIL, Carlos Perret. *Fuga de alemães da Colônia de Superagui*. Antonina, 7 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 53, p. 112-113.

GENTIL, Carlos Perret. *Mappa da Colonia de Superagui no ano de 1858*. Superagui, 3 de junho de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 59, p. 20-24.

GENTIL, Carlos Perret. *Relação das famílias de Superagui*. Ibicaba, São Paulo, 17 de fevereiro de 1860. Arquivo Público do Paraná, AP – 88, p. 158-165.

GOMES, Luís da Silva. *Informações sobre a alta dos gêneros alimentícios em Guarapuava*. Guarapuava, 12 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 48, p. 66-70.

GUIMARÃES, Manoel Antonio. *Quantias pagas pela passagem de colonos no vapor São Francisco*. Paranaguá, 11 de julho de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 361, p. 83

HUBNNT, J. G. et al. *Requerimento dos colonos de Assungui para a contratação de um professor*. Assungui, janeiro de 1861. Arquivo Público do Paraná, AP – 126, p. 065-066.

IGNACIO, Joaquim José. *Correspondência do Ministério da Agricultura enviada à Província do Paraná, relativa à compra de terras em Assungui*. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1861. Arquivo Público do Paraná, Códice: BR PRAPPR PB001 SGO300.264.

LEAL, Luis Francisco da Camara. *Notícia sobre o aquartelamento em Guaraqueçaba*. Curitiba, 4 de fevereiro de 1858. AP – 55, p. 353-354.

LEAL, Luis Francisco da Camara. *Correspondência referente ao aluguel de casas para quartel em Varadouro e Superagui*. Curitiba, 9 de dezembro de 1859. Arquivo Público do Paraná, AP – 80, p. 305.

Livro de Registro de Terras de Guaraqueçaba. Arquivo Público do Paraná. Livro N° 82.

Livro de Registro de Terras de Paranaguá. Arquivo Público do Paraná. Livro N° 26.

Livro de Registro de Terras de Paranaguá. Arquivo Público do Paraná. Livro N° 27.

Mapa da População do Distrito de Guaraqueçaba do ano de 1866. Arquivo Público do Paraná, AP – 229, p. 76-122.

MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Autorização de prestação de diárias por mais seis meses aos colonos alemães de Assungui*. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1861 . Arquivo Público do Paraná, Códice: BR PRAPPR PB001 SGO300.264.

MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Correspondência do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas enviada à Presidência da Província do Paraná*. Rio de Janeiro, 3 de junho de 1861. Arquivo Público do Paraná, Códice: BR PRAPPR PB001 SGO300.264.

MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Pedido de informações a respeito da Colônia de Assungui*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1861. Arquivo Público do Paraná, Códice: BR PRAPPR PB001 SGO300.264.

MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Correspondência enviada à Presidência de Província do Paraná*. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1861. Livro de Correspondências enviadas pelo Ministério da Agricultura no ano de 1861, Cód: BR PRAPPR PBOO1 SGO300.264.

MENESES, Emilio Nunes Corrêa de. *Relatorio Apresentado pelo Director Interino da Colonia de Assunguy, Emilio Nunes Corrêa de Meneses*. Curitiba, 12 de janeiro de 1866. Arquivo Público do Paraná, AP – 229, p. 247-260.

MICHAUD, William. *Requerimento de William Michaud para exercer a cadeira de instrução primária de Superagui*. Superagui, 20 de agosto de 1882. Arquivo Público do Paraná, AP – 677, p. 158.

MIRANDA, Balduino Cordeiro de. *Pedido de exoneração do cargo de segundo suplente de subdelegado da freguesia de Guaraqueçaba*. Guaraqueçaba, 22 de fevereiro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 39, p. 38-39.

MIRANDA, Luiz Carmeliano de et. al. *Informações sobre a alta dos gêneros alimentícios em Antonina*. Antonina, 7 de dezembro de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 49, p. 170-182.

MOERICOFER, Carlos. *Requerimento para nomeação enquanto professor de Assungui*. Curitiba, 12 de fevereiro de 1861. Arquivo Público do Paraná, AP – 126, p. 127;129.

MONTEIRO, Eugenio M. *Pedido de compra da secção nº 140 do 2º território de Assungui*. Curitiba, 30 de julho de 1861. Arquivo Público do Paraná, AP – 128;p. 14-16.

MOTA, Joaquim Ignacio Silveira da. *Representação da Câmara de Paranaguá acerca da conveniência da criação de 4 cadeiras de instrução primária no distrito de Guaraqueçaba*. Paranaguá, 30 de agosto de 1859. Arquivo Público do Paraná, AP – 76 , p. 130-134.

MUNHOZ, Alfredo. *Comunica requerimento dos colonos de Superagui solicitando legitimação das terras que ocupam*. Curitiba, 21 de agosto de 1880. Arquivo Público do Paraná, AP – 604, p. 181

MUNIZ, Thomas José. *Relatório sobre a Colônia Militar do Jataí*. Jataí, 10 de fevereiro de 1862. Arquivo Público do Paraná, AP – 134, p. 257-264.

MURICY, João Candido da Silva. *Descrição geral da Província do Paraná*. Curitiba, 11 de agosto de 1867. Arquivo Público do Paraná, AP – 263, p. 167-175.

NEVES, João Francisco de Sant'Anna. *Abertura de escola na Colônia de Superagui*. Colônia de Superagui, 8 de agosto de 1863. Arquivo Público do Paraná, AP – 167, p. 134.

NEVES, João Francisco de Sant'Anna. *Resposta à portaria de 29 de agosto de 1863, com referência aos aluguéis de escolas*. Colônia de Superagui, 14 de outubro de 1863. Arquivo Público do Paraná, AP – 170, p. 137.

NEVES, João Francisco de Sant'Anna. *Relatório sobre escola de Superagui*. Colônia de Superagui, 2 de dezembro de 1864. Arquivo Público do Paraná, AP – 194, p. 016.

NEVES, João Francisco de Sant'Anna. *Mappa trimençal dos Alunos da Escola de primeiras Letras da Colonia de Superaguy de primeiro de Fevereiro até o ultimo de Abril do anno de 1865*. Colônia de Superagui, s/d. Arquivo Público do Paraná, AP – 205, p. 69.

NEVES, João Francisco de Sant'Anna. *Informações sobre a escola de Superagui*. Colônia de Superagui, 6 de abril de 1867. Arquivo Público do Paraná, AP – 259, p. 81.

NEVES, João Francisco de Sant'Anna. *Relatorio da escola de primeiras Letras da Colonia de Superaguy pertinente ao anno de 1867*. Colônia de Superagui, 1 de dezembro de 1867. Arquivo Público do Paraná, AP – 267, p. 207.

NEVES, João Francisco de Sant'Anna. *Mappa de frequencia dos alumnos matriculados na escola da Colonia de Superaguy durante o mes de Fevereiro d'1869*. Colônia de Superagui, 9 de março de 1869. Arquivo Público do Paraná, AP – 302, p. 177-178.

NEVES, João Francisco de Sant'Anna. *Procuração de João Francisco de Sant'Anna Neves, morador em Superagui*. Paranaguá, 17 de agosto de 1870. Arquivo Público do Paraná, AP – 339, p. 235.

NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. *Autoriza nomeação de professores de Ponta Grossa e Superagui*. Curitiba, 10 de janeiro de 1862. Arquivo Público do Paraná, AP 130, p. 110.

NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes. *Escolha do professor de Superagui João Francisco de Sant'Anna Neves*. Curitiba, 27 de maio de 1863. Arquivo Público do Paraná, AP – 161, p. 012.

PARANÁ. Lei Nº 369, de 7 de março de 1874. Decreto da Assembléia Legislativa Provincial referente à introdução de imigrantes. Arquivo Público do Paraná, AP – 434, p. 181-182.

PEDROSA, João José. *Correspondência enviada ao Inspetor Geral de Instrução Pública*. Curitiba, 7 de março de 1881. Arquivo Público do Paraná, AP – 625, p. 219.

PEREIRA FILHO, João Almeida. *Correspondência enviada à Presidência da Província do Paraná*. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1860. Arquivo Público do Paraná. Livro de Correspondências recebidas pelo Ministério do Império pelo Paraná no ano de 1860. Cód: BR PRAPPR PBOO1 SGO289.133.

PEREIRA FILHO, João de Almeida. *Correspondência proveniente da Repartição Especial das Terras Públicas à Presidência de Província do Paraná*. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1860. Arquivo Público do Paraná, Códice: BR PRAPPR PB001 SGO289.133.

PINHEIRO, Francisco J. *Proposta de introdução de colonos europeus no Paraná*. Paranaguá, 27 de outubro de 1855. Arquivo Público do Paraná, AP – 19, p. 097.

PINTO, Caetano de Souza e outros. *Mapa dos trabalhos da produção agrícola e industrial de Paranaguá*. Paranaguá, 5 de dezembro de 1861. Arquivo Público do Paraná, AP – 124, p. 101-106.

RECHSTEINER, Carlos. *Correspondência pedindo informações sobre auxílios concedidos a imigrantes europeus*. Paranaguá, 5 de setembro de 1854, AP – 18, p. 244-245.

RIBAS, Joaquim de Sá. *Despesas para promover a colonização espontânea no município de Curitiba*. Curitiba, 16 de janeiro de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 350, p. 230.

RIBAS, Joaquim L. *Sobre o contrato firmado entre Sabino Tripoti e o Governo Provincial*. Curitiba, 7 de outubro de 1873. Arquivo Público do Paraná, AP – 419, p. 118-120.

RIBAS, José Loureiro de Sá. *Petições às cadeiras de Ponta Grossa e Superagui*. Curitiba, 15 de janeiro de 1862. Arquivo Público do Paraná, AP – 131, p. 225.

ROBERT, Rudolfo e outros. *Pedido de restituição de despesas do transporte de Santa Catarina até o Paraná*. Curitiba, 12 de agosto de 1871. Arquivo Público do Paraná, AP – 370, p. 220-221.

RUMBELSPERGER, Gustavo. *Recepção do aviso do Ministério da Agricultura de 27 de dezembro de 1862*. Colônia Thereza, 11 de março de 1863. Arquivo Público do Paraná, AP – 157, p. 209-210.

SARAIVA, A. P. *Partida de 90 colonos de Marselha com destino a Antonina*. Marselha, 15 de novembro de 1868. Arquivo Público do Paraná, AP – 291, p. 358.

SANTOS, Ernesto. *Correspondência do Inspetor Geral de Instrução Pública sobre remoção de professor para Superagui*. Curitiba, 28 de fevereiro de 1862. Arquivo Público do Paraná, AP – 133, p. 103-104.

SANTOS, Ernesto Francisco de Lima. *Pagamento do professor de Superagui*. Curitiba, 5 de fevereiro de 1870. Arquivo Público do Paraná, AP – 327, p. 110.

SANTOS, Generoso Marques. *Apresentação de ofício da Assembléia Provincial Legislativa sobre supressão de cadeiras de primeiras letras*. Curitiba, 4 de junho de 1869. Arquivo Público do Paraná, AP – 308, p. 147-148

SANTOS, Manoel Cordeiro dos. *Pedido de compra da secção nº 131 do 2º território de Assun-
gui*. Curitiba, 30 de julho de 1861. Arquivo Publico do Paraná, AP – 128; 46-48.

SILVA, João Isidoro da Costa e. *Envio do Mapa Trimestral da Escola de Superagui*. Guaraque-
çaba, 3 de novembro de 1865. Arquivo Público do Paraná, AP – 218, p. 150.

SILVA, Joaquim Felix et al. *Preços dos materiais de construção e da mão-de-obra em Parana-
guá*. Paranaguá, 17 de julho de 1857. Arquivo Público do Paraná, AP – 44, p. 133-134.

SILVA, Joaquim Félix. *Sobre o encarecimento dos gêneros alimentícios*. Paranaguá, 15 de ja-
neiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 54, p. 93-98.

SILVA, Joaquim Félix da. *Certidão de naturalização do suíço Carlos Perret Gentil*. Paranaguá,
16 de janeiro de 1858. Arquivo Público do Paraná, AP – 54, p. 79-83.

VILLALVA, Saturnino Francisco de Freitas. *Informações sobre portugueses evadidos das o-
bras da estrada da Graciosa*. Graciosa, 21 de Setembro de 1858. Arquivo Público do Paraná.
AP – 63, p. 303-304.

VILLALVA, Saturnino Francisco de Freitas. *Informa sobre rescisão de contrato de quatro co-
lonos portugueses*. Graciosa, 27 de outubro de 1858. Arquivo Público do Paraná. AP – 63, p.
386, 387.

Arquivos Cartoriais

DURIEU, Louis. *Venda de terreno feita por Carlos Perret Gentil a João Miguel Sigwalt*. Para-
naguá, 16 de novembro de 1865. Livro de notas 16 do tabelionato de Paranaguá, p. 7-8; *Afora-
mento de terreno feito a João Miguel Sigwalt*. Paranaguá, 5 de maio de 1866. Livro 33 do tabe-
lionato de Paranaguá, p.23-24 *apud*: LOPES, José Carlos Veiga. *Superagui: Informações Histó-
ricas*. Curitiba: Instituto Memória, 2009, p. 158-159.

Relatórios Oficiais

BRASIL. *Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Seção da Nona
Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do
Couto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855.

BRASIL. *Relatorio da Repartição Geral das Terras Publicas*. In: *Relatório apresentado á As-
sembléa Legislativa na Quarta Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretario
D'Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typogra-
phia Nacional, 1856.

BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembléa Geral Legislativa da Primeira Sessão da Decima
Legislatura pelo Ministro e Secretário D'Estado dos Negocios do Imperio Luiz Pedreira do
Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1857.

BRASIL. *Relatorio Apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima
Legislatura pelo Ministro e Secretario D'Estado dos Negocios do Imperio Marques de Olinda*.
Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1858.

BRASIL. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Sergio Teixeira de Macedo*. Rio de Janeiro: Tyographia Universal de Laemmert, 1859.

BRASIL. *Relatorio da Repartição dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima primeira legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861.

PARANÁ. *Relatório do Presidente da Província do Paraná o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854.

PARANÁ. *Relatorio do Presidente da Provincia do Parana o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 8 de fevereiro de 1855*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1855.

PARANÁ. *Relatorio do Estado da Provincia do Parana, apresentado ao Vice-Presidente Henrique Beaupaire Rohan pelo Vice-Presidente Theofilo Ribeiro de Rezende por ocasião de lhe entregar a administração da mesma Provincia*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1855.

PARANÁ. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial do Parana no dia 1º de Março de 1856 pelo vice-presidente em exercicio Henrique de Beaurepaire Rohan*. Curitiba: Typ. Candido Lopes, 1856.

PARANÁ. *Relatorio Apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Provincia do Parana no dia 7 de janeiro de 1857 pelo vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1857.

PARANÁ. *Relatorio do Presidente da Provincia do Parana Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1858*. Curitiba: Typ. Paranaense de C. M. Lopes, 1858.

PARANÁ. *Relatorio do Presidente de Provincia do Parana Francisco Liberato de Mattos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1859*. Curitiba: Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1859.

PARANÁ. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa da Provincia do Parana na Abertura da 1.ª Sessão da 4.ª Legislatura pelo presidente José Francisco Cardoso no dia 1.º de março de 1860*. Curitiba: Typ. De Candido Martins Lopes, 1860.

PARANÁ. *Relatorio que o Exm. Sr. Dr. José Francisco Cardoso apresentou ao Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Paraná*. Curitiba: Typographia do Correio Official, 1861.

PARANÁ. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira installou a Segunda Sessão da Quarta Legislatura da Assembléa Provincial da Provincia do Paraná*. Curitiba: Typographia do Correio Official, 1861.

PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na Abertura da Primeira Sessão da Quinta Legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862*. Curitiba: Typographia do Correio Official, 1862.

PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Paraná pelo presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira na abertura da 2ª Sessão da 5ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1863.* Curitiba: Typ. De Candido Martins Lopes, 1863.

PARANÁ. *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo passou a administração desta Provincia ao Ex.^{mo} Sr. Dr. André Augusto de Padua Fleury no dia 18 de novembro de 1864.* Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1864.

PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de março de 1867 pelo Presidente de Provincia o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Polidoro Cezar Burlamaque.* Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1867.

PARANÁ. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na abertura da 1ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Presidente Bacharel José Feliciano Horta de Araujo no dia 15 de fevereiro de 1868.* Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1868.

PARANÁ. *Relatorio apresentado ao Excelentissimo Senhor Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão pelo Excelentissimo Ex-Presidente Dr. Antonio Augusto da Fonseca por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Parana.* Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1869.

PARANÁ. *Relatorio apresentado ao Excelentissimo Senhor Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa pelo Ex.^{mo} Sr. Vice-Presidente Dr. Agostinho Ermelino de Leão por ocasião de passar-lhe a administração da Provincia do Parana.* Curitiba: Typographia de Candido Martins Lopes, 1871.

PARANÁ. *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa abriu a 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Parana no dia 15 de fevereiro de 1872.* Curitiba: Typographia da Viuva e Filhos de C. M. Lopes, 1872.

PARANÁ. *Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876 pelo Presidente da Provincia o Excelentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins.* Curitiba: Typ. Da Viuva Lopes, 1876.

PARANÁ. *Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1877 pelo Presidente da Provincia o Excelentissimo Senhor Doutor Adolpho Lamenha Lins.* Curitiba: Typ. Da Viuva Lopes, 1877.

PARANÁ. *Relatorio com que o Excelentissimo Senhor Presidente Bento Joaquim de Oliveira Junior passou a administração da Provincia ao 1º Vice-Presidente o Excelentissimo Senhor Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá em 7 de fevereiro de 1878.* Curitiba: Typ. da Viuva Lopes, 1878.

PARANÁ. *Relatorio com que o Exm. Snr. Doutor Rodrigo Octavio de Oliveira Menezes passou a administração da Provincia ao primeiro Vice-Presidente Exmº. Snr. Conselheiro Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. No dia 31 de Março de 1879.* Curitiba: Typographia Perseverança, 1879.

RIO DE JANEIRO. *Relatorio apresentado ao Excellentissimo Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro o senhor conselheiro Antonio Nicoláo Tolentino pelo presidente o conselheiro Luiz Antonio Barbosa sobre o estado da administração da mesma Província.* Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1856.

SÃO PAULO. *Relatorio com o que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Josino do Nascimento da Silva Presidente da Provincia de S. Paulo abrio a Assembléa Legislativa Provincial No dia 16 de fevereiro de 1853*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853.

Periódicos diversos

Assemblea Provincial. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano I, nº50, p.3, 07 de março de 1855.

CARVALHAES, José Antonio Vaz de . POLICIA. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano II, nº30, p.4, 24 de outubro de 1855.

CORREA, Manoel Francisco. Colonisação. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano III, nº21, p.2, 20 de agosto de 1856.

Imigração no Paraná. *A Imigração – Orgão da Sociedade Central de Imigração*. Rio de Janeiro, Anno II, Boletim n. 16, dezembro de 1885, p. 2.

Industria, Artes, Officios, Etc. *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Provincia do Rio de Janeiro para o ano de 1851 organizado e redigido por Eduardo Laemmert*. Rio de Janeiro, Oitavo ano, 1851.

Mappa Estatístico do núcleo de imigração de Superaguy, em terrenos pertencentes á sucessão – Ch. Perret Gentil. *A Imigração – Orgão da Sociedade Central de Imigração*. Rio de Janeiro, Anno III, Boletim nº 27, dezembro 1886, p. 6-8.

Noticiario. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 13 de maio de 1863. Ano X, nº 380, p. 4

PARANÁ. Governo da Província. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano I, nº07, p.2, 13 de maio de 1854.

PARANÁ. Edital. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano II, nº37, p.4, 12 de dezembro de 1855.

PARANÁ. Governo da Província. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano II, nº39, p.1, 26 de dezembro de 1855.

Polícia. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, Nº 34, 18 de Novembro de 1854.

Riqueza e pobreza. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano II, nº21, p.3, 22 de agosto de 1855.

RUMBELSPERGER, Gustavo. Publicações Pedidas. *Dezenove de Dezembro*. Curitiba, 25 set. 1858. Ano V, nº 51, p. 2-3.

SÁ, Jesuino Marcondes de Oliveira. Publicação a Pedido. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano I, nº09, p.5, 27 de maio de 1854.

SÁ, Jesuino Marcondes de Oliveira. Publicação a Pedido. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano I, nº11, p.4, 10 de junho de 1854.

SÁ, Jesuino Marcondes de Oliveira. Publicação a Pedido. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano I, nº13, p.5, 24 de junho de 1854.

Sociedade Central de Imigração – Sessão da Directoria em 18 de novembro de 1886 – Presidência do Sr. Senador Alfredo D’Escragnolle de Taunay. *A Imigração – Órgão da Sociedade Central de Imigração*. Rio de Janeiro, Anno III, Boletim nº 27, dezembro 1886, p. 3.

Terrain a Vendre. *Journal de Genève*. Genebra, 21 ago. 1853, p. 4. Disponível em: <http://www.letempsarchives.ch/Default/Skins/LeTempsFr/Client.asp?Skin=LeTempsFr&enter=tue&AppName=2&AW=1343222359111>. Acesso em: 25/07/2012.

TSCHUDI, Johann Jakob Von. Rapport de l’Envoyé extraordinaire de la Confédération suisse au Brésil, Monsieur de Tschudi, au Conseil fédéral sur la situation des colons établis dans ce pays. *Feuille Fédérale Suisse*. Ano 12, Volume 3, Nº 61, 4 de dezembro de 1860, p. 244-245. Disponível em: <http://www.amtsdruckschriften.bar.admin.ch/detailView.do?id=10058402#1> Acesso em 14/04/2012.

TSCHUDI, Johann Jakob Von. Rapport de Mr. de Tschudi, Envoyé extraordinaire de la Confédération suisse au Brésil, sur les Consulats suisses dans le dit pays. *Feuille Fédérale Suisse*. Ano 13, Volume 3, Nº 63, 31 de dezembro de 1861.

Fontes Impressas

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono de Brasil (1850)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

GENTIL, Carlos Perret. *A Colonia Senador Vergueiro – Considerações*. Santos : Typographia Imparcial de F. M. R. de Almeida , 1851.

MICHAUD, William; LAMBERT, Françoise. *William Michaud [(1829-1902)]: lettres, dessins et aquarelles d'un émigrant vaudois au Brésil*. Vevey: Musée historique, 2002.

MORÉ, Jean-Louis. *Le Bresil en 1852 et sa Colonisation Future*. Geneve: Chez les Principaux Libraries, 1852.

PLATZMANN, Julius. *Da Baía de Paranaguá*. Curitiba: Edição do tradutor, 2010.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

TAUNAY, Visconde de. *Paizagens Brasileiras*. São Paulo: Comp. Melhoramentos, s/d.

TSCHUDI, Johann Jakob Von Tschudi. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1953.

Leis e Decretos

BRASIL. Lei Nº369, de 18 de setembro de 1845, fixando a despesa e orçando a receita para o exercício de 1845-1846. *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1845*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-369-18-setembro-1845-560471-publicacaooriginal-83297-pl.html>. Acesso em: 11/01/2011.

BRASIL. Decreto Nº 2.502, de 16 de Novembro de 1859. *Crea mais duas colonias militares na Provincia do Paraná ao occidente dos Rios Chapecó e Chopim, nos pontos que forem designados pelo Presi-*

dente de Provincia. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Arquivo Público do Paraná, Códice: BR PRAPPR PB001 SGO289.133.

PARANÁ. Lei Nº 29, de 21 de março de 1855. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, ano II, nº6, p.1, 09 de maio de 1855.

PARANÁ. Decreto Nº 44 – de 18 de março de 1858. Collecções das Leis, Decretos, Regulamentos e Deliberações do Governo da Província do Paraná. Tomo 5º. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858.

PARANÁ. Assembléia Legislativa Provincial. Lei Nº 70, de 28 de maio de 1861 . *Leis, Decretos, Regulamentos e Deliberações do Governo do Paraná. Volume 5 – 1858-1862*. Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ. Secretaria D’Estado dos Negocios das Obras Publicas e Colonização. *Decreto N.1, de 8 de abril de 1893*. Curitiba; Typographia D’A Republica, 1893.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luís Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e Modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil – volume 2*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ANDREAZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sergio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. In: *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, V.11, n.1, 1994.

ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das Delícias: estudo de um grupo imigrante ucraniano 1895-1995*. 392 f. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 1996.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onde Negra, medo branco; o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BALHANA, Altiva Pilatti. Comentários à obra de Romário Martins “Quantos Somos e Quem Somos” Dados para a História e a Estatística do povoamento do Paraná. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

BALHANA, Política Imigratória do Paraná In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória no Brasil Meridional. In: Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.III / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

BALHANA, Altiva Pilatti. *Santa Felicidade: Uma Paróquia Vêneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1978.

BALHANA, Altiva Pilatti . A Vida Familiar em Santa Felicidade In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.II / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

BALHANA, Altiva Pilatti. Estudo de Imigrantes e Mercado Matrimonial no Paraná: exemplos de algumas aproximações. In: BALHANA, Altiva Pilati. *Un Mazzolino de Fiori, vol.II / Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

- BALHANA, Altiva Pilatti. Aspectos da Geografia Humana do Paraná. In: BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I/ Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Demografia e Economia: O Empresário Paranaense – 1829/1929. In: BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori, vol.II/ Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- BALHANA, Altiva Pilatti. WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota Prévia ao Estudo da Expansão Agrícola no Paraná Moderno. In: BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori, vol.II/ Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. Alguns Aspectos Relativos Aos Estudos de Colonização e Imigração. In: BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori, vol.I/ Cecília Maria Westphalen (org.)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BELOTO, Divonzir Lopes. *A criação da Província do Paraná: a emancipação conservadora*. 102 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, Ciro F; BRIGNOLI, Hector P. *Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARRARA, Angelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Marcia Menedes; OLIVEIRA, Oséias de (orgs.). *História Agrária; Propriedade e Conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009.
- CASTEL, Robert. Uma Política sem Estado. In: *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos de. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2002.
- CIPOLLA, Carlo M. *Entre la Historia y la Economía – Introducción a la historia económica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- COSTA, Odah Regina Guimarães. *Estruturas Agrárias de Curitiba-Paraná no século XIX – posse, propriedade e trabalho*.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo; Editora 34, 2004.
- FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FLORENTINO, Manolo. FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto- Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João; MANOLO, Florentino. História Econômica In: CARDOSO, Ciro F.; VAIN-FAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- GALARDO, Darío Horacio Gutiérrez Gallardo. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. 180 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- GOLDMAN, Franklin. Aspectos das migrações norte-americanas após a Guerra Civil. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- HALL, Michael M.; STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n° 6, 1983.
- HALL, Michael McDonald. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Columbia University, 1969.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terras, 1984.
- HOBSBAWN, Eric. A Turba Urbana. In: *Rebeldes Primitivos – Estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- HOBSBAWN, Eric. Os Homens se Põem a Caminho. In: *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWN, Eric. Os Trabalhadores Pobres. In: *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOBSBAWN, Eric. A volta da narrativa. In: *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. As colônia de parceria. In: *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- KLEIN, Herbert. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- KULA, Witold. VII. Microanálisis (2): El consumo y el nivel de vida. *Problemas y Métodos de la Historia Económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

KUBO, Elvira. *A Legislação e a Instrução Pública de Primeiras Letras na 5ª Comarca da Província de São Paulo*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

LAMB, Robert Edgar. *Uma Jornada Civilizadora: Imigração, Conflito Social e Segurança Pública na Província do Paraná – 1867 a 1882*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

LAZZARI, Beatriz Maria. *Ideologia e Imigração: reação do parlamento brasileiro à política de imigração e colonização (1850-1875)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1980.

LE GOFF, Jacques. *São Luís – biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2002.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História : Novas Perspectivas*. São Paulo : Unesp, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, Maria Yedda. *História do Abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília, BINAGRI, 1979.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária, In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LOPES, José Carlos Veiga. *Superagui: Informações Históricas*. Curitiba: Instituto Memória, 2009.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

MACHADO, Cacilda da Silva. *De uma família imigrante: sociabilidades e laços de parentesco (Curitiba: 1854-1991)*. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Colonizar para Atrair: A Montagem da Estrutura Imperial de Colonização no Rio Grande do Sul (1845-1880)*. 165 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1996.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Colonização e conflito no sul do Brasil: estudos sobre os Campos de Palmas. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Marcia Maria Menedes; OLIVEIRA, Oséias de(Orgs.) *História Agrária; Propriedade e Conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009.

MARCILIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: CEDHAL, 1986.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MARTINS, Rosilene de Cássia Coelho. *Colonização e Política: debates no final da escravidão*. Rio de Janeiro: Ateliê, 2007.

MARTINS, Wilson. *A invenção do Paraná – Estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcello*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: UNESP, 2010.

MARTÍNEZ, Elda Evangelina Gonzáles. O Brasil como País de Destino para os Migrantes Espanhóis. In; FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Quase-Cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MIGUEL, Lavois de Andrade. *Formation, evolution et transformation d'un systeme agraire dans le sud du Bresil (littoral nord de l'etat du Parana) une paysanne face a une politique de protection de l'environnement : "chronique d'une mort annoncee ?"*. Tese (Doutorado em Agronomia) L'institute National Agronomique Paris-Grignon, Paris, 1997.

MOTA, Lúcio Tadeu. O Processo de Desterritorialização dos Índios Kaingang nos Koran-Bang-Rê. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Marcia Maria Menedes; OLIVEIRA, Oséias de(Orgs.) *História Agrária; Propriedade e Conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009.

MOTTA, Marcia Maria Menedes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício da Leitura / Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Marcia. Terra, Nação e Tradições Inventadas (Uma Outra Abordagem Sobre a Lei de Terras de 1850). In: MENDONÇA, Sonia; MOTTA, Marcia (org.). *Nação e Poder: as Dimensões da História*. Niterói: Ed. UFF, 1988.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de Origem Germânica no Brasil: Ciclos Matrimoniais e Etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

NADALIN, Sergio Odilon. *Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2002.

NADALIN, Sergio Odilon. História da população, história social. In: *História e Demografia; elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.

NADALIN, Sergio Odilon. *A respeito de uma demografia histórica dos contatos culturais* In: trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP, Caxambu, 2006.

NADALIN, Sergio Odilon. Construindo alteridades: a trajetória de via de um jovem imigrante no Brasil (Curitiba, segunda metade do século XIX) *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 51, jul./dez 2009.

- OBERACKER JR., Carlos. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. II. O Brasil Monárquico 3. Reações e Transações*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- OBERACKER JR, Carlos H. *A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1985.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos Vencedores: genealogia, classe e dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando Iras Rumo ao Progresso: ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paraense, 1829-1889*. Curitiba: Editora UFPR, 1996.
- PERES, Wilma Costa. A Economia Mercantil Escravista Nacional e o Processo de Construção do Estado no Brasil (1808-1850). SZMRECSANYI, Tamas; LAPA, Jose Roberto do Amaral (org.) *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo; Hucitec, 2002.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. Imigração Assalariada. In: HOLLANDA, Sérgio Buraque (org.).
- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma História da Vida Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização no interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: Identidade Nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002.
- RODRIGUES, Herve Salgado. *Na taba dos goytacazes*. Niterói: imprensa oficial, 1988.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.
- SCHAMA, Simon. *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo: Cia das Letras 2000.
- SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SEYFERTH, Giralda. *Colonização e Conflito: estudo sobre “motins” e “desordens” numa região colonial de Santa Catarina no século XIX*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Museu Nacional – UFRJ, 1988.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1990.

SILVA, Marcio Antônio Both da. De nacionais a colonos regulares: ou sobre como formar os “cidadãos operosos do amanhã”. In: MOTTA, Marcia Maria Menendes *et al* (org.). *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Unicentro, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TREVISAN, Edilberto. *Visitantes Estrangeiros no Paraná*. Curitiba: Livraria do Chaim Editora, 2002.

VEYRASSAT, Béatrice. Les Suisses et la Suisse au Brésil (1817-1930). Le renouvellement des communautés d'affaires ou le recul de l'influence économique de la Suisse française. *Etudes et Sources*, 1995, n° 21, p. 12-13. Disponível em:
“<http://www.amtsdruckschriften.bar.admin.ch/viewOrigDoc.do?id=80000185>”. Acesso em 08/02/2012.

WACHOWICZ, Lilian Anna. *A relação professor/Estado no Paraná tradicional*. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1984.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Abranches: paróquia da imigração polonesa – Um estudo de História Demográfica*. 107 p. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1974.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1981.

WAIBEL, Leo. Princípios de Colonização Européia no Sul do Brasil In: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria da Cultura, 1998.

WESTPHALEN, Cecília Maria. História Nacional, História Regional. *Estudos Brasileiros*. Curitiba, v.2, n.3, 1977.

WITTER, José Sebastião. *A revolta dos parceiros*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

WITTER, José Sebastião. Ibicaba Revisitada In: SZMRECSANYI, Tamas; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec, 2002.